



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ALESSANDRA MARTINS MOTA

O PROJETO DE EDUCAÇÃO CATÓLICA EM MINAS GERAIS:
as ações de Dom Antônio dos Santos Cabral no cenário educacional
de Belo Horizonte, 1922-1956

Uberlândia, MG

2021

ALESSANDRA MARTINS MOTA

O PROJETO DE EDUCAÇÃO CATÓLICA EM MINAS GERAIS:
as ações de Dom Antônio dos Santos Cabral no cenário educacional
de Belo Horizonte, 1922-1956

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: História e
Historiografia da Educação

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique de
Carvalho

Uberlândia, MG

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M917 Mota, Alessandra Martins, 1984-
2021 O projeto de educação católica em Minas Gerais [recurso eletrônico] : as ações de Dom Antônio dos Santos Cabral no cenário educacional de Belo Horizonte, 1922-1956 / Alessandra Martins Mota. - 2021.

Orientador: Carlos Henrique de Carvalho.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Educação.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.5004>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Educação. I. Carvalho, Carlos Henrique de, 1961-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

André Carlos Francisco
Bibliotecário Documentalista - CRB-6/3408

ALESSANDRA MARTINS MOTA

O PROJETO DE EDUCAÇÃO CATÓLICA EM MINAS GERAIS:
as ações de Dom Antônio dos Santos Cabral no cenário educacional de
Belo Horizonte, 1922-1956

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Uberlândia, 25 de agosto de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Profa. Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Profa. Dra. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida
Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/GO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4212 - www.pged.faced.ufu.br - pged@faced.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 21/2021/772, PPGED				
Data:	Vinte e cinco de agosto de dois mil e vinte e um	Hora de início:	14h	Hora de encerramento:	16h10min
Matrícula do Discente:	11912EDU002				
Nome do Discente:	ALESSANDRA MARTINS MOTA				
Título do Trabalho:	"O projeto de educação em Minas Gerais: as ações de Dom Cabral no cenário educacional de Belo Horizonte, 1922-1956."				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"A ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS NACIONAIS DE ENSINO NO BRASIL E PORTUGAL: ESTADO E IGREJA CATÓLICA ENTRE CONFLITO E CONCÓRDIA NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO (1890-1960)"				

Reuniu-se, através do serviço de Conferência Web da Rede Nacional de Pesquisa - RNP, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Maria Zeneide Carneiro Magalhaes de Almeida - PUC-GO; Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UFU e Carlos Henrique de Carvalho - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Carlos Henrique de Carvalho, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique de Carvalho, Presidente**, em 25/08/2021, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Betania de Oliveira Laterza Ribeiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 25/08/2021, às 21:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ZENEIDE CARNEIRO MAGALHÃES DE ALMEIDA, Usuário Externo**, em 26/08/2021, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2988434** e o código CRC **68FEC92F**.

Ao meu pai, que continua presente e eterno em meu coração.

À minha família, amores da minha vida.

E a todos que acreditam e se dedicam à educação!

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão a Deus, meu sustento diário, que mesmo diante do luto me deu forças e serenidade para seguir em frente e concluir essa importante etapa.

À minha família, por todo amor e abrigo... Ao meu pai que, apesar de ter partido bruscamente, continua meu maior exemplo de caráter e determinação. A minha mãe, minha base, que desde pequena incentivou minha paixão pelos livros e pela educação. A Marina, minha doce e especial irmã, que me ensina todos os dias o significado do amor. A Caroline, minha irmã e melhor amiga, que em um momento tão difícil nos trouxe luz com o nascimento do meu lindo sobrinho Arthur, de certa maneira, tornando nossa família completa outra vez. E a todas as pessoas queridas que fazem parte da minha vida e as quais não citei diretamente, mas sabem do carinho e importância que possuem para mim.

A Arquidiocese de Belo Horizonte, sobretudo ao Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte, por disponibilizarem gentilmente o acesso ao arquivo arquidiocesano e documentos históricos de seu acervo e objeto da pesquisa.

Aos professores Dr. Armindo Quillici Neto, Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro e Dra. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida, por aceitarem participar das bancas de qualificação e defesa, com ricos apontamentos e contribuições ao texto. Em especial, a professora Betânia, pelo carinho e incentivo desde o início, como sua aluna na disciplina do mestrado.

Por fim, não poderia deixar de agradecer ao meu orientador, professor Dr. Carlos Henrique de Carvalho, por todo apoio e compreensão. Por acreditar e confiar em mim, me direcionando com maestria. Com toda certeza, eu não teria conseguido sem sua orientação. A minha admiração só cresceu pelo grandioso educador e pessoa que és.

A todos, minha eterna gratidão!

RESUMO

Esta dissertação se trata de uma pesquisa documental que teve por finalidade estudar as ações de Dom Antonio dos Santos Cabral no cenário educacional de Belo Horizonte e, conseqüentemente, sua atuação no projeto de educação católica de Minas Gerais. O objetivo foi analisar os documentos históricos encontrados na pesquisa, compreendendo o impacto de três décadas à frente do governo episcopal e a sua importância social, política e educacional na capital mineira. Para entender o período de 1922 a 1956, em que esteve na administração da Arquidiocese da Belo Horizonte, foram utilizados como fontes documentais os jornais católicos “O Horizonte” e “O Diário”, o primeiro Livro de Tombo da Arquidiocese, diversos artigos sobre o arcebispo, reunidos no livro “Dom Cabral e suas Obras” de 1943, e demais documentos do acervo público de Belo Horizonte e do Arquivo da Arquidiocese. Esta pesquisa possibilitou uma melhor compreensão sobre quem foi Dom Cabral, como se tornou um importante alto clero da Igreja brasileira e porque sua ação modernizadora, com a defesa dos princípios conservadores da Igreja, foi relevante no destino educacional católico do estado, sobretudo no processo inicial de criação da primeira Universidade Católica de Minas Gerais.

Palavras-chave: Educação. Modernização. Dom Cabral. Igreja.

ABSTRACT

This dissertation is a document research that aimed to study the actions of Dom Antonio dos Santos Cabral in the educational scenario of Belo Horizonte and, consequently, his role in the project of Minas Gerais Catholic education. The objective was to analyze the historical documents found in the research, understanding the impact of three decades of the episcopal government and its social, political, and educational importance in the Minas Gerais capital. In order to understand the period from 1922 to 1956, in which he was in the administration of the Belo Horizonte Archdiocese, we used as documental sources: the catholic newspapers “O Horizonte” and “O Diário”, the first “Livro de Tombo” of the Archdiocese, several articles from 1943 about the archbishop gathered in the book “Dom Cabral e suas obras”, and other documents from the public collection of Belo Horizonte and the Archdiocese Archive were used as documentary sources. This allowed a better understanding of who Dom Cabral was, how he became an important high clergy of the Brazilian Church and why his modernizing action in defense of the Church's conservative principles became relevant in the Catholic educational destiny of the state, and most importantly, in the initial process of creating the first Catholic University of Minas Gerais.

Keywords: Education. Modernization. Dom Cabral. Church.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Retratos de Antônio dos Santos Cabral, entre os anos de 1899 a 1916.....	24
Figura 2 - Dom Antônio dos Santos Cabral como Bispo de Natal em 1917.....	26
Figura 3 - Dom Antônio dos Santos Cabral, Bispo da capital mineira em 1922.....	36
Figura 4 - Dom Cabral, primeiro Arcebispo de Belo Horizonte, entre 1924 a 1942.....	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valores arrecadados pelas contribuições dos fieis das paróquias da Diocese de Belo Horizonte em prol do monumento do Cristo Redentor no Rio de Janeiro, em janeiro de 1924	42
Tabela 2 - Valores dos serviços realizados pelos Vigários e demais sacerdotes das paróquias, fixados com a publicação do “Tributo Sagrado” de 13 de junho de 1922	91
Tabela 3 - Valores gastos na aquisição do Palácio Episcopal em 29 de outubro de 1922	92
Tabela 4 - Valores gastos na aquisição dos prédios adjacentes ao Palácio Episcopal em março de 1923	93
Tabela 5 - Valores gastos na aquisição do prédio “Cinema Modelo” em março de 1923	94
Tabela 6 - Aquisições realizadas pelo bispo D. Cabral, iniciando o patrimônio da Diocese de Belo Horizonte, de outubro/1922 a março/1923	94
Tabela 7 - Valores referentes à venda do jornal avulso ou da assinatura do “O Horizonte” em um dos anos de sua edição.....	103
Tabela 8 - Investimentos realizados por D. Cabral, na década de 1920, para ampliação do Seminário Coração Eucarístico e futura Universidade Católica de Minas Gerais	109
Tabela 9 - “Obra das Vocações Sacerdotais” – Categorias de associados e suas responsabilidades em prol da “Obra”, conforme o Anexo n. 1 da Carta Pastoral de 1927	114
Tabela 10 - “Obra das Vocações Sacerdotais” – Cada paróquia deveria repassar pelo menos uma Bolsa, que consistia no fundo patrimonial do seminário, conforme o Anexo n. 1 da Carta Pastoral	115
Tabela 11 - “Obra das Vocações Sacerdotais” – Relação dos sócios fundadores do Seminário do Coração Eucarístico, segundo o Anexo n. 3 da Carta Pastoral de 1927.....	116
Tabela 12 - Relação de bolsas destinadas aos seminaristas pobres entre os anos de 1927 a 1943, com a instituição das bolsas e cadernetas pelo Aviso n. 56 (abril/1927) e a organização da “Obra das Vocações Sacerdotais” determinada pela Carta Pastoral sobre o Seminário (maio/1927)	116
Tabela 13 - Quantitativo de paróquias da Arquidiocese de Belo Horizonte depois da criação da Diocese de Oliveira e subdivisão do território eclesiástico da capital mineira 1942-1943.	124
Tabela 14 - Relação de congregações religiosas de cunho educacional, fundadas sob a administração de Dom Cabral em Belo Horizonte, de 1922 a 1943	156
Tabela 15 - Tabela 15 - Relação de seminaristas, cursos e ordenações do Seminário, de 1923 a 1943.....	173

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Valores despendidos por D. Cabral na aquisição do patrimônio inicial da Diocese de Belo Horizonte de outubro/1992 a março/1923.....	95
Gráfico 2 - Investimentos realizados por D. Cabral para ampliação do Seminário Coração Eucarístico e futura Universidade Católica de Minas Gerais	110
Gráfico 3 – Quantitativo de seminaristas em relação ao quantitativo de bolsas destinadas para o subsídio dos seminaristas pobres, de 1923 a 1943	118
Gráfico 4 - Número de paróquias na instalação da diocese de Belo Horizonte em 1922 até dezembro de 1942, na administração episcopal de Dom Cabral.....	122
Gráfico 5 - Número de comunhões realizadas na Diocese de Belo Horizonte de 1923 a 1927	123
Gráfico 6 - Quantitativo de seminaristas em relação ao quantitativo de ordenações de 1923 a 1943	175

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 - ANTÔNIO DOS SANTOS CABRAL E SEU GOVERNO EPISCOPAL	20
1.1 Dom Cabral e sua trajetória: de Propriá a Natal	20
1.2 Bispo da Diocese de Natal no Rio Grande do Norte	24
1.3 A Arquidiocese de Belo Horizonte: primeiro bispo e arcebispo da capital mineira	28
CAPÍTULO 2 - O ARCEBISPO CABRAL E AS RELAÇÕES POLÍTICAS E EMPRESARIAIS	55
CAPÍTULO 3 - O ADMINISTRADOR ECLESIASTICO DE BELO HORIZONTE.....	88
3.1 Os investimentos e a ação modernizadora de D. Cabral: o início do patrimônio diocesano	89
3.2 Criação da imprensa católica belo-horizontina	95
3.3 O patrimônio da Igreja: do novo seminário diocesano à construção do palácio episcopal	107
3.4 Dom Cabral e as paróquias de sua circunscrição	119
CAPÍTULO 4 - EDUCAÇÃO E IGREJA CATÓLICA EM BELO HORIZONTE: AS AÇÕES DE DOM CABRAL NO CAMPO EDUCACIONAL	128
4.1 O conservadorismo de sua Ação Católica: recristianizar a sociedade moderna.....	129
4.2 O catecismo – a consciência religiosa dos leigos e a recristianização das novas gerações	134
4.3 A Vocação Sacerdotal e a formação da elite intelectual para Cristo.....	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
REFERÊNCIAS	192
ANEXOS	196
Anexo 1 - Fontes documentais	197
Anexo 2 - Progenitores de Dom Antônio dos Santos Cabral	198
Anexo 3 - Registro de Antônio Cabral recebendo as ordens menores	199
Anexo 4 - Registro de Antônio Cabral recebendo o subdiaconato.....	199
Anexo 5 - Constituição Apostólica de Criação da Diocese de Belo Horizonte.....	200
Anexo 6 - Transcrição da Constituição Apostólica “Pastoralis sollicitudo”.....	203
Anexo 7 - Transcrição da bula “Hodie Nobis”, do Papa Bento XV.....	204
Anexo 8 - “Circular nº 1 Tributo Sagrado”.....	205
Anexo 9 - Bula Pontifícia original em latim, do Papa Pio XI.....	210
Anexo 10 - Dom Cabral recebendo o pálio de arcebispo.....	211

Anexo 11 - Dom Cabral na cadeira de rodas após enfermidade (1956-1067).....	212
Anexo 12 - Bênção da Pedra Fundamental do Seminário.....	213
Anexo 13 - Visita do Núncio Apostólico a Belo Horizonte.....	214
Anexo 14 - II Congresso Eucarístico Nacional em Belo Horizonte.....	215
Anexo 15 - Fiéis católicos na praça inaugurada em Belo Horizonte para o Congresso.....	217
Anexo 16 - Primeira residência do Bispo Dom Cabral ao chegar em Belo Horizonte.....	218
Anexo 17 - Segunda residência de Dom Cabral na capital mineira.....	219
Anexo 18 - Antigo Cinema Modelo, na Rua Espírito Santos nº 1059.....	221
Anexo 19 - Capa da primeira edição do jornal católico “O Horizonte”.....	222
Anexo 20 - Propagandas publicadas nas edições do jornal católico, inclusive do órgão de imprensa diocesano.....	223
Anexo 21 - Seminário do Coração Eucarístico.....	224
Anexo 22 - Escritura de compra e venda do terreno do futuro Palácio Episcopal.....	226
Anexo 23 - Palácio Cristo Rei na Praça Liberdade.....	227
Anexo 24 - Catedral Nossa Senhora da Boa Viagem.....	228
Anexo 25 - Visitas pastorais do arcebispo Cabral.....	230
Anexo 26 - Desenho do projeto da Catedral de Cristo Rei.....	231
Anexo 27 - Imagem área do terreno do Seminário na década de 60.....	232

INTRODUÇÃO

Em Minas, a sua atividade foi extraordinária, criando várias instituições importantes, conseguindo resultados magníficos. Desde o seminário até a Universidade Católica, do modesto O Horizonte a O Diário que chegou a exercer, em certa época, real influência na opinião pública, incentivando todas as formas de apostolado, conseguiu resultados positivos em matéria piedade eucarística, desde as comunhões diárias em grande número, até a adoração perpétua, manteve viva as confrarias e congregações leigas antigas, mas soube dar à Ação Católica uma eficácia rara, sabendo conciliar o moderno com o antigo, estimulou todos os movimentos de renovação, mas, nunca permitiu que tomassem rumos incontroláveis e inadequados. Era eficiente, afirmativo, absorvente e sabia fazer as pessoas trabalharem. (TORRES, 1972, p. 54)

Entender o processo de criação da primeira universidade católica de Minas Gerais, objeto inicial da pesquisa, é compreender o início e o desenvolvimento da diocese de Belo Horizonte durante a administração eclesiástica de Antônio dos Santos Cabral, primeiro bispo e arcebispo da capital mineira, que se manteve à frente do episcopado belo-horizontino por mais de 34 anos, de 1922 a 1956. Mas, antes, é necessário contextualizar quem foi Dom Cabral, retomando parte de sua história e realizações, bem como seu importante título eclesiástico como arcebispo mineiro e sua influência religiosa no cenário político e social de Minas Gerais. Seguindo sua administração episcopal, com a gestão e atuação em defesa da Igreja, a sua ação educacional religiosa em Belo Horizonte, até a idealização e criação da primeira universidade católica mineira, que anos mais tarde se tornaria a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), atualmente reconhecida pelo Vaticano como a maior universidade católica do mundo em número de alunos e professores. Contudo, devido ao contexto que vivemos desde o início do ano de 2020, com as medidas de isolamento social referentes à pandemia causada pelo COVID-19 e as restrições ao acesso a bibliotecas, universidades, arquivos públicos e acervos históricos no estado de Minas Gerais, não foi possível concluir a pesquisa documental em Belo Horizonte referente ao início da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG), fundada em dezembro de 1958, uma vez que há carência de documentos digitalizados e disponíveis para o acesso virtual.

Foi pela habilidosa administração episcopal em Minas Gerais e as realizações que concretizou na capital mineira, principalmente no campo educacional, que se estendem até hoje, quase um século depois, que me deparei com o nome Dom Cabral e me direcionei a pesquisar e saber quem era Antônio dos Santos Cabral, tentando entender porque suas ações foram relevantes, para não dizer impressionantes, no panorama da educação mineira. Assim, o arcebispo que havia acabado de conhecer por pequenas e veementes citações, tornou-se, de

maneira inesperada, objeto dessa pesquisa. Mais especificamente, o seu projeto de educação católica em Minas Gerais mediante as suas ações no cenário educacional de Belo Horizonte.

À medida que a análise documental sobre Dom Cabral se aprofundava, revelando sua importância religiosa, social e educacional em Belo Horizonte, me senti quase como Bicalho:

Discorrendo sobre D. Cabral, apraz-me lembrar-me episódios de ordem individual. Quantas vezes não me senti esmagado ante os arrojos de seus planos! Não poucas vezes, vi sua frente rojada de suores; mas, após longas horas de trabalhos que para mim constituíam grande estímulo. (BICALHO, 1943, p. 6)

Estarrecida e admirada, possivelmente são essas as palavras que definem como me senti ao pesquisar e conhecer pela história documental o primeiro bispo de Belo Horizonte, sendo quase “esmagada” (no bom sentido da palavra) frente aos seus planos e ações em Minas. Inicialmente, pouco sabia sobre a educação católica, passando, então, a contemplar a importância e impacto de uma figura religiosa no destino educacional do estado mineiro, principalmente na relevante trajetória do ensino superior de Minas Gerais. Quanto mais me aprofundava na análise dos documentos históricos encontrados, das décadas de 1920 e 30, mais queria entender: quem foi Dom Cabral; como recebeu o título de alto clero da Igreja brasileira; como se tornou o exaltado e reconhecido arcebispo da recém-criada diocese da capital mineira; porque sua administração episcopal fez história no cenário político, religioso e educacional de Minas Gerais; e, por fim, compreender porque ao pesquisar sobre o início da universidade católica no estado mineiro nos deparamos com a seguinte frase: “PUC Minas – a concretização do sonho de Dom Cabral”, sendo que a fundação oficial da universidade é datada de 1958, na gestão do Arcebispo Dom João Resende Costa, sucessor de Dom Cabral. Portanto, contemplaremos nesse estudo temas como: educação católica, Igreja Apostólica Romana, Ação Católica, catecismo e modernização. Quanto ao período considerado na pesquisa, de 1922 a 1956, se deve ao tempo em que o arcebispo Dom Antonio dos Santos Cabral esteve à frente da gestão eclesiástica da Arquidiocese de Belo Horizonte e sua importante ação católica na época, somado aos documentos históricos encontrados na pesquisa em campo a Belo Horizonte que subsidiaram o trabalho acadêmico e o estudo histórico do recorte temporal.

Na oportunidade, resalto o meu deslumbre ao encontrar, na pesquisa documental, acervos tão zelosos e ricos disponibilizados em Belo Horizonte. Foi uma oportunidade única, passível apenas no mestrado acadêmico, acessar documentos antigos e tão bem guardados no Arquivo Público Mineiro, na Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais (Biblioteca Mineiriana), no Arquivo Arquidiocesano e no Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte,

nos quais fui muito bem recebida e atendida, sendo que foi disponibilizado total acesso aos documentos históricos do acervo. No entanto, se tornou inviável a continuidade da pesquisa em Belo Horizonte devido aos protocolos de isolamento social devido ao COVID-19 e percalços de natureza pessoal que impediram uma segunda e terceira visita à cidade, como planejado anteriormente. Assim, não foi possível a pesquisa documental na PUC Minas e no Seminário do Coração Eucarístico, conseqüentemente não obtive acesso a outros documentos relevantes para a compreensão histórica da criação e fundação da universidade católica.

Nesse sentido, o estudo foi proposto na linha de pesquisa da História e Historiografia da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Faculdade de Educação (FACED), na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em torno da importante atuação de Dom Cabral no cenário educacional de Belo Horizonte e, conseqüentemente, suas ações no projeto de educação católica de Minas Gerais, a partir da investigação, levantamento e análise das fontes históricas encontradas e catalogadas no quadro em anexo (Anexo 1). Iniciamos, então, com um capítulo sobre a história de Antonio dos Santos Cabral, contemplando: sua trajetória de Propriá, sua cidade natal, ao seu retorno como sacerdote, pouco tempo depois, a nomeação como Bispo da Diocese de Natal; uma rápida ascensão hierárquica, tornando-se aos trinta e poucos anos de idade um dos preladados da alta cúpula de Igreja brasileira; sua gestão e feitos à frente do governo episcopal de Natal, até sua transferência como primeiro bispo da nova capital do estado de Minas Gerais; ou seja, discorreremos o trajeto percorrido até se tornar o primeiro bispo e arcebispo da recém-criada Diocese de Belo Horizonte.

No segundo capítulo, abordamos as relações estruturadas pelo arcebispo em Minas Gerais, considerada elemento importante ao estudo à medida que se tornavam evidentes as conexões estabelecidas por ele com políticos e empresários durante sua administração episcopal, que foram decisivas em suas ações e direcionamentos como representante da Santa Sé na capital mineira. Apresentamos detalhadamente, no terceiro capítulo, sua administração eclesial em Belo Horizonte, promovendo uma ação modernizadora, com investimentos econômicos considerados “visionários” para a época, acumulando um considerável patrimônio diocesano com bens que se perpetuam até os dias atuais, inicialmente inexistentes ao assumir a instalação da diocese. Também contemplaremos a criação do Conselho de Imprensa da diocese belo-horizontina, fundando os primeiros jornais católicos da capital, cumprindo sua finalidade ao exercer influência na opinião pública e no modo de vida da sociedade mineira. Nesse momento, teremos o vislumbre de sua atuação em Minas, a qual

Torres (1972, p. 54) menciona como “atividade extraordinária, criando várias instituições importantes, conseguindo resultados magníficos”.

O quarto capítulo é a continuação de sua eficiente gestão episcopal frente ao contexto educacional daquele período, possibilitando a criação do Seminário Diocesano até a Universidade Católica. Conseguiu feitos extraordinários para a Igreja da época, em uma Ação Católica de “eficácia rara” em prol da recristianização da sociedade moderna, com a formação da consciência religiosa dos leigos, os organizando e disciplinando-os de modo mais ativo na defesa da religião e da doutrina católica; na recatolização das novas gerações através do ensino religioso, garantindo-o oficialmente, não só nos colégios católicos, mas também nas escolas públicas do estado, de modo a formar uma elite intelectual mineira para Cristo, erudita e cristã, que perpetuaria o direcionamento católico na sociedade, combatendo os laicos com a “arma moderna” daquele período – o conhecimento. Tudo isso, como ressaltou Torres (1972, p. 54), sabendo “conciliar o moderno com o antigo, estimulando todos os movimentos de renovação, mas, nunca permitindo que tomassem rumos incontroláveis e inadequados. Era eficiente, afirmativo, absorvente e sabia fazer as pessoas trabalhar”.

CAPÍTULO 1

ANTÔNIO DOS SANTOS CABRAL E SEU GOVERNO EPISCOPAL

Dom Cabral – Um Pioneiro. A figura de Dom Cabral se projeta não apenas como a de um Pastor superiormente prendado com imensa riqueza de dons de Deus, que assumiu uma Diocese nova e a organizou em todas as áreas, para o bem de seus fiéis, a formação do clero e crescimento do Reino de Deus. Ele foi, além de tudo isso, um homem de larga visão eclesial e social, emergindo na paisagem da Igreja com as características de um autêntico pioneiro. Ele anteviu o futuro e o apressou. E, como que, o antecipou. (COSTA, 1984, p. 2)

Não pretendemos abranger nesse estudo todos os eventos e intercursos que aconteceram na formação e trajetória de Antônio dos Santos Cabral, mas assinalar algumas realizações de importância social e posturas adotadas por ele como sacerdote de significativa influência católica, que repercutiram no campo político-educacional de Minas Gerais no século XX. Portanto, não temos a intenção de trazer à vista todos os acontecimentos da vida de Antônio Cabral em sua plenitude, mas apresentar pontos de sua história resgatando as circunstâncias que determinaram seu episcopado, sua formação religiosa e a administração da Diocese de Natal a Arquidiocese de Belo Horizonte. Logo, não se trata de uma biografia, mas uma análise de quem foi Dom Cabral: os fatos, projetos e ações que foram importantes em seu percurso, contextualizando sua vida pessoal-familiar, acadêmica e funções eclesiais. Iniciamos, então, discorrendo nesse capítulo sobre quem foi Dom Cabral, retomando parte de sua vida, suas realizações e a importância da religião ao longo de sua trajetória até tornar-se um dos mais importantes arcebispos da Igreja Católica Romana em Minas Gerais.

1.1 Dom Cabral e sua trajetória: de Propriá a Natal

Antônio dos Santos Cabral nasceu em 08 de outubro de 1884 na cidade de Propriá, no estado de Sergipe. Filho do coronel Antônio dos Santos Cabral e de Amélia da Glória Cabral¹, que tiveram também duas filhas (já falecidas em 1942): Alice, casada com Dr. João Maria Loureiro Tavares, desembargador e filho do ex-governador de Sergipe; e Amélia, casada com o empresário Cesário Dória. Segundo Sequeira (1943a), Cabral foi batizado com um mês de vida e recebeu a crisma com seis anos de idade, pelo Revm. Frei Júlio Fiorentini, especialmente delegado pelo arcebispo da Bahia com jurisdição no Sergipe, que viria a ser vigário na Arquidiocese de Mariana. Sua primeira comunhão foi aos nove anos de idade, ministrado pelo Padre Cáio Soter de Loureiro Tavares, pessoa muito próxima da família Cabral. O autor conclui que muito se diz da “[...] esclarecida piedade dos progenitores de d.

¹ Cf. Anexo 2 - Progenitores de Dom Antônio dos Santos Cabral.

Antonio ao terem-no preparado para a primeira comunhão ainda em tenra idade, numa época em que esse ato máximo da vida do cristão continuava a ser retardado indefinidamente” (SEQUEIRA, 1943a, p. 10).

Demonstrando desde cedo “decidida vocação para a carreira eclesiástica, vocação esta que mais se definiu durante uma missão havida na sua cidade natal” (SEQUEIRA, 1943a, p. 10), iniciou seus primeiros estudos em Propriá, dando continuidade aos estudos preparatórios na cidade de Penedo, no Alagoas. Em fevereiro de 1899, então com 15 anos de idade, matriculou-se no Seminário de Santa Tereza, em Salvador, conduzido pelos padres lazaristas, onde realizou todos os estudos eclesiásticos. Criou uma sólida amizade com um dos dirigentes do seminário e professor, Padre Manuel dos Santos, mineiro e falecido em Belo Horizonte na década de 1940. De acordo com o autor, Dom Cabral revelou a seus amigos, na época da capital mineira, “a influência que o Pe. Santos exerceu sobre ele, não só no seminário, como mais tarde, depois de sacerdote, foi toda dirigida num rumo retilíneo, de apego à piedade e de fidelidade aos compromissos impostos pela ordenação sacerdotal” (SEQUEIRA, 1943a, p. 10). Inteligente e aplicado, Antônio Cabral

[...] fez todo o curso filosófico e teológico com brilhantismo notório, sendo, pois, admitido a diversas ordenações nos seus tempos devidos, observados estritamente os interstícios canônicos. Recebeu a primeira tonsura a 28 de outubro de 1904, as ordens menores a 01 de novembro de 1905², o subdiaconato a 28 de outubro de 1906³ e o diaconato a primeiro de novembro do mesmo ano. Sua ordenação sacerdotal deu-se justamente um ano depois, a primeiro de novembro de 1907. (SEQUEIRA, 1943a, p. 10)

Realizou sua primeira missa dois dias depois, na capelinha de São Vicente, no próprio Seminário de Santa Teresa, “em caráter de inteira intimidade, estando presentes seus parentes e amigos” (SEQUEIRA, 1943a, p. 10). No mesmo ano, ainda segundo o autor, retornou a sua cidade natal Propriá “para cantar a missa nova”, sendo recebido “festivamente pelos seus conterrâneos”, e logo foi nomeado coadjutor do vigário Cônego José da Rosa Passo. Sequeira relata que constituía “motivo de genuína glória” para Cônego Rosa receber “como auxiliar no governo da paróquia aquele que ele tinha batizado e cujos passos e tateios rumo ao sacerdócio tinha dirigido, auxiliado e orientado”. Em março de 1912, aos 27 anos, Padre Antônio Cabral torna-se pároco de Propriá, após a morte do vigário, o qual auxiliara, permanecendo na função até abril de 1918.

² Cf. Anexo 3 - Documento original da então Arquidiocese de Salvador da Bahia, datado de setembro de 1906, em que Antônio dos Santos Cabral recebe as ordens menores no dia 29 de setembro de 1905.

³ Cf. Anexo 4 - Documento original da então Arquidiocese de Salvador da Bahia, datado de 29 de outubro de 1906, ordenando Antônio dos Santos Cabral a subdiaconato no dia 28 de outubro de 1906.

Vagando a paróquia, e acostumado os fiéis com a orientação benéfica do coadjutor em exercício, não havia motivo para uma mutação radical; considerando isto, a autoridade diocesana promoveu o Pe. Antônio a pároco, ato esse que, a um tempo, satisfazia os fiéis, honrava a memória do antigo vigário e premiava os esforços do jovem sacerdote em prol da religião. (SEQUEIRA, 1943a, p. 11)

De acordo com Sequeira (1943a, p. 12), durante os seis anos de paroquiado de Pe. Antônio Cabral, a vida eucarística de Propriá “tomou um surto prodigioso”, pois, “[...] conforme os dados oficiais, o número de comunhões anuais ascendeu a mais de cem mil, o que, para a época e para o tamanho da paróquia, constituía um magnífico recorde em matéria de vida interior”. O autor evidencia também que “[...] num lapso de tempo relativamente curto, o progresso religioso de Propriá foi estupendo: surgiram, não só instituições de finalidade puramente espiritual, como também as associações de programa misto”, que contavam com o padre como “idealizador ou sustentáculo”. Só depois surgira “[...] as obras externas, as confrarias, as instituições de benemerência social, em prol da Religião e da Pátria”:

Pia União das filhas de Maria, a primeira, em ordem cronológica, do estado de Sergipe;
Três centros do Apostolado da Oração;
Oito Conferências Vicentinas, com um Conselho particular e um Conselho Central;
Uma Escola Paroquial, do gênero das que a Igreja tem patrocinado nos países europeus e na América do Norte;
Um colégio feminino com um curso anexo dedicado às meninas pobres e dirigido pelas Irmãs Franciscanas Portuguesas – Colégio Nossa Senhora das Graças;
A Escola São Vicente, para meninos pobres, visando à incrementação das vocações sacerdotais;
Construção e organização de um hospital paroquial, confiado nas Irmãs Franciscanas. (SEQUEIRA, 1943a, p. 12)

Devido ao destaque de suas realizações sacerdotais e em reconhecimento pelo seu excelente trabalho enquanto pároco de sua cidade natal, Pe. Cabral foi nomeado, em 1914, cônego capitular da Sé de Aracaju e recebeu do Sumo Pontífice o título de Monsenhor. Pouco tempo depois seu nome seria lembrado para bispo. Sequeira enfatiza que, durante o paroquiado do Padre Cabral,

[...] a igreja matriz foi toda remodelada e tornou-se um dos templos mais sumptuosos da Diocese de Aracajú. Os costumes não decaíram de sua inocência provinciana; escândalos públicos não houve; a superstição espírita e as seitas protestantes tentaram em vão seduzir as inteligências. A paróquia foi apontada como modelo das paróquias, para honra e louvor de seu jovem governante, o Pe. Antônio dos Santos Cabral. (SEQUEIRA, 1943a, p. 12)

As ações de Antonio dos Santos Cabral, como pároco de Própria, foram proeminentes para época devido ao seu papel de regenerador católico, ou seja, em pouco tempo à frente de uma paróquia, considerada até pequena, conseguiu aumentar significativamente o número de fiéis e comunhões, reformar a igreja principal, ganhando destaque em comparação às demais da diocese e conservar os “bons costumes” católicos, combatendo outras religiões que não fosse a católica. Também desempenhou com eficiência e êxito os preceitos e valores tradicionais religiosos em uma sociedade em um contexto pós-independência, sem o reconhecimento da religião Católica pelo Estado, em que a Igreja tenta manter seu prestígio social e ampliar seu alcance e domínio.

Na vida eclesiástica de Dom Cabral é considerado um “fato obscuro, relativo à sua ascensão na hierarquia eclesial” (SEQUEIRA, 1943a, p. 13) rejeitar por duas vezes a indicação a bispo de Natal, sendo a primeira vez em abril de 1916 e, depois, em junho de 1917. Considera-se que haveria, certamente, motivos para essa atitude ousada de “consciência” ou de “ordem sentimental”.

Temperamento sabidamente emotivo, afeito às manifestações de incontida ternura, monsenhor Cabral, indigitado bispo, sentira enorme pesar de afastar-se de sua cidade natal, de seus amigos e parentes; além disso, pároco zeloso que era, constringia-o a ideia de ter de abandonar os seus empreendimentos paroquiais, alguns ainda dependendo da última demão e acabamento: para mim, e este seria o motivo mais ponderável – a consciência da responsabilidade que assumiria aceitando o episcopado, e amor à vida obscura, e a humildade que o caracteriza. O certo é que hesitou, titubeou, rejeitou, ele, o homem resoluto, o espírito denodado que, de ordinário, não sabe o que é ter veleidade. Mas a obediência à voz da Igreja e a vocação do apostolado falaram mais alto do que os motivos íntimos, e monsenhor Cabral acabou consigo que devia acordar em ser pastor de almas. De fato, a primeiro de outubro de 1917 era publicado a bula do Sumo Pontífice Bento XV – *Commissum humilitate* – que o preconizou bispo de Natal, capital do Rio Grande do Norte. (SEQUEIRA, 1943a, p. 13)

Após a publicação da bula “*Commissum humilitate*” – que determinou monsenhor Antonio dos Santos Cabral o segundo bispo de Natal, e a cerimônia de sua consagração, realizada em abril de 1918 na catedral do Rio de Janeiro (capital da República), sua posse na cidade de Natal ocorreu em maio do mesmo ano, em sucessão a Dom Joaquim Antônio de Almeida – primeiro bispo da capital do Rio Grande do Norte, que renunciara o cargo em 1915 após sofrer um derrame cerebral enquanto fazia uma visita pastoral em uma paróquia da diocese. Durante um período de três anos de vacância, a diocese de Natal ficou jurisdicionalmente sob o governo do Arcebispo da Paraíba, mas com a administração efetiva do Mons. Alfredo Pegado Cortez, até a posse de Dom Cabral.

Figura 1 - Retratos de Antônio dos Santos Cabral, entre os anos de 1899 a 1916.



Antônio dos Santos Cabral como seminarista, por volta de 1899-1904.



Padre entre 1908-1911.



Monsenhor entre 1914-1916.

FONTE: Arquidiocese de Belo Horizonte.

1.2 Bispo da Diocese de Natal no Rio Grande do Norte

Nomeado Bispo de Natal no final de 1917, tomando posse de sua nova diocese em maio de 1918, com apenas 33 anos de idade, Dom Cabral iniciou na capital do Rio Grande do Norte sua ação modernizadora, que lhe serviria de experiência na administração da diocese

mineira⁴. Uma das primeiras ações do novo bispo foi o “Apelo ao Clero e Povo da Diocese de Natal”, de 13 de junho de 1918, referente à situação financeira do bispado, como descrito por Matos:

A ninguém é dado – diz D. Cabral – ignorar o estado verdadeiramente angustioso em que se debate esta nossa querida Diocese de Natal. [...] Onerada de uma dívida avultadíssima que quase esmaga, sem o amparo de um patrimônio, como possuem quase todas as Dioceses do Brasil, tendo ainda, por organizar, todos os seus indeclináveis serviços, a nossa pobre Diocese de Natal, em condições tristemente excepcionais, impõe a nos e a todos medidas extremas que venham em tempo de obstar seu completo soçobro. [...] O sacrifício a que forçosamente somos arrastados deverá ser partilhado por todos, de modo a se tornar mais suave e de efeitos mais eficazes. [...] Mercê de Deus, não nos movem ambições subalternas e nosso intuito exclusivo é promover os meios imprescindíveis para arrancar a Diocese, que Deus nos vem de confiar, de uma situação melindrosa que afeta e magoa, não só os sentimentos religiosos, do nosso querido rebanho, mas também os de um santo e esclarecido patriotismo do povo de um Estado, como o nosso, rico de gloriosas tradições históricas. [...] Forçado a lançar mão dessas medidas extremas (taxas sobre os diversos serviços religiosos), é para Nós, Irmãos e filhos, sobremodo molesto, dadas as interpretações que os inimigos da nossa santa religião soem formular em semelhantes oportunidades. Para preveni-los, se faz indispensável, com toda clareza e veemência, que destas importâncias o vosso Bispo nada quer para si próprio e que se trata de um recurso legítimo, sugerido pela angústia do momento que assoberba nossa querida Diocese. (MATOS, 1990, p. 382 e 414-415)

Para Mendes (1943, p. 89), a primeira dificuldade encontrada na diocese de Natal era “inquietante” e de “ordem material”. A diocese não se achava em boa situação financeira, suas dívidas somavam aproximadamente 150 contos de réis⁵. Mas Dom Antônio não se desanimou, “[...] sua energia sempre se fortificava e avigorava sempre que encontrava obstáculos sérios pela frente. Dentro em pouco consegue pagar todas as dívidas da diocese e, ainda mais, formar-lhe o necessário patrimônio”. Ribeiro confirma a narrativa de Mendes ao afirmar que D. Cabral,

chegando a Natal, primeiro estudou o ambiente e as possibilidades de sua nova Igreja. Em seguida, colocou-se em ação, tendo obtido bons resultados em todos os setores. Conseguiu amortizar e depois saldar a dívida de cerca de 150 contos, procurando, em seguida, organizar um patrimônio modesto, mas real. (RIBEIRO, 1986, p. 32)

⁴ A ação modernizadora de Dom Cabral, em destaque como administrador eclesiástico da Diocese de Belo Horizonte, será contemplada nos próximos capítulos.

⁵ Utilizando a conversão evidenciada na obra de Laurentino Gomes, 150 contos de réis seriam o valor aproximado de R\$ 8 milhões de reais nos dias atuais (GOMES, 2007).

Figura 2 - Dom Antônio dos Santos Cabral como Bispo de Natal em 1917.



Fonte: <https://www.seminariosaopedro.org.br>.

Já Sequeira (1943a, p. 13) descreve que, “[...] prudente, mas destemido, D. Cabral primeiro estudou o ambiente e as possibilidades. Depois pôs mãos à obra. Sua ação, fruto de um pulso forte e de uma inteligência atilada, começou se fazer sentir em todos os setores”. Logo a dívida foi amortizada, finalmente saldada e, “[...] em seu lugar, avultou um patrimônio diocesano não grande, mas real”. Posteriormente, voltou-se para a formação do clero e preservação da juventude, fundando a Congregação Mariana para moços em 14 de junho de 1918 – no início era composta de 21 rapazes – e o Seminário de São Pedro, em fevereiro de 1919, um marco na ação formativa do clero de Natal.

Ainda em 1919 foram criadas a Escola de Comércio e a Conferência Vicentina, além de instituições de caridade, orientação católica para operários, catequese de crianças, disseminação da instrução popular e profissional, sodalícios para apoio e prática da piedade, fundadas no decorrer de sua administração. Ou seja, em menos de quatro anos de bispado natalense, Dom Cabral fundou o seminário e mais de doze instituições destinadas aos operários, moças e rapazes. Entre essas instituições, se destacaram sob sua direção:

Círculo de operários católicos;
Aliança Feminina;
Curso de Apologética Cristã para moças;
Escola de Comércio para moços;

Instituto de Proteção às moças solteiras;
 Escola e Recreatório das Operárias;
 Escola Comercial Feminina;
 Sociedade Propagadora do Ensino Primário;
 Sociedade Aloisiana para meninos;
 Associação do Pão de Santo Antônio;
 Sete Centros do Apostolado da Oração;
 Trinta e seis Conferências Vicentinas;
 Confrarias de Nossa Senhora do Rosário. (SEQUEIRA, 1943a, p. 14)

Preocupado com a palavra escrita e a difusão do apostolado, o bispo Cabral deu origem à revista “Boletim de Natal” (órgão oficial da diocese), na qual era diretor, redator e revisor, e aos jornais periódicos “A Palavra” e “Fé e Luz”, sendo “A Palavra” de publicação diária e um dos poucos diários católicos no norte do Brasil (SEQUEIRA, 1943a). Sobre o bispo e a importância da imprensa no governo episcopal de Natal, Mendes diz o seguinte:

Êsse homem de ação jamais se esquecia do valor construtivo das ideias e de sua força avassaladora. Por isso, não entendia ação social e religiosa, sem órgãos de imprensa. Dota a diocese dum órgão oficial: o “Boletim de Natal”, a que se seguem os jornais “A Palavras” e “Fé e Luz”. “A Palavra” era um modesto diário. Mas nele temos o germe do grande diário católico, que D. Antônio sempre sonhou e que veio a realizar em terras mineiras, já em outro período dessa sua grande vida de operário sempre ativo. Como remate de sua obra na diocese de Natal, inicia-se a construção da catedral metropolitana. E tudo isso fôra realizado em apenas 4 anos de indormida atividade! A 21 de novembro de 1921, era D. Antônio transferido para diocese de Belo Horizonte. O operário era mudado de lugar, mas a sua operosidade iria exercer-se agora em setor ainda maior, com a mesma dedicação, o mesmo ardor, o mesmo entusiasmo. (MENDES, 1943, p. 90)

Após iniciar a construção do prédio do seminário e da nova Catedral em Natal, D. Cabral foi surpreendido, em 21 de novembro de 1921, pela *Hodie Nobis* do Papa Bento XV, que o transferia para a nova diocese de Belo Horizonte. Matos (1990) descreve as “palavras de despedida” do bispo, em 15 de fevereiro de 1922, publicado no jornal da capital dias depois:

Acurvado, submisso ao jugo desta obediência onímoda, que nos havia arrancado do convívio dos queridos paroquianos de Propiá, constituindo-nos Pastor deste mimoso rebanho de Natal, agora, cedendo ainda ao seu incontrastável império e, mau grado, a alma lacerada de angústia, vos deixaremos, partindo em demanda do novo rebanho que no Senhor apascentaremos em Belo Horizonte. Esta separação importa dura provação para nosso coração ferido de indizíveis saudades. Menos de quatro anos perdurou a honra insigne que experimentávamos na direção de vossos destinos espirituais. Tempo exíguo para a tarefa ingente que deveríamos empreender, mas sobejamento largo para estabelecer e estreitar o querido povo do Rio Grande do Norte nos mais íntimos laços de uma santa, profunda e perene afeição. (...) Neste lapso de doce permanência entre vós diz-nos a consciência, não ficamos ociosos. Se não empreendemos quanto ao nosso dever impunha e vosso amor provoca, todavia não nos quedamos indiferentes ao vosso bem-estar espiritual, nem nos poupamos fadigas para vo-lo procurar. (MATOS, 1990, p. 385)

Assim, pouco mais de quatro anos à frente da Diocese de Natal, que se estendia por todo o estado do Rio Grande do Norte, Dom Cabral saldou uma dívida significativa da diocese no valor aproximado de 8 milhões de reais nos dias atuais, constituiu um pequeno patrimônio para a circunscrição, instituiu o jornal católico, ordenou seis padres, fez diversas visitas pastorais as paróquias e iniciou a construção da Catedral e do Seminário.

Durante seu governo pastoral em Natal, desde sua posse até a sua partida, segundo Matos, ele se preocupou também, particularmente, com a formação do clero e da juventude em geral, fundando, além do Seminário de São Pedro, a Congregação de Mariana e dezenas de instituições e colégios católicos destinados aos operários, moças e rapazes, “sete centros do Apostolado da Oração e nada menos do que 36 Conferências Vicentinas” (MATOS, 1990, p. 383). O autor cita a intensa atividade do bispo, comentada pela imprensa local, ainda no primeiro ano de seu governo:

O Bispo de Natal é a encarnação perfeita do sacerdote moderno pela compreensão dos deveres sociais aliados às funções dos misteres da religião católica, campo vasto em que poderá prestar os mais relevantes serviços à população do Estado, agindo de modo a esclarecê-la e educá-la para um trabalho para um trabalho profícuo à moral cristã e à economia coletiva. (MATOS, 1990, p. 383)

O bispo Antônio Cabral saiu de Natal em 23 de fevereiro de 1922, permanecendo algum tempo no Rio de Janeiro – capital da República. Foi ao seu encontro uma comissão católica de Belo Horizonte, integrada por Monsenhor João Martinho de Almeida (vigário da Igreja de Boa Viagem) e Padre Godofredo Stribos (Paróquia de São José). Após a chegada da comissão na capital do Brasil, Dom Cabral emite, em 15 de março de 1922, a sua primeira Carta Pastoral, saudando seus diocesanos de Belo Horizonte e definindo onze atos a serem seguidos por todo o clero e paróquias da diocese mineira. De acordo com Sequeira (1943a), depois da emissão da Carta Pastoral, o Monsenhor João Martinho regressou a Belo Horizonte para ajudar nos preparativos da recepção de Dom Cabral, enquanto o Padre Stribos permaneceu com Dom Cabral no Rio de Janeiro, servindo-o de secretário.

1.3 A Arquidiocese de Belo Horizonte: primeiro bispo e arcebispo da capital mineira

A futura Belo Horizonte pertenceu ao município de Sabará até o dia 05 de junho de 1894, quando foi promulgado o Decreto nº 716 e o Decreto nº 776 complementando o desligando do território compreendido na planta oficial da nova capital, dando ampla autonomia ao município e providenciando a administração local, desapropriações da área e a construção de toda estrutura necessária para a recém-criada capital mineira. Inaugurava-se a

nova capital de Minas Gerais, em 12 de dezembro de 1897, e sobre a sua instalação Linhares descreve:

[...] pode avaliar o quanto se fez em 3 anos, 10 meses e 12 dias. Hercúleos e titânicos foram os trabalhos então realizados. Do nada, pode-se dizer, e em tão curto espaço, surgiram as belas avenidas e ruas que ahi estão e os sumptuosos edifícios públicos e particulares, que garbosos se ostentam nesta cidade. [...] a lei nº 3, adicional a Constituição, deu o limitadíssimo prazo de 4 anos para a definitiva transferência do governo para a nova capital. Esse prazo, devia findar-se a 17 de dezembro de 1897, entretanto, 5 dias antes, 12 do referido mez, o venerado e conspícuo presidente do estado, dr. Chrispin Jacques Bias Fortes, instalava solenemente a cidade de – Minas – e para ela transferia a sede do governo do Estado, pelo decreto nº 1.085, cujo autografo foi escrito em pergaminho. (LINHARES, 1905, p. 380-381)

Denominado então o distrito de Belo Horizonte, na comarca da cidade de Minas, segundo Linhares (1905), em 29 de dezembro do mesmo ano da inauguração, criou-se a prefeitura, e no mês seguinte, em janeiro de 1898, extinguiu-se a “Comissão Construtora”, responsável pelo perímetro e estrutura da nova capital do estado, transferindo seus serviços a Secretaria da Agricultura do município. A antiga freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rei, que se tornaria anos mais tarde a cidade de Belo Horizonte, entre os anos de 1820 a 1825, no bispado de Dom Frei José da Santíssima Trindade na Diocese de Mariana, a “[...] 23 léguas de distância de Mariana e 99 da corte do Rio de Janeiro⁶, contava com 16.286 almas e de rendimento cobrável com a Cômgrua paroquial de 1.450.000 réis⁷”. Matos (1990, p. 396) relata que, sobre a religiosidade da primogênita população da nova capital mineira, em fins do século XIX e início do século XX, João Camilo de Oliveira Torres escreveu: o povo belo-horizontino das origens

não era, apenas, uma massa vagamente cristã, mas uma comunidade de famílias que estavam acostumadas a fazer da religião o centro da vida... (Tinham) a religião como algo essencial à vida da cidade [...]. O mineiro sempre admitiu que a religião não é coisa de foro íntimo apenas... A religião se pratica em público, é coisa oficial. (MATOS, 1990, p. 396)

Com a chegada dos missionários Redentoristas na capital mineira, ainda segundo Matos, Belo Horizonte inaugura oficialmente, em 17 de janeiro de 1900, a nova paróquia de São José. O autor relata que a sugestão era que Santo Afonso fosse o padroeiro da nova igreja,

⁶ Conforme a conversão de léguas para quilometragem, 16 léguas correspondem, aproximadamente, a 102 km e 99 léguas a 440 km. Foi considerado para cálculo a “légua terrestre ou légua comum de 4,445 km” do Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse. Editora de Antônio Houaiss. Paris/Rio de Janeiro, 1980.

⁷ Utilizando a conversão de Laurentino Gomes, 1.450.000 réis seria o valor aproximado de 80 mil reais em dinheiro atual (GOMES, 2007).

mas Dom Silvério Gomes Pimenta (bispo de Mariana de 1890 a 1906 e arcebispo de 1906 a 1922), “[...] conhecido pela sua grande devoção a São José, desejava expressamente que este fosse o patrono da paróquia. A nova comunidade redentorista, composta por 3 padres e dois Irmãos, foi instalada no dia 26 de janeiro de 1900, numa casa alugada à Rua Carijós” (MATOS, 1990, p. 395). No dia seguinte, D. Silvério assinou o documento que fixava as divisas entre os territórios das duas paróquias existentes em Belo Horizonte, tendo uma população de “aproximadamente 12.000 almas”. Antes da fundação da paróquia de São José havia apenas a Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, remoto dos tempos do Brasil colônia, “criada em 1748 pelo primeiro bispo de Mariana, Dom Frei Manuel da Cruz” (MATOS, 1990, p. 395). Conforme descrito pelo autor, os redentoristas holandeses, então estabelecidos em Juiz de Fora, foram para Belo Horizonte a pedido do bispo D. Silvério para tomarem conta da igreja que seria inaugurada. No entanto, no início houve hesitação por parte dos religiosos da capital.

Corria, na época, o boato de que o próprio Vigário da nova capital mineira, Padre Francisco Dias, mal conseguia se manter, estando atolado em dívidas. Além disso havia outra dificuldade: como missionários, a Regra de Santo Afonso de Ligório proibia que os redentoristas aceitassem paróquia fixa. Após longas deliberações os superiores da Congregação abriram uma exceção: a “título de caridade” os padres poderiam ir para Belo Horizonte e assumir a segunda paróquia da recém-criada Capital. (MATOS, 1990, p. 395)

Os redentoristas prestavam os serviços religiosos, provisoriamente, na Capela de Nossa Senhora do Rosário, até o Estado, que “[...] tomou sobre si o encargo de construir uma nova Matriz com um orçamento, em 1902, de 432 contos de réis⁸ para esse fim” (MATOS, 1990, p. 395). Erguer um

[...] lugar apropriado e com a elegância reclamada pelo caráter geral das construções da nova Capital. Um belo e bem situado terreno á Avenida Afonso Pena em frente ao Parque, medindo 150m², (trata-se, evidentemente, de um engano: deve ser pelo menos 10.000m²), fora concedido pela Prefeitura para a construção de uma igreja e de um convento com um bom quintal. Esta concessão foi feita ao Sr. Bispo, e embora não se fizesse logo a entrega definitiva, devido a algumas mediações, que deviam fazer ainda mais cuidadosamente para a ereção das construções, todavia o terreno ficaria reservado para o fim que fora doado. (MATOS, 1990, p. 396 e 422)

Em 16 de outubro de 1901, na festa de São Geraldo, iniciou a preparação do terreno para construção e lançada a 1º pedra em abril de 1902. Em agosto do mesmo ano foi lavrado o documento oficial de doação do terreno. A matriz foi inaugurada dois anos mais tarde, sendo

⁸ Utilizando a conversão de Laurentino Gomes, 432 contos de réis seria o valor aproximado de 24 milhões de reais em dinheiro atual (GOMES, 2007).

“um dos mais ricos monumentos da cidade e uma obra que chama a atenção de todos os forasteiros” (MATOS, 1990, p. 396). Os registros dos redentoristas da paróquia de S. José, descritos pelo autor, apresentam uma outra “face da catolicidade da jovem capital”, com um “espírito irreligioso” e pouca reverência dos fiéis no templo, em 1900:

O respeito na igreja deixa a desejar, uma falha do povo que manifestar-se-a em constantes perturbações nos anos vindouros. É por isso que foi colocada na capela, a 4 de maio, uma divisória de ferro a fim de separar os homens e rapazes das mulheres... Também os resultados das atividades naquela igreja não foram animadores. Em 1900 foram distribuídas 7 mil comunhões, administrados 304 batizados e realizados 24 matrimônios. Apesar de os nossos poderem contar com a colaboração de um certo número de bom paroquianos e amigos sinceros, a grande massa vivia quase totalmente alheia aos atos do culto. [...] Embora tenha aumentado a participação dos fiéis neste ano (1901), experimentavam os nossos que **a população da capital não se destaca por um verdadeiro espírito religioso**. As queixas sobre as irreverências na capela são frequentes. Nas procissões os homens se negam categoricamente a entrar nas filas; simplesmente não atendem ao apelo do sacerdote, muitos por respeito humano, não poucos por má vontade. A falta de respeito na igreja parece um vício arraigado, que somente com os anos será sanado [...].(MATOS, 1990, p. 397, grifo do autor)

Os fatos registrados revelam uma vida religiosa indisciplinada na jovem Belo Horizonte, ao menos para os parâmetros dos missionários, que tinham uma “[...] dedicação e zelo, às vezes excessivos, por parte dos redentoristas estrangeiros que, não raras vezes, se chocavam com os costumes locais” (MATOS, 1990, p. 397). O Livro de Tombo da Igreja de São José (vol. 1, p. 14B), transcreve um comunicado do jornal “O Diário de Minas”, de 13 de maio de 1902, reafirmando tais ocorrências:

Na matriz de Boa Viagem foram suspensas ontem as festividades do mês de Maria, devido à falta de educação de alguns indivíduos, que vão para lá com ânimo feito para perturbar a cerimônia e desrespeitar as pessoas, que ali se acham, principalmente as senhoras. Este fato que envergonha uma cidade policiada, precisa de sério corretivo. Todos sabem, que os que assim procedem, representam uma insignificante minoria em meio a população educada e seria; mas por isso mesmo não é admissível, que o menor número comprometa uma maioria honesta, sobre quem recai coletivamente o mau feito dos atos de meia dúzia de incorretos. Não é de hoje infelizmente, que isso se dá. Em 1899 o nosso colega da Tribuna Católica, então Vigário da Boa Viagem, Padre Martins Dias, foi obrigado a suprimir a tradicional Missa do Galo na noite de Natal, por causa da insolente inconveniência com que se comportavam ali alguns tantos indivíduos; no ano atrasado, é sabido que escândalos se deram na Capela do Rosário, obrigando a uma repulsa violenta da imprensa; agora voltam de novo, pouco a pouco, os desrespeitadores, que não recuam nem diante do culto das famílias. Isto é, que precisa ter um termo. Bem sabemos que a educação não entra nas funções da polícia, e que esta não se pode dar quem não a tem; mas desde que ela ultrapasse um certo limite e constanja a liberdade alheia e, portanto a ordem geral, ela incide nos delitos correccionais para os quais a polícia tem competência. (MATOS, 1990, p. 422-423)

Nos anos que se seguiram, Matos (1990, p. 397) narra que as desordens continuaram a tal ponto que, em 1903, um padre foi cercado por alguns rapazes “[...] insatisfeitos com a

mudança dos horários das coroações de Nossa Senhora na Igreja da Boa Viagem e revoltados com os ‘avisos’ recebidos pelo padre”, tendo o religioso, com dificuldade, se refugiado na casa do chefe de polícia para fugir da fúria dos jovens. Em 1905, durante uma celebração noturna, alguns rapazes começaram a pular as grades de ferro, na matriz de São José, que separavam os homens das mulheres,

[...] a fim de se aproximarem do outro sexo, provocando gritaria e pânico. Senhoras e moças correram para dentro da sacristia na maior confusão. O solene e firme protesto do pároco contra “tão indigno procedimento” não adiantou nada, pelo contrário, fez aumentar a algazarra e uivos da rapaziada. Por fim, o vigário ordenou que fosse retirado o SS. Sacramento e se fechasse o templo. À noite um piquete de cavalaria foi enviado para proteger o convento dos redentoristas. (MATOS, 1990, p. 397)

O próprio bispo Dom Silvério, durante sua visita pastoral a paróquia de S. José, em dezembro de 1906, experimentou que a população da incipiente capital não era tão dócil como nas demais cidades de sua Diocese de Mariana. Quando o prelado “[...] começou a administrar o sacramento da crisma, houve tanto e tão violento empurro de massa que inclusive pulava as grades de ferro, que o bispo foi obrigado a crismar um por um à porta da sacristia” (MATOS, 1990, p. 97). Mesmo com toda dificuldade, em 1920, segundo Matos (1990, p. 398), “[...] já havia muito trabalho do apostolado em Belo Horizonte, graças aos padres redentoristas que, com a sua visão e trabalho, deram o roque de ação entre os católicos, com o espírito de trabalho que trouxeram da Holanda”. Devido a esse “espírito missionário” a paróquia de São José se propagou em direção à periferia de sua região e, mesmo “[...] não tendo diretamente uma preocupação financeira com a matriz”, foram criadas igrejas nos locais mais “estratégicos” da nova capital: “Calafate (1905), Barro Reto (1906), Engenho Nogueira (1909), Lagoinha (1914), Floresta (1922), além de outras capelas filiais”. Para o autor, não é exagerado dizer que os missionários redentoristas “criaram a vida religiosa na capital mineira”.

A ideia de um novo bispado em Minas Gerais, de acordo com a descrição de Matos (1990, p. 399), se “revelou” em 1905, quando Francisco Sales, Presidente do Estado de 1902-1906, “[...] manifestara ao superior dos redentoristas de Belo Horizonte seu desejo de Belo Horizonte possuir uma sede episcopal própria, e, nesse caso, a Igreja de São José poderia servir muito bem como catedral”. Em 1909, na cidade de Mariana, correu “[...] um **boato** que a Sé arquiiepiscopal seria transferida para a nova capital, enquanto Mariana continuaria como “simples diocese” sob o governo de Dom Silvério na qualidade de administrador apostólico” (MATOS, 1990, p. 399, grifo do autor). No ano de 1911, supõe-se, porém, que na

instalação da pedra fundamental da nova edificação da Matriz da Boa Viagem ter contado, nesse ano, com tantas figuras importantes, com a presença de grandes nomes da Igreja e do Governo Providencial, que vieram de várias partes de Minas Gerais e até de outros Estados, poderia significar que estava se pensando em transformá-la em sede de uma nova Diocese. (REIS, 2021, s/p)

A idealização de uma diocese própria na capital belo-horizontina “começou a ter contornos mais definidos por volta de 1914, com a crescente importância política da jovem capital do estado” (SEQUEIRA, 1943b, p. 133), além do seu próspero desenvolvimento e atendendo também o desejo da população, Dom Silvério Gomes Pimenta⁹, concordou em conduzir a fundação do novo bispado de Belo Horizonte, com território a ser desmembrado da Arquidiocese de Mariana¹⁰. Para isso, criou-se a “Comissão do Bispado”, nomeando “[...] ilustres sacerdotes e católicos leigos que promovessem meios com que constituir o patrimônio do futuro bispado e, diretamente, fez ver à Santa Sé as vantagens espirituais que adviriam para Minas se fundado o bispado” (SEQUEIRA, 1943b, p. 133). Em junho de 1919, o Núncio Apostólico, D. Ângelo Scarpadini, visitou Belo Horizonte, sendo recebido “[...] com todas as honras devidas a sua alta dignidade pelo governo mineiro,” hospedou-se no convento São José e “[...] durante o grande encontro de católicos preeminentes, no Cinema Modelo, revelou que faria todo o possível para Belo Horizonte ter, em breve, sua diocese” (MATOS, 1990, p. 399)¹¹.

Cria-se, então, em 11 de fevereiro de 1921, pela Constituição Apostólica “*Pastoralis sollicitudo*”¹² do Papa Bento XV, “[...] dividindo em duas a referida Arquidiocese de Mariana, restringido-a em direção a leste, e erigindo no lado oeste uma nova Diocese a ser denominada de Belo Horizonte” (MATOS, 1990, p. 399). No documento, a Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem era elevada à “dignidade de Catedral”. Em 21 de novembro do mesmo ano, Dom Antônio dos Santos Cabral foi nomeado o primeiro bispo da diocese pela bula “*Hodie*

⁹ Sucedido, posteriormente, pelo seu bispo coadjutor D. Helvécio Gomes de Oliveira (1922-1960).

¹⁰ A Diocese de Mariana foi elevada a arquidiocese, juntamente com o bispado de Belém do Pará, por um mesmo documento pontifício “*Sempiternam Humani Generis*”, do Papa São Pio X, de 01 de maio de 1906 (ARQUIDIOCESE DE MARIANA, 2021).

¹¹ O autor acrescenta ainda que, naquela ocasião, o núncio D. Ângelo “expressou seu desejo de poder estar pessoalmente presente na instalação do novo Bispo”. No entanto, a diocese foi fundada, mas sem a presença de D. Ângelo “que algum tempo depois foi deposto, porque os bispos se queixaram dele em Roma: era por demais crítico e demasiadamente franco, não poupando ninguém quando dava sua opinião” (MATOS, 1990, p. 423).

¹² Cf. Anexo 5 e Anexo 6 - Constituição Apostólica “*Pastoralis sollicitudo*” desmembrando municípios da Arquidiocese de Mariana e fundando a Diocese de Belo Horizonte. Documento do arquivo do Vaticano.

Nobis”¹³, sendo transferido de Natal. De acordo com Sequeira (1943b), a Comissão do Bispado, tendo Monsenhor João Martinho de Almeida (pároco da Matriz da Boa Viagem) como presidente, realizou 17 sessões, de setembro de 1914 a março de 1922, sendo encerrada a comissão com a posse do primeiro bispo de Belo Horizonte – Dom Cabral. Foi nessas sessões que Monsenhor Martinho anunciou a Matriz da Boa Viagem como Catedral da nova diocese, avisou a todos que as bulas para ereção do bispado já tinham sido expedidas e convocou a comissão a saldar as custas que somavam 2:452\$000 contos de réis¹⁴. Mas, devido à carência de recursos, pouco pôde ser executado antes da constituição oficial do recém-criado bispado, como uma residência para o novo Bispo, por exemplo. Além, da igreja escolhida para Catedral ainda estar em obras (REIS, 2021). Instalado o novo bispado, segundo Sequeira (1943b), haviam deficiências enormes de acomodação, quer para o bispo, quer para o funcionamento da Cúria diocesana.

Em 1922, na instalação do novo bispado do estado de Minas Gerais, o Brasil estava dividido em 13 províncias eclesiásticas, contanto com um total de 63 circunscrições jurisdicionais, havendo 13 arquidioceses com seus respectivos arcebispos, 40 bispados, 7 prelazias e 3 prefeituras apostólicas (MATOS, 1990). A nova diocese de Belo Horizonte abrangia os municípios mineiros de: “Belo Horizonte, Contagem, Santa Luzia, Sabará, Caeté, Sete Lagoas, Bonfim, Entre Rios, Santa Quitéria, Itaúna, Pará de Minas, Pequi, Pitangui, Divinópolis, Itapeçerica, Oliveira, Passa Tempo, Campo Belo, Perdões, Bom Sucesso e o distrito de Ibituruna” (SEQUEIRA, 1943b, p. 135). Em todo o território da recém-criada circunscrição eclesiástica “[...] existiam 59 paróquias sendo que, na capital, eram apenas duas: Boa Viagem e São José. Havia, também, dois Curatos constituídos: Barro Preto e Santa Efigênia, além de mais duas Capelas Curadas. O clero era formado por 79 sacerdotes seculares” (MATOS, 1990, p. 400).

Após a sua nomeação como primeiro bispo da Diocese de Belo Horizonte, partindo de Natal em 23 de fevereiro de 1922 e permanecendo algum tempo na capital da República, no Rio de Janeiro, cuidando dos interesses de sua nova diocese, Dom Cabral decidiu visitar a Arquidiocese de Mariana antes de se dirigir à sede de sua nova jurisdição. Foi recebido com festejos por Dom Silvério que, por não poder acompanhá-lo pessoalmente até Belo Horizonte, nomeou o cônego Domício Nardi para representá-lo na posse do novo bispo belo-

¹³ Cf. Anexo 7 - Transcrição da bula “Hodie Nobis” do Papa Bento XV, de 21 de novembro de 1921, nas páginas do Livro Tombo da então Diocese de Belo Horizonte.

¹⁴ Utilizando a conversão de Laurentino Gomes, 2:451\$000 contos de réis seria o valor aproximado de 112 mil reais em dinheiro atual (GOMES, 2007).

horizontino¹⁵ (SEQUEIRA, 1943a, p. 15). O bispo D. Cabral chega à “estação Central do Brasil, na Praça Rui Barbosa” em Belo Horizonte, no dia 30 de abril de 1922, acompanhado por Domicio Nardi, representante do arcebispo de Mariana, e comitivas que saíram de Caeté, Sabará e Pedro Leopoldo (MATOS, 1990, p. 387). Sequeira relata que na plataforma da estação de trem aguardavam Dom Cabral “representações oficiais e pessoas da mais alta sociedade, além do elemento popular, entusiasta e devoto, que enchia todas as dependências da estação e parte da praça” (1943a, p. 17), conforme consta na ata da posse do primeiro bispo da capital mineira:

Aos trinta dias do mês de abril do ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil novecentos e vinte e dois, sendo Papa S.S. Pio XI; Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o Exmo. Sr. Dr. Epitácio da Silva Pessoa; Presidente do Estado de Minas Gerais, o Exmo. Sr. Dr. Arthur da Silva Bernardes; Nuncio Apostólico no Brasil, o Exmo. e Revmo. Sr. D. Henrique Gasparri; Arcebispo Metropolitano de Marianna, o Exmo. e Revmo. Sr. Dr. Silvério Gomes Pimenta, tomou posse, solenemente, na matriz de S. José, deste Bispado de Nossa Senhora da Boa Viagem de Belo Horizonte, o Exmo e Revmo. Sr. D. Antonio dos Santos Cabral, transferido, por sua Santidade o Papa Bento XV, da Diocese de Natal no Rio Grande do Norte, para a desta Capital. Tendo chegado sua Exmo e Revmo. as 10 horas e cinquenta e cinco minutos, vindo de Marianna, a esta Capital, foi recebido solene e festivamente por toda a população católica desta Capital; achando-se presente: o Exmo. Sr. Cel. Vieira Christo, representante do Exmo. Sr. Presidente do Estado; Exmo. Sr. Dr. Afonso Pena Júnior, Secretário dos Negócios do Interior; Exmo. Sr. Clodomiro de Oliveira, Secretário da Agricultura; Exmo. Sr. Dr. Nelson Baptista, representante do Exmo. Sr. Dr. Secretário das Finanças; Exmo. Sr. Dr. Afonso Vaz de Melo, Prefeito da Capital; Exmo. Sr. Cônego D. Domicio Nardy, representando S. Exmo. e Revmo. Sr. Arcebispo de Marianna; altas autoridades do Exercicito e da Polícia do Estado; Revmo. Srs. Vigários, Monsenhor João Martinho de Almeida e Padre Godofredo Strybos; Revmos. Padres respresentantes de todas as Congregações religiosas da Capital; Revmos. Irmãos, grande número de sacerdotes, membros da Comissão do Bispado e Associações Religiosas.¹⁶

Seguiu, então, como descrito por Sequeira, para sua residência provisória na Rua Guajajaras, sendo “ovacionado” em todo o trajeto. À tarde, após a cerimônia de posse na matriz de São José, novamente em sua residência, recebeu todos os representantes do Governo do Estado citados na ata de posse descrita acima. De acordo com Matos, anunciando a chegada do primeiro Bispo de Belo Horizonte, a revista “A Ordem” felicita os fiéis da capital mineira enaltecendo a pessoa de Dom Cabral:

[...] é um Bispo ainda cheio de mocidade, um dos mais moços do nosso corpo episcopal, e contudo é já uma figura notável pelo zelo, pela inteligência e pela dedicação com que exerce o seu ministério. [...] Simpático, insinuante, sua

¹⁵ Observamos que a data 23 de fevereiro de 1923, a qual o autor refere-se como o ano da partida de D. Cabral de Natal nessa página, está incorreta de acordo com as demais fontes da pesquisa, inclusive com outros escritos do autor e os registros contidos no Livro de Tombo da arquidiocese. Consideramos, assim, a data correta: 23 de fevereiro de 1922.

¹⁶ Livro de Tombo da Arquidiocese de Belo Horizonte, 1922-1927, p. 6A.

fisionomia tem alguma coisa de energia do seu caráter, mas principalmente da afetividade de seu coração. [...] muito esperamos da atuação deste Bispo na vida nacional. (MATOS, 1990, p. 400)

Figura 3 - Dom Antônio dos Santos Cabral, Bispo da capital mineira em 1922.



Fonte: Arquidiocese de Belo Horizonte.

Segundo Sequeira (1943a, p. 18), de posse da diocese, D. Cabral “[...] tratou de pôr-se em contato com os sacerdotes que encontrou à frente das paróquias” e, logo em seguida, deu início aos atos administrativos de caráter urgente, uma vez que o bispado foi instalado sem uma organização nos diversos departamentos que constituem a cúria. Estando em construção a nova igreja da Boa Viagem, destinada para catedral, o bispo determinou que a matriz de São José ficasse servindo como catedral provisória. Nos meses que sucederam a sua chegada, as principais ações de Dom Cabral foram emitir duas circulares, Circular n. 1, de 13/06/1922, e a Circular n. 2, de 23/06/1922, complementando a primeira, que instituía o “Tributo Sagrado”, com a taxaão dos serviços religiosos, a fim de ser o meio para captação de recursos para instalação e manutenção das despesas da diocese belo-horizontina. Mas antes, em assembleia realizada em maio de 1922, que contava com a participação de integrantes do clero católico, representantes dos altos poderes do estado e de todas as classes da sociedade, concluindo serem necessários recursos urgentíssimos para os compromissos da fase inicial da Diocese, instituíram a Associação Central de Organização da Diocese, que deveria promover os meios

para uma digna e definitiva instalação do bispado. A Associação Central constava de duas categorias de membros, cada uma com sua diretoria: Diretoria de Honra – constituída por representantes dos poderes executivos, judiciário e legislativo, sendo o presidente o governador Dr. Artur da Silva Bernardes; e Diretoria Efetiva – integrada por pessoas do clero e da sociedade belorizontina, tendo o bispo da diocese, Dom Cabral, como presidente.

A Diretoria de Honra era composta por: Presidente – Dr. Artur da Silva Bernardes (governador do estado de 1918-1922 e presidente do Brasil entre 1922-1926); Vice-presidente – Dr. Bernardo Pinto Monteiro (senador federal de 1909-1923); Segundo vice-presidente – Sr. Artur Ribeiro de Oliveira (desembargador e presidente do Tribunal da Relação, responsável pela elaboração e execução do Código Civil do estado em 1922 e ministro do Supremo Tribunal Federal em 1923); Terceiro vice-presidente – Dr. A. R. Coelho Júnior (juiz federal); Quarto vice-presidente – Dr. Afonso Vaz de Melo (prefeito da capital de 1916-1922). Demais membros de honra: Dr. Afonso Pena Júnior (Secretário do Interior e Ministro da Justiça e Negócios Interiores de 1925-1926); Dr. João Luiz Alvez (Secretário das Finanças); Dr. Clodomiro de Oliveira (Secretário da Agricultura); Dr. Julio Otaviano Ferreira (Chefe de Polícia); Coronel Florindo Ramos (comandante do 12º Regimento do Exército); Dr. Diogo de Vasconcelos (senador); e Dr. Adolfo Viana (1º Secretário da Câmara dos Deputados)¹⁷.

Já a Diretoria Efetiva era integrada pelos seguintes associados: Presidente – Dom Antônio dos Santos Cabral; Vice-presidente – Dr. Mário Franzen de Lima (jurista, um dos professores fundadores da Academia Mineira de Letras e Secretário da Presidência de Minas de 1924-1926); Secretário – Prof. Luis Pessanha; Auxiliares do secretário – Pe. José Augusto Bicalho e Dr. José Campos do Amaral; Tesoureiro – Senador Gabriel de Oliveira Santos; e demais membros católicos de maior projeção na sociedade belorizontina. De acordo com Sequeira (1943b, p. 135), a Comissão Central da Diocese instalou-se solenemente, sob a presidência do bispo diocesano, em 28 de maio de 1922.

Com o apoio da Associação Central, a Circular nº 1, de 13 de junho de 1922, intitulada “Tributo Sagrado – Apelo ao clero e ao povo de Belo Horizonte”, foi a primeira publicação direcionada aos fiéis e ao clero, precedida apenas pela Carta Pastoral de saudação aos diocesanos. A circular continha oito páginas e se direcionava a todo o território da diocese.

Veneráveis Irmãos e Filhos Amados, depois de vos haver endereçado nossas primeiras palavras de affectuosa saudação, permittireis venhamos agora expandir nosso coração oppresso pelas mais justas preocupações. Gravíssimas são as responsabilidades que nos cabem na organização urgente e nos múltiplos encargos inherentes á vida deste novo Bispado de Bello Horizonte.

¹⁷ Livro de Tombo da Arquidiocese de Belo Horizonte, 1922-1927, p. 6A.

Não ousaremos dissimular, nem tentaremos declinar a imperiosa e honrosíssima incumbência. Assiste-nos porém, Filhos Dilectíssimos, o incontestável direito de vos fallar claramente, appellidando-vos em nosso socorro, instruindo-vos nos sacratíssimos deveres que também vos alcançam nesta delicada situação que se nos depara.

Afirmamol-o já em propicia oportunidade: singularíssimas e sobremodo honrosas, para vós, foram as circunstancias em que a Santa Sé erigiu o Bispado de Bello Horizonte. E, muito principalmente por isto, vossas respeitáveis tradições, vosso renome, vosso próprio brio christão se encontram profundamente penhorados na medida deste illimitado e justo credito que vós fiou o Vigário de Jesus Christo.

[...] Muito particularmente encarecemos, em virtude da santa obediência, que, quanto antes, se estabeleçam em todas as parochias as sub-comissões da Associação de Organização da Diocese, de acordo com as instruções opportunamente enviadas, afim de fomentar, em toda parte, um grande e inadiável movimento de proteção a Diocese. Cumpre-nos agora declarar, Filhos de nossa alma, não é sem um indizível constrangimento que lançamos mão destas medidas. Bem o sabemos: a ignorância de muitos e a malicia de não poucos soem tornar propícios estes ensejos para malsinar a Igreja, attribuindo inconsideradamente aos Bispos e ao Clero intuitos interessados e subalternos.

[...] Alentado pela confiança que nos inspiram o zelo esclarecido e a incondicional solicitude de nosso dedicado Clero Parochial, convicto dos sentimentos de Fé ardorosa e da magnanimidade do catholico povo mineiro, e mais que isto, exorando a prestigiosa intercessão da S.S. Virgem, ínclita protectora da Diocese, para todos elucidar e incitar aos nobres intuitos, que nos abramam – fundar, organizar convenientemente a Diocese de Bello Horizonte – encerramos esta circular. [...] O presente será lido e explicado em todas as Igrejas e Capellas publicas, à estação da Missa Parochial e archivada na forma do costume. (CABRAL, 1922, p. 1-8)¹⁸

A Circular de nº 2, publicada em junho de 1922, complementando a circular anterior, vem reafirmar a “fiel e pronta execução do Tributo Sagrado”,¹⁹ determinado na circular nº 1. Ressaltava que “o seu descaso importaria em falta grave, passível de penas ao arbítrio da autoridade” episcopal uma vez que “[...] as circunstancias da Cúria Diocesana eram tão precárias que tornava-se impossível de abrir mão destas contribuições ou permitir injustificáveis retardamentos”, dando início imediato a constituição do “Patrimônio do Seminário Diocesano cuja fundação urgia prontamente”. As duas primeiras circulares apresentam o esforço do bispo em organizar a arrecadação da nova diocese, sem nenhum patrimônio inicialmente, com a taxação de vários serviços prestados pela Igreja a população de sua circunscrição. Orientando e normatizando, claramente, ao clero e aos diocesanos, os valores e procedimentos a serem adotados a partir da publicação dos documentos, visando, não só aumentar a renda semestral de seu bispado, para instalação e disposição condigna a diocese da capital mineira, mas constituir um significativo patrimônio a fim de custear as obras em andamento, como a conclusão da Catedral e de outras paróquias, e iniciar outros projetos, tais como: a residência episcopal e o seminário.

¹⁸ Cf. Anexo 8 – “Circular nº 1 Tributo Sagrado” – Documento original emitido pelo bispo da diocese, Dom Cabral, para o clero e diocesanos de Belo Horizonte, em 13 de junho de 1922.

¹⁹ Livro de Tombo I da Arquidiocese de Belo Horizonte, 1922-1927, p. 10A.

Juntamente com a Circular nº 2, foi enviado as paróquias grande quantidade de folhetos, intitulado “Ao povo da diocese de Belo Horizonte”,²⁰ assinados pela Comissão de Imprensa da Associação Central de Organização do bispado.

Desejando tornar mais suave o trabalho de uma propaganda intensa em prol das obras desta Diocese, enviamos a V. Revma. Numerosos avulsos assignados pela ilustre “Comissão de Imprensa” e que deverão ser profundamente divulgados entre o povo e transcritos nos órgãos da imprensa local, acompanhados de comentários apropriados a instrução cathólica, sobre os deveres que lhe são impostos na presente emergência²¹.

A circular determinou, ainda, que fosse instalada a “Diretoria Paroquial”, na sede e nas localidades do interior, havendo um presidente, vice-presidente, secretários e um tesoureiro. Eles teriam o trabalho de inscrever os sócios das paróquias em listas que seriam transferidas para um livro, assinado pelo Vigário, constando as contribuições pagas com o nome dos sócios. Assim, D. Cabral firmava a receita advinda dos tributos sagrados da diocese.

Querendo por em relevo o valor prático desta organização, serás sufficiente considerarmos que nesta Diocese de 550 mil habitantes, não será difficil conseguir 20 mil assignaturas de 10\$000 annualmente, o que daria uma renda anual de 200 contos de réis para as obras Diocesanas.²²

As circulares que se seguiram faziam menção ao Congresso Eucarístico no Rio de Janeiro (Circular nº 3, de 18 de setembro de 1922) e ao primeiro “Retiro Espiritual” do clero secular da diocese de Belo Horizonte (Circular nº 4, de novembro de 1922)²³, convocando 70 sacerdotes. Ao fim do retiro em novembro, Dom Cabral fundou o “Conselho Consultivo, com a divisão da diocese em circunscrições jurisdicionais. Foram criadas 14 câmaras eclesiásticas e nomeados vigários forâneos párocos das respectivas sedes” (MATOS, 1990, p. 402). Ou seja, o bispo dividiu toda a diocese de Belo Horizonte em 14 setores, nomeando os vigários responsáveis por coordenar a atividade pastoral de cada setor e velar pelos clérigos de sua circunscrição, regendo as funções religiosas de acordo com as prescrições da sagrada liturgia e dos direcionamentos do bispo diocesano, cumprindo diligentemente seus deveres. O Padre João Rodrigues de Oliveira, então secretário da diocese, foi promovido a Vigário Geral²⁴.

²⁰ Livro de Tombo I da Arquidiocese de Belo Horizonte, 1922-1927, p. 10B.

²¹ Livro de Tombo I da Arquidiocese de Belo Horizonte, 1922-1927, p. 11A.

²² Livro de Tombo I da Arquidiocese de Belo Horizonte, 1922-1927, p. 10B-11A.

²³ Livro de Tombo I da Arquidiocese de Belo Horizonte, 1922-1927, p. 13B.

²⁴ De acordo com o Código de Direito Canônico do Vaticano, Cân. 475, “em cada diocese deve ser constituído pelo Bispo diocesano um Vigário Geral, que munido de poder ordinário, nos termos dos cânones seguintes, auxilie o mesmo no governo de toda a diocese”. Disponível em

Em maio de 1923, é deliberado resoluções sobre diversos assuntos, a serem seguidas por todo o clero da diocese belo-horizontina, aprovadas pelo bispado após a conferência episcopal da província.

Aos vinte e nove de maio foi expedida ao Clero, Paroquias, Curatos e comunidades religiosas, a pastoral do episcopado da Província Eclesiástica de Mariana publicando as Relações aprovadas nas conferências episcopais dessa Província, realizadas em Juiz de Fora de 19 a 25 de abril. Estas resoluções visam os seguintes problemas: I) Ensino Religioso. II) Vocações e Seminário. III) Defesa da fé e dos costumes. IV) Culto Religioso. V) Associações. VI) Imprensa Catholica. VII) Matrimônio VIII) Arquivo e Livros Paroquiais. IX) Política. X) Instrução. XI) Serviço Militar. XII) Hygiene e Prophylaxia.

São os seguintes os exmos Srs. Prelados da Província que aprovaram as Resoluções: D. Helvecio, Arcebispo de Mariana; D. Eduardo, Bispo de Uberaba; D. João, Bispo da Campanha; D. Octavio, Bispo de Pouso Alegre; D. Antonio, Bispo de Bello Horizonte; D. Carloto, Bispo de Caratinga; D. Ranulpho, Bispo de Guaxupé; D. Manoel, Bispo de Atarrado²⁵, D. Manoel, Bispo de Goyaz, D. Domingos, Bispo de Porto Nacional²⁶.

Como consta em ata, a Circular nº 5 (de 24 de outubro de 1923), nomeada “Monumento ao Cristo Redentor”²⁷, expressava o patriótico apelo da “Comissão do Monumento ao Cristo Redentor” sob apoio do Arcebispo D. Sebastião Leme. Nesse comunicado ao clero e aos fiéis, D. Cabral evidencia a ação católica encarecendo a expressão religiosa, moral e patriótica em homenagem a pátria brasileira ao Cristo Redentor. Evidenciou que não deveriam contar apenas com a contribuição exclusiva do povo carioca, mas de toda a nação, “estimulados pelo movimento vitorioso na Capital da República Católica Brasileira”. Desse modo, convoca toda a diocese belo-horizontina a prestar as oferendas no “Óbolo Nacional do Cristo Redentor”²⁸, determinando a colaboração de pelo menos cem réis de cada fiel católico:

[...] como nos abalançamos a uma collaboração condigna do grande Monumento Nacional? Sim, ceremos por alguns momentos, ouvidos e corações aos clamores de nossos imediatos interesses ainda os mais legítimos e collimemos o êxito da grandiosa manifestação em que triumpham a honra da Pátria e a gloria de Deus. Demais, o que se nos reclama e constitue, propriamente, indeclinável dever de consciência é a nossa proporcionada contribuição, modica, muito embora, e sem detrimento dos empreendimentos urgentes que aqui estão a merecer a continuidade de nossos sacrificios. Consideramos, pois, o modo pratico de concorrermos efficientemente ao “Obulo Nacional do Monumento” sem empecer o provimento de nossas obras. Neste populoso Estado de quase seis milhões de habitantes, de seis mil contos seria a contribuição Minas, se cada um doasse a mínima offerta de mil réis!

https://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf>. Acesso em 28 fev 2021.

²⁵ Atual Diocese de Luz-MG.

²⁶ Livro de Tombo I da Arquidiocese de Belo Horizonte, 1922-1927, p. 23B.

²⁷ Livro de Tombo I de Belo Horizonte, 1922-1927, p. 24A.

²⁸ Livro de Tombo I de Belo Horizonte, 1922-1927, p. 24A.

Para essa exígua e humilde contribuição havia mister de sacrifício? O que importa, pois é que todos, sem exceptuar os mais humildes catholicos, apresentem o seu obulo, ainda o mais insignificante, mesmo que não exceda de 100 réis. Deste modo será muito apreciável a nossa cooperação e de muito avultará o “Obulo Nacional”. [...] Será esta a revide mais oportuna e expreciva contra os inimigos da nossa Fé Catholica. [...] No intuito de assegurar o sucesso do movimento nesta Diocese de Bello Horizonte havemos por bem formular algumas determinações cuja execução prompta e fiel confiamos à solicitude dos Rvmos. Vigários e Reitores de Igrejas: 1º A leitura desta Circular e explicação em três Domingos seguidos sobre o valor deste empreendimento. 2º Orem e façam orar atrahido as bênçãos de Deus para o nosso tentamen que visa sua maior gloria. 3º Constituam Comissões e sub-comissões nas sedes e em todas as localidades de suas respectivas Parochias incumbindo-as de transmitir aos pontos mais remotos explicações claras tendentes a formar a convicção de que nenhum catholico digno deste nome poderá esquivar-se ao concurso de um obulo, pelo menos de cem réis. 4º Estas comissões e os catholicos isoladamente, para os sítios menos populosos se encarreguem de angariar os obulos tornando-se, porem, conveniente munilos de documento escripto, afim de prevenir possíveis abusos. 5º Até meiado de janeiro vindouro, o mais tardar, façam chegar à nossa Cúria as importâncias collectadas afim de serem remetidas ao seu destino.²⁹

O apelo e as determinações de Dom Cabral para a contribuição do povo católico de sua diocese a favor do monumento do Cristo Redentor, justificando-se em prol do patriotismo e da luta contra os “inimigos” da “Igreja e da Pátria”, surtiu o efeito esperado, como consta no jornal diocesano “O Horizonte”³⁰, publicado em janeiro de 1924. O jornal católico apresenta um artigo, intitulado “Semana do Monumento”, com os valores coletados das contribuições dos fiéis das paróquias da Diocese de Belo Horizonte.

Publicamos as importâncias que até hoje foram entregues á Secretaria do Bispado, para serem enviadas á Comissão promotora do monumento do Cristo Redemptor. Capital: S. José 4:632\$700; Boa Viagem 2:734\$300; Barro Preto 511\$600; Lagoinha 700\$00; Lourdes 523\$500; S. Ephigenia 316\$100. Total 9:418\$200. Jaboticatubas 537\$200; Contagem 401\$000; Santiago 135\$200; Vespasiano 72\$000; Bello Valle 23\$500; Pitanguy 400\$000; Entre Rios 273\$000; S. Joaquim de Biscas 32\$000; Itapecerica 620\$000; S. Braz de Suassuhy 5\$000; Divinópolis 522\$600; Bom Sucesso 140\$000; S. João Baptista 5\$000; Claudio 87\$000; Lagoa Santa 163\$100; Abbadia de Pitanguy 400\$000; Itauna 223\$00; Roças Novas 252\$000; Rio do Peixe 260\$000; Onça 304\$000; Capela Nova 220\$000; Campo Bello 1:617\$000; Christaes 150\$000; Piedade dos Geraes 25\$000; Oliveira 832\$000; Taquarassu 300\$000; Macaúbas 223\$200; Cajurú 402\$000; Conquista 500\$000; S. Sebastião do Curral e Desterro 142\$500. **Total 18:685\$300.**

Observações: Das parochias acima, muitas só enviaram parte das collectas. Ainda faltam 30 parochias que ainda não enviaram as contribuições. (1) 1:300\$000 foram já enviados directamente ao Rio. (2) 800\$000 já foram entregues á “Comissão” no Rio.³¹

²⁹ Livro de Tombo I da Arquidiocese de Belo Horizonte, 1922-1927, p. 24B-25A, grifo nosso.

³⁰ Jornal fundado pelo bispo Dom Cabral em abril de 1923, o qual será mencionado detalhadamente no próximo capítulo.

³¹ “O Horizonte”, 12/01/1924, v. 1, ano 1, p. 2.

Tabela 1 - Valores arrecadados pelas contribuições dos fieis das paróquias da Diocese de Belo Horizonte em prol do monumento do Cristo Redentor no Rio de Janeiro, em janeiro de 1924

Paróquia	Valor arrecadado³²	Valor aproximado nos dias atuais
São José	4:632\$700	R\$ 260.000,00
Boa Viagem	2:732\$300	R\$ 150.000,00
Barro Preto	511\$600	R\$ 28.000,00
Lagoinha	700\$00	R\$ 40.000,00
Lourdes	523\$500	R\$ 29.000,00
S. Efigênia	316\$100	R\$ 18.000,00
TOTAL CAPITAL	9:418\$200	R\$ 525.000,00
Jaboticatubas	537\$200	R\$ 29.000,00
Contagem	401\$000	R\$ 22.000,00
Santiago	135\$200	R\$ 7.600,00
Vespasiano	72\$000	R\$ 4.000,00
Belo Vale	23\$500	R\$ 1.300,00
Pitanguy	400\$000	R\$ 22.000,00
Entre Rios	273\$000	R\$ 15.000,00
S. Joaquim de Biscas	32\$000	R\$ 1.800,00
Itapecerica	620\$000	R\$ 35.000,00
S. Braz de Suassuhy	5\$000	R\$ 280,00
Divinópolis	522\$600	R\$ 29.000,00
Bom Sucesso	140\$000	R\$ 7.800,00
S. João Batista	5\$000	R\$ 280,00
Claudio	87\$000	R\$4.900,00
Lagoa Santa	163\$100	R\$ 9.200,00
Abadia de Pitanguy	400\$000	R\$22.000,00
Itauna	223\$00	R\$ 12.500,00
Roças Novas	252\$000	R\$ 14.000,00
Rio do Peixe	260\$000	R\$ 14.500,00
Onça	304\$000	R\$ 17.000,00
Capela Nova	220\$000	R\$ 12.300,00
Campo Belo	1:617\$000	R\$ 91.000,00

³² Ressaltamos que nos valores ainda faltavam as contribuições de 30 paróquias da diocese.

Cristais	150\$000	R\$ 8.400,00
Piedade dos Gerais	25\$000	R\$ 1.400,00
Oliveira	832\$000	R\$ 47.000,00
Taquarassu	300\$000	R\$ 16.800,00
Macaúbas	223\$200	R\$ 12.500,00
Cajurú	402\$000	R\$ 22.500,00
Conquista	500\$000	R\$ 28.000,00
S. Sebastião do Curral e Desterro	142\$500	R\$ 8.000,00
TOTAL DIOCESE	18:685\$300	R\$ 1.040.000,00

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora segundo as informações retiradas das fontes consultadas na pesquisa.

A Circular nº 6 (de 30 de novembro de 1923) propõe, um novo retiro espiritual a ser realizado com todos os párocos da Diocese entre os dias 10 a 22 de janeiro de 1924. No documento, D. Cabral solicita que durante o tempo de ausência determinado pelo retiro as paróquias permaneçam com os vigários e demais sacerdotes que deverão atender os serviços espirituais necessários aos seus paroquianos e as comunidades religiosas:

Após o conhecimento pela Visita Pastoral de uma vasta zonda de nossa estremeida Diocese bem mais efficazmente poderemos concertar os meios adequados ao desenvolvimento da acção sacerdotal em prol do engrandecimento e triumpho do reinado de Jesus Christo. No intuito de maior comodidade aos Revmos. Sacerdotes e para melhor assegurar o fructo dos santos exercícios, acceitamos o alvitre de dividir o Clero em duas turmas consoante a descriminação infra. [...] Os Parochos deverão trazer os livros de “Tombo” de suas respectivas parochias, os mappas do movimento parochial de 22 e 23, o Codex Yuris Canonici Sobrepelliz, estola branca, barrete, livro de piedade e boas leituras e bem toalhas e roupas de cama. Concorrerão como donativo de 50\$000 que será aplicado as despesas do Retiro, sendo a referida offerta entregue ao Reverendissimo Pe Director do Collegio Alnaldo no dia da abertura dos Exercícios.³³

Mediante acordo entre D. Cabral e D. Helvécio, em 1923, homologado pela Santa Sé, foram feitas modificações dos limites entre as duas dioceses. Os municípios de Nova Lima, Rio Acima, Paraopeba, Moeda, Cláudio e as freguesias de Ribeirão Vermelho e Tabocas passaram para Diocese de Belo Horizonte; e as freguesias de Entre Rios, Suassuí e Ibituruna tornaram-se parte da Arquidiocese de Mariana.

Modificações de Limites: Segundo a comunicação feita pelo exmo. Núncio Apostolico, D. Henrique Gasparripor officio do corrente anno, fica executado o Decreto da Sagrada Congregação Consistorial de 20 de julho passado que modifica

³³ Livro de Tombo I da Arquidiocese de Belo Horizonte, 1922-1927, p. 27A-28A.

os limites desta Diocese. E o seguinte Decreto conforme vem no “Acto Apostolico Sedis” anno XV, vol. XV, de 1 de setembro de 1923, n. 9.³⁴

Em de janeiro de 1924 é concedido a D. Cabral o uso de suas faculdades especiais até o ano de 1929, conforme consta o registro em ata: na “[...] data de 17 de janeiro do corrente ano, a Sagrada Congregação Consistorial concedeu ao Esmo. Sr. Bispo Diocesano o uso das faculdades especiais até 1929, conforme o ‘Indes Facultatum Quinquemolium’ que se encontra arquivado na Cúria Diocesana”³⁵. Poucos meses depois, no dia 27 de abril de 1924, dois anos após a chegada de D. Cabral na capital mineira, o Bispado de Belo Horizonte é elevado a Arcebispado e há a nomeação do seu primeiro Arcebispo Metropolitano através da Bula Pontifícia.

À 11 horas e 30 minutos de domingo, 27 de abril, affluria à Estação da Central, o que Belo Horizonte possui de mais grado e selecto em sua sociedade, afim de recepcionar o augusto Chefe da Igreja Mariannense, D. Helvecio Gomes de Oliveira, portador da Bulla Pontifica que eleva este Bispado a cathegoria de Archidiocese e nomeando Exmo. Inr. Bispo Diocesano, para seu 1º Arcebispo Metropolitano. Aguardavam a chegada do nocturno ascendente: D. Antonio dos Santos Cabral, Arcebispo Metropolitano, altas autoridades ecclesiasticas, clero secular e regular, associações catholicas, collegios, exmas. famílias, enfim, grande onde popular. Também alli aguardavam o desembarque de D. Helvecio a illustre comitiva: Major Oscar Paschoal, pelo Dr. Raul Soares D.D. Presidente do Estado; Dr. Mario Brant, secretario das Finanças, acompanhado de seu official de gabinete Dr. Laercio Prazeres; Dr. Raphael Fleury, pelo Dr. Fernando Mello Vianna, secretario do Interior; bacharel João de Carvalho, pelo Dr. Daniel de Carvalho, secretario de Agricultura; tenente José Gabriel Marques, pelo Sr. Dr. Alfredo Sá, chefe de Policia; Dr. Flavio dos Santos, prefeito da Capital e Dr. Noraldino Lima, director da Imprensa Official e redator – chefe do “Minas Geraes”. O Diário de Minas esteve representado por membros de seu fulgurante Corpo redactorial, e bem assim o 12 Batalhão federal de Infantaria, por três representantes de sua culta officialidade. Ao som festivo da corporação musica pertencente à divisão da força pública, gentilmente cedida pelo Dr. Chefe de Policia, entre delírios e aclamações, desembarcou o metropolitano de Mariana, com seus dignos auxiliares de commissão. [...] formou-se numeroso cortejo de automóveis em demanda do palácio episcopal. Tomava a dianteira o carro presidencial, posto a disposição pelo Dr. Raul Soares, no qual os Srs. Arcebispos tomaram assento ao lado do Major Oscar Paschoal. [...] Introduzidos no salão nobre do Palácio as auctoridades ecclesiasticas, civis e militares, tomou a palavra o Exmo. Sr. Arcebispo de Mariana que, em ligeiros e cintillantes palavras, entregou ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Cabral, a Bulla Pontifícia, escripta em puro pergaminho, com o sello papal.³⁶

Segundo Matos, por ocasião das Conferências Episcopais, em abril de 1923, Dom Helvécio, bispo da Arquidiocese de Mariana,

conhecedor do grande desenvolvimento e dos apostólicos serviços de seu primeiro Bispo, D. Antônio dos Santos Cabral, e considerando os benefícios que daí

³⁴ Livro de Tombo da Arquidiocese de Belo Horizonte, 1922-1927, p. 25B.

³⁵ Livro de Tombo da Arquidiocese de Belo Horizonte, 1922-1927, p. 28B.

³⁶ Livro de Tombo da Arquidiocese de Belo Horizonte, 1922-1927, p. 29B.

resultariam para a Religião e para o Estado, apresentou a Santa Sé uma **petição para a elevação da Diocese de Belo Horizonte a categoria de Arquidiocese**.³⁷

Para Sequeira, com o crescente desenvolvimento de Belo Horizonte ficou claro que cabia mais uma província eclesiástica em Minas, além de que seria ato lógico da Santa Sé elevar D. Cabral a arcebispo. A “[...] bula de erecção Ad munus nobis ab aeterno pastorum príncipe, datada de primeiro de fevereiro de 1924 em Roma, conservou dom Antonio dos Santos Cabral à testa da nova arquidiocese, promovendo-o a Arcebispo Belohorizontino”³⁸ (SEQUEIRA, 1943a, p. 21). Diz o texto da respectiva bula:

A cidade de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais e sede do Bispado, ultrapassando de muito as outras cidades do Estado tanto em número de habitntes como pela multiplicidade de obras católicas, o Metropolita dessa Igreja, Nosso Veneravel irmão o Arcebispo de Mariana, não hesitou em Nos pedir elevássemos aquela cidade à Sede de nova Província Eclesiástica... desligamos a sede de Belo de Horizonte da jurisdição do Arcebispo da Igreja de Mariana e elevamos à dignidade e categoria de Igreja Metropolitana... Elevamos ao mesmo tempo o Venerável irmão Antonio dos Santos Cabral, que governa atualmente a Sé belo-horizontina ao título, à dignidade, aos direitos e privilégios de Arcebispo... eximimos e subtraímos à jurisdição metropolitana da Igreja de Mariana as diocese de Aterrado, Guaxupé e Uberaba que designamos como sufragâneas da Sé Metropolitana de Belo Horizonte. (MATOS, 1990, p. 417)

Figura 4 - Dom Cabral, primeiro Arcebispo de Belo Horizonte, entre 1924 a 1942.



Fonte: Arquidiocese de Belo Horizonte

³⁷ “Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana”, ano 23, n. 3, março de 1924 apud MATOS, 1990, p. 387, grifo do autor.

³⁸ Cf. Anexo 9 - Bula Pontifícia original em latim, com selo do Papa Pio XI, datada de primeiro de fevereiro de 1924, encontra-se no arquivo do Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Em novembro do mesmo ano, a capital mineira hospedou o Núncio Apostólico do Brasil, Dom Henrique Gasparri, que, em nome do Papa Pio XI, vinha adornar Dom Cabral com o Pálio, insígnia dos arcebispos metropolitano. Segundo Matos (1990, p. 388 e 417), a cerimônia de imposição do Pálio, a qual foi colocada sobre os ombros do arcebispo Cabral o sagrado Pálio, contou com a presença de Dom Helvécio e Dom Joaquim, arcebispo de Mariana e Diamantina respectivamente, e os bispos de Guaxupé e Aterrado (atual Diocese de Luz)³⁹.

Cinco anos depois, ao final do ano de 1929, Matos (1990, p. 391) relata um misterioso e pouco esclarecido, ao menos oficialmente, atentado contra a vida do arcebispo Dom Cabral. O Livro de Tombo do Seminário Coração Eucarístico, faz a seguinte menção sobre o acontecido: “[...] no dia 27 de novembro, quando o Sr. Arcebispo D. Antônio dos Santos Cabral tomava café, após a missa [...] S. Ex^a foi vítima de um terrível, covarde e sacrilégio atentado de envenenamento que a todos consternou”⁴⁰. Após o jornal “Estado de Minas” divulgar sobre o possível atentado contra o arcebispo, a diocese emitiu uma nota oficial, em 04 de dezembro de 1929:

a Secretaria do Arcebispado se sente no dever de notificar que, de fato, em dia da semana passada, por ocasião de tomar café, S. Excia. percebeu um gosto estranho e muito amargo no pão. Verificando-se depois que era da manteiga o estranho gosto, foi esta mandada para análise ao laboratório de Análises do Estado. Mercê de Deus, nem o Exmo Sr. Arcebispo, nem o seu secretario sofreram maiores efeitos. Como não alimenta animosidades contra quem quer que seja, o Exmo. Sr. Arcebispo sobre ninguém faz recair quaisquer suspeitas, e estimaria que a nossa criteriosa imprensa se abstivesse de comentários a respeito, antes de que conheçam as responsabilidades. (MATOS, 1990, p. 391)

De acordo com Matos (1990, p. 391-392), tornado público o acontecido, foi instituída uma “Comissão de desagravo, que convocou a população católica da capital para uma grande manifestação”. A convocação foi assinada pelo “Vigário Geral da diocese, o reitor do Seminário, todos os párocos da capital e pelo superior do Colégio Arnaldo”. No domingo, dia 15 de dezembro, foi celebrada para devoção popular a “solene missa votiva com assistência pontifical pela salvação da vida de D. Cabral”. À noite, nesse mesmo dia, houve a “oração congratulatória, seguida pelo Te Deum⁴¹ e a bênção do Santíssimo”. Por fim, o discurso de

³⁹ Cf. Anexo 10 - Registro fotográfico da cerimônia de D. Cabral, na Catedral de Boa Viagem, recebendo o pálio do Núncio Apostólico Dom Henrique Gasparri.

⁴⁰ Livro de Tombo I do Seminário Coração Eucarístico, 1923-1959, p. 33B apud MATOS, 1990, p. 391.

⁴¹ Hino tradicional da igreja, em forma de salmo antigo, rezado com frequência em ocasiões solenes. Disponível em: https://www.liturgia.pt/dicionario/dici_ver.php?cod_dici=435. Acesso em: 03 mar. 2021.

desagravo, de Lúcio José dos Santos Faria, em nome do povo belo-horizontino. Contudo, de acordo com registro dos redentoristas da Igreja de São José, “felizmente chegou-se a tempo à conclusão que seria melhor para o povo silenciar por completo o acontecido”. Assim, no dia seguinte, o jornal católico da diocese, “O Horizonte”, publicou um comunicado dizendo que a manifestação foi adiada sem data futura, havendo “apenas um encontro do clero com o Arcebispo no Palácio em sinal de solidariedade e apoio”⁴².

Diante das diversas versões “contraditórias e fantasiadas”, evidenciadas por quase todos os eclesiásticos da diocese entrevistados durante a pesquisa do autor, pronunciando “sobre o atentado que virou novela”, Matos (1990, p. 419) realizou uma tentativa de “reconstruir a verdade histórica do episódio”, ao comparar as diferentes opiniões. O autor narra que houveram três acusados: “o **Padre José Maria de Castro, Padre Sebastião Scarzelli e um primo de D. Cabral**”. Os redentoristas de São José citam ainda outros acusados: “um certo **cantor Dudu**, que regularmente prestava serviços na Serra da Piedade, por ocasião do jubileu, e o **Padre Horácio Marques**, cuja a vida não era muito exemplar”⁴³. Foi instaurado um inquérito policial, mas não foi levado adiante; também não foi localizado nos arquivos públicos, apesar dos esforços do autor. Matos ressalta que o próprio D. Cabral pediu para o inquérito não ir adiante, mas outros falaram de “superstição por parte da polícia, com medo de se meter em *cousas de batina*! Provavelmente a documentação referente ao acontecimento do envenenamento se conserva nos arquivos da Nunciatura Apostólica” (MATOS, 1990, p. 419), uma vez que o próprio Padre José Campos Taitson⁴⁴ revelou que “[...] levou o processo ao representante da Santa Sé, naquele tempo residindo no Rio de Janeiro”. Sobre os suspeitos do atentado, o autor relata que apuraram o seguinte:

[...] o Padre José de Castro era uma pessoa bastante problemática, rancorosa e até esquizofrênica. Estudara no seminário de Mariana, cujo conselho (formado por padres lazaristas) desaconselhou sua ordenação. Astutamente Zizi (como era o apelido de Castro) recorreu ao Bispo de Diamantina que veio pessoalmente a Mariana, colocando Dom Silvério diante de um *fait accompli*. Ordenado presbítero, o Pe. José de Castro teve longo problemas em Mariana, motivo pelo qual pediu acolhida em Belo Horizonte. Aceito por D. Cabral, lecionava no Seminário, como professor de várias matérias (fala-se português, ciência natural e Direito Canônico), além de ocupar função pública, dando aula, inclusive, no Ginásio Mineiro. Foi repreendido pelo Arcebispo devido a um testemunho de vida incompatível com o estado clerical: vivia num hotel à Rua Curitiba, esquina de Carijós, com uma amante. Querendo vingar-se, temendo, inclusive, uma próxima suspensão de ordens concebeu o diabólico plano de eliminar D. Cabral. Na véspera do atentado, Pe. Zizi tinha dado prova aos alunos no refeitório do Palácio (que servia também como sala

⁴² “O Horizonte”, ano 7, n. 632, de 04/12/1929, p.1, c.4/5 apud MATOS, 1990, p. 392.

⁴³ Crônicas dos Redentoristas da Igreja de São José, vol II, p. 384, grifo nosso apud MATOS, 1990, p. 419.

⁴⁴ Um dos entrevistados pelo autor, em 1988, presente na Arquidiocese na época do atentado.

de aula, no seminário provisório). No dia seguinte – era 27 de novembro de 1929, festa da Medalha Milagrosa! – ao tomar o café de manhã o Pe. Leão Medeiros percebeu um gosto estranho na manteiga e avisou D. Cabral. Mas o Pe. José Ferreira Neto, um dos entrevistados e testemunha ocular do fato, afirma que o próprio Arcebispo provou da manteiga, e saindo apressadamente do refeitório, cuspiu no gramado, dizendo ao seminarista Neto que estava lá: *José olha o que tem esta manteiga!* O futuro cônego, em entrevista de 20/12/1988, conta como ele deu pedacinhos da manteiga suspeita a uma galinha com pintinhos no terreiro, que morreram imediatamente. Dr. Olinto Orsini de Castro, médico do bispo, levou a manteiga para exame laboratorial, constando-se a presença de *estricnina*, em dose de *matar elefante!* D. Cabral pediu encarecidamente ao seminarista José Neto de guardar absoluto segredo sobre o acontecido para não causar pânico, uma vez que o Seminário (que funcionava nas próprias dependências do Palácio) estava em época de provas. No dia seguinte, no entanto, cedo apareceu no seminário o Pe. Zizi com um exemplar do jornal local (Correio Mineiro), exibindo a notícia da imprensa leiga sobre o atentado! Além do motivo pessoal, apontado acima, podemos aduzir ainda outra explicação para o envenenamento: o “*mineirismo*” de vários padres da diocese que viam com maus olhos os postos de vanguarda ocupados por elementos “nordestinos” do clero, trazidos por D. Cabral! Quanto ao Padre Scarzelli, italiano, pároco em Matozinhos, e na época amigos de Zizi, convém esclarecer que foi injustamente envolvido no caso, sendo acolhido por Monsenhor Arthur de Oliveira, então vigário da Floresta, transferindo-se, posteriormente para Joinville-SC, onde chegou a ocupar o cargo de Vigário-geral, morrendo santamente após anos de intenso labor apostólico. Como vimos, D. Cabral não quis o prosseguimento das investigações e só suspendeu de ordens os padres acusados, após formal insistência do Arcebispo de Diamantina. (MATOS, 1990, p. 419-420)

Matos (1990, p. 420) descreve, ainda que, de acordo com a entrevista de Pe. Taitson, depois da suspensão, Pe. José de Castro seguiu para o Rio de Janeiro “onde deu ainda muita dor de cabeça à autoridade eclesiástica diocesana” e morreu de “ataque cardíaco em plena Avenida Rio Branco”. Padre Armando de Marco⁴⁵ destaca que

[...] antes de morrer o Pe. Zizi lhe enviara uma carta, solicitando a vinda de D. Cabral ao Rio para se encontrar com ele, o que de fato aconteceu. Outros contam que na hora da morte, o Pe. José de Castro teria pedido ao confessor para revelar a verdade do episódio, reconhecendo-se como único réu do atentado. (MATOS, 1990, p. 420)

Conforme o autor, D. Cabral fazia questão de comemorar anualmente o dia 27 de novembro, dia do seu atentado, com uma “celebração honrosa da festa da *Medalha Milagrosa*, para qual pediu em Roma formulário especial de Missa. A Catedral de Boa Viagem fez, com a mesma finalidade, colocar uma reprodução da Medalha Milagrosa, para perpetuar o feliz e providencial desfecho do atentado” (MATOS, 1990, p. 420). Dom Cabral governou a Igreja Católica em Belo Horizonte, de abril de 1922 a junho de 1956, quando presidiu a última solenidade em Pará de Minas. Poucos dias depois, segundo Ribeiro, estaria prostrado pela enfermidade de maneira irreversível.

⁴⁵ Entrevistado pelo autor Matos em dezembro de 1988.

Os primeiros dias da doença, os mais preocupantes, passou-se no Palácio Cristo Rei. Mais tarde, foi transferido para Venda Nova, onde tinha uma chácara. Depois, sendo difícil dar-lhe a assistência devida, foi residir à Rua Luz, na Serra, onde passou os últimos anos de sua vida. Embora cercado de do carinho de todos, aos poucos foi ficando isolado, já que é muito fácil a gente se acostumar com os acontecimentos e a vida exigindo uma continuação a cada instante. (RIBEIRO, 1986, p. 43)

Mas, em 1936, muitos anos antes do seu afastamento definitivo, a Arquidiocese já temia pela saúde de Dom Cabral, como mencionado por Sequeira:

Uma época houve em que a Arquidiocese muito temeu pela saúde de seu chefe. Apresentando sintomas de uma enfermidade mal caracterizada, o Sr. Arcebispo viu o seu mal agravado em consequência da grande atividade que teve de desenvolver ante e durante o Segundo Congresso Eucarístico Nacional, atividade assim física como mental. Diagnosticada que foi a moléstia, e aplicada medicação específica, S. Excia. venceu a crise e pôde continuar, sem esmorecimento, o labor insano que lhe impõe o múnus da arquidiocese. (SEQUEIRA, 1943a, p. 28)

Contudo, foi em 1948, segundo Ribeiro, que as forças de Dom Cabral começaram a declinar. Durante visita pastoral às paróquias da capital que se sentiu mal e, mesmo recuperando sua saúde, não voltou a ser o mesmo.

Começava o fim, ainda que estivesse bem longe de terminar sua caminhada. Em 1952 foi-lhe dado como Coadjutor, com direito a sucessão, o Senhor Bispo Dom Hugo Bressante de Araújo, que depois foi transferido para a nova Diocese de Marília, em São Paulo. A última solenidade que presidiu foi em Pará de Minas, no dia 11 de maio de 1956, quando consagrou seu Bispo-auxiliar, Dom Geraldo Maria de Moraes Penido. Quem visse Dom Antônio, naquela manhã, nem poderia pensar que, poucos dias depois, estaria prostrado pela enfermidade, de maneira irreversível. (RIBEIRO, 1986, p. 43)

Já Torres relata que o constante enfrentamento das dificuldades de uma diocese em rápido crescimento e transformação, mantendo, na medida do possível, uma fervorosa atividade ao longo dos anos, “[...] D. Cabral foi, aos poucos, sendo vencido pelo mais implacável inimigo dos homens: a velhice. Suas forças foram cedendo e sua capacidade com elas” (TORRES, 1972, p. 57-58). De acordo com Matos (1990, p. 392), com a saúde do arcebispo em declínio, “[...] Roma pensou que seria oportuno designar-lhe um auxiliar no governo da diocese. Mas, verdade seja dita, D. Cabral não era um homem para ‘dividir o poder’ e compartilhar com outro a suprema direção do bispado. Daí as dificuldades e até desentendimentos com os bispos auxiliares” até o seu afastamento definitivo da administração da arquidiocese por motivo de doença irreversível. No ano de 1951, Dom Hugo Bressane de Araújo, anteriormente bispo das cidades mineiras Bonfim (1836-1940) e Guaxupé (1940-1951), foi elevado a arcebispo quando nomeado e transferido para Belo Horizonte como bispo coadjutor “com direito de sucessão”. Sua indicação para auxiliar o Arcebispo da capital

mineira, como descrito por Matos (1990, p. 92), “surpreendeu o próprio D. Cabral que tomou conhecimento do fato através dos meios de comunicação social”. Dom Bressane nunca recebeu uma provisão como bispo auxiliar e quando o arcebispo Cabral “[...] o apresentou ao Clero da Diocese disse que seria Reitor da nova Universidade Católica. Não menos surpreendente foi à resposta de D. Hugo – que causou, aliás, grande impacto sobre os presentes – Isso é um problema a ser resolvido posteriormente!” A estadia do coadjutor Bressane na diocese belo-horizontina foi “meteórica”, com duração de “apenas uns sete meses”, indo embora “sem se despedir pessoalmente de Dom Cabral. Dizem as más línguas que Dom Hugo guardava no bolso o pedido de renúncia, mesmo antes de sua chegada oficial” a capital mineira.

Seja como for, a personalidade de D. Cabral era por demais forte para ceder espaço a um “rival”. [...] Era de conhecimento público que o relacionamento entre D. Cabral e D. Hugo não era dos melhores. O bispo coadjutor teve de morar em casa de parentes e não disponha de automóvel para se locomover a serviço da diocese. Um dia teria dito: Fui enganado ao deixar luz de Guaxupé para entrar no escuro de Belo Horizonte, sem saber qual rumo a tomar! Depois de renunciar, D. Bressane ficou “avulso” até ser nomeado para a Diocese de Marília em 1954, no qual foi arcebispo até 1975⁴⁶. (MATOS, 1990, p. 92 e 420)

Segundo Torres (1972, p. 58), Dom Cabral praticamente não teve sacerdotes que os auxiliaram no bispado, tão comuns e úteis nos anos posteriores. Como “tantos grandes bispos brasileiros do passado, arcou sozinho durante quase todo seu pontificado com a plenitude das responsabilidades”. Somente nos últimos anos de sua vida que contou com esse importante auxílio, quando não precisava mais de alguém que o auxiliasse, mas que o substituísse, devido à idade, à doença e ao árduo trabalho. Assim, Dom Geraldo de Moraes Penido foi nomeado bispo auxiliar de Dom Cabral, em março de 1956, sendo consagrado em maio do mesmo ano. Mas, em junho de 1956, Dom Antônio Cabral sofreu um derrame cerebral, ficando impedido de exercer suas atividades pastorais. A direção da arquidiocese passou então ao bispo auxiliar Dom Geraldo Penido, na qualidade de administrador apostólico. Matos descreve sobre o ocorrido e seus desdobramentos detalhadamente:

A última solenidade que Dom Cabral presidiu na qualidade de metropolitano de Belo Horizonte, antes de cair doente, foi a sagração de seu novo bispo auxiliar, Dom Geraldo Maria de Moraes Penido, no dia 11 de maio de 1956. A cerimônia teve lugar em Pará de Minas onde Pe. Geraldo era pároco há três anos. Antes exercera funções de professor no Seminário arquidiocesano em Sagrada Escritura e Teologia

⁴⁶ Foi concedido a Dom Hugo Bressane de Araújo o título de honra “Arcebispo ad Personam”, atribuído aos prelados a denominação honorífico pessoal de arcebispo, mas que não tem “jurisdição ordinária” sobre uma arquidiocese. São coadjutores de arcebispos ou chefiam apenas uma diocese. Disponível em: www.acidigital.com/igreja/arcebispo.htm. Acesso em: 04 mar. 2021.

Dogmática. Escreve o próprio Dom Penido, atualmente Arcebispo de Aparecida “Tive um mês e alguns dias de férias, concedidos generosamente por Dom Cabral. Eu estava na casa de minha mamãe (papai já havia falecido), quando, no dia 12 de junho, recebi um telegrama urgente do Monsenhor José Augusto Dias Bicalho, dedicadíssimo Vigário Geral de Dom Cabral e meu amigo. Chama-me a Belo Horizonte com urgência por motivo de doença de Dom Cabral. Partii no mesmo dia com a pressa que me foi possível. Encontrei um quadro contristador. Dom Cabral achava-se em profundo estado de coma. Nada falava e não dava mostras de ter entendido o que se lhe dizia. Tinha sido vítima, naquela manhã do dia 12, de uma extensa trombose que lhe afetou boa parte do cérebro. Iria completar 72 anos no dia 8 de outubro. Mons. Bicalho logo me fez apelo: “Agora você assuma a Arquidiocese!” Respondi-lhe: “Não posso fazê-lo, Mons., porque, devendo ir para Belo Horizonte no fim do mês, Dom Cabral não chegou a dar-me provisão alguma”. Aliás, Pe. Armando de Marco, Chanceler da Cúria, naquela manhã do dia 12, levava ao Arcebispo a referida provisão, para que assinasse e... encontrou-o completamente derreado pela trombose. Concluí para Mons. Bicalho: “O Arcebispo não morreu. Por isso, não morreram também seus poderes de Vigário Geral. É o senhor quem deve assumir tudo. Estarei aqui para auxiliá-lo no que for possível”⁴⁷. (MATOS, 1990, p. 392-393)

Ainda, segundo Matos, Pe. Armando de Marco⁴⁸, chanceler da cúria na época, relatou que na manhã do dia 12 de junho de 1956, quando levou “o documento a D. Cabral para assiná-lo, começou a passar mal, segurando com muita dificuldade a caneta de tanto tremer sua mão” (MATOS, 1990, p. 420). Enfatiza que o documento já se tratava da segunda versão da provisão do bispo auxiliar Dom Penido, porque a primeira, elaborada também pelo chanceler, “[...] fora recusada por D. Cabral, alegando que ia longe demais!”. Segue o texto da “provisão”, o qual o arcebispo não conseguiu assinar devido ao derrame:

D. Antônio dos Santos Cabral por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica – Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, Assistente ao Sólido Pontifício, Prelado Doméstico, Nobre e Conde Romano.
Tendo S. Santida o Papa Pio XII, atendendo benignamente à Nossa súplica, Nos concedido um Bispo Auxiliar, por Bula de 10 de março do corrente ano, na pessoa do Exmo. Sr. Dom Geraldo Maria de Moraes Penido;
Desejando Nós que o Exmo. Sr. Bispo Auxiliar tenha os mais amplos poderes, para o maior êxito de sua missão;
Pela presente, em virtude do que Nos faculta o Cânon 366, nomeamos e constituímos o Exmo. Sr. Dom Geraldo Maria de Moraes Penido, Nosso Vigário Geral, “ad universitatem negotiorum”, em todo o território da Nossa Arquidiocese, com todos os poderes, faculdades e privilégios, que conforme o Código do Direito Canônico, competem aos Vigários Gerais.
Ao mesmo Exmo. Sr. Bispo Auxiliar, concedemos ainda todos os poderes e faculdades que temos e que por direito possamos delegar.
Dada e passada em Belo Horizonte, no dia 12 de junho de 1956, Festa do Coração Eucarístico de Jesus. (MATOS, 1990, p. 420-421)

Considerado como “muito construtivo, pois o espírito empreendedor e a mocidade de Dom Geraldo Penido foram de grande utilidade para Belo Horizonte na fase difícil,

⁴⁷ Relato fornecido em entrevista de Dom Gerado Penido ao autor, em 1988.

⁴⁸ Em entrevista para Matos (1990), em dezembro de 1988.

decorrente da moléstia e depauperamento do venerado arcebispo Cabral”⁴⁹ (MATOS, 1990, p. 421), ele explica sua situação como administrador apostólico de Belo Horizonte como Bispo Auxiliar de Dom Cabral:

Como, pelo antigo Código, o bispo auxiliar só tinha poderes que o Titular lhe outorgasse e eu nem sequer cheguei a conhecer os termos da provisão preparada, mas não assinada, fiquei no ar, à espera de novas ordens de Roma. Relatei a situação Santa Sé, através do Núncio de então, Dom Armando Lombardi, figura esplendida de diplomata e muito mais de Pastor, e me pus à disposição do Santo Padre para qualquer outra destinação. Mais de cinco semanas demorou o despacho pontifício, que, afinal, chegou em fins de julho. Recebi a determinação de assumir o governo pastoral da Arquidiocese de acordo com os termos do cânon 35 §2. Isso trazia como consequência que eu devia, embora simples auxiliar, assumir todos os encargos do governo da Arquidiocese, como se tivesse sido dado como coadjutor a um Arcebispo inábil, incapaz ou inválido. Em resumo: [...], eu não tive nomeação de administrador apostólico “sede plena”. Apenas tive os poderes que o citado cânon concedia em situação de invalidez.

Na publicação de 13 de junho de 1956, o jornal “O Diário” publicou o “boletim médico oficial” do arcebispo Cabral referente ao dia anterior:

“Sua Excelência Revma. Dom Antônio dos Santos Cabral vinha apresentando, nos últimos dias, indícios de agravação da doença vascular hipertensiva de que sofre há anos. Hoje pela manhã, foi acometido de acidente vascular cerebral, cuja gravidade não pode ser exatamente avaliada, nas primeiras horas de evolução”.⁵⁰ Fato é, que o primeiro bispo de Belo Horizonte ficou praticamente onze anos numa cadeira de rodas. (MATOS, 1990, p. 394)

Com o arcebispo debilitado de maneira irreversível, após a administração temporária de Dom Geraldo, junho de 1956 a novembro de 1957, Dom João Resende Costa foi nomeado Arcebispo Coadjutor e Administrador Apostólico “sede plena”⁵¹ da Arquidiocese de Belo Horizonte em 19 de julho de 1957. Conforme Matos, Dom Geraldo regeu a Arquidioceses até a tomada da posse de D. João Resende, no dia 30 de novembro do mesmo ano, iniciando seu ministério ao assumir diversas tarefas: inaugurou novos templos, ordenou diversos padres e organizou o patrimônio da arquidiocese. Dom João viera da Diocese de Ilhéus, onde assumiu em 1953, e “com sua chegada Dom Geraldo seguiu para a diocese de Juiz de Fora, como coadjutor de Dom Justino José de Santana, a quem sucedeu, em 1958, tornando-se o primeiro

⁴⁹ Dom Geraldo descreve como foi assumir a administração da arquidiocese após o derrame de Dom Cabral na carta enviada a Matos em 1988.

⁵⁰ “O Diário”, ano 22, n. 7585, de 13/06/1956, p.1, c. 6 apud MATOS, 1990, p. 394.

⁵¹ Conforme o Direito Canônico da Igreja Católica Romana, um bispo se torna administrador apostólico “sede plena” ou “sede vacante”, constituindo, no caso da “sede plena ou sede impedida”, na incapacidade ou impossibilidade total do bispo diocesano de se comunicar ao menos por carta com os seus diocesanos, sendo governada pelo Arcebispo Coadjutor, e na “se vacante ou sé vacante” quando a diocese está sem ocupante, seja por morte, renúncia ou transferência.

arcebispo daquela diocese” (MATOS, 1990, p. 393). Em comemoração ao centenário de D. Cabral, na missa celebrada no dia 08 de outubro de 1984, Dom João Resende, ainda arcebispo de Belo Horizonte, proferiu as seguintes palavras:

Em 1957 eu vim para Belo Horizonte, nomeado pelo Santo Padre XII para ser coadjutor de Dom Cabral e assumir a administração da Arquidiocese a que ele já não podia mais atender, impossibilitado pela enfermidade. A partir do dia 30 de novembro em que tomei posse, pude ir sentindo dia a dia a grandeza da obra de Dom Cabral. Comparei-me, sem nenhuma falsa modéstia, ao menino que tem que amadurar os passos para acompanhar o adulto que caminha com largas passadas. [...] a grandeza das obras de Dom Cabral eu não senti apenas na presença de obras e organizações que ele deixou, marcando a cada passo a paisagem física e espiritual da cidade e da arquidiocese com os sinais de sua passagem benfazeja. O que mais me impressionou e continua a impressionar é a marca de sua personalidade e de seu estilo de governo que plasmaram o rebanho segundo as dimensões do coração de Cristo. (COSTA, 1986, p. 79)

Mesmo em uma cadeira de rodas durante 11 anos e meio⁵², segundo Amaral (1986), sem poder falar direito, sem poder agir e com aquela invejável lucidez de espírito, Dom Cabral continuou celebrando as missas todos os domingos até que foi internado no hospital, em novembro de 1967, vindo a falecer aos 83 anos de idade na “Casa de Saúde São Lucas, na madrugada do dia 15 do mesmo mês” (MATOS, 1990, p. 394). No ano de sua morte, completara exatamente 60 anos de vida sacerdotal e celebraria, em abril do ano seguinte, 50 anos de vida episcopal (RIBEIRO, 1986, p. 42), governando sua diocese belo-horizontina legitimamente por 36 anos, até junho de 1956.

Cada domingo ele o fazia. Acompanhava com muito cuidado todas as palavras do padre que celebrava com ele. Fazia questão que houvesse a homilia. Numa Campanha da Fraternidade, quando o Padre chegou à sua casa, estava ele com um envelope, para oferecer sua contribuição, como o fizeram os demais fieis, em todas as nossas Paróquias e Comunidades. Introduzido o vernáculo na liturgia, imediatamente Dom Antônio passou a usá-lo. Sua última Missa foi mesmo no dia 1º de novembro de 1967, quando completou 60 anos de padre. No dia seguinte, Finados, não quis celebrar, pois estava indisposto. Depois foi caindo aos poucos, precisando ser internado no Hospital São Lucas, onde veio a falecer. Seu corpo foi embalsamado sumariamente, para poder ficar exposto até a tarde do dia 16, já que era um feriado nacional o dia de seu falecimento. Foi velado no salão nobre do Palácio Cristo Rei. Na capela, ao lado, muitas Missas foram celebradas. À tardinha do dia 16, saiu o cortejo, a pé, para a Boa Viagem, levado pelos padres o seu caixão. Aos pés de Nossa Senhora de Fátima, na esplanada da Catedral, Dom João celebrou a Missa exequial, no fim da qual foi sepultado, na Capela que fica à entrada do Templo, do lado esquerdo. Alí espera a ressurreição final. Seu túmulo foi feito com muito carinho, embora seja de uma simplicidade total. Uma lousa de mármore preto. Seu nome, seus títulos de primeiro bispo e primeiro arcebispo de Belo Horizonte. As datas que marcam sua vida: Propriá, 8 de outubro de 1884 – Belo Horizonte, 15 de novembro de 1967. E uma frase que resume sua vida: **Amou a Igreja e se entregou por ela.** (RIBEIRO, 1986, p. 43-44, grifo do autor)

⁵² Cf. Anexo 11 - O arcebispo Cabral após o acidente vascular cerebral, em junho de 1956, deixando-o debilitado em uma cadeira de rodas por mais de 11 anos, até seu falecimento em novembro de 1967.

Ao longo do capítulo tentamos apresentar parte da vida e formação de Dom Antonio dos Santos Cabral, com fatos importantes em seu percurso até se tornar o primeiro e memorável Arcebispo de Belo Horizonte. Destacamos, então, os feitos e ações iniciais como administrador eclesiástico e representante da Santa Sé na recém-criada capital mineira, como as Circulares instituindo o “Tributo Sagrado”, com a taxação dos ritos religiosos e fonte dos recursos para instalação adequada da diocese e efetivação dos ambiciosos planos de D. Cabral, que serão apresentados nos capítulos a seguir. Realizações que fundamentaram toda a estrutura da Igreja Católica em Belo Horizonte e dioceses circunvizinhas, sendo tido como o bom “pastor católico” que impulsionou os valores e tradições católicas no estado de Minas Gerais, tornando-a uma das circunscrições de importância e reconhecimento no Vaticano, seja pelo número de paróquias, de fiéis, de seminaristas e padres para disseminação e controle da mensagem religiosa, ou pela relevância e destaque no cenário educacional e político nacional, com desfechos que repercutem até os dias atuais. No próximo capítulo discorreremos sobre as relações que Dom Cabral constituiu como arcebispo em uma proximidade cordial e amistosa com políticos e empresários favoráveis ao catolicismo presente na sociedade mineira e no Estado, que se tornaram o suporte propulsor para determinadas ações e realizações de suma importância para a Igreja.

CAPÍTULO 2

O ARCEBISPO CABRAL E AS RELAÇÕES POLÍTICAS E EMPRESARIAIS

Por isso, na obra eloquente realizada por esse estadista da Religião Católica, vemos também um ato de patriotismo, de vez que se irmanam os sentimentos da Pátria e de Crença, desde os primórdios da Civilização brasileira. E, pois, com satisfação e orgulho que presto homenagem a essa grande figura do episcopado brasileiro e estadista ilustre da Igreja Católica contemporânea – O Espírito coordenador e construtor de Dom Cabral.

Anibam Matos – Academia Mineira de Letras.⁵³

As relações estabelecidas por Dom Cabral foram consideradas elemento importante ao estudo à medida que a pesquisa se aprofundava e tornava-se evidente os vínculos conduzidos por ele ao estruturar relações com políticos e empresários durante o seu governo episcopal na capital mineira. Nesse sentido, ao abordarmos as relações estabelecidas por D. Cabral, compreendemos a organização e a dinâmica de suas amizades e animosidades, as quais o arcebispo constituiu durante seus mais de 34 anos à frente da Diocese de Belo Horizonte, que foram fatores determinantes em suas decisões e ações. Portanto, tentaremos nesse capítulo compreender as conexões de Antônio dos Santos Cabral e sua importante atuação como sacerdote e representante da Santa Sé em Minas Gerais. Deste modo, apresentaremos uma análise dos relacionamentos, afinidades e colaboradores do arcebispo, ou seja, das relações estruturadas por ele durante seu episcopado mineiro, de 1922 até 1956, momento que ficou incapacitado de continuar na administração da arquidiocese.

Partimos da análise da Igreja como uma instituição que tem a fé como princípio, e como qualquer instituição, ao desenvolver interesses, tenta defendê-los. Segundo Mainwaring (2004, p. 16),

o objetivo principal de qualquer igreja é propagar sua mensagem religiosa. Todavia, dependendo da percepção que tenha essa mensagem, pode vir a se preocupar com a defesa de interesses tais como sua unidade, posição: em relação às outras religiões, influências na sociedade e no Estado, o número de seus adeptos e sua situação financeira. Quase toda instituição se preocupa com a própria preservação; muitas tratam de se expandir.

Desta forma, não seria diferente com a Igreja Católica na capital mineira dirigida por Dom Cabral: mesmo tendo uma ação modernizadora na administração de sua diocese, sempre teve em vista a conservação e a promoção dos valores cristãos propagados pela Santa Sé. Para isso, diante do crescente e expressivo desenvolvimento da nova sede do governo de Minas Gerais, um dos estados mais vigorosos nos preceitos católicos, aproveitou a proximidade e influências de sua pessoa no governo e na sociedade belo-horizontina a fim de garantir a

⁵³ ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 1943, p. 125.

defesa, a preservação e a expansão dos princípios tradicionais católicos. Nessa perspectiva, Dom Cabral procurou desenvolver alianças com o Estado e com as elites locais como forma de não só assegurar sua posição institucional, como expandi-la. Conforme Matos (1990), tendo o encorajamento do Vaticano nos esforços da Igreja brasileira de fortalecer e reafirmar a presença católica na sociedade, especialmente durante o papado de Pio XI e o apoio de Dom Sebastião Leme, no empenho para promover a restauração católica no Brasil, Dom Cabral buscava alianças com o governo para defender e consolidar os interesses da Igreja. No entanto, seria mais que uma “[...] simples união entre Igreja e Estado, dentro do regime da cristandade”, como ressalta o autor.

Ele não aceitaria, senão com muita reserva, a seguinte afirmação do Pe. Gustavo Locher: “O Brasileiro genuinamente católico, já há muito, devia ter compreendido, que a separação da Igreja e do Estado, além de ser um princípio condenado pela religião, é a maior injustiça que o Brasil jamais pudesse cometer”. [...] Para o 1º arcebispo de Belo Horizonte, trata-se antes de tudo, **de uma mútua cordial colaboração de dois poderes, autônomos em seu próprio campo de ação**. Sua posição oficial tem-se caracterizado pelo respeito e acatamento à autoridade legitimamente constituída, dentro de uma clara neutralidade partidária, dirigindo-se aos governantes civis de igual para igual. (MATOS, 1990, p. 441, grifo do autor)

Para D. Cabral era de suma importância o vínculo entre a Igreja, o governo e seus representantes políticos, mas mantendo a neutralidade e a autonomia em uma relação de cordialidade. Ou seja, como “chefes” e representantes das duas instâncias essenciais da capital, política e religiosa, era necessário nutrir uma conexão de respeito em reconhecimento da autoridade e influência de ambas. Assim, é aparente cordialidade e consideração de Dom Cabral pelo poder público, desde a época em que era bispo da diocese de Natal, ao enfatizar sua admiração ao desembargador Ferreira Chaves, então governador do Rio Grande do Norte. Como citado no trecho retirado de um antigo jornal do estado potiguar, referente à carta pastoral do bispo em saudação aos diocesanos:

Sentindo-se ditoso por encontrar a frente dos destinos do Rio Grande do Norte um magistrado por todos os títulos, penetrado da inteligência de sua nobilíssima investidura [...] pronto em acolher e prestigiar o representante da autoridade espiritual, o embaixador de Deus a este povo, D. Antônio fez votos para que, estreitados nos vínculos de esclarecida e criteriosa solidariedade, os representantes dos dois poderes se deem as mãos para a resistência eficaz à onda ameaçadora que tenta a dissolução desse princípio básico e salvador.⁵⁴

Após sua posse na cidade de Natal, em um comunicado oficial, Dom Cabral expressa novamente seu apreço e aspiração em consolidar um vínculo com o governador do estado:

⁵⁴ “A República”, 29/05/1918, ano 30, n. 119, p. 1 apud MATOS, 1990, p. 441-442.

Aproveito o feliz ensejo para reiterar a V. Exa. as afirmações de meu respeitoso acatamento à veneranda da pessoa de V. Exa. e o propósito inquebrantável de trabalhar em harmoniosa união de vistas com o poder civil para o engrandecimento deste querido povo, do qual é V. Exa. o magistrado supremo e eu o humilde Pastor.⁵⁵

Em fevereiro de 1922, dias antes de sua partida de Natal, dirigindo-se ao governador Antônio José de Melo Sousa, em “palavras de despedida”, Dom Cabral reitera a relevância da boa relação entre Igreja e Estado:

cultivando as tradições de seus ilustres antecessores que [...] mantiveram com o governo Diocesano os vínculos mais cordiais de benevolência recíproca, acatamento e cooperação, o atual governador com seu inexcedível amor à instrução e acendrado patriotismo, jamais nos há regateado sua palavra de encorajamento, seu decidido apoio aos tentames em prol dos nossos institutos de educação e ensino, bem como aos da construção de uma Catedral condigna, cometimento que Sua Excia. considera não só dever de religião, senão também de “brio patriótico” para todos os filhos deste Estado.⁵⁶

Nomeado primeiro bispo de Belo Horizonte, antes mesmo de sua posse na capital mineira, D. Cabral afirma, mais uma vez, em sua primeira Carta Pastoral saudando o clero e seus diocesanos, a valorosa sociabilidade entre o governo diocesano e o governo do estado, em reconhecimento a jurisdição e influência de ambos “poderes” na sociedade, mas sem perder a distinta neutralidade partidária:

É um expressivo tributo deste acatamento com que deverão ser distinguidos aqueles que representam a autoridade constituída. Declinamos assim, o nome do Exmo. Sr. Dr. Arthur da Silva Bernardes⁵⁷, Digníssimo Presidente de Minas. Foi sempre norma esclarecida da Igreja de Jesus Cristo prestar máximo apoio, manifestar profundo apreço aos representantes do poder civil. Ela os considera investidos pelo próprio Deus da autoridade que exercem orientando e encaminhando os destinos dos povos. [...] Mandando nossos respeitosos saúdes ao ilustre cidadão que tão patriótica e esclarecida admiração tem sabido desempenhar, asseguramos-lhe nossa admiração, ao tempo em que lhe reafirmamos, e aos que lhe sucederem na curul governamental do Estado de Minas, o mesmo acatamento, sinceridade e generosa colaboração, que, nos limites que nos são traçados e com exclusão de qualquer pendor partidário, lhes possamos prestar, para a felicidade e grandeza moral do nobre povo Mineiro [...] Este mútuo e cordial entendimento entre os dois poderes, fortalece e firma o princípio de autoridade sobre que assenta a base moral da sociedade, e tem contribuído para consolidar o regime republicano que, mau grado separasse a Igreja do Estado, tem sabido respeitar as liberdades da Igreja. [...] justo é, por um esclarecido respeito ao mais nobre sentimento do povo, como pelo mais acendrado amor da pátria querida, esta união de vistas amistosa, solícita, cooperação e permuta de sinceras atenções se tornem sempre dedicadas e intensivas. (CABRAL, 1922a, p. 34-36)

⁵⁵ “A República”, 04/06/1918, ano 30, n. 123, p. 1 apud MATOS, 1990, p. 464.

⁵⁶ “A República”, 21/02/1922, ano 34, n. 43, p. 1 apud MATOS, 1990, p. 442

⁵⁷ Arthur da Silva Bernardes foi um advogado e político brasileiro, presidente de Minas Gerais de 1918 a 1922 e presidente do Brasil entre novembro de 1922 a novembro de 1926. Foi nomeado por Dom Cabral presidente do quadro de honra da Associação Central da Diocese, na criação da associação em 1922, a qual abordaremos no capítulo a seguir.

No trecho destacado, Dom Cabral refere-se a ruptura entre a Igreja e o Estado incorporada na Constituição Republicana de 1891. Contudo, há a importante iniciativa do bispo em restaurar os vínculos com o governo, sendo este, mais à frente, claro apoiador dos tradicionais valores católicos na sociedade mineira. As afinidades e as colaborações entre Igreja Católica e o Estado se mantêm, mutuamente, em toda administração episcopal de D. Cabral em Minas Gerais, como demonstrado nos artigos dos jornais católicos da diocese belo-horizontina, “O Horizonte” e “O Diário”. Na capa da primeira edição do jornal “O Horizonte”, em 08/04/1923, há um artigo, localizado ao lado da homenagem a Dom Cabral, enaltecendo o Ministro da Aviação e Obras Públicas da presidência de Arthur Bernardes:

HOSPEDE ILLUSTRE

Nossa capital hospedou por alguns dias da ultima semana o ilustre Sr. Ministro da Aviação e Obras Publicas, o Exmo. Dr. Francisco Sá, que em companhia de sua Exmo. família aqui permaneceu fruindo ligeiros momentos de necessário repouso. O distinguido homem público, que com brilho singular dirige a pasta da Viação, é uma das mais fulgurantes figuras de Minas e dos vultos de maior destaque entre os políticos brasileiros. Seus inestimáveis serviços ao país em uma já longa e luminosa carreira, em que tem ocupado os mais eminentes logares no parlamento e na administração, fazem-no benemérito da pátria. Caráter adamantino servido por uma inteligência cintilantes, é ainda sua Excia. o homem de Fé robusta e esclarecida que não se a mesquinha ante a impiedade pretensiosa e não pede meças para se manifestar, como no “Congresso Eucarístico Nacional”, em que produziu aquela brilhantíssima saudação ao S. Santo Padre Pio XI em nome do Brasil católico. ‘Deus proteja o Brasil, disse então S. Excia, para que este jamais abandone o regaço maternal da Igreja de Jesus Cristo. Ai dele se o fizesse. Ter-se-ia esquecido de si mesmo, teria negado sua historia; teria repudiado os grandes fins para que o Altíssimo o chamou desde a primeira hora, teria desertado da liberdade e da justiça; mergulharia nas trevas da dispersão, da tirania e do fratricídio’. Coerente com a sua Fé intrépida, S. Excia, acaba de edificar a população desta capital, [...] seus deveres de fervoroso católico, aproximando-se do sagrado banquete na 5ª feira Santa e legando-nos com esta atitude bem nítida o mais belo exemplo de firmeza de caráter. Enviando ao Exmo. Ministro da Viação respeitosas saudações “O Horizonte” traduz os sentimentos da simpatia do povo mineiro pelo ilustre e glorioso filho.⁵⁸

Na considerável nota sobre o Ministro Francisco Sá, intitulada “Hospede Illustre”, nota-se a exaltação feita ao ministro por manifestar-se publicamente o seu apoio à Igreja Católica e cumprir seus “deveres de fervoroso católico”, participando dos tradicionais ritos religiosos. Ou seja, trata-se de uma importante figura pública do Estado recebendo destaque por sua aliança com a Igreja. Já na sua segunda publicação do jornal, de 15 de abril de 1923, o semanário católico apresenta em suas páginas uma entrevista com o então governador do estado de Minas Gerais, Raul Soares de Moura (governador de 1922-1924) e com o prefeito da capital, Flavio Fernandes dos Santos (prefeito de 1922-1926), tecendo elogios a ambos:

⁵⁸ “O Horizonte”, 08/04/1923, n. 1, p. 1.

ENTREVISTAS

Estou no Palácio da Liberdade e diante do Sr. Presidente do Estado.

- V. Exc. cuida que o estado geral dos nossos municípios é de franca prosperidade?

- Posso garantir ao senhor que nunca houve tempo melhor para o nosso Estado. Em toda parte se trabalha e por isto há paz e prosperidade. [...]

- V. Exc. tem esperança de se iniciarem brevemente os grandes trabalhos para o seu gigantesco projeto da viação no Estado?

- A Comissão é muito competente bem que os recursos com que conto sejam excessivamente limitados e os obstáculos numerosos, e todavia tenho fé em Deus, que em poucos anos conseguiremos melhorar a sorte de vários importante municípios, cujos produto hoje estão lastimosamente desvalorizados, por falta, quase que absoluta, de vias de comunicação. [...]

- Estou vendo que V. Exc. está com o Estado na mão melhor, na inteligência e no coração...

- V. Exc. dispõe de pouco tempo e o seu tempo é precioso, e não tenho eu o direito de lh'o roubar, mas há de permitir ainda V. Exc. que lhe dirija mais uma pergunta.

- Tenho singular prazer em atendê-lo e o tenho também em lhe poder fornecer as informações que o senhor julgar necessárias. [...]

(S.E., que além de ser um grande estadista é também um nobre fidalgo, deixou aqui um sorriso iluminar-lhe o rosto, voltando logo á sua serenidade amável e característica).

- V. Exc. que tanto se preocupa com a prosperidade material e moral do Estado como fartamente o estão demonstrando seus projetos e regulamento sobre o imposto de bebidas alcoólicas, etc., que opina a respeito do jogo, da imoralidade dos cinemas, da educação moral e religiosa dos presos[...]

- Ah, que bom ensejo me oferece o senhor para lhe externar meus acariciados projetos sobre... (estas palavras de S. Exc. ficam interrompidas pela entrada do oficial de gabinete... Uma comissão de altos personagens obriga a S. Exc. a deixar para outro dia a continuação desta entrevista).

Não estou a perder tempo. O Horizonte espera o resultado de outras entrevistas. Sem mais delongas dirijo-me á Prefeitura. A minha visita fora anunciada. O Dr. Flavio Santos recebe-me com maneiras e palavras extremamente finas e amáveis. O meu interrogatório contem uma dúzia de perguntas lacônicas, todas dizendo respeito ao programa de melhoramentos do lustre governador de nossa Capital.⁵⁹

Através de vários artigos do jornal “O Horizonte” é possível observar que são constantes, em suas publicações semanais, palavras de enaltecimento ao então governador do estado e o prefeito da capital. É perceptível que mesmo no início do jornal católico, com apenas duas publicações, Dom Cabral utiliza-o como um meio de demonstração pública do seu apreço pelos principais governantes do Estado, enfatizando em seus artigos adjetivos gentis e cordiais aos estadistas, o que ficará mais explícito ao longo das citações contempladas nesse capítulo. Na mesma página dessa edição há um extenso artigo sobre o “Congresso de Municipalidades”, novamente engrandecendo o governo estadual:

Com vivo prazer acompanhamos os trabalhos da comissão organizadora do congresso das Municipalidades; e da leitura atenta das teses que serão submetidas ao estudo dos representantes das municipalidades mineiras, ficou-nos a melhor impressão possível. Parece-nos que um espírito novo, orientado por sadio e inteligente patriotismo, perpassa agora pela esfera do Governo de Minas, buscando colocar o nosso Estado naquela posição de real progresso a que tem direito pelas

⁵⁹ “O Horizonte”, 15/04/1023, n. 2, p. 1.

suas grandes riquezas e pela sua população já assaz crescida. [...] Tomemos ao acaso algumas teses para demonstração da grande esperança que temos, de ver realizado o engrandecimento moral e material de Minas. [...] Como se vê, o Congresso das Municipalidades há de marcar época no reflorescimento do nosso Estado. Nós o saudamos, pois, com entusiasmos; e alimentamos a esperança de ser realizado o sonho patriótico do atual Governo de Minas. O Congresso estará reunido de 3 a 10 de junho próximo nesta capital. A comissão executiva, encarregadas de promover a reunião do congresso, está assim organizada: dr. Melo Viana, presidente; membros: senador Basílio Magalhães, dr. Hugo Wernek e deputado Fidelis Reis.⁶⁰

Na mesma edição da citação anterior, o jornal faz uma nova menção ao governo do estado de Minas Gerais, gestão do governador Raul Soares. A “comissão executiva”, apresentada acima e citada pelo governador em sua entrevista, tem como presidente Fernando de Melo Viana⁶¹, que esteve pessoalmente na estação de trem, em abril de 1924, para receber a bula pontifícia, elevando a Diocese de Belo Horizonte a arquidiocese e a Dom Cabral a arcebispo. Este evento contou também com a presença do prefeito da capital, Flavio Fernando dos Santos⁶², e do representante do presidente do estado Raul Soares de Moura. Ainda nesse mesmo impresso há uma pequena nota de gratidão e agradecimento do Conselho de Imprensa para o presidente da “Companhia de Eletricidade” ao atender prontamente o pedido que D. Cabral “[...] lhe fizera, para que mandasse ligar energia elétrica as máquinas”⁶³ do “O Horizonte”. Isto é, além do claro apoio da diocese belo-horizontina ao governador e prefeito, demonstrado através do jornal diocesano, inicia-se o enaltecimento público de empresários em favor ao bispo. Na publicação de 26/05/192 há duas colunas destinadas à transcrição da ata da reunião da Associação Central da Diocese de Belo Horizonte, instituída pelo bispo em 1923 e que se mantinha atuante um ano depois com sessões ordinárias mensais. A associação contou nessa 10ª reunião transcrita com a presença de Antônio dos Santos Cabral, no cargo de presidente, dos padres Vicente Soares e Adriano Wiegant, e dos sócios: dr. Bernardino Augusto de Lima⁶⁴, senador Gabriel Santos, professor Luiz Pessanha, dr. Olinto Orsini⁶⁵, dr.

⁶⁰ “O Horizonte”, 15/04/1023, n. 2, p. 1.

⁶¹ Fernando de Melo Viana foi Secretário Estadual do Interior de Minas Gerais de 1922 a agosto de 1924; o 14º Presidente de Minas Gerais, de dezembro de 1924 a setembro de 1926; e o Vice-presidente do Brasil de novembro de 1926 a outubro de 1930.

⁶² Flávio Fernandes dos Santos foi prefeito de Belo Horizonte pelo Partido Republicano Mineiro de 1922 a 1926.

⁶³ “O Horizonte”, 15/04/1023, n. 2, p. 1.

⁶⁴ Bernardino Augusto de Lima nasceu em Nova Lima-MG em 1856 e faleceu em Belo Horizonte em 1924. Foi procurador fiscal da Tesouraria da Fazenda, diretor da Fazenda da Província de Minas, deputado e senador. Pai de Mario de Lima, membro do Conselho de Imprensa da Diocese Belo Horizontina, e João Franzen de Lima, figuras de destaque na política e literatura brasileira.

⁶⁵ Olinto Orsini de Castro, nascido em Sabará-MG, foi Major Médico da Força Pública do Estado de MG, deputado, Secretário de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais e, posteriormente, Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais.

Lucio José dos Santos⁶⁶, major Senocrit Nogueira, major Franscico Motta, coronel Antonio Batista Vieira, tentent Oscar Cyrino, major Delfino de Paula Ricardo, major Alexandre Coutinho, coronel Symphronio Brochado, major Luiz Guimarães, dr. Herculano Cesar⁶⁷, dentre outros cidadãos da sociedade mineira. Nessa sessão ordinária da associação, Dom Cabral recomenda:

[...] seja a cobrança referente à coleta do dia 8 de abril e assim também a da contribuição mensal dos srs. associados. Continúa apelando para a boa vontade de todos, a fim de que sejam sensivelmente melhoradas as condições financeiras da Associação; e tanto mais se justifica esta recomendação, quanto é certo que alguns empreendimento realizados em favor da Associação e da Diocese, não produziram o desejado êxito. Informa, outrosim, que a Associação Central da Diocese, dispões apenas, atualmente, da quanto de 5 a 6 contos de réis, que deverão ser desde logo empregados, a fim de ocorrer despesas de caráter urgente e por sua natureza inadiáveis. Lembra que o movimento social ultimamente realizado em Juiz de Fora, em favor da instalação da Diocese naquela cidade, foi coroado do melhor êxito possível, enquanto que o desta Capital, para o mesmo fim não tem correspondido, como era para desejar, não vendo s. excia. razão para que se desse uma semelhante discordância. Quanto as obras da Catedral, informou, outrosim, que continuavam a ser prosseguidas da melhor maneira possível e tão somente deixarão de prosseguir se as condições financeira de todo em todo não o permitirem. Cientifica também que, com a manutenção do Seminário Episcopal as despesas tem sido mais acrescidas, de sorte que espera dos srs. consórcios todo o auxilio que lhe for possível, envidando esforços cada vez maiores ou ao menos reiterados, de maneira que se desenvolvam cada vez mais também os meios até então empregados para o aumento das rendas da Associação. Sobre este assunto sugeriram varias medidas, que serão discutidas em sessões subseqüentes, os srs. consócios: major Luiz Guimarães, dr. Lucio dos Santos, dr. Herculano Cesar, padre Adriano Wiegant e outros. Fez s. excia. revma. antes de encerrar a sessão, uma desenvolvida apreciação sobre cada um dos planos dos consócios e conclui dizendo que, com o concurso de todos e com o favor de Deus tem esperanças de que se tornem mais lisonjeiras as condições da Associação Central da Diocese. Pelo secretario geral foi apresentada, e em seguida aprovada a seguinte proposta: - Que além dos sócios fundadores, a todos os sócios já inscritos, de qualquer uma das categorias, fosse permitido comparecimento as sessões ordinárias mensais da Associação Central da Diocese de Belo Horizonte, sempre que as mesma forem convocadas pelo o orgam da Diocese e pelos demais jornaes da Capital. [...] Com a saudação cristã “Louvado Seja N. S. Jesus Cristo” foi encerrada a sessão.⁶⁸

Na publicação descrevendo a ata da reunião, destacadas no grifo, são notórias as conexões instituídas por Dom Cabral mediante a Associação Central, recorrendo às colaborações dos sócios, como pessoas de relevância da sociedade mineira, em prol da

⁶⁶ Lucio José dos Santos, nascido em Belo Horizonte, foi professor da Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais (UMG), membro do Conselho de Imprensa da Diocese de Belo Horizonte e diretor do jornal “O Horizonte”. Depois ocupou o cargo de Diretor da Instrução Pública do Estado de MG e, posteriormente, reitor da UMG.

⁶⁷ Herculano Cesar Pereira da Silva, nascido em Diamantina-MG, foi deputado de Minas, membro do conselho deliberativo da Câmara Municipal de Belo Horizonte e um dos fundadores da empresa de energia elétrica Companhia Luz e Força Hulla Branca. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SILVA,%20Herculano%20C%C3%A9sar%20Pereira%20da.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

⁶⁸ “O Horizonte”, 26/05/1923, n. 8, p. 2. grifo nosso.

Diocese de Belo Horizonte, seja na obtenção de proventos para os empreendimentos católicos, seja para ampliação do prestígio e atuação da Igreja no Estado. Ressaltamos que Arthur Bernardes fez parte da Associação Central, como presidente de honra, da criação da comissão por Dom Cabral no início de 1922 até o final do mesmo ano, quando encerrou seu mandato como presidente do estado e assumiu como presidente da República, em novembro de 1922 a novembro de 1926. Nesse contexto, na edição de janeiro de 1924, o Conselho de Imprensa da diocese anunciou na primeira página do jornal outro artigo intitulado “A Catedral”, o qual solicitava publicamente o amparo financeiro do governo e dos católicos de Belo Horizonte para conclusão das obras da Catedral da diocese.

Infelizmente faltam recursos, já havendo déficit. Torna-se bem aflitiva a situação para todos; e, precipuamente nosso querido Diocesano quem mais sofrerá com a dura necessidade de se interceptarem as obras. [...] O digno governo do Estado, que as amparou eficazmente nos quadriênios de Bueno Brandão e Delfim Moreira⁶⁹, por certo, agora as não desprezará. Não lhe falta a perspicácia para compreender as dificuldades de um Bispo incipiente e pobre. Fora impossível atender a tudo com a indenização de 150 contos que o Congresso votara, ano atrasado. Esta importância, que tanto valeu, vem dos terrenos ocupados pelo Estado, terrenos que formavam o patrimônio eclesiástico da velha matriz e capelas do Curral Del Rey. Os católicos de Belo Horizonte, com razões fundadas, muito esperam do grande estadista que ora dirige os destinos mineiros. Têm certeza de que ele não descuidará do grande e único monumento do centenário da independência nacional, nestas plagas mineiras. Colhe aqui oportunamente lembrar o nobre gesto do governo Paulista, que estadual, quer municipal, amparando com grandes e sucessivas verbas o maior templo da América do Sul e orgulho da Capital paulista. Cumpre agora que todos trabalhem e cooperem para a conclusão do suntuoso gótico-ogival, belo templo destinado a ser nossa Catedral. Por ocasião da passagem do culto divino, distintos católicos entregaram suas ofertas, como pedia o Vigário. Estas atingiram a importância de 1:020\$000, destacando-se os maiores óbolos que foram os do Dr. Lucio dos Santos e do ilustre filho de Curral Del Rey, senhor João da Cunha Junior. Agora que se torne conhecida e admirada a Catedral, será para todos tristeza profunda a interrupção súbita de suas obras. Que N. S. da Boa Viagem, protetora da diocese, toque os corações e os bons filhos não concitam faltarem os recursos para o término de seu condigno palácio.⁷⁰

Dom Antônio Cabral, mediante o Conselho de Imprensa, utiliza de seu semanário católico, com abrangência em toda circunscrição da diocese (capital e cidades circunvizinhas), para apelar sutilmente para o subsídio do estado e dos católicos mineiros na captação de recursos para as obras da catedral. O arcebispo chega a ressaltar o apoio financeiro de outros governadores estaduais, comparando e enfatizando a “nobre” assistência dada pelo prefeito e pelo governador de São Paulo às obras da Igreja no estado paulista. Aproveita para esclarecer que a indenização do governo, referente aos 150 contos de réis, foi insuficiente para atender

⁶⁹ Júlio Bueno Brandão foi presidente do estado de Minas Gerais de setembro de 1910 a setembro de 1914; seguido por Delfim Moreira, presidente de 1914 a 1918, que depois foi sucedido por Arthur Bernardes (1918-1922) e posteriormente por Raul Soares de Moura (1922-1924) governador no período da edição publicada.

⁷⁰ “O Horizonte”, 12/01/1924, n. 42, p. 1.

toda a demanda inicial do bispado. Esta quantia foi empregada, em grande parte, na compra do palácio episcopal, que serviria também como seminário provisório, iniciando o patrimônio da diocese. O bispo destaca ainda as contribuições feitas pelos fiéis, evidenciando os nomes dos dois maiores patrocinadores, totalizando aproximadamente a arrecadação de 56 mil reais nos dias de hoje⁷¹. Finalizam o artigo suplicando aos “corações dos bons filhos” da diocese que não deixariam faltar recursos para o término de sua catedral. Em março do mesmo ano, aproveitando a elevação da diocese para arquidiocese, retorna à primeira página do “O Horizonte” a súplica de auxílio para conclusão da catedral, agora voltado especificamente para o comércio local.

A ARQUIDIOCESE E A CATEDRAL – UM APELO AO COMERCIO

A criação do Arcebispado de Belo Horizonte representa, sem dúvida, mais uma prova carinhosa da consideração e paternal afeto do Santo Padre para com a capital de Minas. Há menos de três anos criara a Santa Sé o bispado de Belo Horizonte, dispensada as formalidades preliminares do estilo, entre as quais a constituição do patrimônio diocesano. **Era a confiança nas tradições de religiosidade e de fervor católico do nosso povo que levava o Sumo Pontífice a instituir antecipadamente a diocese**, para cuja instalação condigna não deixaria de concorrer a população do novo bispado, correspondendo, assim, por todos os meios ao seu alcance, a munificência e bondade do augusto Chefe da Igreja. Designado para dirigir o rebanho belo-horizontino um prelado virtuoso, esclarecido e culto, cujos merecimentos já haviam afirmado na diocese de Natal, instalou-se aqui o bispado. E, a despeito de pequenas dificuldades iniciais, pode o jovem e ilustre prelado começar o seu pastoreio sem obstáculo de vulto a obstruir-lhe o caminho cercado que fora, desde logo, pela carinhosa consideração de seus diocesanos. [...] Compreende-se facilmente a grande importância, sob o ponto de vista religioso, da elevação de Belo Horizonte a metrópole arquiépiscopal. **Cumpra não olvidar, porém, o alcance social desse acontecimento, do qual resultará ficar a Capital do Estado como sede administrativa da recém-criada província eclesiástica. Trata-se, não há dúvida, de mais um forte elemento de vida para Belo Horizonte. Assim sendo, as vantagens de ordem espiritual, inerentes à criação da Arquidiocese, estão associados proveitos de natureza temporal, não despreciandos e, antes, valiosíssimos para o desenvolvimento e prosperidade da Capital. É justo, portanto, que Belo Horizonte se mostre digna da alta distinção que acaba de lhe ser conferida pela Santa Sé.** A instituição da Arquidiocese deve realizar-se quanto antes. Acontece, porém, que para a solenidade inaugural do arcebispado, não se acha ainda em condições a nossa catedral. [...] A cerimônia, por si mesma, imponente e merecedora de adequado recinto, não oferece, por enquanto, cenário condigno a catedral de Belo Horizonte. Melindraria os nossos foros de cidade religiosa e culta a inauguração do arcebispado em templo cujo interior se encontra ainda atravancado de andaimes morosamente arrastando-se as obras respectivas por falta dos necessários recursos.

Foi compreendendo isso tudo que ilustres representantes do comércio de Belo Horizonte resolveram constituir-se em comissão, com o objetivo de angariar, entre os seus colegas locais, auxílios para o prosseguimento das obras da referida catedral. Não se trata de conseguir recursos para conclusão do suntuoso templo comemorativo do primeiro centenário de nossa independência, mas, simplesmente, de **obter meios bastantes para rematar as obras de maior urgência.** As

⁷¹ Utilizando a conversão de Laurentino Gomes, 1:000\$000 contos de réis seria o valor de aproximadamente 56 mil reais (GOMES, 2007).

importâncias recolhidas serão escrupulosamente aplicadas a esse fim e do seu emprego se dará conta oportunamente, por esta filha, aos subscritores.

Quem se negará, no comércio de Belo Horizonte, a concorrer para obra tão simpática, de que depende a instalação da nova arquidiocese? Estamos certos de que a ideia da comissão de comerciantes, a que já nos referimos, não deixará de ser bem acolhida no seio do comércio local, sempre a vanguarda de quantos empreendimentos possam contribuir para o progresso e desenvolvimento da cidade.⁷²

O artigo se inicia narrando a criação da diocese da capital mineira, mesmo sem o tradicional patrimônio diocesano necessário para esse fim, sendo esta uma prova do “amor paternal e carinhoso” do Papa, representante supremo da Igreja, para com o povo belo-horizontino, em confiança a suas “tradições de religiosidade e fervor católico do nosso povo” que não desamparariam uma “instalação condigna” do novo bispado. Em seguida, ressalta as vantagens não só religiosas que a elevação para arquidiocese traz para a cidade, mas o “alcance social” que esse acontecimento significa, resultando em desenvolvimento e prosperidade para a capital, cabendo à mesma demonstrar ser digna de tão honraria recebida pela Igreja. Suplica, por fim, aos representantes do comércio na obtenção de recursos para as obras de maior urgência da Catedral, necessárias à instalação e solenidades condignas a uma Arquidiocese da Capital do Estado, ressaltando que o comércio local nunca deixou de acolher os novos empreendimentos que contribuem para o “progresso e desenvolvimento da cidade”. Em outra página dessa mesma edição, consta a transcrição dos telegramas enviados, no dia cinco daquele mês, pelo bispo Cabral ao Núncio Apostólico, agradecendo a ereção da província eclesiástica de Belo Horizonte ao Presidente da República, Arthur Bernardes, e ao Presidente do Estado, Raul Soares, “tendo a honra de comunicar que, segundo telegrama do Exmo. Núncio, o Santo Padre elevou esta Diocese a Arquidiocese”⁷³. Em seguida, reproduzem os telegramas recebidos felicitando a elevação a Arquidiocese, sendo em sua maioria a de vários representantes do Estado:

RIO 7 - S. Ex. Rev. Bispo B. Horizonte. Agradecendo V. Ex. Rev. Amável comunicação haver sido essa Diocese elevada Arquidiocese, envio-lhe as minhas sinceras congratulações esse auspicioso motivo. Atenciosas saudações – **Arthur Bernardes**.

RIO 10 - Muito agradecido pela comunicação com que honrou da elevação de Belo Horizonte a sede de arquidiocese. Apresento felicitações a V. Ex. Saudações atenciosas. **Raul Soares**.

Belo Horizonte 6 – D. Antonio Cabral, Bispo de Belo Horizonte. Tenho prazer felicitar V. Ex. pelo ato Santo Padre elevando esta Diocese. Saudações Cors. – **Olegário Maciel**.⁷⁴

⁷² “O Horizonte”, 15/03/1924, n. 50, p. 1, grifo nosso.

⁷³ “O Horizonte”, 15/03/1924, n. 50, p. 2.

⁷⁴ Olegário Dias Maciel foi vice-presidente do estado de Minas Gerais durante o governo de Raul Soares de Moura, assumindo a presidência do Estado em agosto de 1924, após o falecimento do

Belo Horizonte 6 – Dom Cabral, Bispo B. Horizonte, queira V. Exc. Reverendíssima aceitar minhas congratulações pela criação arcebispado Capital. Mario Brant – **Secretario Finanças.**

B. Horizonte 6 – Senhor Bispo D. Antonio Cabral. Com toda minha família congratulamos com v. Excia. auspiciosa noticia elevação diocese nossa Capital a arcebispado. Respeitosas saudações – **Deputado Nelson de Senna.**

Belo Horizonte 6 – Exmo. e Rvmo. Sr. Bispo D. Antonio Cabral. Apresento a V. Excia. Reverendíssima congratulações muito cordiais e a expressão de meu grande jubilo, como católico, pela elevação deste bispado a arcebispado, consequência da elevada e sabia administração com que em tão curto lapso de tempo prosperou material e espiritualmente nossa cara diocese. Respeitosas saudações – **Afonso Penna.**⁷⁵

RIO 13 – Abraço eminente prezado amigo elevação diocese arcebispado – **Ferreira Chaves, Senador Federal.**⁷⁶

Um ano após a primeira edição do “O Horizonte”, se mantêm em evidência no semanário as relações cordiais e simpatizantes entre a gestão episcopal de Dom Cabral e os importantes governantes das três esferas do Estado: Arthur Bernardes – presidente do Brasil, Raul Soares – presidente do estado, Olegário Maciel – vice-presidente do estado e futuro governador de Minas, além de figuras do poder legislativo. No domingo seguinte a essa publicação foi divulgada uma nota, novamente na primeira página, salientando as boas notícias sobre a angariação de recursos pelo comércio em favor das obras da catedral. A nota foi complementada com a reprodução fidedignamente de um artigo publicado pelo jornal “Minas Gerais”, reforçando a necessidade de amparo financeiro da diocese, atendendo ao apelo do arcebispo para aceleração das obras da catedral:

A CATEDRAL

Quando, em o número passado, nos referimos ao animador e promissor movimento da distinta Associação Comercial, no sentido de angariar os recursos necessários para a rápida conclusão das obras da Catedral tínhamos a certeza de que o apelo do Sr. Bispo seria ouvido não só com aquela atenção que caracteriza os homens de fina educação, senão também com aquela eficaz resolução dos que sabem querer e realizam “sans peur et sans reproche” o que querem. Não ignorávamos, é verdade, que já pesava, sobre os ombros da classe comercial o ônus de varias instituições pias locais, mas também sabíamos que a benemérita Associação Comercial sempre pediu meças a generosidade dos que mais caridosos se julgam. Podemos, pois garantir que não está longe o dia em que Belo Horizonte há de apresentar a vista admirada dos visitantes o mais belo tempo da nova Arquidiocese mineira. Confirma a nossa grata previsão o que concluímos de uma rápida palestra com o Sr. Cel. Juventino Dias Teixeira, o qual nos deu as mais alviçareiras noticias do ascendente e triunfal concurso do comércio em favor das obras da Catedral. A propósito passamos, data

presidente por problemas de saúde. Governou Minas até o final do mandato, em dezembro de 1924. Retornou como governador em 1930, permanecendo no cargo até sua morte aos 77 anos, em setembro de 1933.

⁷⁵ Afonso Augusto Moreira Pena Júnior, filho do ex-presidente do Estado e da República, Afonso Penna. Foi secretário do Interior do Estado de Minas Gerais, deputado estadual convidado por Arthur Bernardes, juiz do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro da Justiça, reitor da Universidade do Distrito Federal, professor de direito da Universidade Federal de MG e da Universidade Católica do Rio de Janeiro.

⁷⁶ “O Horizonte”, 15/03/1924, n. 50, p. 2, grifo nosso.

vênia, para esta coluna o que disse ontem o nosso distinto colega “Minas Gerais”, sob a epigrafe que encima estas linhas: “Com a elevação desde bispado a arcebisado, tornou-se mais imperiosa a necessidade de se ultimarem as obras da catedral, o monumento que, assinalando a passagem do 1º centenário da Independência do Brasil, recordará sempre a fé e o zelo dos fíeis belo-horizontinos. [...] Hoje, a catedral já tem o culto instalado no seu seio, estando concluídos os serviços internos da capela-mor e do zimbório. Agora, com a elevação do bispado a arcebisado, se tornou mais urgente a terminação das obras, solicitando o digno prelado o concurso de todos para que esse importante templo se ultime no menor prazo possível, mesmo porque não se poderá retardar muito a solenidade da imposição do Pálio ao novo dignitário da Igreja, solenidade esta a que deverão assistir, [...] autoridades civis e eclesiásticas de vários pontos do país. Atendendo ao apelo do Sr. D. Antonio, arcebispo desta diocese, o comércio local, por intermédio de uma comissão de indústrias e negociantes, amparados pela Associação Comercial, está promovendo os meios de conseguir os recursos necessários para o aceleração das obras da catedral, tendo encontrado, como era de esperar, todo o apoio. A comissão, com o concurso da Associação Comercial, começou os seus trabalhos com grande e geral aceitação de todo o comércio, tendo conseguido numerosas assinaturas de contribuintes mensais de 20\$000 a 50\$000, ⁷⁷ durante 2 anos, os quais figurarão no quadro de honra que ficará perpetuando a generosidade dos signatários, quadro esse que será inaugurado no dia da missa que o Sr. D. Antonio Cabral celebrará em ação de graças.”⁷⁸

Mais uma vez D. Cabral articula-se, por meio de seu jornal católico, a fim de constituir e fortalecer suas relações para além do vínculo com o Estado, aliando-se a empresários do comércio e da indústria da capital, em prol de apoio moral e financeiro em defesa dos interesses da Igreja. Molda, assim, em sua rede de conexões, elos com vários representantes das diversas instâncias do Estado e demais setores da sociedade civil. Ainda no ano de 1924, a imprensa diocesana faz menção à nomeação do novo prefeito da cidade de Araxá, Dr. Furtado de Menezes, “nobre e distinto” membro do Conselho de Imprensa da arquidiocese da capital mineira:

O NOVO PREFEITO DE ARAXÁ

[...] Deste leal amigo e colega de redação recebemos delicado cartão agradecendo a notícia que este jornal deu sob sua nomeação para o elevado cargo de prefeito do município de Araxá. Agradece, outrossim, as referências, tão justas quão verdadeiras, que “O Horizonte” não podia deixar de fazer, e fez convicto, as excelsas virtudes do integro católico – decano e modelo dos Vicentinos. Pede-nos este bom amigo sejamos a porta de suas despedidas junto dos amigos desta capital, aos quais oferece os seus préstimos em Araxá. Sentimos a ausência temporária deste velho amigo, entretanto, sentimo-nos felizes ao considerar a honra e distinção que lhe acaba de conceder o Governo do Estado.⁷⁹

⁷⁷ Utilizando a conversão de Laurentino Gomes, a quantia mensal de 20\$000 a 50\$000 mil réis equivaleria, nos dias atuais, aos valores aproximados de R\$ 1.120,00 a R\$ 2.800,00 (GOMES, 2007).

⁷⁸ “O Horizonte”, 22/03/1924, n. 51, p. 1.

⁷⁹ “O Horizonte”, 08/03/1924, n. 49, p. 1.

Dr. Joaquim Furtado de Menezes era membro ativo do Conselho de Imprensa da Diocese de Belo Horizonte desde a instituição do conselho em 1923⁸⁰. Mas, mesmo antes da criação da Diocese de Belo Horizonte, já efetivava seu apoio à Igreja através, por exemplo, do “Manifesto” contendo o projeto de um novo partido católico apresentado em uma convenção, em julho de 1909, a pedido do arcebispo de Mariana, D. Silvério, afirmando que a religião, a moral e a política são três forças que devem agir harmoniosamente para ordem e progresso da nação (MATOS, 1990). Portanto, era um “católico convicto” de grande prestígio e influência para a Igreja ao ter um colaborador fiel e dedicado indicado, pelo presidente do estado, ao governo de um dos municípios de Minas. Um mês depois é publicado um extenso artigo denominado “Homem privado e homem público”, fazendo referência às peculiaridades do homem privado versus a figura pública do político, principalmente no que tange aos deveres de “ordem natural” como de “ordem sobrenatural”.

O Dr. Secundino, que já foi deputado federal, e é mais um sofista do que um pensador, fazianos há pouco, com palavras medidas e pesadas na balança da meditação, esta declaração: “Eu bem o sabe o senhor – sou católico convicto, minhas relações e compromisso políticos, porém, nem sempre me permitem agir de conformidade com o meu convencimento íntimo”. Aqui o bom do Dr. Secundino lançando um olhar em redor de si e certo de que nenhum dos presentes era capaz de lhe fazer traição, dando uma falsa interpretação as suas palavras, continuou, com voz ainda mais grave, como quem se prepara para fazer a definição de sua própria personalidade: “Nós, os políticos, temos propriamente duas individualidades, o homem privado e o homem público”... Sem mais! **Mal sabe o nosso homem que essa teoria, mil vezes pulverizada pela reta razão e condenada pela Igreja, foi o manto em que se quiseram acobertar os ‘liberais’ de outrora, esses políticos sem valor e sem caráter, espécie de cataventos, que iam girando conforme as correntes... vindas do alto chefão... Essa distinção entre o homem privado e o público é completamente absurda e inadmissível.** Os deveres do homem tanto de ordem natural como de ordem sobrenatural tem a mesma raiz e origem, a natureza humana. Ora, sendo esta a mesma sempre tanto no indivíduo como no cidadão, tanto no homem que vive solitário nos sertões e matas, como no magistrado que administra justiça ou no político que governa um Estado, segue-se d’ahi ser **absurda a diferença que se queira estabelecer entre o homem privado e o homem público, como princípio para declarar o homem público isento dos deveres de ordem natural.** A consciência, esse juiz íntimo e terrível, cuja integridade não é possível afogar, que aprova com íntimos sentimentos de paz e sossego ou reprova com voz imperiosa e remorsos cruciantes; a consciência é absolutamente a mesma no homem público que no homem privado. **Portanto, si o homem isoladamente considerado está obrigado a reconhecer a ordem sobrenatural, também o estará quando viva em sociedade.**

Si o homem indivíduo é criatura de Deus e está obrigado a respeitar os direitos de Deus, necessário é reconhecer que esse homem não poderá subtrai-se as obrigações que por este caráter lhe são impostas. Ou por outras palavras, esse homem indivíduo que reconhece a Deus como seu Criador, cujas leis deve observar e cujo culto religioso lhe é exigido como dever sagrado de justiça e gratidão: **esse homem não ficará desligado desse reconhecimento e desse deveres quando constituído membro ou cabeça de uma sociedade, seja ela social, comercial ou política.**

⁸⁰ A criação e as atribuições do Conselho de Imprensa da diocese da capital, instituído por Dom Cabral em março de 1923, serão abordadas no próximo capítulo.

Digam-me agora, si não é o absurdo mais ridículo, revelador de uma fraqueza de caráter, presenciar o que tantas vezes contemplamos, que um honrado pai de família, colocado num parlamento ou numa assembleia legislativa, segrede ao ouvido de seus colegas [...].⁸¹

No artigo, a Igreja da capital mineira aproveita para reafirmar a importância dos valores religiosos, condenando as justificativas da “distinção entre o homem público e o privado” de alguns políticos que, segundo o trecho destacado, também foram utilizadas pelos “liberais de outrora”, sendo uma “obrigação” e “dever” dos cidadãos notórios que seguem os preceitos católicos, principalmente governantes, reconhecerem e firmarem seu apoio público à Igreja, “ordem sobrenatural”, sem estabelecer distinção no que tange à vida privada versus a vida pública dos cargos de relevância da sociedade, sobretudo em razão de uma imparcialidade nas questões da Igreja em relação ao Estado.

Dr. Lucio José dos Santos, membro da Associação Central e um dos primeiros membros do Conselho de Imprensa, fazendo parte desde sua criação, foi diretor do “O Horizonte” de 1923 até junho 1924, quando convidado para dirigir a Instrução Pública do Estado de Minas Gerais. Sobre esse fato o semanário católico, ainda na direção de Dr. Lucio, publicou a notícia em primeira página com título em grandes letras:

MERECIDA DISTINÇÃO

O Exmo. Presidente do Estado, com aquela visão aguda e escrutadora, aquele amigo sereno e reto que o distinguem, soube encontrar em o nosso brilhante Diretor, alheado á política, o homem, sobre cujos ombros se deveriam despenhar as responsabilidades de tão alta e delicada investidura. Não sabemos se nesta inspirada escolha poderia deparar quem pudesse oferecer um conjunto de predicados, qual mais rutilante, como os que exalçam a inteiriça individualidade desta figura de mestre e apóstolo – Dr. Lucio José dos Santos. **Não conhecemos entre os insignes e doutos de nossa pátria quem mais culto, mais reto, mais nobremente altivo, digno e profundamente católico!** Aplaudindo o ato que tanto enaltece a argúcia e descortino do grande estadista a quem, em boa hora, foram confiados os destinos da gloriosa terra mineira, auguramos a mais profícua e bemfazeja ação do novo Diretor da Instrução Pública de Minas. Nos inapreciáveis benefícios á causa do engrandecimento de Minas haurimos o conforto e a proporcionada compensação ao sacrifício a que somos levados, privando-nos da luminosa direção que dele tem recebido nosso caro “O Horizonte”. Órgão independente, cioso de sua liberdade de movimentos, aqui ficamos para prestigiar com desassombro e inteiro espírito de justiça, **os atos da administração, que, como este, tanto captivam e alentam a opinião do católico povo mineiro, convencido de que no governo se encontra um cidadão capaz de dar aos seus vultos eminentes a distinção merecida.** Congratulações ao Governo e ao povo de Minas.⁸²

O artigo inicia com a foto do diretor de tamanho considerável e a seguinte frase: “Dr. Lucio José dos Santos – Lente Catedrático da Escola de Minas de Ouro Preto, professor da

⁸¹ “O Horizonte”, 12/04/1924, ano 2, n. 2, p. 1. grifo nosso.

⁸² “O Horizonte”, 04/06/1924, ano 2, n. 68, p. 1, grifo nosso.

Escola de Engenharia de Belo Horizonte e do Colégio Arnaldo, nosso prezado Diretor que acaba de ser convidado para dirigir a Instrução Pública do Estado de Minas”⁸³. Em sequência ao texto, enaltece a “esclarecida e criteriosa” administração de Raul Soares, presidente do estado, “conferindo uma honrosíssima comissão ao nosso ilustre e insigne Diretor, Dr. Lucio José dos Santos, nomeando-o Diretor da Instrução Pública do Estado”. Elogia, posteriormente, o Secretário do Interior, Dr. Melo Viana, ao efetuar “com inteligência a reorganização do ensino em moldes novos e eficientes”, compreendendo que “esta obra ingente e fecunda só poderia ser interpretada e levada a bom termo, pela cooperação abnegada de um homem de alto prestígio intelectual e moral”. Volta então a exaltar o governador na sua escolha e decisão pelo diretor, para depois elevar as qualidades da pessoa de Lúcio dos Santos, como descrito na citação acima, com manifestações de alto apreço personificadas nas qualidades como “mais culto, mais reto, mais nobremente ativo, digno e profundamente católico”. Finaliza a matéria enaltecendo novamente o governo estadual e seus atos administrativos que tanto “cativam e alentam a opinião do católico povo mineiro”. Alguns dias depois é transcrita no jornal, ainda como diretor do órgão, a nomeação do Dr. Lucio José, denominada “A União e o Dr. Lúcio dos Santos”:

O Dr. Raul Soares, ilustre Presidente do Estado de Minas Gerais, acaba de assinar um dos mais acertados atos de seu governo, ato de grande alcance, talvez mais mesmo do que ele pensa – a nomeação do Dr. Lucio dos Santos para Diretor da Instrução Pública do Estado. Esse homem estava tão bem talhado para tal cargo, que nós habituados a ver a preterição dos melhores elementos, não poderíamos esperar a sua escolha... **Para quem quer dar mão forte ao seu Secretário do Interior na obra ingente de reorganizar e elevar o ensino, tal escolha representa um ato de acerto e critério,** pois Dr. Lucio só tem para nós um defeito: o de não ser mais nosso colaborador... No mais, the right man in the right place. Professor em duas escolas superiores, e culto como poucos homens em Minas de uma capacidade extraordinária para o trabalho, ele vale, por si só, a vitória do Dr. Melo Viana na sua campanha pelo ensino. **Para nós, católicos, ele tem ainda valiosíssimos predicados outros. Católico convicto, sans peur et sans reproche, o Dr. Lucio, seja o que for, ocupe o cargo que ocupar, é sempre, e antes de tudo, católico.** Está, assim, justificado o nosso jubilo e o fato de abriremos colunas para registrar um fato que, sem taes circunstâncias, não mereceria mais que um simples registro.⁸⁴

Na divulgação da nomeação do novo diretor da Instrução Pública do estado, prestigiada nas palavras do artigo, fica explícito o forte vínculo de apoio e colaboração entre a administração episcopal de Dom Cabral e o governo mineiro ao congratular, outra vez, a decisão do presidente do estado como um dos atos mais acertados e criteriosos do governo ao escolher e indicar para um cargo de tão relevância pública um indivíduo de “valiosíssimos

⁸³ “O Horizonte”, 04/06/1924, ano 2, n. 68, p. 1.

⁸⁴ “O Horizonte”, 18/06/1924, ano 2, n. 68, p. 1, grifo nosso.

predicados” e aliado próximo de Dom Cabral. O artigo vai de encontro à visão de D. Sebastião Leme de que trata-se de “uma Igreja que se ajusta institucionalmente ao recente cenário nacional, desenvolvendo-se e adaptando-se aos desafios e as mudanças sociais” (MAINWARING, 2004, p. 43), em contraste a esse novo modelo posto com o advento pós-República. Outro ponto de destaque no artigo católico é a ratificação dos valores religiosos e do apoio público a Igreja por pessoas de relevância social, como abordado na publicação “Homem privado e homem público” e evidenciado no trecho destacado, ao se referir ao novo diretor da Instrução Pública como um católico convicto “sem medo e sem censura”, portanto, de extremo valor para a Igreja por ser “sempre, e antes de tudo, católico”, acima, inclusive, dos interesses laicos do Estado. Na semana anterior à nomeação do diretor da Instrução Pública de Minas foi anunciada no jornal uma conferência religiosa sobre Lourdes a ser realizada pelo Dr. Lucio dos Santos, no dia 06 de julho, na Cúria Metropolitana da diocese (Cinema Modelo):

O Dr. Lucio José dos Santos fará uma conferencia sobre Lourdes, acompanhada de magníficas projeções luminosas. A confêrencia constará de três partes: I – os sítios: descrição de Lourdes e seus arredores, com gravuras do natural. II – os personagens: narração da vida de Bernadetti e das aparições de Lourdes com projeções explicativas. III – os fatos: exposição, critica dos milagres de Lourdes, com apresentação de muitos dos mais notáveis casos. Durante os intervalos tocará a Banda de N. S. da Conceição. [...] Começará a conferencia as 19 ½ horas. As poucas entradas que restam para este grande festival, acham-se a venda na “A” Nacional.⁸⁵

No dia dois de julho é publicada a solenidade da posse oficial do Dr. Lucio agendada para o dia seguinte, contendo novamente a foto do diretor na primeira página e, em destaque, o título: “Triunfo do Mérito”. Nesse momento, Padre Vicente Soares, gerente do órgão do Conselho de Imprensa, assume também a direção do “O Horizonte” até nomeação de um novo gerente.

Nosso Diretor, Dr. Lucio José dos Santos, passa a ser o Diretor da Instrução Pública em Minas. Fora designado para amanhã a posse oficial, solene, do honrado amigo, altamente distinguido pelo digno Presidente do Estado, Dr. Raul Soares, para superintender neste vasto e opulento Estado e departamento da Instrução Pública.⁸⁶

O interessante é que os trechos dos artigos apresentados acima indicam que Lucio José dos Santos realizou a conferência religiosa no espaço da Arquidiocese de Belo Horizonte, já na função de diretor da Instrução Pública de Minas. Isso demonstra como o diretor da Instrução Pública do estado, Dr. Lucio, mesmo sendo “membro ou cabeça de uma sociedade”,

⁸⁵ “O Horizonte”, 14/06/1924, ano II, n. 71, p.1

⁸⁶ “O Horizonte”, 02/07/1924, ano II, n. 76, p. 1.

manteve a transparente aliança com a Igreja, reconhecendo e cumprindo seus deveres religiosos como um “bom católico”, não se desligando das obrigações de “ordem sobrenatural” e dos cultos tradicionais religiosos⁸⁷. O jornal “O Horizonte”, ao salientar publicamente em seus artigos as tradições conservadoras da Igreja Católica e a missão do Arcebispo Cabral em manter um envolvimento religioso no campo político, só reforça a teoria de que a imprensa católica mineira foi um importante instrumento pelo qual a Igreja utilizou-se a favor da concepção da fé e dos interesses institucionais do catolicismo na sociedade.

Em uma nota da edição do jornal de julho de 1931, referente ao “Expediente do O Horizonte”, consta como membro do Conselho de Imprensa, além de nomes do clero e figuras de importância social, como Dr. Mario de Lima e Dr. Joaquim Furtado de Menezes, já citados anteriormente, novamente Dr. Lucio dos Santos. Não conseguimos concluir, pelos documentos da pesquisa, se Dr. Lucio saiu e retornou ao Conselho de Imprensa depois de alguns anos, ou se nunca deixou de fazer parte como membro fundador do Conselho há quase dez anos. No informe do semanário afirma-se que “[...] cada ano a direção do jornal será pelo Conselho confiada a um dos seus redatores”, seja membro do clero ou da sociedade civil mineira⁸⁸.

A preconização a representantes do Estado se mantém nas edições posteriores do “O Horizonte” até o ano de 1929, mais precisamente, deixando notório e amplamente divulgado o vínculo entre a Igreja da capital mineira e seus governantes. Também deixam isto claro as pequenas notas como um telegrama do presidente do estado em resposta ao vigário geral: “Belo Horizonte, 19 – Muito agradecido, confortadoras palavras seu telegrama, Governo Federal prestigiado todas as classes e forças armadas conta debelar rapidamente a sedição militar em São Paulo. Cardeais saudações – Raul Soares”⁸⁹. Esse telegrama faz referência ao apoio do arcebispo Cabral e da diocese mineira ao presidente da República, Arthur Bernardes, contra a revolta tenentista de São Paulo com o objetivo de depor o presidente, em julho de 1924. No dia 26 do mesmo mês, publicam um extenso artigo na primeira página do jornal católico, reforçando o apoio ao governo federal:

SUBLEVAÇÃO DE FORÇAS FEDERAIS E POLICIAIS EM SÃO PAULO.

É na verdade muito consoladora a atitude da Nação brasileira em face da sublevação militar em São Paulo. Porquanto de toda a parte surgiram e surgem protesto veementes contra os perturbadores da ordem constitucional. As manifestações de

⁸⁷ A influência católica no sistema de ensino de Minas Gerais e a importância do novo diretor da Instrução Pública como aliado direto do alto sacerdote da Igreja na capital mineira serão contempladas no quarto capítulo.

⁸⁸ “O Horizonte”, 22/07/1931, ano IX, n. 792, p. 2.

⁸⁹ “O Horizonte”, 19/07/1924, ano II, n. 81, s/p.

solidariedade de todas as classes aos poderes constituídos, a formação de batalhões em vários pontos do país e apoio moral prestado ao governo por inumeráveis homens que estão em relevo na política, nas ciências, no magistério, no comércio, na lavoura, e também a inquietação do povo que, ao mesmo tempo que busca informações da rebelião, mostra seu profundo desagrado por essa perturbação da paz, tudo isso são provas bem evidentes de que o Brasil vive e não pode ocultar seu pesar, provocado por essa paralisia sintomática de uma parte de um de seus órgãos. Entretanto consola ver que todos os outros órgãos do grande gigante, que é o Brasil estão em plena atividade de suas funções, concorrendo todos, em satisfatória harmonia, para a conservação da saúde nacional.⁹⁰

O movimento revolucionário, nominado de tenentismo, não era bem visto pelos eclesiásticos, pois, segundo Matos (1990, p. 239), para os católicos, a culpa da desordem e falta de disciplina que afligia o país, junto com o desprezo da “legítima autoridade”, devia ser atribuída à ordenação política de uma “república agnóstica, divorciada inteiramente das tradições, dos sentimentos e das aspirações legítimas do povo brasileiro”. Seria este o papel desempenhado pelo positivismo nos fins do século anterior, ganhando inclusive amplas camadas ativas da classe média, vindo a ser representado por um reformismo, que o grupo militar daria expressão de força em sucessivos confrontos com o governo no ano de 1924. Para o clero e os “católicos convictos”, só haveria uma solução lógica para a “ameaça perturbadora da estabilidade” nacional: “devolver o Brasil ao Cristo”, ou seja, recristianizar o Brasil. Meses mais tarde reaparecem no semanário artigos enaltecendo o presidente Arthur Bernardes e seu projeto de reforma constitucional:

Pendente como se acha (de acordo com o pensamento governamental, expresso pelo eminente Arthur Bernardes em sua última mensagem presidencial) o projeto da reforma de nossa Lei Básica, de cuja elaboração foi investido o emérito jurista ministro Edmundo Lins, – é de oportunidade lembrar que, em 1910, isto é, há 14 anos, já o maior de nossos constitucionalistas, – Ruy Barbosa, em sua memorável plataforma lida no Politeama, na capital da Bahia, além de fazer ressaltar a necessidade, já então premente e madura, da reforma de nosso estatuto magno, consubstanciava nos itens seguintes a sumula da revisão; [...] Ao apresentar-se candidato a deputado federal por um dos distritos de Minas, o Sr. Pandiá Calogeras erigiu a reforma constitucional em plataforma política, [...] O Sr. Arthur Bernardes, entre os grandes serviços que ficarão assinalando a sua atuação governamental, [...] Tendo declarado “questão aberta” a reforma constitucional, o atual Presidente da República, com o espírito liberal e o alto senso administrativo que sempre o caracterizou, não se forra absolutamente a sugestões alheias, que visem ampliar e melhorar os moldes da revisão. Oxalá, ao abrirem-se os debates sobre tão momentoso assunto, dignem-se Deus iluminar os espíritos, a quem está entregue a missão de velar sobre nossos destinos, afim de que a Reforma seja (como pode deixar de ser) o remédio de males, que ahi estão travando a marcha do país e empecendo os surtos de seu progresso.⁹¹

⁹⁰ “O Horizonte”, 26/07/1924, ano II, n. 83, p. 1.

⁹¹ “O Horizonte”, 28/06/1924, ano II, n. 75, p. 1.

Depois, novamente, ao Ministro da Aviação da presidência de Arthur Bernardes, Francisco Sá, em visita a Belo Horizonte:

[...] chegou quinta-feira desta semana, a Belo Horizonte, o exmo. Sr. Dr. Francisco Sá, ministro da Viação e um dos mais brilhantes vultos do governo atual. [...] O desembarque do dr. Francisco Sá que veio acompanhado de sua exma. família e de sua comitiva, esteve muito concorrido notando-se entre as pessoas de destaque o major Oscar Paschoal, representante do Sr. Raul Soares, presidente do Estado, Pe. Sebastião Pujol, em nome do Sr. Arcebispo, drs. Melo Viana, Daniel de Carvalho e Mario Brant, secretários do interior, agricultura e finanças, dr. Alfredo Sá, chefe de policia, dr. Flavio dos Santos, prefeito da Capital, dr. Noraldino de Lima, diretor da Imprensa official, etc.⁹²

Em uma edição no final do ano de 1925, mantém-se o apoio público da Igreja mineira ao presidente de Arthur Bernardes e um expesso descontentamento com a falta de “interesse coletivo” dos deputados federais em favor às emendas religiosas, ao estampar o seguinte artigo na primeira página do jornal:

O INTERESSE COLETIVO

É desoladora a visão de individualismo acirrado que domina o Brasil dos tempos que correm! Percorrendo as páginas do Diário Oficial, pejados de discursos parlamentares em tipo miúdo, encontramos dificilmente alguma frase que abranja em seu bojo um interesse coletivo, mesmo a titulo secundário, de mero pretexto. As chamadas Emendas religiosas ainda foram bem um reflexo vivo desse quadro desalentador. Multiplicaram-se as declarações de voto e raros, raríssimos os deputados que juntaram as razões de seu parecer a única que havia de, logicamente, presidi-los todos, a vontade ou interesse de seu eleitorado... Houve quem lhes negasse o voto sob pretexto constitucional, por vesania escassamente disfarçada. Houve quem negasse por ojeriza confessada as cousas espirituais, houve quem o recusasse por incompatibilidade de crença ou orientação filosófica. Nem um só – ouvi bem! – nem um só alegou incompatibilidade dessas medidas com as crenças de seus eleitores. Muito ao em vez ladearam mais ou menos habilmente a vontade dos que oficialmente os elegeram para se ocupar de faces mais oportunas do problema [...] Arthur Bernardes em um esforço titânico, sobrehumano obtém a sua lenta e progressiva do governo.⁹³

No contexto da reforma constitucional proposta pelo presidente Arthur Bernardes e a campanha católica, de âmbito nacional, em prol das emendas religiosas à Constituição, o Conselho de Imprensa da diocese mineira explana fortes críticas aos votos e declarações dos parlamentares que, sob o pretexto constitucional ou de incompatibilidade de crença ou de orientação filosófica, se negaram favoráveis às emendas religiosas. De acordo com o artigo do jornal, o Conselho enfatiza que nenhum, “nem um só alegou incompatibilidades das medidas com as crenças de seus eleitores”, expondo um quadro “desolador” de “individualismo acirrado que dominava o Brasil”. Assim, raríssimos os deputados que, na opinião pública do

⁹² “O Horizonte”, 07/06/1924, ano II, n. 69, p. 1.

⁹³ “O Horizonte”, 31/10/1925, ano III, n. 216, p. 1.

jornal católico, apresentaram as razões de seu parecer consoantes ao interesse coletivo e ao “esforço titânico e sobrehumano” do presidente, ou seja, que respeitaram a vontade e as crenças dos eleitores que os elegeram. Na página subsequente dessa edição há outro extenso artigo intitulado “A recristianização do Brasil”, em uma rara divulgação nominal do autor, nesse caso o dr. Mario de Lima⁹⁴, em defesa dos preceitos católicos na sociedade e no Estado, engrandecendo Francisco Campos como deputado e intelectual brasileiro. No longo texto, de quase meia página, descrevem a entrevista de Francisco Campos a outro jornal, em um manifesto em defesa da religião.

A RECRISTIANIZAÇÃO DO BRASIL

O certo é que, sob ponto de vista da “experiência”, nenhuma outra moral é tão fecunda em resultados como a moral religiosa. Blondel, em seu celebre livro de filosofia religiosa, justifica a existência do sobrenatural por sua necessidade e o considera como uma das condições de ação. O homem excede por sua ação os dados da experiência e tem necessidade de crer em alguma cousa que o ultrapasse, afim de equilibrar o querer e o poder. Essa crença é um ato de fé religiosa. Que na tese de Wiliam James e de Lalande, quer na de Blondel, incontestável é a utilidade social da moral religiosa. Por que assim não compreenderam os legisladores constituintes da República?

Metafísicos Políticos – Em notável entrevista concedida, há meses, a um jornal carioca, o ilustre deputado Francisco Campos, mentalidade robusta que é uma das legítimas glórias intelectuais do Brasil novo, afirmava o seguinte: *“Só a religião pode oferecer ao espírito pontos de apoio e motivos e quadros de ação moral, regulada e eficiente. A educação moral não é mais do que um subproduto da educação religiosa. A educação moral resulta da cultura dos sentimentos de veneração, de admiração, de entusiasmo, de reconhecimento e de temor, que só a religião, que está a raiz do espírito pode alimentar, nutrir e aprimorar. O de que precisamos, si precisamos de educação moral, como não se contesta, é de educação religiosa. Mas, os constituintes de 91, conduzidos pelo mesmo inorgânico do liberalismo, procuraram sequestrar ao poço a sua religião, desconhecendo-a e ignorando-a, como si envergonhasse ao Estado consagrar oficialmente ou reconhecer, ao menos, como um fato uma das maiores e mais esplendidas realidades da alma brasileira. E, assim, uma constituição que se fez em nome do povo, de um povo fervorosamente católico, por uma homenagem a meia ciência da época em que se elaborou, faz questão de professar e ostentar o seu agnosticismo e, o que mais é, de ignorar os direitos da nação brasileira a sua fé”*. Impossível descrever com mais brilho e precisão do que o fez o deputado Francisco Campos, nessas linhas irrefutáveis a dolorosa situação de um povo eminentemente e profundamente católico ao qual se impõe, na escola leiga, a paulatina descristianização, com as suas terríveis consequências de ordem social. **O Estado não é uma entidade abstrata, pois representa interesses e tradições, opiniões e tendências reais [...]** A religião, segundo Bluntschli é um poder de primeira ordem, do qual, o Estado não pode fazer abstração. Ora, o legislador constituinte brasileiro fez obra, no caso, sobre meras abstrações filosóficas. **Não legislou para um povo constituído de crentes.** Legislou para imaginários entes de razão, para fantasmas para espectros. Abandonou o terreno da realidade para perder-se nas nuvens

⁹⁴ Maria de Lima, membro atuante do Conselho de Imprensa da diocese de Belo Horizonte durante a gestão de Dom Cabral, foi autora de uma obra de 1928, publicada pela Imprensa Oficial de Minas Gerais, intitulada “O Catecismo e a formação do brasileiro – Conferência realizada no 1º Congresso Catechístico de Belo Horizonte em 04/09/1928”, a qual citaremos com maiores detalhes no quarto capítulo.

da ideologia. A escola leiga, que o reduzido mas onipotente grupo positivista dos primeiros dias da República no impingiu é uma criação de metafísicos políticos.⁹⁵

A entrevista de Francisco Campos, transcrita e complementada por Mario de Lima, reforçou a crítica, realizada na primeira página do jornal, ao posicionamento dos políticos quanto à religião, o Estado e as emendas religiosas propostas na Constituição. Expressa uma nítida reprovação aos legisladores que não representam os “interesses, tradições, opiniões e tendências reais” de um “povo eminentemente e profundamente católico”, isto é, que não legislam para um “povo constituído de crentes” ao impor na escola leiga a “paulatina descristianização” com as suas “terríveis consequências de ordem social”. Esse legislador constituinte brasileiro “abandou o terreno da realidade perdendo-se nas nuvens da ideologia”, sobre “meras abstrações filosóficas”, legislando “para fantasmas e espectros.” Em outras palavras, legislam para “imaginários entes de razão” ao desconsiderar a religião um “poder de primeira ordem, do qual, o Estado não pode fazer abstração”. Difundem, assim, os argumentos pontuados pelo deputado Francisco Campos de que “a educação moral não é mais que um subproduto da educação religiosa, em que apenas a religião pode alimentar, nutrir e aprimorar o espírito”; assim, se “precisamos de educação moral, como não se contesta, é de educação religiosa que precisamos”. Afirma então, nas palavras do deputado, que os constituintes de 1891 ignoraram a religião, “como se envergonhasse ao Estado consagrá-la oficialmente ou, ao menos, reconhecê-la como um fato da realidade brasileira”. De modo que se fez uma constituição “em nome do povo, de um povo fervorosamente católico”, mas fazendo questão de “professar e ostentar o agnosticismo, ignorando os direitos da nação brasileira a sua fé”.

Ambos os artigos da mesma edição, “O interesse coletivo” e “A recristianização do Brasil”, tratavam-se da tentativa católica de “reconquistar o Brasil para Cristo”, retornando à “nacionalidade brasileira às raízes católicas”. Recristianizar o Brasil pela ação política católica, conforme propunha o líder da restauração católica no Brasil – Dom Leme. Apesar da efetiva separação de Igreja e Estado incorporada na Constituição de 1891, a Igreja Católica continuou defendendo, senão oficialmente ao menos na mentalidade, o modelo de “cristandade” em que religião e sociedade, ou catolicismo e pátria, se identificam, conforme discorre Matos (1990) em seu livro. Nesta visão, “a vida social se autocompreende através da justificação de caráter religioso e sobrenatural”. A alta hierarquia católica mantém críticas à Carta Magna republicana, sendo, no fundo, considerada como “antidemocrática”, uma vez

⁹⁵ “O Horizonte”, 31/10/1925, ano III, n. 216, p. 2, grifo nosso.

que não representa os sentimentos do povo brasileiro de maioria católica. Os políticos e representantes de destaque da sociedade civil, “verdadeiramente católicos” ou “católicos convictos”, são persuadidos pela alta cúpula da Igreja a pautarem sua atuação em conformidade aos preceitos e orientações do catolicismo romano. Atribui-se a eles o apoio e o “dever social” da indissociabilidade entre sociedade e religião. A hierarquia católica procurava, então, “[...] reafirmar a presença da Igreja na sociedade brasileira instaurada conforme orientações de Pio XI – ‘o reinado de Cristo Rei’” (MATOS, 1990, p. 240).

Nessa perspectiva, a “[...] atitude reivindicatória dos bispos vai ao sentido de ‘recuperar o prestígio’ que, por direito inalienável, pertence à única e verdadeira Igreja de Jesus Cristo, a Católica, Apostólica, Romana” (MATOS, 1990, p. 46). Portanto, por volta da década de 1920, já não se pensa mais em uma simples união entre Igreja e Estado, no sentido de retornar ao antigo regime de subordinação e dependência, mas no desenvolvimento de um processo de “colaboração natural entre os dois poderes”, em uma coexistência harmoniosa. O entendimento entre ambos é um valor que deve ser preservado, cabendo ao Estado a orientação política e econômica e à Igreja a orientação espiritual, tendo o reconhecimento oficial do Estado, podendo-se utilizar de seus recursos e estruturas (MATOS, 1990). A favorável colaboração entre o Estado e a administração de Dom Cabral é mais uma vez exercida através do auxílio de estrutura e recursos do governo na edificação do novo seminário em Bela Vista, a fim de atender todas as “exigências dos foros de cultura, higiene e civilização” (MATOS, 1990, p. 405) exigentes de uma capital⁹⁶. A edificação foi manifestada publicamente em setembro de 1927, com a cerimônia da “Benção da Pedra Fundamental” do Seminário do Coração Eucarístico de Jesus na presença do presidente do estado, Antônio Carlos de Andrada, e do Arcebispo Cabral⁹⁷.

A Carta Pastoral de 1927 da Província Eclesiástica de Belo Horizonte promulgou as “Determinações das Conferências Episcopais de 1927” realizadas em abril daquele ano na cidade de Luz, a fim de instruir no conhecimento, mesmo que o elementar da “Doutrina Cristã”, temas como o catecismo, força católica masculina, dinheiro de São Pedro⁹⁸,

⁹⁶ Sobre a construção e os recursos do novo Seminário da diocese de Belo Horizonte, será contemplado no próximo capítulo.

⁹⁷ ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 1943. Cf. Anexo 12 – Registro fotográfico da Benção da Pedra Fundamental da construção do novo local do Seminário, com a presença do Presidente do Estado.

⁹⁸ Também denominado como “Óbolo de São Pedro”, trata-se de uma ajuda a manutenção da Sé Apostólica constituída pelas ofertas dadas espontaneamente pelos católicos de todo o mundo, e eventualmente também por outras pessoas de boa vontade. “As ofertas que os fiéis dão ao Santo Padre destinam-se a obras eclesiais, a iniciativas humanitárias e de promoção social, e também para a sustentação das atividades da Santa Sé. E o Papa, enquanto Pastor da Igreja inteira, preocupa-se

seminário, espiritismo, protestantismo, diversões, trajar modestos, “reinados” ou congados, casa paroquial, fábrica, tabela de taxas, dentre outros⁹⁹, ordenando a leitura pública das determinações em todas as paróquias das dioceses de Belo Horizonte, Guaxupé, Aterrado e Uberaba. O que nos chama atenção, por ora, é o assunto denominado “política”:

POLÍTICA

48. Ainda que não consideremos oportuna, no momento, a formação do partido católico, temos como indispensável a formação da consciência católica relativamente ao voto (Pastoral Coletiva n. 1591, 1592, 1593).

49. Tal formação deve iniciar-se nas escolas, nas aulas de catecismo, no lar domestico, pois na infância com os deveres de cidadão a criança aprenderá que terá sua parcela de responsabilidade no mal que sobrevier a sua pátria e a sua Religião, si concorrer com seu voto para governos anti-católicos (Concílio Plenário Latino-Americano 656 e Pastoral Coletiva n. 1596).

50. Entretanto, renovamos a proibição feita (Pastoral Coletiva n. 1598) aos Rev. Vigários de se imiscuírem em política local. O cura d’almas que por justiça deve facilitar a todo os seus jurisdicionados os socorros religiosos e que se incompatibiliza com uma parte deles pela política, o que é inevitável, incide em falta de tremenda responsabilidade (Concílio Plenário Latino-Americano 656). (CABRAL, 1927b, p. 12-13)

Nas determinações da Carta Pastoral é possível elencar três pontos: 1. A fidelidade de Dom Cabral e demais bispos mineiros às orientações da Igreja Católica Apostólica Romana, obedecendo às normas do Concílio Plenário Latino-Americano de 1899, que instituiu um novo código jurídico eclesiástico a ser seguido na América Latina com o propósito de fortalecimento do processo de romanização do catolicismo nesses países; 2. A formação de uma consciência católica na sociedade mineira em defesa da religião e sua doutrina, sendo dever dos sacerdotes a “formação da consciência católica relativa ao voto”, iniciando-se nas escolas, nas aulas de catecismo e no lar, aprendendo desde cedo os seus deveres de cidadão católico e sua “parcela de responsabilidade no mal que sobrevier a sua pátria e a sua religião, com seu voto para governos anticatólicos”; e 3. A relação entre Igreja e Estado, cabendo à Igreja em Minas a manutenção da relação entre religião e política, revogando a proibição feita aos vigários de intervirem na política local.

também com as necessidades materiais de dioceses pobres, institutos religiosos e fiéis em graves dificuldades (pobres, crianças, idosos, marginalizados, vítimas de guerras e desastres naturais; ajudas particulares a Bispos ou Dioceses em necessidade, educação católica, ajuda a refugiados e migrantes, etc.). O ‘Óbolo de S. Pedro’ é a expressão mais emblemática da participação de todos os fiéis nas iniciativas de caridade do Bispo de Roma a bem da Igreja universal. Trata-se de um gesto que se reveste de valor não apenas prático, mas também profundamente simbólico enquanto sinal de comunhão com o Papa e de atenção às necessidades dos irmãos; por isso, o vosso serviço possui um valor retintamente eclesial”. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/obolo_spietro/documents/actual_po.html. Acesso em: 29 maio 2021.

⁹⁹ A Carta Pastoral de 1927, do Episcopado da Província Eclesiástica de Belo Horizonte, e seus diversos assuntos, será melhor elucidada nos próximos capítulos.

Ao final da década de 1920, enquanto os parlamentares de âmbito nacional eram objeto de acirradas críticas do governo episcopal de Dom Cabral, na esfera estadual os deputados eram motivo de elogios e admiração após a aprovação do projeto n. 21 que faculta o ensino religioso nas escolas do estado de Minas Gerais. Em novembro de 1929, o jornal da diocese belo-horizontina, “O Horizonte”, anunciava a todos que quisessem conhecer as razões com “argumentações sólidas” para tal aprovação, relatadas na transcrição completa do discurso do deputado estadual Dr. Magalhães Drummond em seu parecer no Congresso Mineiro. A justificativa se daria pela certeza da constitucionalidade e utilidade do projeto. Sobre a constitucionalidade do projeto, deve-se ao entendimento de que o “dispositivo da laicidade do ensino na Constituição, apresentado e justificado por deputados positivistas, se referia apenas ao ensino que viesse a ser ministrado em estabelecimentos federais”¹⁰⁰, ficando claramente assegurado pela Constituição o “direito dos Estados de se organizarem, neste assunto, como bem lhes parecesse”. Dessa forma, considerando a “diversidade das regiões, das peculiaridades de cada uma das unidades que constituíam a federação”, o Estado teria autonomia no que “respeitasse a interesses seus, próprios e essenciais”. Outro ponto referente à constitucionalidade do ensino religioso nas escolas mineiras seria o “princípio de liberdade de consciência que a Constituição assegura” a todos os habitantes do Brasil. Nessa questão, assim como na anterior, “não valeria nenhuma objeção”, uma vez que o projeto “não manda ensinar determinada religião: faculta o ensino de todas as religiões”, portanto, não sendo possível, com a execução do projeto, “ofender a consciência dos pais dos alunos, pelo fato do ensino religioso ser ministrado somente para aqueles que expressamente consentirem”. Resumindo, o projeto seria constitucional, visto que haveria o ensino religioso nas escolas, mas livre, facultativo, não obrigatório, como perdura até hoje.

A anuência do projeto foi fundamental para o esforço da Igreja na tentativa de preservação dos valores religiosos e a conservação de seus fiéis cidadãos mineiros, com o desenvolvimento da consciência católica desde a infância por meio do Ensino Religioso nas escolas. Assegurou-se, assim, o ensino do catolicismo no âmbito da educação regular, alcançando uma parcela da sociedade mineira para além dos fiéis das missas e do habitual ambiente familiar. O discurso do deputado Magalhães tornou-se, então, de suma importância para os interesses da Igreja ao certificar em sua argumentação o não descumprimento do Estado laico, instituído pela Constituição da República, ao garantir aos estados da federação brasileira o direito e a autonomia para decidirem sobre essa questão, respeitando a diversidade

¹⁰⁰ “O Horizonte”, 13/11/1929, ano VII, n. 626, s/p.

de cada região e os “interesses seus, próprios e essenciais”, desconsiderando uma das, senão a mais relevante, justificativa dos opositores do projeto.

Segundo Matos (1990), o processo de reaproximação entre a Igreja e o Estado em curso no âmbito federal teve no estado de Minas maior ressonância e efetividade com manifestações concretas, tais como a entronização da imagem de Cristo-Rei (símbolo do episcopado de Dom Cabral) na Escola Normal de Belo Horizonte, em novembro de 1924, conforme declaração do senador Diogo de Vasconcelos: “E mil agradecimentos são os nossos a todos os que de alto a baixo, na direção do Estado, têm corrido para esta regeneração, que hoje festejamos, vendo nesta escola, à nossa veneração, a santa imagem do Divino Mestre [...]”¹⁰¹. Para Torres (1972, p. 175), de um modo geral, “os governadores de Minas, muito deles razoavelmente católicos, mantiveram boas relações com a autoridade eclesiástica. [...] Muita gente chegava a achar meio medieval aquela sempre normal presença do arcebispo ao lado do chefe do poder civil”. Trata-se de nítida e cordial aproximação, que pode ser observada nos discursos dos presidentes do Estado, na década de 1920, Fernando de Melo Viana (1924-1926): “[...] a religião é outro fator importantíssimo de unidade nacional, e, a despeito da separação entre o Estado e a Igreja, não pode, nem deve ser desprezada pelos poderes públicos” (MATOS, 1990, p. 50.); e por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930), durante o banquete oferecido por ele aos bispos mineiros, presentes em sua posse:

O governo temporal em Minas, no passado e no presente, está preso, pelo maior reconhecimento, à ação benemérita daqueles a quem a sabedoria do Santíssimo Padre tem confiado à direção espiritual dos mineiros. [...] pregando o acatamento as leis, o respeito as autoridades constituídas e a observância dos deveres que incumbem aos cidadãos, no lar e na sociedade, os príncipes da Igreja, em nossa terra, têm concorrido, decisivamente, para a formação do caráter patriótico, que, transmitido de geração em geração, permite ao povo mineiro orgulhar-se do patrimônio moral e cívico que pode até agora constituir. [...] Errara gravemente o governo que não se utilizar da grande força que é a religião, para levar avante todas as construções que idealiza e se proponha realizar.¹⁰²

O seminário “O Horizonte”, em outro artigo da mesma edição (11/09/1926, p. 2), intitulado “Os deveres do homem público revestido da função de poder”, transcreve as palavras de Dom Joaquim Silvério de Sousa (Arcebispo de Diamantina) no seu discurso por ocasião da cerimônia religiosa da tomada de posse de Antônio Andrada, como presidente do estado, referindo a “religião não como antítese, mas leal cooperadora no poder civil” (MATOS, 1990, p. 52). Anos mais tarde, Dom Cabral faz um reconhecimento público dos méritos do governador em relação à Igreja, no artigo denominado “Discurso de Dom Cabral

¹⁰¹ “O Horizonte”, 05/11/1924, ano II, n. 112, p. 2-3 apud MATOS, 1990, p. 50.

¹⁰² “O Horizonte”, 11/09/1926, ano IV, n. 302, p. 1 apud MATOS, 1990, p. 51.

por ocasião da assinatura do Decreto de Sanção da lei sobre o ensino religioso nas escolas oficiais”, explanado pelo arcebispo na imprensa católica: “[...] é V. Excia., sem possível contestação, o primeiro, entre os estadistas e homens públicos que, após quarenta anos de esbulho, desde o início do regime republicano, ouve e acata os protestos e clamores da consciência católica”¹⁰³. Esta cordialidade foi retribuída em 1931 pelo ex-presidente do estado de Minas, em reflexão ao seu governo, durante as homenagens a ele prestadas no Seminário do Coração Eucarístico:

Minha fé católica, minhas convicções desassombradas sempre foram os guias, os roteiros de minha vida política, de todo meu agir. [...] sem religião, srs., teremos a anarquia mental, a desordem moral. Sem religião ruirão lares, ruirão as famílias e, por isso, ruirá a pátria, por a pátria é lares, pátria é famílias.¹⁰⁴

Até o final da década de 1920, coincidindo com o final da gestão do governador Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930), é possível verificar, por meio das fontes históricas, a cordial relação entre o episcopado de Dom Cabral e o governo estadual. O presidente do Estado fez questão de manter ótima relação com o arcebispo, atendendo as reivindicações católicas ao encerrar o período laicista na educação mineira, além de outras demandas como a nomeação da Direção da Instrução Pública de Minas Gerais ao Dr. Lucio, católico declarado na defesa da religião (TORRES, 1972). Nos derradeiros anos da Primeira República há os últimos indicativos da reaproximação entre Igreja e Estado em um processo de colaboração mútua que, consoante com a pesquisa documental, só volta a reaparecer anos mais tarde – na metade da década de 1930.

No livro dedicado ao primeiro arcebispo da capital mineira (Dom Cabral e suas Obras, 1943), consta uma foto de Olegário Maciel, então Presidente de Minas Gerais (1930-1933), em recepção ao Núncio Apostólico do Brasil, junto com demais representantes do estado, no Palácio da Liberdade – sede do governo mineiro¹⁰⁵. O que torna a imagem relevante é a ausência da figura de Dom Cabral ou de seu representante eclesiástico, assim como a falta de menções ao governador Olegário Maciel nas edições do jornal católico contempladas na pesquisa¹⁰⁶.

¹⁰³ “O Horizonte”, 16/10/1929, ano VII, n. 619, p. 2 apud 1990, p. 51 e 66.

¹⁰⁴ “O Horizonte”, 08/04/1931, ano IX, n. 763, p. 6 apud MATOS, 1990, p. 51.

¹⁰⁵ ARQUIDIOCE DE BELO HORIZONTE, 1943, p. 68. Cf. Anexo 13 – Registro fotográfico da recepção no Palácio do Governo com Olegário Dias Maciel, Presidente de Minas (1930-1933), e demais autoridades do governo durante visita do Núncio Apostólico.

¹⁰⁶ Durante a pesquisa documental obtivemos acesso às publicações do jornal “O Horizonte”, desde a primeira edição, em abril de 1923, até dezembro de 1933. No entanto, há uma carência no acervo pesquisado do período de abrangência da foto, referente às edições dos anos de 1930 a 1932. Portanto,

Apesar da separação oficial da Igreja e Estado estabelecida pelo Decreto n. 119-A, de 07 de janeiro de 1890¹⁰⁷, proibindo a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagrando a plena liberdade de todas as confissões religiosas e extinguindo o padroado, incorporada na Constituição de 1891, observamos na Primeira República um processo de reaproximação entre a instituição religiosa católica e o governo, assim como a redefinição de papéis e o ajuste nas relações entre Igreja e Estado. De acordo com Matos (1990), a Igreja não se conforma com a posição secundária na vida nacional, apelando aos sentimentos religiosos da maioria da população. Os bispos mostram claramente que não aceitam a opinião que entre a Igreja e o Estado deve ter pouco ou quase nenhum contato e nenhuma cooperação. O autor reforça que a separação estabelecida com a Independência “não quer dizer indiferença e muito menos hostilidade, [...] se o Brasil reconhece na fé católica um dos sinais característicos de sua nacionalidade, de estranhar seria que não fosse de benevolência a atitude dos poderes públicos para com o catolicismo” (MATOS, 1990, p.61-62). Ainda segundo este autor, após a extinção do antigo regime de subordinação e dependência, a nova dinâmica de reaproximação com o Estado não foi um processo retilíneo, mas um conhecido vai e vem que revela os interesses em jogo naquela etapa histórica. Nessa recente orientação da Igreja, tentando modernizar-se e adotar os modelos institucionais propostos pelo Vaticano, retomando seu lugar principal na sociedade com o reconhecimento oficial do Estado e seu auxílio, a crescente organização e unificação da Igreja Católica no Brasil encontra, na década de 1920, um eminente catalisador na pessoa de Sebastião Leme (futuro cardeal), contribuindo para que o episcopado brasileiro pudesse recuperar o prestígio religioso na sociedade e exercer certa influência sobre os poderes públicos. Torres (1972) enfatiza um aspecto do estilo episcopal de Dom Cabral muito importante na época, tendo

a intuição clara de como deveriam ser as relações entre a Igreja e o Estado em regime de separação. Dando a todos os movimentos católicos o lema que repetia constantemente – “acima e fora da política”, evitou todos os compromissos perigosos e complicações de efeito negativo. E afirmando a autoridade de bispo como chefe do povo de Deus, dirigia-se aos governantes de igual para igual, já que os considerava como chefes legítimos da comunidade civil. Era a cabeça do corpo eclesial falando à cabeça do corpo político: e construiu seu Palácio diante do Palácio da Liberdade e deu-lhe o nome de Cristo-Rei. Era toda uma filosofia política: de um lado ele que falava em nome do “Rei que a todos domina” [...] estava diante do que era (ou devia ser), expressão da liberdade dos cidadãos: autoridade que vinha de

não é possível concluir se houve alguma questão relativa à pessoa de Dom Cabral e do governador Olegário Maciel que justifique a ausência do arcebispo na recepção ao Núncio na sede do governo estadual.

¹⁰⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm. Acesso em: 30 maio 2021.

Deus e a autoridade que vinha dos homens. Um sadio triunfalismo [...] (TORRES, 1972, p. 54-55)

Sobre a Revolução de 30, Matos (1990, p. 57) relata que os acontecimentos revolucionários dessa década “provocaram, entre a hierarquia e os católicos militantes, sentimentos de hostilidade e suspeita. A palavra ‘revolução’, por si mesma, já suscitava, nos meios católicos tradicionais, arrepios e temores”. Ainda de acordo com o autor a ascensão de Getúlio Vargas trazendo para o poder uma orientação centralizadora e de fortalecimento do Estado – considerado uma figura agnóstica advinda de um estado há décadas sob o domínio absoluto de uma oligarquia inspirada no pensamento positivista, como o Rio Grande do Sul – não inspirava muita confiança nos círculos católicos da época. Ao contrário do general Juarez Távoa, homem “profundamente cristão, sincero e desprezioso”, segundo a opinião do arcebispo Cabral:

Este homem singular galvanizava as tropas e arrebatava as populações nordestinas, fazendo despontar e radicar-se por toda a parte a esperança de uma Pátria restaurada e engrandecida pelos novos métodos de uma administração proba e criteriosa. [...] torna-se, pois, necessário que os autores da segunda República, não cometam a negra injustiça de cerrar ouvidos às reivindicações da consciência católica como, por sectarismo revoltante, o fizeram os da primeira República. Graças a esta apostasia, contrária à índole e ao espírito histórico da nacionalidade, a República de 89 esteve sempre divorciada do povo e exposta à ruína, a que foi entregue. Toda a nossa confiança está em que, desta vez, aproveitadas as lições da amarga experiência, não se permita continue o Brasil nação separada de Jesus Cristo.¹⁰⁸

Dom Cabral, que estava visitando sua mãe em Propriá, sua cidade natal, no momento da deflagração da revolução, concedeu essa entrevista ao jornal “Estado de Minas”, sobre “O papel da Igreja na reorganização nacional”, transcrita na edição do jornal católico “O Horizonte”, em dezembro de 1930, conforme o trecho citado acima. Para Matos (1990), esse panorama, aos poucos, se altera, e a opinião comum dos católicos quanto a Vargas se torna mais favorável, devendo-se muito ao Cardeal Dom Leme. Conforme o autor, a intervenção de Sebastião Leme, após vários apelos para intervir junto ao presidente deposto, “em favor da paz”, “[...] evitou o derramamento de sangue e salvou, de fato, a vida de Washington Luís, tendo o próprio Vargas grato por esta atuação, eminentemente humanizadora e sem intrometer-se em questões políticas interesseiras” (MATOS, 1990, p. 295).

Em Minas Gerais, de acordo com as edições de outubro de 1930 do jornal católico belo-horizontino e do Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, citado por Matos (1990, p. 246), “o ambiente para uma aproximação entre Igreja e Revolução era favorável

¹⁰⁸ “O Horizonte”, 03/12/1930, ano VIII, n. 730, p. 4 apud MATOS, 1990, p. 70.

pelas simpatias existentes entre o governador católico, Antônio Carlos de Ribeiro Andrada, e figuras representativas do episcopado local” e teve seu ápice na “missão conciliadora” de Dom Helvécio, arcebispo de Mariana, em sua tentativa de pacificar o movimento revolucionário na cidade de São João Del Rei, evitando assim “inútil derramamento de sangue e conseguindo a rendição do regimento das tropas federais fiéis a Washington Luís” no estado mineiro. Essa atuação do arcebispo, bem vista pela população e por parte dos militares da revolução, estreitou os laços entre a Igreja e o novo regime instaurado, como consta no comunicado enviado a D. Helvécio, pelo comando geral das forças reivindicadoras do estado de Minas Gerais, com o “[...] reconhecimento das Forças Militares que combateram pela nobre causa da católica Minas e em todo o Brasil”¹⁰⁹.

Com Getúlio Vargas no poder à frente da presidência do país, Matos (1990, p. 252) relata que, enquanto Vargas “[...] explorava a influência do catolicismo como força política pela movimentação das massas, em vista de seus planos político-administrativos, a Igreja, por sua vez, tomava consciência de seu papel no campo social, canalizando seu potencial de pressão no sentido de conquistar seus desideratos”. Essa inegável “força social” católica foi demonstrada na inauguração da estátua do Cristo Redentor, na Capital da República, em outubro de 1931, como expressão da “ascensão do prestígio da Igreja na sociedade brasileira, no início da nova fase da história da pátria” (MATOS, 1990, p. 249). Neste momento, sob a “presidência” do Cardeal Leme, com a presença da cúpula católica brasileira, numeroso clero e congressistas, no Rio de Janeiro, foi apresentada ao Presidente Getúlio Vargas “a súmula das deliberações aprovadas por unanimidade de votos quanto a alguns problemas mais prementes que afetam a vida católica da Nação e requerem uma solução imediata por parte do poder público” (MATOS, 1990, p. 253), ou seja, a lista das reivindicações católicas na futura Constituição da República.

O desdobramento da relação entre a Igreja e o governo de Vargas se faz presente no campo legal através do Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931, dispondo sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal¹¹⁰, em que Getúlio Vargas, tendo Francisco Campos como Ministro da Educação¹¹¹, reinsere o ensino religioso nos estabelecimentos

¹⁰⁹ Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, set./out. de 1930, ano 27, n. 9 e 10; “O Horizonte”, 18/10/1930, ano VIII, n.717, p. 1; e “O Horizonte”, 25/10/1930, ano VIII, n.719, p. 1. In: MATOS, 1990, p. 247.

¹¹⁰ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19941-30-abril-1931-518529-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 jun. 2021.

¹¹¹ No período da eminente publicação do Decreto Federal instituindo o Ensino Religioso nas escolas oficiais do país o Ministro da Educação, Francisco Campos, era enaltecido pelo jornal católico de Dom Cabral, através dos artigos: “A Legião de Outubro – Nobres e expressivas palavras do Ministro

oficiais de ensino no âmbito nacional. Esta situação foi incorporada e instituída pelo artigo 153 da Constituição de 1934¹¹², reafirmando o disposto no decreto com algumas alterações, conforme uma das reivindicações listadas ao Chefe do Governo em nome do episcopado nacional. A postura empregada na Carta Magna de 1934, optando pelo Ensino Religioso facultativo nas escolas públicas, foi a que se manteve nas constituições posteriores até 1969. Para Matos (1990, p. 269), a Constituição da República de 1934, trouxe, de fato, uma modificação radical às relações jurídicas entre o Estado e a Igreja, passando de um regime de separação para o de colaboração, sem dependência ou subordinação. Em síntese, o autor conclui que “[...] a Igreja se adapta ao ‘projeto populista’ de Vargas, apresentando-se como força moderadora nas tensões e conflitos sociais da época” (MATOS, 1990, p. 269). Defende a ordem social vigente, agora “batizada” pela Carta Magna de 34, e o princípio de “obediência à Autoridade estabelecida” (MATOS, 1990, p. 261). Dessa forma, durante todo Governo Provisório de Vargas, a “hierarquia católica estabelece uma aliança com o Estado, legitimada na constituição e leis, que é a base fundamental da neocristandade que a Igreja quer construir” (MATOS, 1990, p. 71) com a restauração católica proposta naquele período. Já Torres conclui que no “[...] plano federal, Getúlio Vargas, não obstante positivista, adotou algumas das reivindicações católicas, e sempre andou em boas graças com o clero brasileiro” (1972, p. 175).

Enquanto isso, no estado mineiro, a relação entre Igreja e Estado nunca esteve tão próxima como durante o governo de Benedito Valadares Ribeiro (1933-1945)¹¹³. Matos (1990) indica com detalhes a aliança do episcopado mineiro com o presidente do estado nomeado por Getúlio Vargas.

O coroamento da aproximação da Igreja-Estado em Minas – depois do memorável Decreto que faculta o ensino religioso na rede pública de ensino – é, em certo sentido, o II Congresso Eucarístico Nacional em 1936. A marcante presença do governador do Estado nas solenidades religiosas foi “algo de escandalizar os velhos republicanos históricos” [...] o eminente governador de Minas Gerais, exmo. sr. dr.

Francisco Campos. Nosso dever em presença delas” (O Horizonte, 18/03/1931, ano VIII, n. 759, p. 1); “A manifestação dos católicos ao ministro Francisco Campos” (O Horizonte, 15/04/1931, ano IX, n. 765, p. 1); e “Grandiosas festas de 21 de abril – O que foi a extraordinária consagração da Legião de Outubro – Discurso de agradecimento do Dr. Francisco Campos” (O Horizonte, 25/04/1931, ano IX, n. 767, p. 3-4).

¹¹² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 05 jun. 2021.

¹¹³ Após a morte do então presidente do estado, Olegário Maciel, em setembro de 1933, Getúlio Vargas nomeou Benedito Valadares governador de Minas Gerais, substituindo Gustavo Capanema, que estava interinamente no cargo, assumindo o governo em dezembro daquele ano. Com o Estado Novo de 1937, Benedito se manteve interventor de Getúlio Vargas em Minas até o fim da ditadura Vargas.

Benedito Valadares Ribeiro, juntamente com todos os membros de ser governo, rendeu, de público, as mais justas e expressivas homenagens ao característico sentimento católico do povo de Minas [...] Em todo Estado de Minas, é sabido que o prefulgente estadista, que tem sobre os ombros lúcidos e capazes – o ponderoso encargo de timoneiro do Estado, demonstrou numa dignificante ‘falta de respeito humano’, e com o aplauso de Minas Católica, vale dizer, de toda Minas, a lealdade dos seus sentimentos de católico apostólico romano e, mais, a absoluta harmonia entre o cidadão e o Chefe de Estado, ‘recebendo a Jesus Sacramentado’, juntamente com todos os membros de sua digníssima família, em Belo Horizonte, por ocasião do Congresso Eucarístico.¹¹⁴

O II Congresso Eucarístico Nacional aconteceu no período de 3 a 7 de setembro de 1936, na cidade de Belo Horizonte, reunindo, aproximadamente, 200 mil pessoas na capital mineira, além da alta cúpula da Igreja Católica no Brasil – como o cardeal Dom Sebastião Leme, representantes do clero de diversas regiões do país, autoridades civis e militares, destacando-se Benedito Valadares Ribeiro, governador do estado de 1933 a 1945; e Otacílio Negrão de Lima, prefeito da capital mineira de 1935 a 1938. Segundo a Arquidiocese de Belo Horizonte, o evento marcou decisivamente a história da Igreja, apontando para as reformas propostas pelo Concílio Vaticano II que só viriam a ocorrer no ano de 1963. Considerado um dos acontecimentos mais importantes realizados na cidade, o congresso foi motivo para a construção da Praça Raul Soares, inaugurada na abertura do evento. Tendo por tema “Lux Et Vida” (Luz e Vida), o congresso consolidou a participação dos leigos não só no âmbito da sociedade, mas no corpo da Igreja Católica, abrindo o caminho que mais tarde resultaria em uma das principais indicações nas reformas propostas pelo Concílio Vaticano II. As palavras proferidas pelo Arcebispo Cabral, Cardeal Dom Leme e intelectuais católicos, abrangeram temas referentes à Ação Católica: a expansão natural da vida eucarística; a Eucarística, o segredo da felicidade na família cristã; a Ação Católica, organização ativa a serviço da restauração social; a Eucaristia e ação católica dos homens¹¹⁵; dentre outros, reforçando o intuito da Igreja quanto a nacionalidade para a Fé Católica. Na obra dedicada ao arcebispo Cabral (Dom Cabral e suas Obras, 1943), nas páginas referentes ao II Congresso Eucarístico Nacional, há menção ao congresso como um “Triunfo Eucarístico”, com uma “multidão que se prostrava a saída do cortejo eucarístico”, na presença dos “Príncipes da Igreja” e dos “Governos da terra”, citando ainda que

[...] desde o seu mais alto magistrado, o Exmo. Governador do Estado, ao anônimo cidadão; da criancinha descuidosa ao augusto e operoso Governador da Cidade, tocados pelo mesmo impulso, arrebatados pelo mesmo ideal, na mais comovedora

¹¹⁴ “O Diário”, 23/09/1936, ano II, n. 505, p. 8 apud MATOS, 1990, p. 51, 52 e 66.

¹¹⁵ ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. Dom Cabral na celebração de abertura do Congresso Eucarístico Nacional. Disponível em: <https://arquidiocesbh.org.br/noticias/congresso-eucaristico-nacional-em-bh-marca-historia-da-igreja-e-da-capital/>. Acesso em: 05 jun. 2021.

união das vontades, Minas procurou corresponder ao chamamento do Brasil, para esta impressionante reafirmação de catolicidade.¹¹⁶

A obra faz alusão àquele “memorável” 7 de setembro como “[...] o mais autêntico dia eucarístico da história religiosa de Minas Gerais”¹¹⁷, encerrando o tema com uma foto de página inteira do governador Benedito Valadares, seguida da descrição: “O inexecedível êxito alcançado pelo II Congresso Eucarístico Nacional foi devido, em grande parte, ao apoio que lhe prestaram o Sr. Governador e seus auxiliares de governo. Também a S. Excia. se deve a impressão deste livro ‘D. Cabral e sua obras’”¹¹⁸. Matos (1990) transcreve um discurso do próprio Benedito Valadares, publicado em uma entrevista ao jornal “O Diário”, alguns meses antes do congresso eucarístico nacional, sintetizando a visão do governador na colaboração entre Igreja e Estado:

A perfeita harmonia de vistas hoje existente entre os chefes do partido político que apoiam o Governo, e o clero de Minas, a compreensão de suas responsabilidades, tanto da parte dos poderes públicos como da parte dos Chefes da Igreja, a identidade de seus sentimentos e de sua ação, em face ao perigo comum, não permite em Minas frutificação de doutrinas contrarias ao regime político e a fé cristã do povo. [...] o clero, exercendo sua missão com sabedoria, cimenta os alicerces da estabilidade da Pátria e das nossas instituições.¹¹⁹

Com o golpe de 1937, fechando o Congresso Nacional e implantando o Estado Novo, o presidente Vargas outorga uma nova Constituição no mesmo ano, redigida por Francisco Campos. Apesar da Constituição de 37 “teoricamente” retornar ao “laicismo do Estado”, na prática, não se alterou as relações cordiais entre a Igreja e o governo. “A ordem cristã desejada pela Igreja e a ordem e estabilidade do Estado Novo, muitas vezes, se confundiam num único projeto” (MATOS, 1990, p. 263). Apesar de não haver uma Constituição como a de 34 novamente, favorecendo os anseios e reivindicações da Igreja, sendo considerada a Carta Magda “mais católica que o país já teve”, mesmo após o golpe no final da década de 1930 e a substituição da constituição anterior e a supressão do reconhecimento oficial da Igreja perante o Estado, as relações de cordialidade e de colaboração se mantiveram por todo o período da Era Vargas. Segundo Mainwaring (2004), a Igreja da neocristandade dependia de uma aliança com o Estado que era cada vez mais incerta, mas

¹¹⁶ ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 1943, p. 50. Cf. Anexo 14 - Fotografias do Congresso Eucarístico realizado em Belo Horizonte, em 1936, com a presença dos “Príncipes da Igreja” e os “Governos da terra”.

¹¹⁷ ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 1943, p. 53. Cf. Anexo 15 – Registro fotográfico dos fieis católicos na praça inaugurada em Belo Horizonte para o II Congresso Eucarístico Nacional.

¹¹⁸ ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 1943, p. 56.

¹¹⁹ “O Diário”, 07/06/1936, ano II, n. 413, p. 1 apud MATOS, 1990, p. 52.

[...] através de seu acordo com Vargas, a Igreja havia conservado o domínio do sistema educacional e seu status de instituição religiosa privilegiada dentro da sociedade. Os governos democráticos do período de 1945-1964 tentaram conquistar o apoio da Igreja e em troca concederam alguns favores, mas a negociação não era favorável nem tão estável como o fora sob o governo de Vargas. (MAINWARING, 2004, p. 55)

Portanto, durante o período da restauração católica no Brasil, em que a hierarquia católica passou a se preocupar efetivamente com uma presença mais atuante da Igreja na sociedade, os líderes católicos, de 1916 a 1945, segundo Mainwaring (2004), se envolveram profundamente na política, tentando utilizar uma aliança com o Estado para influenciar a sociedade. O Estado, percebendo que tinha muito a ganhar com a Igreja, “segurou” essa oportunidade de negociar alguns privilégios em troca de sanção religiosa. Concluímos então que de 1920, quando Dom Cabral assume o recém-criado episcopado de Belo Horizonte, como primeiro bispo da diocese, até o fim de sua administração 30 anos depois, há uma redefinição nas relações entre Igreja e Estado, substituindo os antigos regimes de subordinação/dependência e, posteriormente, de separação, para um regime de cordialidade e colaboração, em uma evidente aproximação entre a instituição eclesiástica e o governo. Essa aliança torna-se mais óbvia e pública ao final da década 1920, sendo oficialmente reconhecida, mediante legislações, a partir da década de 30, e atingindo seu apogeu “de 1930 a 1945, quando Getúlio Vargas era presidente” (MAINWARING, 2004, p. 43). Após a Era Vargas, de acordo com o autor, a Igreja manteve sua estratégia tradicional de se acomodar ao Estado sempre que fosse possível, o que não garantia uma relação sempre harmoniosa, adaptando-se às mudanças políticas e ao novo cenário nacional a fim de manter um bom relacionamento com os governos democráticos, buscando garantir seu status político e social em uma estratégia de sobrevivência.

Nesse sentido, contemplamos no decorrer do capítulo as relações conduzidas por Dom Cabral como importante sacerdote da Igreja Católica em Minas Gerais, que nos ajudou a compreender a organização e a dinâmica de suas alianças e vínculos, seja com políticos ou com empresários, os quais constituiu durante seus 34 anos à frente da administração da Arquidiocese de Belo Horizonte, que influenciaram e determinaram suas ambiciosas ações no estado mineiro em prol dos interesses da Igreja Católica e na defesa, preservação e expansão dos princípios tradicionais religiosos, ou seja, na recristianização do povo brasileiro. Ações essas que serão discorridas no capítulo a seguir, abordando detalhadamente a administração do bispo à frente da diocese mineira, com planos e investimentos dedicados, sobretudo, para fins da ação e restauração católica em Minas Gerais.

CAPÍTULO 3

O ADMINISTRADOR ECLESIAÍSTICO DE BELO HORIZONTE

“Ele faz bem todas as coisas”. Nesta frase lapidar, o evangelista define a atividade e a perfeição onímoda do Homem-Deus. Se, guardadas as proporções, outro tanto se pode dizer de um homem de Deus, a ninguém melhor do que a Dom Cabral se aplicará a síntese inspirada. Porque dificilmente se haverá de encontrar um bispo que, como este, realize o equilíbrio de tantas qualidades, todas indispensáveis ao completo exercício do ministério sagrado. O sacerdote, em meio dos homens – e o bispo, mais do que o simples sacerdote – é feito mediador entre o céu e a terra, por isso terá o espírito e o coração voltados para o infinito, onde se encontra todo o bem digno de aspiração. Mas seu trabalho será incompleto se não cuidar ao mesmo tempo das coisas do mundo, daquelas que, segundo Santo Tomaz, constituem a condição imprescindível até para a perfeição da vida do espírito. Nem só de pão vive o homem, é certo. Mas vive também de pão. Não deve, pois, ser o bispo um pai e provedor dos seus? E não necessita exercitar, ao lado de outras qualidades, a tarefa de cuidar e governar bem sua casa e seus haveres? (MENICONI, 1943, p. 125)

Em seu texto em homenagem ao arcebispo de Belo Horizonte, Dom Antônio dos Santos Cabral, Gomes (1943) destaca que, no início do bispado da capital mineira, apesar da fé que animava o povo com a chegada do seu primeiro bispo, as dificuldades para estabelecer a sede em uma cidade e diocese recém-criadas eram grandes. “Não se tratava mais nos tempos antigos, em que o poder público dotava as novas sedes episcopais de pingues patrimônios: agora tudo há de sair do trabalho pessoal do bispo e dos seus auxiliares” (GOMES, 1943, p. 119). Então, assim fez Dom Cabral nas décadas de sua administração episcopal: adquiriu, com a verba indenizatória que recebeu do estado, um edifício próprio, tornando-o primeiro Palácio Episcopal; e comprou dois prédios adjacentes a esse edifício, inaugurando ali provisoriamente o seminário diocesano, além de um velho casarão pertencente à Arquidiocese de Mariana, onde instalou por alguns anos a cúria diocesana e montou a oficina gráfica para editar seu primeiro jornal católico. Além disso, administrou e proveu a construção de diversas paróquias na cidade, sendo uma delas a importante catedral Nossa Senhora da Boa Viagem. Também idealizou e criou, organizando e acompanhando durante anos, os dois jornais católicos mais importantes do estado mineiro – “O Horizonte” e “O Diário”.

A ação modernizadora da administração eclesiástica de Dom Cabral é reconhecida e descrita pelo episcopado mineiro na obra dedicada a ele:

O seminário do Coração Eucarístico é um portento de engenharia e é um prodígio de amor. Suas paredes alvadias. As colunas de seus claustros. Os recantos mais humildes do seu interior. Tudo nos fala, numa sublime mudez, da coragem insopitável da fé destemerosa de S. Excia. O Palácio Cristo Rei, adornado com os recantos da singeleza. Sóbrio nas suas linhas mestras, é um paço digno do Arcebispo da Capital de Minas. A história de sua conquista é todo um hino dedilhado na fé robusta de S. Excia. O “O Diário”, realização gigantesca para um Bispo no Brasil! Um jornal católico diário. E um diário completo. Ombreando com os grandes jornais profanos! É um portento de fé e de intrepidez de um bispo santo. Tudo isso, porém,

é preço de uma vida de renúncia, de sacrifício e devotamento. Tudo isso está borrifado com o suor de S. Excia. Em tudo isso se encontra o sinete indelével do cansaço e das fadigas de um bispo! As obras materiais, pois, têm vida. A vida da fé. (INNECO, 1943, p. 129-130)

No livro, o empenho administrador e modernizador de D. Cabral para a época elevou, em duas décadas de gestão, a recente e “pobre” diocese belo-horizontina, sem nenhum patrimônio inicial, para uma rica e respeitada arquidiocese, pois, em 1943, para além dos investimentos já citados, a Arquidiocese de Belo Horizonte possuía e mantinha:

um Seminário preparatório, à avenida Augusto Lima, prédio que se estima 200.000 cruzeiros; uma fazenda em Conceição do Pará, que valerá uns cem mil cruzeiros; a fazenda da Cachoeira, em Santa Quitéria, cujo valor sobe a cento e cinquenta mil; casas em Divinópolis e outros pontos; além de bens que de direito pertencem à Mitra, por toda a circunscrição sob o seu governo. E ainda encontra meios de estimular e ajudar animadoramente outras obras que semeia. Entre estas, há que falar na Boa Imprensa S.A., de que é acionista, com setenta mil cruzeiros; nas doações que tem feito a diversas instituições pias e de caridade e na Catedral de Cristo Rei; para cuja construção está concorrendo avultadamente não só em dinheiro como com todas as energias de sua indescansável dedicação. (MENICONI, 1943, p. 127)

O autor finaliza o trecho citado com a mesma frase que iniciou seu texto em apreço a D. Antônio Cabral: “Por este rápido resumo se percebe como é justo o elogio com que abrimos estas linhas: Ele faz bem todas as coisas!” Neste capítulo abordaremos, então, a administração de Dom Cabral à frente da diocese mineira, com investimentos e obras dedicadas, sobretudo, para fins da ação e restauração católica em Minas, no que Gomes (1943, p. 119) denominou de “mérito relevante – suas qualidades excepcionais de pastor e administrador”.

3.1 Os investimentos e a ação modernizadora de D. Cabral: o início do patrimônio diocesano

Após sua breve experiência como Bispo de Natal, sendo nomeado e direcionado para a recém-criada diocese da capital mineira, Dom Cabral chega a Belo Horizonte no dia 30 de abril de 1922, tomando posse do seu novo bispado na Catedral provisória – Igreja São José. A Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, escolhida como catedral definitiva, ainda estava em obras e longe de ser concluída. Ao assumir sua nova circunscrição na capital mineira e encontrar apenas uma casa alugada que lhe serviria como residência, Dom Cabral não mediu esforços para prover recursos para a adequada instalação e manutenção da recém-criada diocese, além de iniciar um patrimônio praticamente inexistente.

A bula Pastoralis Solicitud, criando a diocese de Belo Horizonte e a bula Hodie Nos, transferindo para ela o então Bispo de Natal, constituíram uma exceção nos hábitos da Igreja. Criava-se e provia-se uma diocese sem patrimônio de espécie alguma. É que o Santo Padre Bento XV, de saudosa memória, expedindo esses atos, conhecia bem que Bispo era esse e o que havia ele realizado na diocese nordestina. [...] Para manter-se, para assegurar o futuro, e tudo mais, a confiança na providência Divina e uma excelente disposição para o trabalho. (MENICONI, 1943, p. 127)

No dia 13 de junho do mesmo ano, o bispo da diocese belo-horizontina publica sua primeira Circular – Um apelo ao clero e ao povo – apresentando um quadro bastante “sombrio” da recente circunscrição eclesiástica, praticamente sem patrimônio inicial e nenhum recurso, determinando então o “Tributo Sagrado”, com o objetivo de prover as necessidades da instalação e manutenção da nova diocese (RIBEIRO, 1986).

Entretanto, vós bem sabeis: a Diocese de Belo Horizonte, cujo governo vimos de assumir, está em lamentável carência de tudo! Desde a residência Episcopal, o Seminário, seu patrimônio e o do Bispado, até a Catedral, ainda longe de conclusão, tudo está por iniciar, organizar, provocando assim a nossa imediata atenção e devotamento. Acrescente ainda que por natural e óbvia exigência do meio, a instalação desta Diocese, na importante e formosa Capital do glorioso Estado de Minas Gerais, não poderá ser menos condigna e desproporcionada. Tarefa ingente e, quiza, esmagadora, se ao enfretala-a não vos fôra dado contar com a vossa generosidade, dedicação e espírito de sacrifício! [...] Torna-se, pois, urgente a iniciativa de múltiplos cometimentos que, nesta oportunidade, possam produzir os elementos materiais imprescindíveis á grande empresa de Deus. Colimando este objetivo, com as bênçãos da Santíssima Virgem e sob os auspícios dos mais distintos representantes de todas as classes desta Capital, constituímos a Associação Central de Organização da Diocese, instalando-a solememente nos últimos dias do mês passado. Esta Associação deverá estender sua ação organizadora a todos os recantos da Diocese, promovendo a cooperação geral de seus 550 mil habitantes, estimulados pela mais decidida e criteriosa orientação do nosso devotado Clero Paroquial.

[...] **Consiste, assim, este “Tributo Sagrado”, numa módica sobretaxa, oferecida para este fim especial e entregue aos Revmos. Vigários e mais sacerdotes, juntamente com a oferta já estabelecida para sua subsistência, por ocasião dos Batizados, Casamentos, Enterramentos e outros atos, fixada deste modo: Por cada Batizado 1\$000; por cada Casamento nas matrizes 2\$000; nas Capela e Oratórios privados 5\$000, á noite 10\$000. Nas encomendações simples 2\$000, nas solenes 10\$000. Pela ereção de Eças nas Matrizes e Capellas 10\$000. Por ocasião das Missas cantadas 5\$000. Mez Mariano, Novenarios, Tríduos solmens, cada dia, 2\$000. Terço cantados 10\$000. Procissões 5\$000. Determinamos, ainda, que dos auxílios angariados pelo Revmos. Vigarios, Comissões, Irmandades, ou associações religiosas, para construções de Igrejas, Capelas e outras obras pias, dentro dos limites da Diocese, por meio de subscrições, kermeses, leilões, barraquinhas, ou por qualquer outra iniciativa, sejam reservadas 10% das importâncias recebidas, em favor das obras Diocesanas.** Oneramos, neste particular, gravemente, a consciência dos Revdmos, Párcos e dirigentes, a quem incumbe velar pela fiel observância do que aqui prescrevemos.

Insignificantes parcelas são estas que, conveniente e pontualmente recolhidas de dois em dois meses, à Secretaria do Bispado, fornecerão recursos para as primeiras e indeclináveis necessidades.

Organizando de tudo uma escrita á parte, publicaremos, pela imprensa, um minucioso relatório semestral. O dia 15 de Agosto, festividade da Assumpção gloriosíssima da Virgem Santíssima, padroeira da Diocese com o Título de Nossa Senhora da Bôa Viagem, foi constituído o Dia do Bispado.

Obrigar-se-ão os Revmos. Vigários a promover anualmente neste dia, festas, kermeses, leilões, tombolas, etc., por meio das quais todos possam suavemente concorrer em prol dos penosos empreendimentos do Bispado. (CABRAL, 1922b, p. 4-6, grifo nosso)

Tabela 2 - Valores dos serviços realizados pelos Vigários e demais sacerdotes das paróquias, fixados com a publicação do “Tributo Sagrado” de 13 de junho de 1922

SERVIÇOS	TAXAS	Valor aproximado nos dias atuais
Batizado	1\$000	R\$ 56,00
Casamento nas igrejas matrizes	2\$000	R\$112,00
Casamento nas capelas e oratórios privados	5\$000	R\$ 280,00
Casamento à noite	10\$000	R\$560,00
Encomendações simples	2\$000	R\$112,00
Encomendações solenes	10\$000	R\$560,00
Ereção de Eças nas matrizes e capelas	10\$000	R\$560,00
Missas cantadas	5\$000	R\$280,00
Mez Mariano, novenários, tríduos solmens	2\$000 (por dia)	R\$112,00
Terço cantados	10\$000	R\$560,00
Procissões	5\$000	R\$280,00

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora segundo as informações retiradas das fontes consultadas na pesquisa.

Com a nova tributação dos serviços religiosos e determinações paroquiais instituída mediante a Circular nº 1, Dom Cabral conseguiu organizar e iniciar as primeiras ações da sua administração episcopal, visando recursos para efetivação de seus planos e empreendimentos. Os valores arrecadados com a sobretaxa e o repasse de **10% das “importâncias recebidas”** pelas paróquias, por meio de oferta e demais iniciativas paroquiais, a administração geral da diocese permitiu a Dom Cabral começar seus investimentos e iniciar o patrimônio de seu episcopado: primeiro a compra de uma residência própria; depois a construção do Palácio Episcopal, que se mantém até hoje a residência oficial do arcebispo de Belo Horizonte; a criação do seminário diocesano e a construção de sua grandiosa estrutura; um local próprio para instalação da Cúria; a conclusão da Catedral; reformas nas poucas paróquias existentes; e a construção de mais igrejas e capelas, aumentando significativamente o número de paróquias de sua circunscrição.

Desde sua chegada a Belo Horizonte o bispo residia, provisoriamente, em um prédio alugado no centro da cidade, na Rua Guajajaras nº 329¹²⁰. Alguns meses depois de sua chegada, “[...] após receber uma indenização do governo estadual pela antiga Igreja de Santana no valor de 150 contos de réis” (RIBEIRO, 1986, p. 38)¹²¹ comprou, com parte do valor, o prédio “Antônio Daniel da Rocha”, no dia 29 de outubro de 1922, transferindo a residência episcopal para a Rua Rio Grande do Norte¹²².

PALÁCIO EPISCOPAL

Recebida a importância de 150:000\$00, para a formação do Bispado que o governo de Minas concedeu como indenização dos terrenos ocupados da antiga capela de Sant’Anna de Curral D’El Rey, hoje Belo Horizonte, ouvido o parecer favorável do engenheiro Dr. Benedito dos Santos e da Comissão da Associação Central do Bispado, foi lavrada escritura publica aos 30 de dezembro de 1922 da aquisição do prédio sito a Rua Rio Grande do Norte nº 326, então pertencente ao Cel. Antonio Daniel Rocha, para servir de Palácio Episcopal, pelo valor de 80:000\$000, mobiliário 12:000\$000 e gastos em direitos, escrituras, registros, etc 3:925\$900 fazendo um total de **95:925\$900**.¹²³

Tabela 3 - Valores gastos na aquisição do Palácio Episcopal em 29 de outubro de 1922

Despesas	Valor	Valor aproximado nos dias atuais
Prédio	80:000\$000	R\$ 4.500.000,00
Mobiliário	12:000\$000	R\$700.000,00
Escrituras, registros e outros direitos	3:925\$900	R\$ 224.000,00
Total	95:925\$900	R\$ 5.400.00,00

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora segundo as informações retiradas das fontes consultadas na pesquisa.

Em seguida, com o intuito de instalar provisoriamente o seminário diocesano, foram adquiridos, em março de 1923, dois prédios adjacentes à residência episcopal, localizados na Rua Rio Grande do Norte nº 383 e na Avenida Silviana Brandão nº 848. Aos quinze dias do mesmo mês, Dom Cabral inaugura o Seminário do Coração Eucarístico com dois cursos: Humanidades e Teologias. O seminário diocesano foi instalado com 29 alunos, tendo o Padre João Rodrigues de Oliveira como reitor e o Padre Vicente Soares como diretor espiritual¹²⁴.

¹²⁰ Cf. Anexo 16 - Primeira residência do Bispo Dom Cabral ao chegar em Belo Horizonte.

¹²¹ Segundo os valores apresentados em contos de réis para reais pelo autor Laurentino Gomes em sua obra, 150 contos de réis seria hoje o valor aproximado de 8 milhões (GOMES, 2007).

¹²² Cf. Anexo 17 - Segunda residência de Dom Cabral na capital mineira. Palácio Episcopal na Rua Rio Grande do Norte, nº 326.

¹²³ Livro de Tombo da Arquidiocese de Belo Horizonte, 1922-1927, p. 17A, grifo nosso.

¹²⁴ Livro de Tombo da Arquidiocese de Belo Horizonte, 1922-1927, p. 20B.

AQUISIÇÃO DE PRÉDIOS

Afim de instalar, embora provisoriamente o Seminário Diocesano, o Exmo. Sr. Bispo, ouvido o parecer dos competentes, assinou as escrituras publicas para aquisição dos prédios adjacentes ao Palácio Episcopal, sendo o prédio nº 383 à Rua Rio Grande do Norte 383, pertencente ao Sr. Francisco Galdino Vieira, comprado por 40:000\$000 e pagos os impostos, direitos, etc na quantia de 2:322\$000, aos 8 de março, e o prédio nº 848 à Avenida Silviana Brandão, pertencente a D. Inácia de Senna Bastos, no valor de 16:000\$000 e mais 630\$500 por direitos, escrituras, impostos etc, aos 9 de março. O valor predial e impostos direitos, etc pagos **58:925\$500**.¹²⁵

Tabela 4 - Valores gastos na aquisição dos prédios adjacentes ao Palácio Episcopal, em 1923.

Despesas	Valor	Valor aproximado nos dias atuais
Prédio na Rua Rio Grande do Norte	40:000\$000	R\$ 2.240.000,00
Escrituras, registros e outros impostos	2:322\$000	R\$130.000,00
Prédio na Av. Silviana Brandão	16:000\$000	R\$ 900.000,00
Escrituras, registros e outros impostos	630\$500	R\$ 35.000,00
Total	58:925\$500	R\$ 3.300.00,00

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora segundo as informações retiradas das fontes consultadas na pesquisa.

Na criação da Diocese de Belo Horizonte, Matos (1990) relata que D. Silvério, antigo arcebispo de Mariana, concordou em ceder, como patrimônio inicial da nova diocese, apenas um velho casarão na Rua Espírito Santo nº 1059, prédio da antiga União Popular conhecido como “Cinema Modelo”. No entanto, não se chegou a legalizar oficialmente a transferência devido à falta de documentos civis. A ausência da escritura do prédio como propriedade da diocese da capital causou momentos de tensão entre D. Cabral e D. Helvécio, sucessor de D. Silvério (MATOS, 1990). No mesmo período da compra dos prédios adjacentes ao palácio episcopal, Dom Cabral adquiriu, mediante escritura pública e o pagamento no valor de 34:050\$000 contos de réis, a Arquidiocese de Mariana, o prédio do Cinema Modelo, conforme consta registro lavrado em ata:

AQUISIÇÃO DO PRÉDIO DO CINEMA MODELO

Considerando a necessidade de um prédio para a sede das associações religiosas e sociais do Bispado, e de acordo com o Exmo. Revmo. Sr. Arcebispo de Mariana D. Helvécio Gomes de Oliveira e com a aprovação de Excia. o Sr. Núncio Apostólico D. Henrique Gasparri, o Exmo. Sr. Bispo Diocesano comprou à Arquidiocese de Mariana o prédio Cinema Modelo à Rua Espírito Santo, nº 1059 nesta Capital, no valor de 34:050\$000, sendo passada escritura publica da aquisição aos 19 de março do corrente ano, pagando-se as respectiva escritora, direitos, etc que montaram o

¹²⁵ Livro de Tombo I da Arquidiocese de Belo Horizonte, 1922-1927, p. 20A, grifo nosso.

valor a 3:411\$230, perfazendo um total de **37:461\$230**, o custo da aquisição do prédio.¹²⁶

Tabela 5 - Valores gastos na aquisição do prédio “Cinema Modelo”, em 1923.

Despesas	Valor	Valor aproximado nos dias atuais
Prédio na Rua Espírito Santo	34:050\$000	R\$ 1.900.000,00
Escrituras, registros e outros impostos	3:411\$230	R\$ 220.000,00
Total	37:461\$230	R\$ 2.100.00,00

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora segundo as informações retiradas das fontes consultadas na pesquisa.

Após regulamentação do prédio como patrimônio da diocese de Belo Horizonte, feita com a aprovação do Sr. Núncio Apostólico (representante do Vaticano e da Santa Sé no Brasil, com status de embaixador), foi instalado, no ano seguinte, a Cúria Diocesana¹²⁷ e, mais tarde, a redação do jornal “O Horizonte” (RIBEIRO, 1986, p. 38).

Tabela 6 - Aquisições realizadas pelo bispo D. Cabral, iniciando o patrimônio da Diocese de Belo Horizonte, de outubro/1922 a março/1923

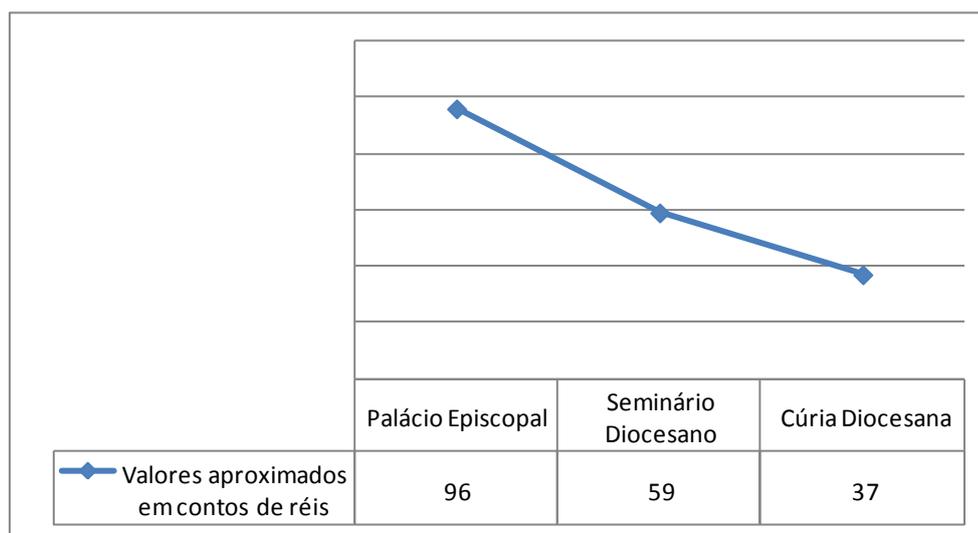
PERÍODO	VALOR	AQUISIÇÃO	OBJETIVO
out/1922	95:925\$900	Prédio - R. Rio Grande do Norte, 326.	Palácio Episcopal
mar/1923	42:322\$000	Prédio - R. Rio Grande do Norte, 383.	Seminário Diocesano
mar/1923	16:630\$500	Prédio - Av. Silviana Brandão, 848.	
mar/1923	37:461\$230	“Cinema Modelo” - R. Espírito Santo, 1059.	Cúria e redação do jornal “O Horizonte”
Total	192:339\$630	4 prédios para instalação e funcionamento da diocese	
	R\$ 10.800.000,00	Valor aproximado nos dias atuais	

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora segundo as informações retiradas das fontes consultadas na pesquisa.

¹²⁶ Livro de Tombo I da Arquidiocese de Belo Horizonte, 1922-1927, p. 21A, grifo nosso. Cf. Anexo 18 - Antigo Cinema Modelo, na Rua Espírito Santos n° 1059.

¹²⁷ Lugar e indivíduos que prestam serviços ao bispo no governo de toda a diocese, principalmente em torno da administração econômica, judicial de primeira instância e pastoral.

Gráfico 1 - Valores despendidos por D. Cabral na aquisição do patrimônio inicial da Diocese de Belo Horizonte, de outubro/1992 a março/1923



Fonte: Gráfico elaborado pela pesquisadora segundo as informações retiradas das fontes consultadas na pesquisa.¹²⁸

Com os recursos oriundos do “Tributo Sagrado” e de uma indenização do governo, foi possível para Dom Cabral adquirir, com o consentimento da Associação Central, por um pouco mais de 192 contos de réis¹²⁹, quatro imóveis que serviram para instalar “apropriadamente” o palácio episcopal, a Cúria e iniciar o seminário; formou, assim, em menos de um ano à frente do governo diocesano, um considerável patrimônio inicial.

3.2 Criação da imprensa católica belo-horizontina

Nos primeiros anos do século XX, Belo Horizonte, assim como a maioria das capitais brasileiras, apesar “da aparente áurea de cidade moderna, não possuía uma grande imprensa até o final dos anos 20”, de acordo com Oliveira (2010, p. 16). Os primeiros jornais da recente capital mineira “apresentavam feições bastante modestas e, em geral, tinham pequena duração”. Eram feitos sem “nenhum investimento financeiro e quase sempre sem nenhuma expectativa de remuneração econômica. De maneira geral, possuíam um caráter fortemente agregador, buscando interligar as pessoas dispersas na nova capital do Estado” (OLIVEIRA, 2010, p. 16). A Igreja, aproveitando o trajeto de crescimento da imprensa brasileira e o seu

¹²⁸ A fonte de dados do gráfico é a mesma da tabela que o antecede.

¹²⁹ Utilizando a conversão de Laurentino Gomes, o valor total gasto por Dom Cabral na aquisição do patrimônio inicial da Diocese seria de aproximadamente um pouco mais de 10 milhões de reais nos dias atuais (GOMES, 2007).

potencial como veículo de comunicação, utilizou desse recurso como forte mecanismo na defesa da doutrina social religiosa, em benefício ao movimento restaurador católico.

As lideranças eclesiais e leigas reconheciam o valor dos jornais como instrumentos de intervenção social e realizaram diversos esforços para o surgimento da imprensa católica significativa no país. Dom Leme, reproduzindo o ponto de vista do Papa Pio XI, procurava defender o conceito de uma “Boa Imprensa” com a tarefa de combater inimigos do catolicismo e divulgar os ensinamentos cristãos. (OLIVEIRA, 2010, p. 17)

Para Dom Cabral não foi diferente: Oliveira (2010) relata que, árduo defensor da imprensa católica, realizou um grande esforço de mobilização do clero e leigos militantes da capital para a criação de um jornal católico de peso em Minas Gerais. Antes mesmo de sua chegada a Belo Horizonte, ressaltou a importância da imprensa em sua primeira Carta Pastoral, saudando seus diocesanos, emitida do Rio de Janeiro em 1922:

Cada vez cresce o prestígio da Imprensa. Nos acontecimentos que honram ou deslustram nossos tempos, a imprensa, consoante inspirada no bem ou desnordeada de sua missão, contrai uma notável responsabilidade que ninguém ousará dissimular. Urge, pois, orientá-la aos nobilíssimos intuitos de cooperadora consciente no soergimento da sociedade. Jamais deixar-se-á inspirar nos sentimentos desordenados que as paixões exacerbadas sabem suscitar, e que obliteram, cegam por completo, perturbando a serena visão das coisas e dos fatos. (CABRAL, 1922, p. 33-34)

Em março de 1923, antes de completar um ano na administração da diocese, instituiu o Conselho de Imprensa, uma associação constituída de pessoas consideradas respeitáveis e idôneas pelo bispo, para assumir as responsabilidades de promover o desenvolvimento e traçar o rumo da ação da Imprensa Católica em Belo Horizonte. Sua finalidade seria trabalhar para a fundação de um jornal moderno, com publicação semanal a princípio e, posteriormente, diário (RIBEIRO, 1986). O Conselho com amplos poderes dentro de sua finalidade teve como primeiros membros conhecidos publicistas católicos da sociedade belo-horizontina e do clero: “Dr. Lúcio José dos Santos, Pe. Vicente Soares, Dr. Joaquim Furtado de Menezes, Pe. Godofredo Stribos, Olinto Orsini de Carvalho e Pe. Sebastião Pujol” (SEQUEIRA, 1943, p. 20). No livro tomo da Arquidiocese de Belo Horizonte consta a ata de formação do conselho de imprensa, em que Dom Cabral esclarece os motivos que lhe impulsionaram a criar o conselho e os objetivos almejados na atuação da associação.

CONSELHO DE IMPRENSA

D. Antonio dos Santos Cabral, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo de Belo Horizonte. Faremos saber que atendendo a imperiosa necessidade verificada nesta Diocese de uma instituição convenientemente autorizada para esclarecer e orientar a consciência católica na solução dos múltiplos problemas de ordem

religiosa, moral e social que agitam continuamente interessando vivamente a todos. Levando ainda no devido apreço a lição da experiência de que todas as tentativas para uma ação coordenada e eficaz têm neste particular resultado improficuas pela carência de uma imprensa vazada em moldes católicos e que, dirigida com firmeza e elevação possa difundir salutareas ideias, sugerir oportunas iniciativas e propugnar incontrastáveis direitos. Considerando, além disto, que as obras de ação social já organizadas na Diocese reclamam para seu florescimento e expansão a benfeitoria de influencia de um órgão de publicidade aparelhado para corresponder a estas legítimas aspirações. Considerando, finalmente, o inestimável concurso que à causa da Igreja e aos sacratíssimos interesses da coletividade católica, será dado esperar da criação de uma associação constituída de elementos respeitáveis e idôneos para assumir as responsabilidades de promover o desenvolvimento e traçar a orbita de ação à Imprensa Católica nesta Diocese de Belo Horizonte. Havemos por bem instituir, como pelo presente decreto o fazemos uma associação denominada “Conselho de Imprensa”, sob o patrocínio de S. Francisco de Salles, composta de membro diretamente designados pela Autoridade Diocesana e regendo-se por estatutos traçados pela mesma, tendo por fins a fundação de um jornal de feição moderna e atraente que será o seu organ e de torna-lo oportunamente Diário, procurando satisfazer assim uma justa aspiração da grande população católica da Diocese. [...] prerrogativas expressas nos estatutos por nós aprovados, conferindo ao “Conselho de Imprensa” os poderes necessários para transmitir unidade, a orientação e exercer sua vigilância sobre todas as publicações e jornais católicos da Diocese, bem como, para constituir “correspondentes Paroquiais” em todas as Freguesias do Bispado, os quais não só deverão promover a manutenção do jornal, mas ainda, organizarão agencias locais de informações sobre o movimento religioso e social desenvolvendo salutar inspeção sobre as publicações difundidas, jornais assinados, bibliotecas existentes ou por fundar e estabelecendo enfim, uma estreita e incessante comunicação com o referido “Conselho”.¹³⁰

Ao enfatizar a necessidade de uma instituição “autorizada” a esclarecer e orientar a consciência católica na solução dos múltiplos problemas de ordem religiosa, moral e social que perturbam os belo-horizontinos, justificando-se por uma ação coordenada e eficaz a fim de suprir a carência de uma imprensa nos moldes católicos, que difunda com firmeza as ideias e preceitos religiosos e considerando as obras sociais que precisam de um órgão de publicidade que corresponda a sua expansão e influência, Dom Cabral legitima a criação de uma associação que teria como responsabilidade a constituição de uma imprensa católica na diocese da capital mineira que atendesse os “sagrados interesses” da Igreja. Ou seja, o então bispo institui o Conselho de Imprensa a fim de promover e propagar a ação católica na sociedade mineira. A associação teria também a finalidade de “vigilância e orientação” sobre todas as publicações da diocese, além da promoção de “correspondentes paroquiais” em toda circunscrição que seriam responsáveis não só pela manutenção do jornal, mas ainda pela organização agencias locais de informações sobre o movimento religioso e social da Igreja, enfatizando o forte movimento da ação católica realizada por Dom Cabral ainda no início de sua administração eclesiástica em Minas. Um mês depois, com o Conselho de Imprensa em ação, foi publicado no dia 08 de abril de 1923, o primeiro jornal semanal da diocese de Belo

¹³⁰ Livro de Tombo I da Arquidiocese de Belo Horizonte, 1922-1927, p. 19B-20A.

Horizonte. Como órgão oficial do Conselho de Imprensa da circunscrição, “[...] nasceu assim O Horizonte, uma espécie de ‘ensaio’ de iniciativas mais ousadas”¹³¹ (MATOS, 1990, p. 437). Dom Cabral queria “que sua voz se fizesse sentida na diocese inteirinha, por isso foi que desde aqueles bons tempos fundou O Horizonte, [...] que foi um ensaio da imprensa católica em Minas Gerais”. (AMARAL, 1986, p. 71)

Vencendo obstáculos de toda ordem, fundou O Horizonte, semanário de modestas proporções, mas de largo programa de defesa social, cujo empenho confiou a um pugilo de homens que lhe mereciam inteira confiança pelo valor moral e intelectual com que se firmaram no conceito público. Usando da imprensa como arma de apostolado, não lhe entibiaram o ânimo os sacrifícios que lhe eram exigidos para a manutenção daquele semanário, na época em que estava, ele próprio, formando o patrimônio da Diocese, a qual, por exceção, fôra criada e provida sem ter patrimônio. (LIMA, 1943, p. 116)

Matos (1990) descreve a entrevista do Padre José Campos Taitson, realizada em dezembro de 1988, com detalhes sobre o jornal “O Horizonte”:

As oficinas precárias de “O Horizonte” foram instaladas no porão do antigo Cinema Modelo, na área hoje ocupada pelo Edifício Pio XII, à Rua Espírito Santo. A redação funcionava numa sala à entrada do cinema. A composição do jornal era manual e a impressão, numa máquina plana, que não dobrava os exemplares. Duas vezes na semana, os seminaristas, após o jantar, partiam da Rua Rio Grande do Norte, onde era o seminário, para a Rua Espírito Santo. Íamos a pé. Lá, à medida que os jornais saíam da máquina, eram dobrados pelos seminaristas e imediatamente colados os endereços e amarrados em porções para os assinantes das várias cidades, para serem entregues, ainda à noite, no correio central. Nas férias, cada seminarista recebia um talonário de recibos para colher assinaturas e promover sua renovação, nas paróquias ou zonas em que residiam. (MATOS, 1990, p. 461-462)

Padre Taitson, um dos seminaristas da época de Dom Cabral e do jornal católico “O Horizonte”, utilizados como mão de obra para organização das publicações impressas a serem entregues e promoção das assinaturas do jornal, reforça o que Amaral citou como “semanário de modestas proporções” ao relatar que as oficinas precárias do jornal se localizavam no porão do “Cinema Modelo”, onde funcionava também a sua redação, em uma sala à entrada do prédio. Isto também foi explanado por Oliveira ao se referir ao primeiro jornal católico de Belo Horizonte:

O periódico, ainda nascido na primeira fase da imprensa da capital mineira, aparentava feições modestas, com mais artigos do que noticiários. Adotando uma linha declaradamente católica, o jornal era marcado pelo seu teor combativo presente nos textos doutrinários. Nomes importantes do cenário intelectual e eclesiais da diocese participavam na redação ou direção do periódico, como o professor Lucio dos Santos. (OLIVEIRA, 2010, p. 18)

¹³¹ Cf. Anexo 19 – Capa da primeira edição do jornal católico “O Horizonte”, em abril de 1923.

O jornal tinha, inicialmente, como diretor e editor, Dr. Lúcio José dos Santos, gerente Pe. Vicente Soares e editor Olinto Orsini, auxiliados pelos padres João R. de Oliveira, Godofredo Strybos e Sebastião Pujol, autores de diversos artigos no jornal. Todos os envolvidos eram membros do Conselho de Imprensa. Ao longo dos anos e das diversas edições do jornal, a direção e a gerência foram alterando-se, mas sempre mantendo um eclesiástico na gerência e uma figura de estima da sociedade na direção e edição. O teor católico, com mais artigos de orientação religiosa do que de notícias, era uma constância nas edições do semanário. Na primeira edição do “O Horizonte”, publicado e distribuído em 08 de abril de 1923, contendo 8 páginas e 6 colunas em cada página, boa parte da capa é destinada para a seção “O Nosso Objetivo”, explicando o novo órgão de imprensa da diocese, sendo “a primeira função do jornal, o seu mais elevado dever, instruir, pois a religião é a primeira necessidade dos povos, mas não é a única, enfatizando que, sem a mínima dúvida, o jornalismo é um apostolado”¹³². Um esclarecimento sobre a escolha do nome do jornal:

O Conselho de Imprensa do qual é órgão O Horizonte havia deliberado intitular com o nome Voz de Minas o seu jornal. Entretanto, tendo conhecimento sob este mesmo nome, havia sido aqui editado um outro jornal de carácter artidário, foi abraçada, por unanimidade, a resolução de designar o órgão do “Conselho” com o expressivo nome O Horizonte que bem traduz o nosso objectivo, rasgando aos destinos desta Diocese novos horizontes.¹³³

Há ainda, na primeira página, uma menção a D. Cabral como “Primeiro lustro”, referindo-se aos cinco anos de sua consagração episcopal, complementando com o texto transcrito publicado no mês anterior pelo jornal “Diário de Minas”, saudando o primeiro bispo de Belo Horizonte:

D. CABRAL

Com a devida vênua transcrevemos do nosso muito apreciado “Diário de Minas”, do dia 15 mês do passado as seguintes e justas referências ao nosso querido D. Cabral: “Foi uma inspiração realmente feliz, providencial mesmo, o ato da Santa Sé que colocou a frente dos destinos da diocese de Belo Horizonte o exmo. e revmo. D. Antônio dos Santos Cabral, cuja energia moça e cuja operosidade indefessa se revelaram auspiciosamente logo no início da sua administração e se vem acentuando todos os dias com atividade e eficiência sempre crescentes. Nenhum espírito imparcial poderá, em boa razão e boa fé, deixar de fazer justiça aos méritos do eminente prelado cuja atuação brilhante, “fortiter in re, suaviter in modo”¹³⁴, se tem afirmando de maneira tão incisiva e benéfica para os sacrosantos interesses da Divina Religião, de que é ministro exemplar e para a coletividade católica que tem a ventura de contá-lo como supremo hierarca espiritual nesta circunscrição

¹³² “O Horizonte”, 08/04/1923, p. 1, c.1-2.

¹³³ “O Horizonte”, 08/04/1923, p. 1, c.3.

¹³⁴ Expressão latina “firmeza na ação, suavidade no modo”, articulada no final do século 15 por Claudio Acquaviva (1543-1615), padre jesuíta líder da ordem católica Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola (SOARES, 2021).

eclesiástica. Agora como nunca se pode aplicar o ‘the right man in the right place’. É de veras edificante, heroica mesmo, a atividade desenvolvida pelo ilustre bispo no trabalho árduo e complexo da organização ou, melhor, da criação da nova diocese, pois na verdade foi essa a tarefa ingente e ingrata com que sua exc. revma. teve de arcar logo depois de sua investidura. Em todos os departamentos da administração se fez sentir a ação inteligente e habilíssima do enseigne, infatigável prelado, que, em tão curto prazo, tem conseguido o que outro qualquer, em muitos anos. Ainda é cedo para se levantar o inventário retrospectivo dos serviços com tanta clarividência e segurança, iniciados uns e executados outros, numa diocese que tinha existencial apenas virtual, por assim dizer. Oxalá permaneça sempre na direção dos destinos religiosos da nossa diocese um bispo dotado de talento e virtudes tão raras como o egrégio prelado, que desde o seu primeiro contato com o nosso mundo oficial e com a nossa sociedade soube importante estima, ao respeito e a admiração de todos”.¹³⁵

Na nota publicada originalmente pela imprensa civil belo-horizontina, jornal “Diário de Minas”, há o enaltecimento da pessoa de Dom Cabral enfatizando suas qualidades e habilidades à frente da administração de uma diocese recém-criada e sem nenhum recurso inicial, conforme adjetivos de engrandecimento utilizados em todo o texto, que se finaliza afirmando publicamente a admiração de toda a sociedade da capital mineira ao trabalho operado pelo bispo como “supremo hierarca espiritual” em prol da “Divina Religião” e da “coletividade católica”. Consta também, na capa, um artigo, o único com nome do autor e membro do Conselho de Imprensa – Pe. Sebastião Pujol, intitulado “Só fugindo para os montes...”, com críticas ao Carnaval e às vestimentas das mulheres “seminuas”, fazendo um apelo a moral dos costumes, família, pátria e sociedade em favor do bom senso da dignidade da mulher contra as inconveniências das modas femininas, devendo impedir essa imoralidade com as autoridades proibindo a exibição em locais públicos, os professores nas escolas com a educação moral e os pais e mães no lar. Há ainda o “Hospede Ilustre”, sobre a hospedagem do Ministro da Viagem e Obras Públicas, Sr. Dr. Franciso Sá, e sua esposa na capital mineira, com elogios ao “homem público, que com brilho singular dirige a Pasta da Viação”, sendo uma das figuras de Minas de maior destaque entre os políticos brasileiros, que com “inteligência cintilante” é ainda um “[...] homem de Fé robusta e esclarecida que não se mesquinha ante a impiedade pretensiosa e pede meças para se manifestar”, reproduzindo, em seguida, a sua “brilhante” saudação ao S. Santo Padre Pio XI em nome do Brasil católico realizada no Primeiro Congresso Eucarístico Nacional, celebrado no Rio de Janeiro, de 26 de setembro a 1º de outubro de 1922. Consta outro artigo, intitulado “O nosso Brasil”, exaltando o patriotismo ao citar as extensões territoriais do Brasil e do estado mineiro, comparando-as ao tamanho de outros países do mundo, aclamando a sua “grandiosidade”:

¹³⁵ “O Horizonte”, 08/04/1023, p. 1, c. 4.

O NOSSO BRASIL

É o patriotismo uma bela virtude, amemos a nossa Pátria; não se pode, porém, amar aquilo que não se conhece, procuremos conhecer o nosso Brasil. Irá “O Horizonte” pespegar em seus leitores um curso de geografia ou de chorographia brasílica? Não, queremos apenas, divertindo os nossos queridos leitores ir tornando-lhes conhecidos a grandeza, as riquezas naturais, as belezas e a vida comercial já bastante intensa deste colosso que a Providencia nos deu por berço, particularizando esta parte da grande Pátria, [...] Conheçamos o Brasil, para ainda mais o amarmos. A Comissão da Carta Geral do Brasil Comemorativa do Centenário achou para superfície do Brasil... 8.511.181 de kilometros quadrados. É pouco menos do que a Europa, que tem mais ou menos 10.000.000. Em extensão territorial, é o terceiro país do mundo, ocupando o primeiro lugar a China com cerca de 11 milhões e o segundo, os Estado Unidos com 9.386.098. Tomemos, para comparação, os países da Europa como eram antes da guerra, por serem mais conhecidos, e sem as colônias. Comparando o Brasil com os países da Europa, vemos que o Brasil é quase o dobro da Rússia Europeia, mais de 4 vezes todo o Império Turco (Europa, Ásia e África), 16 vezes a Alemanha e a França, [...] 96 vezes a Servia e Portugal, [...] Dos principais países da Ásia, o Brasil é pouco menor do que a China; mas é maior do que a Índia, mais de 2 vezes a Arábia, [...] 26 o Japão e 88 o reino de Cambodge. Dos países da America, o Brasil é quase 8 vezes a Argentina, 4 o México, 5 a Colômbia e o Peru, 6 a Bolívia, 9 a Venezuela, 11 o Chile, 27 o Equador, 33 o Paraguay, [...] E o nosso Estado? Minas Geraes tem 593.810 kilometros quadrados [...] É uma vaz maior do que a Hespanha, a Alemanha, a França e a Suécia. É quase duas vezes o Reino da Inglaterra e Irlanda, a Noruega, a Áustria- Hungria, a Itália e o Japão [...] quase 7 vezes Portugal, 18 vezes a Holanda [...] Dos países da America, Minas é maior 1 vez que o Equador, 2 vezes que o Paraguay, 3 vezes que o Uruguay, [...] Quanto a extensões lineares, tem o Brasil em linha reta 4.810 kilometros de norte a sul e 4.300 de leste a oeste, o seu litoral tem 3.577 milhas. Quer dizer: um trem, correndo com a velocidade de 60 kilometros por hora, levaria a correr sem parar 8 dias e 8 noites para ir de norte a sul ou leste a oeste, atravessando o território brasileiro. [...] Fareis juízo, caro leitor, da imensidade desta nossa Pátria querida?¹³⁶

Em um dos poucos artigos que não fazem promoção direta à religião, na primeira edição do semanário percebemos a relevância dada ao patriotismo, justificado pelo extenso texto com informações territoriais sobre o Brasil e o estado de Minas, ao dever e ao amor à pátria ao se conhecer o país que se “ama”. Torna-se público o processo de restauração católica da época, em defesa da pátria e da religião – as duas bases promovidas pela sociedade católica brasileira. Nas páginas seguintes, um texto intitulado “Primeiro Congresso Eucarístico Nacional” chama atenção ao fazer a divulgação de exemplares escritos sobre o congresso realizado em comemoração ao primeiro centenário da Independência do Brasil, publicado pela Comissão Eucarística do Primeiro Congresso e impressos nas oficinas gráficas do “Jornal do Brasil”, do Rio de Janeiro, a serem vendidos na Catedral da Boa Viagem por 20\$000 mil-réis¹³⁷.

Repositório de seguras doutrinas, desenvolvidas em puro vernáculo e enfeitadas em rica cartonagem. São respigadas em 558 folhas de soberbas estampas e

¹³⁶ “O Horizonte”, 08/04/1023, p. 1, c. 5-6.

¹³⁷ Utilizando a conversão de Laurentino Gomes em sua obra, 20\$000 seria o valor aproximado R\$ 1.100,00 nos dias atuais (GOMES, 2007).

photographias. Abre esta serie uma expressiva estampa do Coração Eucarístico de Jesus, a que se seguem, de quando em vez, nítidas photographias de Pio XI, Cardeal Arcoverde, D. Gasparri, Nuncio Apostolico, proeminentes vultos do Episcopado Brasileiro, vistas das sessões e soleminidades religiosas. Sua leitura é tão instructivel e delectável que se não pode mais interromper, uma vez começada. [...] Não se pode encontrar mais rica, mais significativa lembrança do primeiro centenário da Independência do Brasil. Esta obra é incontestavelmente a prova esmagadora contra os missionários protestantes norte-americano (que nos querem converter) – de que o Brasil é essencialmente religioso e se curva em peso aos pés de Jesus Sacramentado. Acham-se diversos exemplares depositados na Matriz da Boa Viagem desta Capital, confiados ao Vigário Pe. Vicente Soares. Será vendido cada exemplar a 20\$000, com o intuito de se apurar nesta venda pequeno auxílio em beneficio das obras da Cathedral de Bello Horizonte. Resalta aos olhos a dupla vantagem: possuir um livro que não pode faltar a uma biblioteca bem ordenada, muito principalmente a uma biblioteca católica, e concorrer tão suavemente com pequeno óbolo para a igreja manter o Bispado. Façam, pois, desde já, pedidos, com a respectiva importância, ao Vigário Vicente Soares, na Matriz, ou á Rua Rio Grande do Norte, 326.¹³⁸

A venda dos exemplares teria duas finalidades: intensificar a ação católica no Brasil, fortalecendo a influência da fé religiosa na sociedade brasileira, predominantemente católica, anulando espaços para influência do protestantismo norte-americano; e prover recursos para a manutenção da Igreja, no caso específico de D. Cabral, destinado às obras da catedral ainda por terminar, com o repasse de uma porcentagem dos valores adquiridos pela venda para a Diocese de Belo Horizonte. Inicialmente, a distribuição do semanário ocorria somente aos domingos; depois passou a ser distribuído em dois dias da semana, aos domingos e quartas-feiras, posteriormente nos domingos e quintas-feiras e, por último, passou para três dias: “domingos, terças e quintas-feiras” (SOUZA, 2013, p. 73). Ao longo dos anos, constava nas edições a divulgação de notícias da Igreja Católica no estado mineiro, no Brasil e em outros países; os horários das missas nas paróquias da diocese; mensagens do governo diocesano assinadas por D. Cabral; a disseminação da doutrina e dos valores católicos; além de assuntos de interesse da sociedade, noticiando e orientando sobre o ensino, a vida social e a política republicana, ressaltando políticos católicos e o patriotismo. Mas “O Horizonte” era, principalmente, um veículo de combate aos “inimigos” da Igreja Católica, com artigos criticando o protestantismo, a maçonaria, o comunismo e o fascismo, bem como as figuras que os representavam na época como Mussolini. Ou seja, o jornal católico exercia o bom catolicismo militante, proposto pela Igreja, a todos os movimentos contrários a sua doutrina e fé. Souza (2013) destaca que alguns artigos ocupavam a primeira página do semanário durante todo o mês, divulgando o mesmo tema. “O Horizonte” disponibilizava em suas

¹³⁸ “O Horizonte”, 08/04/1923, p. 3.

páginas, exceto a capa, espaços para a publicidade do comércio, do ensino particular católico e do próprio órgão de Imprensa Diocesana.

Montadas com material exclusivamente novo, estas oficinas typograficas estão em condições de executar qualquer serviço concertenente à arte, como impressos em geral para o comércio, livros, folhetos, etc. garantindo-se relativa perfeição, modicidade em preços e brevidade na entrega.¹³⁹

Além dos anúncios dos colégios privados e do comércio local, havia a venda de folhinhas de calendário da diocese¹⁴⁰. A renda obtida com a venda dos espaços de publicidade e de outros serviços realizados pela oficina do semanário católico era destinada para a manutenção e despesas do próprio jornal. Lima (1943, p. 116) relata que “O Horizonte” prosseguia uma “vida modesta e cheia de dificuldades”, mesmo com a renda dos proventos obtidos pelos anúncios e pela venda das edições semanais: assinatura anual de 10\$000 mil-réis e \$100 réis o avulso, no primeiro ano; e, nos anos posteriores, 12\$000 mil-réis a “assinatura ano”, 3\$000 mil-réis a “semestre” e \$200 réis o avulso, alterando-se os valores ao passar dos anos.

Tabela 7 - Valores referentes à venda do jornal avulso ou da assinatura do “O Horizonte” em um dos anos de sua edição

Item	Valor	Valor aproximado nos dias atuais
Assinatura ano	12\$000	R\$ 672,00
Assinatura semestre	3\$000	R\$ 168,00
Jornal avulso	\$200	R\$ 11,00

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora segundo as informações retiradas das fontes consultadas na pesquisa.

Contudo, segundo o autor, ninguém ignorava a intenção e a deliberação de D. Cabral em transformar o semanário “O Horizonte” em um grande jornal diário, mesmo com o agravamento das dificuldades e com maiores sacrifícios, podendo contar com apoio e subsídio de terceiros:

Não lhe faltaram, porém, idealistas destemidos, contagiados pelo entusiasmo, cientes e conscientes do valor da imprensa, para emprestar-lhe todo o auxílio e dedicação a fim de levar avante a gigantesca empresa. Numerosos membros do clero

¹³⁹ “O Horizonte”, 08/04/1923, ano 1, n. 1, p. 4.

¹⁴⁰ Constam propagandas do comércio e dos colégios católicos de Belo Horizonte, desde a primeira publicação do jornal e em todas as edições que tivemos acesso na pesquisa. Cf. Anexo 20 - Propagandas publicadas nas edições do jornal católico, inclusive do órgão de imprensa diocesano.

da capital e valorosos elementos de projeção social e intelectual do laicato católico, se dispuseram a afrontar com o seu Pastor todos os obstáculos, todas as dificuldades, todos os sacrifícios, para a realização daquele nobre e difícil ideal. (LIMA, 1943, p. 116-117)

É possível perceber a assistência que Dom Cabral recebia para a realização de seus projetos. Mesmo com um jornal católico que mal se sustentava, com pouco ou quase nenhum lucro, ele dispunha do auxílio e subvenção de diferentes setores da sociedade mineira, ou seja, contava com o suporte de diferentes figuras de “projeção social”, para além do habitual apoio do clero e dos fiéis católicos. Próximo ao seu encerramento, “O Horizonte” trazia em suas publicações um teor mais jornalístico, com mais notícias internacionais, esportes, reportagens sobre a política brasileira e do exterior, dentre outros temas; ou seja, foi dado maior espaço aos assuntos da vida moderna e cada vez menos aos artigos confessionais. No entanto, sem esquecer a sua finalidade inicial de militância católica, combatendo os “inimigos do catolicismo” com a manifestação da obediência religiosa a fim de influenciar o modo de vida da sociedade. O último exemplar do semanário “O Horizonte” foi publicado em 31 de dezembro de 1934, dando lugar ao tão sonhado jornal católico diário de Dom Cabral.

Apesar de tudo, o semanário não lhe satisfazia o desejo de uma atuação mais ampla e eficiente em defesa da família e da sociedade. Ele percebia que o jornal moderno era o pão de cada dia para o espírito do povo e que a falta de uma orientação cristã, como roteiro para a vida da imprensa, poderia ser de consequências funestas para a vida cristã da sociedade. Era deste ponto de vista que se preocupava com a fundação de um diário de feição moderna, através de cujas colunas, tratando de todos os assuntos, se fizesse sentir o pensamento da Igreja, como orientação autorizada dos princípios cristãos. Assim, entendido, o jornal estará acima das facções políticas, acima das paixões humanas, acima de todos os sentimentos que não fosse caridade e de justiça. Seria um colaborador dos poderes públicos para sustentá-los e aplaudi-los nos seus atos meritórios, para adverti-los e censurá-los quando o merecessem. Só um diário seria capaz de apostolado eficiente para realizar tão grande e tão nobre ideal. (LIMA, 1943, p. 116)

Mesmo com mais de uma década de publicações do semanário católico “O Horizonte” em Minas, além das transformações que passou ao longo de suas edições a fim de adaptar-se contemplando as mudanças da sociedade, Dom Cabral não estava satisfeito quanto à abrangência e eficiência da imprensa religiosa na vida social. Almejava um jornal diário com orientação cristã no dia a dia, como o “pão de cada dia para o espírito do povo”. Desejava um jornal “moderno”, com publicações diárias, tratando de todos os assuntos da vida moderna, “fazendo sentir o pensamento da Igreja, como orientação autorizada dos princípios católicos” e estando acima de paixões humanas, governos e partidos, sendo um colaborador dos poderes públicos para “sustentá-los e aplaudi-los, para adverti-los ou censurá-los quando merecessem”. Apesar do “O Horizonte” já apresentar uma abordagem de apoio e crítica a

representantes do poder público, em uma relação de aproximação ou distanciamento entre Igreja e Estado conforme vínculo de Dom Cabral com políticos e figuras de destaque social, como contemplado no capítulo anterior, o arcebispo ambicionava por um veículo de comunicação impressa mais moderno, de maior circulação e amplitude religiosa.

De acordo com Lima (1943), ainda em 1934 e antes da última edição do “O Horizonte”, o arcebispo instituiu uma comissão de sacerdotes e leigos para trabalhar pela fundação de um jornal diário. O próprio D. Cabral presidiu e dirigiu efetivamente os trabalhos para a criação do jornal, após retornar do Congresso Eucarístico de Buenos Aires, em outubro daquele ano; maravilhado com as realizações da imprensa católica argentina, deliberou apressar a fundação do diário católico, determinando que as reuniões da comissão “pró-Diário” passassem a ser semanais e no próprio palácio episcopal, situado na época na Rua Paraíba.

Não será simples na forma verbal de dizer que D. Cabral continuou a ser a alma mater de toda a atividade que a partir então se desenvolveu. Resolvida a forma jurídica da empresa que iria editar o jornal – sociedade anônima – passou-se logo ao campos das realizações. Foram expedidos prospectos, o capital começou a fluir, e o nosso Arcebispo não poupava nem trabalho, nem dinheiro de que podia dispor, embora com sacrifício próprio. (LIMA, 1943, p. 117)

Ainda segundo o autor, apesar de alguns quererem manter o nome “O Horizonte”, outros solicitavam um nome diferente para o novo jornal de publicação diária. Em uma das reuniões da comissão, o Pe. Valter Ferreira, um dos mais animados com o novo jornal, com um maço de jornais debaixo do braço, “[...] saiu pelo meio da sala gritando: O Diário! Olha O Diário! E foi assim, que se escolheu o nome do grande jornal católico que iria realizar as aspirações de um grande arcebispo e exprimir os sentimentos de um grande povo”. Em 06 fevereiro de 1935, inaugura-se “O Diário” com sua primeira publicação, de iniciativa da Arquidiocese de Belo Horizonte, tendo a empresa Boa Imprensa S.A. como proprietária e mantenedora.

D. Cabral convoca, para dirigi-lo, advogado de prestígio excepcional, cristão de teoria e prática, Dr. Sandoval Babo. O grupo de jovens que se reúne para as funções de repórteres, noticiaristas e editorialistas – Oscar Mendes era um desses moços – precisa de alguém conhecedor do “métier” para ensiná-los a fazer jornal. “Um jornal como os outros” é o ideal do Arcebispo; católico, sim; confessional, não; tanto que, entre as áreas que, na linguagem de hoje, deve “cobrir”, uma terá o título de Vida Católica; e do tópico se encarregará o escritor-bibliista-teólogo Padre Álvaro Negromonte. Quem será o jornalista mesmo? Guilhermino César é que nos põe a trabalhar, o Guilhermino que, tempos depois, se havendo transferido para o Rio Grande do Sul, vai tornar-se, já sendo romancista e poeta da primeira geração Modernista, o mais importante autor “gaúcho” de crítica e de história da literatura, professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFRS. Que orientador mais exigente, ai de nós! O Diário tem seção de reportagens policiais e dos mais

gêneros, noticiário internacional, esporte, vida social – (aniversários, obituários) mas também vida do povo miúdo, cristãos de “queremos Deus”, hoje a gente diz deles “marginalizados”, “favelados”, “oprimidos”. (MATA-MACHADO, 1986, p. 45)

Assim, em 1935 se concretizava o tão sonhado jornal moderno e diário do Arcebispo Cabral, com o intuito de um periódico mais moderno e semelhante aos demais jornais de circulação na imprensa mineira, com teor mais contemporâneo e adequado a imprensa da década de 1930. “O Diário” apresentava, então, uma gama de assuntos abordados de maneira mais ampla que o seu antecessor, com artigos religiosos menos confessionais e mais “sutis”, que o anterior, ao orientar e influenciar religiosamente o modo de vida da sociedade mineira. Ou seja, os artigos e editoriais relacionados à causa católica continuaram com bastante espaço, mas expandiu-se seu noticiário abordando temas característicos do jornalismo diário (notas sociais, esportes, noticiário internacional etc.), sem se esquecer, contudo, de mencionar e contemplar os menos privilegiados, que também são “cristãos de Deus”.

Contando com uma estrutura típica de um empreendimento empresarial (OLIVEIRA, 2010), além de Belo Horizonte, estava presente no Rio de Janeiro, São Paulo e Juiz de Fora. De propriedade da entidade Boa Imprensa S.A., filiada à Associação Jornalista Católica, tinha estabelecimentos representativos em outras cidades: no Rio de Janeiro na Rua da Assembleia, 70, 2º andar, tendo como diretor Wagner Dutra; em São Paulo na Rua Quintino Bocaiuva, 54, 6º andar, diretor Oswaldo Sandoval Babo; e em Juiz de Fora na Galeria Pio X, 39, com o diretor Jayme Rangel.

Na capital mineira ficavam a administração, a redação e as oficinas do jornal, sendo que foram nomeados Antônio José de Sousa como responsável pela cobrança das assinaturas e Ernesto Babo Filho como responsável pela gerência e toda correspondência comercial, estipulando seu funcionamento das 8h às 17 horas. Em nota, contida na edição de 01/08/1935, estipula os valores das assinaturas em: 40\$000 mil-réis anual, 25\$000 mil-réis semestral e 15\$000 mil-réis a trimestral, podendo começar e terminar em qualquer dia, e o número avulso a \$200 réis. Informava, mediante aviso publicado em suas páginas, que “[...] nenhuma responsabilidade cabe à direção do jornal pelos artigos assinados de seus colaboradores e não se devolvem os originais publicados”¹⁴¹. Mantinha as habituais seções do governo diocesano, artigos católicos, notícias das paróquias, anúncios diversos do comércio e inovava com um espaço para indicação de profissionais da capital mineira, tais como advogados, dentistas, médicos e clínicas.

¹⁴¹ “O Diário”, 01/08/1935, n. 150, p. 2.

Embora o jornal tenha enfrentado durante sua existência constantes problemas financeiros, a publicação acabou alcançando enorme sucesso entre os leitores e dentro do movimento restaurador católico de maneira geral. Ficando conhecido popularmente como “Diário Católico”, o jornal conseguiu tornar-se o mais importante periódico católico da América do Sul. O jornal contava com um quadro de redatores muitos jovens, alguns até ginásianos. A formação “jornalística” dava-se durante a realização do próprio ofício. O prestígio alcançado pelo jornal O Diário reflete-se nos redatores de periódico, personalidades que acabariam alcançando enorme prestígio cultural, político e acadêmico, como Edgard de Godoi da Mata Machado, João Franzen de Lima, Henrique José Hargreaves, João Etienne Filho. (OLIVEIRA, 2010, p. 18-19)

O periódico continuava em plena atividade em 1967, ano do falecimento de D. Cabral, sendo um canal de notícias diversas com reportagens internacionais e nacionais sobre esporte, política, economia, dentre outros temas, informando e orientando a sociedade mineira para além dos assuntos católicos. Contemplou por mais de três décadas o desejo do arcebispo Cabral de um órgão da imprensa moderno e católico que não fosse confessional, mas norteasse diariamente e eficientemente os preceitos cristãos em defesa da Igreja, da família e da sociedade. A Arquidiocese de Belo Horizonte foi forçada a vender “O Diário” em 1969:

Durante muitos anos, Belo Horizonte orgulhou-se de ter o melhor jornal católico de todo o país. Motivos alheios à vontade dos sucessores de Dom Cabral levaram à alienação deste famoso jornal católico que tanto bem fez à Igreja e que custou muitas lágrimas e sofrimentos quando foi necessário desfazer-se dele.¹⁴²

3.3 O patrimônio da Igreja: do novo seminário diocesano à construção do palácio episcopal

Segundo relato de Meniconi (1943), apesar das obras gráficas do órgão de imprensa diocesano e as rendas pagas por algumas associações, o lucro produzido era escasso. Só em 1941 se firmou um contrato mais interessante de arrendamento. Mesmo assim, os investimentos realizados por Dom Cabral não cessaram. Comprou a Vila Anchieta, “despendendo 20.000 cruzeiros. Subdividiu e vendeu vários lotes desse fundo, apurando cerca de 300.000 cruzeiros” (MENICONI, 1943, p. 126). Foi então que, com tais meios e com os auxílios de recursos pessoais de sua herança familiar, cerca de 65 mil cruzeiros, adquiriu “terras na antiga fazenda do Pastinho, no bairro Bela Vista, e começou a construir o majestoso Seminário, um dos mais bem aparelhados da América” (MENICONI, 1943, p. 127) na área de 37 alqueires que custou 120 contos, defronte da fazenda “Gameleira”, entre as Vilas Oeste, João Pinheiro e Celeste Império. Matos (1990) destaca que, em setembro de 1927, lançada a

¹⁴² ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. Arquidiocese em Notícias, 07/10/1984, ano XV, nº 4.

primeira pedra para a construção do “monumental Seminário”, não faltou a colaboração do governo estadual, como noticiou o Livro de Tombo I do Seminário:

Quando Presidente de Minas (Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, 1926-1930) concedera a verba da lei da Câmara dos Deputados de 100 contos como auxílio para as obras do Seminário; a estrada de rodagem e ponte de cimento armado que liga o Seminário e Gameleira, no valor de 70 contos na verba da Secretaria da Agricultura; a rede de água e ligação de energia, luz e força, no valor de 40 contos¹⁴³, na verba da Prefeitura e outros obséquios que sua inteligência e generosidade souberam empregar.¹⁴⁴

De acordo com Oliveira (1943), em 1929 o “primitivo” Seminário, enclausurado em três pequenas casas anexas ao palácio episcopal na Rua Rio Grande do Norte, de que alguns “compartimentos se transformavam em dependências do humilde estabelecimento” (OLIVEIRA, 1943, p. 36.), passou para novo local em Bela Vista, onde, ao contrário, a cada ano com as adaptações no novo espaço, se tornavam “mais amplas e confortáveis”. Em 1935, foi inaugurado o prédio da reitoria com a presença do governador Benedito Valadares¹⁴⁵. Ribeiro (1986) enfatiza a ação modernizadora de D. Cabral para época, ao adquirir e administrar mais uma propriedade para a diocese:

A 14 de agosto de 1927, foi lançada a primeira pedra do Seminário do Coração Eucarístico, tendo sido comprada a fazenda do “Pastinho”, na Gameleira. **Mais tarde, Dom Antônio urbanizou uma parte desta fazenda, hoje Bairro Coração Eucarístico, onde reservou quatro quarteirões para aí construir a Universidade Católica e um para a Previdência do Clero. Na época, chegaram a chamar Dom Antônio de “visionário”.** Hoje, nela, além do Campus da Pontifícia Universidade Católica, aí estão os Bairros Coração Eucarístico e Dom Cabral. (RIBEIRO, 1986, p. 38, grifo nosso)

O arcebispo Cabral inovou em sua administração eclesiástica em Minas em uma ação modernizadora e financeira: investir na compra de um terreno o qual dividiu em lotes e vendeu, revertendo o investimento inicial de 20 mil cruzeiros para 300 mil cruzeiros. Com essa quantia, somada a herança de 65 mil cruzeiros adquirida com a morte de seu pai, comprou a fazenda na qual planejava construir o espaçoso e adequado seminário diocesano, ampliando o atendimento e o quantitativo de seminarista, além de planejar-se e organizar-se, para duas décadas mais tarde concretizar a fundação da tão sonhada e almejada primeira

¹⁴³ Utilizando a conversão evidenciada na obra de Laurentino Gomes (2007), 100 contos de réis seria aproximadamente R\$ 5.500.000,00 nos dias atuais; 70 contos de réis R\$ 4.000.000,00; e 40 contos de réis o valor aproximado de R\$ 2.000.000,00.

¹⁴⁴ Livro de Tombo I do Seminário Coração Eucarístico, p. 44A apud MATOS, 1990, p. 426.

¹⁴⁵ Benedito Valadares Ribeiro foi governador do estado de Minas Gerais, nomeado por Getúlio Vargas, de 1933 a 1945, mantendo-se posteriormente como deputado federal e senador do estado até 1971. A sua relação com a Igreja Católica e Dom Cabral será abordada no próximo capítulo.

universidade católica do estado de Minas Gerais. Por pensar além e de maneira grandiosa, visando e planejando alcançar um ambicioso projeto da futura primeira universidade católica mineira, que D. Cabral foi chamado de “visionário”; pois na época não parecia um objetivo atingível, uma vez que o próprio Seminário necessitava de uma estrutura maior e mais adequada. Segundo extratos informados no “O Diário”, denominados “Prodígios de Realização, consta o seguinte trecho:

ter construído uma casa como essa é difícil. Só os edifícios representavam a soma de 5.000.000 de cruzeiros, não se incluindo o valor do terreno, 37 alqueires, estimados em cerca de 2.000.000. Pôde a grande energia realizadora do exmo. sr. Arcebispo erguer até agora (1943), Deus sabe como, cinco grandes e majestosos pavilhões, todos com dois pavimentos e mais uma esplendida residência para as Rdas. Madres de Nossa Senhora do Monte Calvário, que dirigem os misteres domésticos. Acomodações para os professores, consultórios médicos e dentários, biblioteca, alojamento para os minoristas, teólogos, filósofos, todos com capelas separadas. Dois refeitórios distintos, cozinha e auditório, etc.¹⁴⁶

O Seminário do Coração Eucarístico de Jesus construído por Dom Cabral, segundo Meniconi (1943, p. 127), em 1943, valia cerca de 5 milhões de cruzeiros o conjunto de edifícios, não incluídos no valor o terreno de 37 alqueires estimado em 2 milhões e 600 mil cruzeiros.¹⁴⁷ O livro Dom Cabral e suas Obras (1943, p. 39), em trechos extraídos do jornal “O Diário”, detalha como era o espaço físico do seminário na época, caracteriza a construção obedecendo ao:

estilo colonial, ocupando os edifícios principais vasta área de 10.000 metros quadrados, plantada de árvores frutíferas e vinhedos e rodeada de belíssimas varandas claustrais. Ali se respiram conforto e distinção, não faltando instalação alguma destas indispensáveis a uma casa moderna. Além dessas edificações, possui o Seminário pomares, hortas, casa de empregados, campos de esporte, piscina para criação de carpas e ainda pocilga, coelheira, aviário, pastagens e matas. Isto tudo é muito, não há dúvida. Mas e a manutenção? É preciso mesmo que se possuam qualidades singulares e espírito de administrador, para prover a tudo aquilo.

Tabela 8 - Investimentos realizados por D. Cabral, na década de 1920, para ampliação do Seminário Coração Eucarístico e futura Universidade Católica de Minas Gerais

AQUISIÇÃO	INVESTIMENTO INICIAL	OBJETIVO	VALOR AGREGADO
Vila Anchieta	Cr\$ 20.000,00	Loteamento e revenda	Cr\$ 300.000,00
Fazenda Gameleira, no bairro Bela Vista	Cr\$ 300.000,00 Cr\$ 65.000,00	Construção do novo Seminário e futura Universidade Católica	Cr\$ 2.600.000,00 apenas o terreno de 37 alqueires

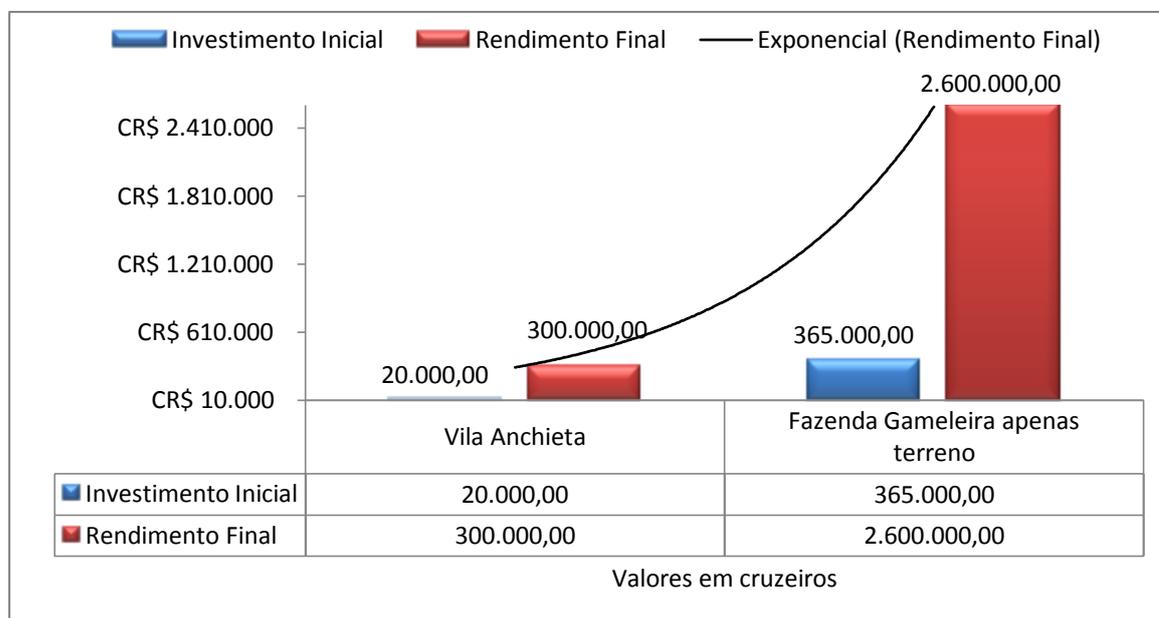
¹⁴⁶ ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 1943, p. 38-39.

¹⁴⁷ Cf. Anexo 21 – Fotos da nova estrutura do Seminário, em 1943, construído no extenso terreno adquirido na fazenda Gameleira, em Boa Vista.

TOTAL **Cr\$ 385.000,00** **Destacando que só a estrutura e o conjunto de prédios, valiam mais Cr\$ 5.000.000,00**

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora segundo as informações retiradas das fontes consultadas na pesquisa.

Gráfico 2 - Investimentos realizados por D. Cabral para ampliação do Seminário Coração Eucarístico e futura Universidade Católica de Minas Gerais



Fonte: Gráfico elaborado pela pesquisadora segundo as informações das fontes consultadas na pesquisa. ¹⁴⁸

Desde a Circular nº 2, de 26/07/1922, Dom Cabral inicia imediatamente à constituição do “Patrimônio do Seminário Diocesano” cuja fundação urge prontamente, de acordo com o Código do Direito Canônico (cânon 1335) e a pastoral Coletiva no Regulamento de Fábrica, determinando através do tributo sagrado que:

todas as Associações pias das Paróquias e Curatos, como sejam Irmandades, Centros do Apostolado da Oração, Damos do Coração de Jesus, Pia União das filhas de Maria, etc., reservem uma pequena parte de sua receita líquida, décima por exemplo, para auxiliar as vocações de moços pobres, entregando-a mensalmente ao respectivo vigário. Com o mesmo fim, os patrimônios das Matrizes e Capelas, bem como os Colégios e Institutos Católicos estabelecidos na Diocese, oferecerão uma módica porcentagem, sobre sua receita 10% ou entrem em combinação com a autoridade Diocesana, a fim de fazerem uma contribuição mensal ou anualmente, para o Caixa do “Patrimônio do Seminário”. As espórtulas das Missas Binadas e dos dias santos supressos, serão também escrupulosamente enviadas para amparar as vocações de meninos pobres no Seminário. ¹⁴⁹

Consta ainda no Livro de Tombo da Arquidiocese que, em novembro de 1924, ao organizar as festas para imposição do Pálio ao Arcebispo da capital mineira, a Comissão

¹⁴⁸ A fonte de dados do gráfico é a mesma da tabela que o antecede.

¹⁴⁹ Livro de Tombo I da Arquidiocese de Belo Horizonte, 1922-1927, p. 10A-B.

Central teve a ideia, “logo abraçada por todos”, de oferecerem a Dom Cabral uma pequena lembrança, “que assinalasse esta data que ficará gloriosa nos anais da arquidiocese de Belo Horizonte”. Assim, contaram com a “generosa e entusiástica adesão” dos colegas do clero, inclusive de sacerdotes de outras dioceses, reunindo uma quantia considerada para aquisição de um automóvel. No entanto, diante a entrega do carinhoso “brinde”, D. Cabral teve um “gesto dignificante”:

Ao receber o carinhoso óbulo ofertado para com ele adquirir um automóvel, para o seu uso, respondeu “Meus padres e amigos, sabeis que precisamos de automóvel, mas felizmente, não igualais que precisamos de padres que nos ajudem. Não leveis a mal que transformemos a vossa oferta em cardeneta de crédito para a educação de mais um padre em nosso Seminário”.¹⁵⁰

Nesse contexto e objetivo de prover o patrimônio do seminário, em março de 1927 Dom Cabral enumera diversas determinações, por meio de uma portaria, referentes aos terrenos de patrimônio da paróquia localizada no Arraial de Baldim, território de sua diocese, estipulando valores a serem destinados ao Seminário:

- 1) Ao contar de conhecimento desta, constitua o Revmo. Vigário o Conselho de Fábrica da sua paróquia, apresentando 5 nomes de católicos praticantes e conceituados que, por nomeação nossa, na forma do direito, sob a orientação do Revmo. Pároco administre e zele o mencionado patrimônio.
- 2) Assim constituído canonicamente, inicie o Conselho de Fábrica o arrendamento das casas do Arraial, pastos, propriedades e fazendas, sites atualmente dentro da área do mencionado patrimônio, ficando-lhe por contrato escrito, as condições do aforamento ou arrendamento, mediante tabela por nós aprovada.
- 3) Sejam abertas novas áreas no Arraial, previamente medidas, demarcadas, e aforadas para construções, moradas e cômodos sempre de acordo com o alinhamento e plano aprovados pelas autoridades municipais.
- 4) Dos séditos do Patrimônio escrupulosamente arrecadados uma parte será aplicada à conservação da Igreja Matriz, às necessidades do culto divino e outros fins religiosos locais, a outra parte destina-se-a á manutenção de 2 ou mais meninos pobres no Seminário desta Arquidiocese, sendo a preferência para meninos pobres da paróquia que receber vocações para o estado eclesiástico.¹⁵¹

Um mês depois, 17/04/1927, mediante Aviso de nº 56 (Dia das Convocações Sacerdotais), registrado no Livro de Tombo (1922-1927, p 45A-B), é definido para todos os vigários e capelães da arquidiocese, consoante às resoluções aprovadas pelas conferências dos bispos mineiros, o “dever de promover eficazmente” as coletas especiais, com a “fundação de cadernetas ou bolsas no valor de 12:000\$000 contos de réis para a educação de um moço pobre no Seminário e instalar logo que sejam publicados os estatutos”¹⁵², o que seria hoje o

¹⁵⁰ Livro de Tombo I da Arquidiocese de Belo Horizonte, 1922-1927, p. 35A.

¹⁵¹ Livro de Tombo I da Arquidiocese de Belo Horizonte, 1922-1927, p 44A-45A.

¹⁵² Livro de Tombo I da Arquidiocese de Belo Horizonte, 1922-1927, p. 45B.

valor aproximado de R\$ 670.000,00. Caberia aos sacerdotes explicar tão importante dever aos fiéis “a alcance da mais urgente e necessária das obras sociais-católicas e a obra das vocações sacerdotais, pelo que promoverão com o povo”. No mesmo período, em 01 de maio de 1927, Dom Cabral emite a Carta Pastoral sobre o Seminário do Coração Eucarístico, fazendo um apelo a todo o clero e povo belo-horizontino em favor da construção do seminário na capital, apresentando a “estatística do Seminário”, desde o seu início em 1923 até aquele ano, de modo a justificar e organizar o patrimônio destinado para a edificação e manutenção do Seminário:

Para constituição do patrimônio que possa garantir a vida e engrandecimento do Seminário, já se encontra trabalho auspiciosamente iniciado. Em pleno florescimento com efeito está o que chamamos “tributo sagrado”. É uma moderada, quase imperceptível oferta que desde o início do Bispado, em 1923, concorrera para a fundação do nosso atual Seminário. É esta pequena e valiosa importância acrescida ao estipêndio dado pelos fiéis para a sustentação dos sacerdotes, ao ensejo dos atos e cerimônias religiosas. Estas diminutas parcelas recolhidas conscienciosamente com as coletas diocesanas, as esmolas das missas binadas e de dias santos supressos, as oferecidas por ocasião das visitas pastorais, os óbolos das crismas integralmente por nós oferecidos ao Seminário, etc., tem sido a fonte humilde da qual haurimos as migalhas para quando até agora está efetuado. **Mercê destes modestos recursos, foi-nos possível efetivar a aquisição de vasta e excelente área na “Bela Vista”, circunvizinhanças da Capital, ponto preferido para localizar o edifício do Seminário; a qual, por si mesma, constituirá no futuro um valioso patrimônio para a instituição.**

Produzindo, porém, benéficos resultados e em marcha vitoriosa está também a organização de “cardenetas ou bolsas” em prol das vocações de moços pobres. Estão algumas já constituídas [...], que já mantêm diversos seminaristas no nosso Seminário. Apenso a esta Pastoral e como organização complementar da Obra das Vocações Sacerdotais, encontra-se o modo prático e expedito de fundar bolsas e cadernetas assegurando assim, com facilidade, o patrimônio de que carece o Seminário. São confortadores os efeitos práticos desta providencial medida:

- a) Nenhuma paróquia poderá ser instalada sem a organização previa de uma bolsa ou caderneta de 12 contos. Esta importância é inalienável e nenhuma outra aplicação poderá receber. Os seus juros são destinados á sustentação de um seminarista reconhecidamente pobre, de preferência, natural da paróquia. Completa a formação do primeiro seminarista beneficiado, outro virá substituí-lo e, assim, indefinidamente. Os sacerdotes ordenados deste modo assumem o compromisso de manter no Seminário um moço pobre, até sua total preparação.
- b) No provimento das Freguesias, vista a carência de sacerdotes, terão preferência as que já tiverem organizados as suas cadernetas.
- c) Obrigatoriamente todas as paróquias deverão organizar uma ou mais bolsas de acordo com a sua população e recursos. (CABRAL, 1927c, p. 36-39)

Através da Carta Pastoral o arcebispo formaliza determinações, agora denominadas de “Obra das Vocações Sacerdotais” e com estatuto próprio anexado à carta, de cumprimento obrigatório a todas as paróquias, curatos, capelas, colégios, asilos, etc., as quais algumas haviam sido iniciadas, de modo experimental no mês anterior, com a criação das coletas especiais e as cadernetas em prol a educação de moços pobres no seminário definidas no

Aviso de nº 56, a fim de garantir os proventos necessários para a manutenção e construção do ambicioso projeto do novo local do Seminário. Ou seja, percebendo que em um curto período de tempo foi possível assegurar com certa “facilidade” o patrimônio do Seminário ao mesmo tempo em que supria a carência de sacerdotes, Dom Cabral efetivou e aumentou as medidas referentes à organização desses recursos. Na própria Carta Pastoral (CABRAL, 1927c), contendo 77 páginas, consta o esclarecimento de Dom Cabral sobre a garantia da “ereção material” e constituição do patrimônio do Seminário com os resultados benéficos, já “traçados e experimentados”, das cadernetas e bolsas. Mas, com a prerrogativa de “com que elementos e poderosos recursos poderemos contar para a execução de tão magnífico empreendimento, de cuja importância e urgente necessidade estamos largamente convictos?” (CABRAL, 1927c, p. 28-29), determina ainda a seguinte “nova iniciativa”:

assegurando resultado certo e compensador, depara-se-nos a da organização da categoria de sócio fundadores do Seminário, anexa á Obra da Vocações e com ela funcionando simultaneamente em todas as paróquias. Será constituída pelos cooperadores que se comprometerem a dar anualmente 10\$000 aplicados á construção do edifício do Seminário. Os contribuintes pontuas receberão o título de bemfeitores, com direitos e privilégios assinalados. Vigorará, porém, somente enquanto perdurar a edificação do Seminário. Assim, em todas as paróquias, a par da insignificante contribuição de 200 réis mensais, ao alcance até das crenças e mendigos, na Obra das Vocações, formarão os Revmos. Vigários sem tardança, a phalange de dez mil fundadores do Seminário, numa média de 100 em cada paróquia ou curato. A Capital reservase-a a honra de apresentar um grupo de dois mil fundadores. (CABRAL, 1927c, p. 34)

Nos anexos que seguem a Carta Pastoral, sobre as determinações para a edificação do Seminário, há informações mais detalhadas nos documentos, tendo como Anexo n. 1 – “Estatutos da Obra das Vocações Sacerdotais da Arquidiocese de Belo Horizonte”, destinando o Capítulo 1 para as justificativas da associação, com a finalidade de “promover a matrícula no Seminário de bons alunos que paguem a pensão regularmente e constituir um patrimônio inalienável e suficiente para assegurar, perpetuamente, a manutenção do Seminário e a formação do clero arquidiocesano” (CABRAL, 1927c, p. 56-57), dentre outras. O Capítulo 2 para explicações das categorias de associados e seus deveres:

CAPÍTULO 2 – Dos Associados, de suas diversas categorias e de seus deveres

Art. 3 – Serão associados todos os católicos de um e outro sexo, mesmo já falecidos, havendo nesta hipótese, quem se responsabiliza pelas contribuições, que se inscrevam na Obra.

Art. 4 – Os associados se dividirão em 7 categorias:

- a) *Contribuintes*, os que concorrerem com uma cota mínima de 200 réis mensais ou sejam de uma só vez 2\$400, anualmente;
- b) *Protetores*, os que contribuirão com 6\$000 por ano, ou sejam \$500 cada mês;
- c) *Remidos*, os que oferecerem 100\$000 no mínimo, de uma vez;
- d) *Bemfeitores*, os que concorrerem com 1:000\$000 de uma vez;

e) *Beneméritos*, os que contribuírem com recursos próprios ou angariados entre a família e amigos, para a formação de uma bolsa de 12:000\$000, e destinada a custear a educação de um seminarista pobre, desde o principio até o fim ou os que se responsabilizarem pela manutenção de um seminarista, até o fim dos estudos;

f) *Zeladores*, os que além de sua contribuição, alistarem dez sócios de qualquer categoria e se incumbirem de coletar as suas quotas;

g) *Cooperadores*, os que se comprometerem a trabalhar de qualquer maneira. Orando e promovendo orações angariando donativos extraordinários, desfazendo preconceitos, etc.

Art. 5 – Todos os sócios receberão um diploma e usarão nas reuniões e solenidades uma medalha de S. José com um laço de fita branco – vermelho sobre o peito. (CABRAL, 1927c, p. 56-57)

Tabela 9 - “Obra das Vocações Sacerdotais” – Categorias de associados e suas responsabilidades em prol da “Obra”, conforme o Anexo n. 1 da Carta Pastoral de 1927

Categoria de Associado	Deveres	Valor aproximado em reais
Contribuintes	Contribuir com quota mínima de \$200 mensais ou 2\$400 ano	R\$ 11,00 mensais R\$ 135,00 por ano
Protetores	Contribuir com quota mínima de \$500 mensais ou 6\$000 ano	R\$ 28,00 mensais R\$ 336,00 por ano
Remidos	Contribuir com quota mínima de 100\$000 de uma vez	R\$ 5.600,00
Benfeitores	Contribuir com quota mínima de 1:000\$000 de uma vez	R\$ 56.000,00
Beneméritos	Contribuem sozinhos ou entre família e amigos para custear a educação de um seminarista pobre 12:000\$000 bolsa	R\$ 670.000,00
Zeladores	Além da contribuição, alistar 10 sócios de qualquer categoria e serem responsáveis pelo recolhimento da contribuição	-
Cooperadores	Contribuem de alguma maneira, seja orando e promovendo orações angariando donativos extraordinários.	-

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora segundo as informações retiradas das fontes consultadas na pesquisa.

O Capítulo 3 – “Das Bolsas” e Capítulo 4 – “Dos fundadores do Seminário” são destinados para esclarecimentos quanto às bolsas e contribuições dos fundadores, além dos demais artigos e dispositivos finais que vão até o Capítulo 8, contendo o estatuto 28 artigos no total, com as regras da associação “Obra das Vocações Sacerdotais” determinadas a todas as paróquias da arquidiocese pela Carta Pastoral.

CAPÍTULO 3 – Das Bolsas

Art. 6 – Cada paróquia deste Arcebispado organizará, pelo menos uma “bolsa” que consiste num fundo patrimonial de 12:000\$000, angariados por 100 zeladores que tomem a seu cargo obter 10 sócios que se obrigam a contribuir cada um com a quantia de 12\$000 durante, apenas, um ano (1\$ pó mês) ou 6\$000, durante dois anos (quinhentos réis mensais).

§ 1 – Nos lugares onde não for possível obter-se 100 zeladores, serão escolhidos 50 ou 25 zeladores com 10 sócios cada um, durante tantos anos quantos forem precisos para a organização completa da “Bolsa”.

§ 2 – As bolsas serão dadas os nomes dos seus fundadores ou de santos que por eles indicados.

CAPÍTULO 4 – Dos fundadores do Seminário

Art. 7 – Pela necessidade inadiável de doptar a sede arquiépiscopal de Belo Horizonte com um prédio condigno, confortável, de um grande seminário, fica constituída uma LEGIÃO de 10.000 sócios fundadores distribuídos por toda a vasta Arquidiocese, conforme o ANEXO N. 3, que se comprometam a dar enquanto durar a construção do Seminário, 10\$000 por ano.

§ único – Caso não seja possível organizar nas Paróquias o número de sócios designados, os Revmos. Diretores da Obra poderão optar pelo segundo plano, que consiste em obter um número de cooperadores já designados em ANEXO N. 3, que se encarregam de obter 5 sócios que contribuam com 10\$000 (cada um) ou 20 de 5\$000, anualmente, enquanto perdurar a construção do Seminário. (CABRAL, 1927c, p. 57-59)

Tabela 10 - “Obra das Vocações Sacerdotais” - Cada paróquia deveria repassar ao menos uma Bolsa, que consistia no fundo patrimonial do Seminário, conforme Anexo n. 1 da Carta Pastoral).

Cada paróquia	Contribuição de cada sócio	Valor aproximado em reais por sócio
100 zeladores (com 10 sócios cada) = Bolsa de 12:000\$000	1\$000 mensal = 12\$000 por 1 ano	R\$ 56,00 mensais por 1 ano = R\$ 670,00 em 1 ano
	\$500 mensais = 6\$000 ao ano por 2 anos	R\$ 28,00 mensais por 2 anos = R\$ 335,00 no ano = R\$ 670,00 em 2 anos

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora segundo as informações retiradas das fontes consultadas na pesquisa.

Já o Anexo n. 3 – “Relação dos Sócios Fundadores do Seminário Coração Eucarístico”, apresenta o quantitativo de sócios que cada paróquia teria mediante a “classificação de sócios fundadores (contribuintes de 10\$), ou a organização de cooperadores que angariem entre amigos, 5 sócios de 10\$ ou 10 de 5\$, anualmente” (CABRAL, 1927c, p. 79), disposto no capítulo 4 do estatuto no Anexo n. 1. Mediante as informações citadas acima e a relação dos “Sócios Fundadores do Seminário Coração Eucarístico”, apresentada no Anexo n. 3 da carta pastoral, com o número de sócios “fundadores” e “cooperadores” que contribuiriam anualmente, foi possível elaborar as tabelas apresentadas.

Tabela 11 - “Obra das Vocações Sacerdotais” – Relação dos sócios fundadores do Seminário do Coração Eucarístico, segundo o Anexo n. 3 da Carta Pastoral.

	Número de sócios que contribuiriam com 10\$ ano	Número de cooperadores que coletariam 50\$ por ano
Belo Horizonte (6 paróquias na capital)	2.000	600
Demais paróquias (74 paróquias)	8.010	2.407
TOTAL	10.010	3.007
Contribuição estimada anualmente	R\$ 5.600.000,00	R\$ 8.400.000,00

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora segundo as informações retiradas das fontes consultadas na pesquisa.

Em uma das notas de rodapé do documento consta a informação que, com os “modestos recursos” adquiridos com o “tributo sagrado” e as coletas regulares da diocese, foi possível efetivar a aquisição de 13 alqueires do terreno na “Bela Vista” no valor de 189 contos de réis, valor aproximado de 10 milhões e meio de reais nos dias atuais, sendo que ainda faltava pagar 64:500\$000 (3 milhões e meio de reais aproximadamente). Concluímos, assim, que a renda proveniente das contribuições da “Obra das Vocações Sacerdotais”, determinadas em todas as paróquias da arquidiocese belo-horizontina pela Carta Pastoral de 1927, constituindo uma receita anual de aproximadamente 14 milhões de reais nos dias atuais, foi mais uma forma de captação de recursos estrategicamente realizada por Dom Cabral durante sua gestão episcopal, possibilitando-o executar seus planos e objetivos em prol da religião, suprimindo a carência de sacerdotes com a formação do clero, e do patrimônio da Igreja Católica, com o pagamento do valor que faltava referente aos 13 alqueires; a compra de mais 24 alqueires, que totalizaram os 37 alqueires da fazenda “Gameleira” adquiridos; a construção de toda estrutura de prédios que serviriam como o novo Seminário e a futura universidade católica do estado. Além disso, o mais importante, a obtenção de todo o patrimônio necessário para manutenção e subsistência do Seminário nos anos que em que o arcebispo Cabral esteve à frente da administração diocesana.

Ressaltamos, nesse contexto, que o Seminário iniciou em 1923 com 27 seminaristas matriculados¹⁵³, com progressão crescente de matrículas a cada ano, principalmente após o funcionamento no novo espaço, abrigando um número maior de seminaristas. Segundo

¹⁵³ No livro “Dom Cabral e suas Obras”, relata 26 alunos na p. 37 e 27 alunos na p. 42 na data de fundação do Seminário, em março de 1923. No Livro de Tombo I da Arquidiocese (1922-1927, p. 46A) e na Carta Pastoral sobre o Seminário (1927, p. 11) consta o registro de 35 alunos que concluíram o ano de 1923 no Seminário. Já segundo Matos (1990), em uma entrevista com Dom Alexandre (em 1988), ele afirma que eram 33 alunos, conforme um retrato feito naquela ocasião da inauguração do Seminário e que existe até hoje.

Oliveira, em 1943, o Seminário possuía 242 alunos matriculados, constituindo em sua maioria de estudantes pobres,

[...] conseguiu D. Antônio Cabral auxílios de seus diocesanos, formando-se 80 bolsas, no valor total de Cr. \$960.000,00, sendo das paróquias 56 e de particulares 24. Além destas há, em formação, mais 63 bolsas, no valor de 656 mil cruzeiros.¹⁵⁴ Com os juros destas importâncias é que se mantem permanentemente os estudantes pobres. Como se vê, a caridade possui força poderosíssima. (OLIVEIRA, 1943, p. 39)

Garantindo os recursos necessários para o patrimônio das “vocações sacerdotais” e a formação dos seminaristas, com o intuito de subvencionar então as vocações “nascentes”, Dom Cabral funda o Seminário “Mínimo”, um seminário preparatório que iniciava os meninos que tinham inclinação para o sacerdócio a fim de, posteriormente, mandá-los para o Seminário do Coração Eucarístico (LEITE, 1943). O seminário preparatório possuía prédio próprio na Avenida Augusto de Lima e estimava-se um valor de 200 mil cruzeiros (MENICONI, 1943).

Tabela 12 - Relação de bolsas destinadas aos seminaristas pobres entre os anos de 1927 a 1943¹⁵⁵

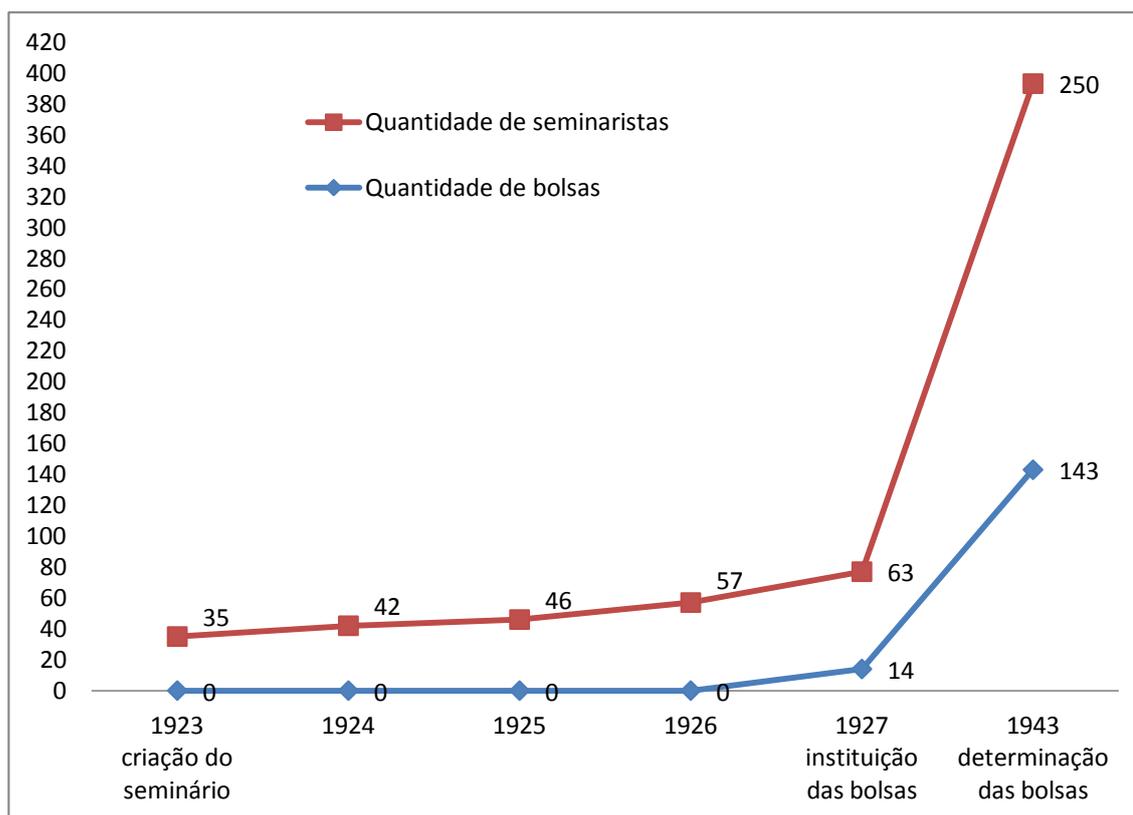
Período	Quantidade de seminaristas	Quantidade de bolsas	Valor aproximado do total de bolsas
1923 criação do seminário	35	-	-
1924 antes das bolsas	42	-	-
1925 antes das bolsas	46	-	-
1926 antes das bolsas	57	-	-
1927 instituição das bolsas pelo Aviso n. 56 e antes da Carta Pastoral	63	14	R\$ 9.300.000,00
1943 menos de duas décadas após as determinações da Carta Pastoral	242	143	R\$ 90.500.000,00

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora segundo fontes consultadas na pesquisa

¹⁵⁴ A informação sobre o valor de 656 mil cruzeiros, das outras 63 bolsas em formação, é complementada por Leite (1943).

¹⁵⁵ Com a instituição das bolsas e cadernetas pelo Aviso n. 56 (abril/1927) e a organização da “Obra das Vocações Sacerdotais” determinada pela Carta Pastoral sobre o Seminário (maio/1927)

Gráfico 3 - Quantitativo de seminarista em relação ao quantitativo de bolsas destinadas para o subsídio dos seminaristas pobres, de 1923 a 1943,



Fonte: Gráfico elaborado pela pesquisadora segundo fontes consultadas na pesquisa.¹⁵⁶

Padre Meniconi (1943), outro admirador de Dom Cabral, ressalta o espírito empreendedor do Arcebispo ao investir algumas dezenas de milhares de cruzeiros no imóvel de 37 alqueires em Bela Vista, que passaram valer em menos de duas décadas depois: as terras – cerca de dois milhões e seiscentos mil cruzeiros e o conjunto de edifícios – cerca de cinco milhões. Também descreve o majestoso e amplo Seminário Provincial do Coração Eucarístico de Jesus, dotado de requisitos de elegância e conforto, contando com oito amplos prédios, sendo um deles a igreja, tendo todos dois pavimentos, além de jardins centrais, pomares, hortas, cachoeiras, estábulos, bem como diversas pastagens ao entorno. Abrigava, ao final de 1943, 250 seminaristas, duas dezenas de fâmulos, diversos professores e madres.

Entre os anos de 1934 a 1936, Dom Cabral fixou residência na casa do Desembargador Mendes Pimentel, à Rua Paraíba nº 1032, após vender o antigo Palácio Episcopal da Rua Rio Grande do Norte. Comprou outro imóvel com quase “um quarteirão

¹⁵⁶ A fonte de dados do gráfico é a mesma da tabela que o antecede.

urbano de terreno na Praça da Liberdade”¹⁵⁷ (MENICONI, 1943, p. 127) por duzentos contos de réis, onde construiu um palácio maior que serviria para residência do arcebispo, de seus auxiliares e para Cúria – o Palácio Cristo Rei, digno do “Príncipe da Igreja” e a altura do cargo, que perduraria até hoje como residência oficial do Arcebispo de Belo Horizonte. Em 1936, ano do 2º Congresso Eucarístico Nacional realizado na capital mineira e intitulado Cristo Rei, Dom Cabral, “após sacudir todos os obstáculos, conseguiu concluir o atual palácio. Lutou com desconforto na carência de recursos materiais, mas realizou o seu desejo” (MATOS, 1990, p. 410): o novo Palácio Arquiepiscopal, localizado no complexo paisagístico e arquitetônico da Praça da Liberdade, junto ao governo. Obra do arquiteto Raffaello Berti, utilizando o estilo ultramoderno, elegante e funcional da Art Déco, representava luxo, exuberância e fé no progresso. Sendo composto por três pavimentos, compreendendo uma capela e a casa. Era uma sede arquiepiscopal “sóbria, confortável e elegante, figurada ao lado dos edifícios da administração do Estado, como residência condigna do Arcebispo de Belo Horizonte, valendo, em 1943, uns três milhões de cruzeiros”¹⁵⁸ (MENICONI, 1943, p. 127)

3.4 Dom Cabral e as paróquias de sua circunscrição.

Ao chegar à capital mineira em abril de 1922, para instalar e administrar a nova Diocese de Belo Horizonte, criada em 11/02/1921 pelo Papa Bento XV, o bispo se deparou com apenas duas paróquias na cidade: São José e Boa Viagem. Determinou, então, que a igreja de São José ficasse como catedral provisória, pois a paróquia Boa Viagem estava em obras desde 1914¹⁵⁹. A matriz Nossa Senhora da Boa Viagem, determinada pela Comissão do Bispado para ser a catedral da diocese, era “pequena e inadequada, estava, ainda assim, por concluir. Lançou-se, então, D. Cabral ao trabalho, ajudado por seus padres e por muitos operosos e colaboradores leigos”¹⁶⁰ (MENICONI, 1943, p. 126). A construção da nova catedral, ao lado da estrutura antiga, levou mais de uma década, mantendo a realização das cerimônias religiosas no antigo templo, que só foi totalmente demolido anos mais tarde. No dia 8 de dezembro de 1923, D. Cabral deu a benção à recém-construída catedral Nossa

¹⁵⁷ Cf. Anexo 22 - Escritura de compra e venda do terreno do futuro Palácio Episcopal, na Praça da Liberdade nº 263. Local onde foi construído o atual Palácio Cristo Rei.

¹⁵⁸ Cf. Anexo 23 - Palácio Cristo Rei, residência do arcebispo, localizada na Praça Liberdade, ao lado das Secretarias do Estado e o do Palácio da Liberdade – sede do governo, na década de 30.

¹⁵⁹ A reforma da paróquia Nossa Senhora da Boa Viagem iniciou quando era ainda o distrito Arraial do Curral Del Rei, justificado pelo seu estado de ruína e a necessidade de um espaço maior para a população.

¹⁶⁰ Cf. Anexo 24 – Fotos da antiga Matriz Boa Viagem, em 1919, ao início da reforma na década de 20, até a conclusão do projeto implementado por Dom Cabral na década 30.

Senhora da Boa Viagem, que ainda não estava totalmente terminada, tendo a sagração final apenas em 15 de agosto de 1932.

Na página final do Livro de Tombo da Arquidiocese (1922-1927) consta registro alterando o projeto inicial da nova catedral, elevando para 17 metros a mais a cruz da torre central. Cita que a magnitude dessa nova versão “desabrochou em flor gótica a cruz extensa pela torre central”. Não sendo “crime” de “deza-religião e estética permitir-se” essa alteração pela quantia de 50 a 60 contos de réis (aproximadamente 3 milhões de reais nos dias atuais). Menciona ainda que, no ano de 1927, mais de 40:000\$000 contos de réis constituía o saldo que se destituía ao trabalho, totalizando de 1922 a 1927, incluídos 30:000\$000 contos de réis de oferta do adiantamento do Bispo, a receita e despesa de construção de **353:988\$470** contos de réis ou quase 20 milhões de reais em dinheiro atual¹⁶¹. De sua consagração oficial, em 1932, até os dias atuais, o conjunto arquitetônico em estilo neogótico da Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem é constituída pela nave (ala central), uma capela, casa paroquial, consistório e o alojamento da adoração noturna. Segundo Gomes (2001), a torre e a decoração interna em estuque na nave e na capela-mor foram executadas por João Morandi¹⁶². A casa paroquial e o consistório foram projetados em 1931. Os vitrais foram doados pelo Apostolado da Oração e executados por um artista alemão que residia no Rio de Janeiro. Nos jardins da Catedral da Boa Viagem, está uma das poucas peças que foram poupadas da demolição da Matriz do Curral Del Rei, o lavabo foi recuperado e transformado em chafariz em 1932.

De acordo com Ribeiro (1986), entre os meses de outubro a dezembro de 1922, D. Cabral realizou as primeiras visitas pastorais as quatro igrejas existentes nos limites da capital mineira: São José (29/10/1922), Boa Viagem (12 a 19/11/1922) e os curatos de Barro Preto (23 a 29/11/1922) e Santa Efigênia (14 a 17/12/1922). Posteriormente, inicia as visitas pastorais as demais paróquias no interior de sua diocese, visitando 27 paróquias até outubro de 1923 (RIBEIRO, 1986). Ainda no início de suas visitas às paróquias no interior de sua circunscrição determinou, mediante publicação no jornal católico “O Horizonte”, que

¹⁶¹ Livro de Tombo da Arquidiocese de Belo Horizonte, 1922-1927, p. 49B. grifo nosso. Utilizando a conversão de Laurentino Gomes, 354 contos de réis seria o valor aproximado de 19 milhões de reais em dinheiro atual (GOMES, 2007).

¹⁶² O arquiteto e escultor João Morandi, nasceu em Lugano, Suíça (1857) e faleceu em Belo Horizonte (1936). Estudou na Escola de Belas Artes de Berna, Escola de Arquitetura de Lausane, Escola de Belas Artes na Suíça e Escola de Belas Artes em Clemont Ferrand, França. Foi premiado com o Diploma Ordem dos Pioneiros (1973). A partir de 1896, a convite da Comissão Construtora da Nova Capital, projetou e executou centenas de edifícios públicos e particulares em Belo Horizonte, além de trabalhar em suas ornamentações. João Morandi. Com Arte Virtual, 2021. Disponível em: <https://comartevirtual.com.br/joao-morandi->. Acesso em: 15 jan. 2021.

consoante as praxes já por nós observadas nas visitas de nossa primeira Diocese, **deveremos ainda advertir que não permitiremos festas, banquetes, nem outras manifestações ruidosas que possam determinar despesas imoderadas, sem maior proveito espiritual.** Assim, pois, as demonstrações de santa alegria que advirão dos nossos amantíssimos filhos, por este venturoso encontro, se traduzam numa eficaz concentração de espírito e na elevada compreensão de que é a visita uma Santa Missão e deste modo possam todos colher os preciosos frutos espirituais de nossa presença em suas respectivas paróquias.¹⁶³

Com as determinações do “Tributo Sagrado”, em vigor, era permitida a realização de eventos, como quermesses, barraquinhas e outras festa, para angariações de auxílios que revertessem recursos para as obras do episcopado. Contudo, após as visitas iniciais do bispo as igrejas e a ciência dos gastos “imoderados” realizados pelas paróquias nesse encontro, advertiu e determinou que não houvesse nenhuma manifestação que acarretasse despesas demasiadas de natureza “material”. Em 25 de dezembro de 1922, após a celebração da primeira missa por D. Cabral na Capela de Lourdes, em construção inacabada desde 1916, o bispo assina o Decreto de nº 3, de 19 de março de 1923, criando a Paróquia Nossa Senhora de Lourdes, desmembrando-a do território de Boa Viagem e provendo Padre Sebastião Pujol, como primeiro pároco. No dia 14 de outubro de 1923 há o culto de inauguração, faltando finalizar no templo apenas a torre, os altares, o reboco e outros pequenos retoques. Além das obras da construção da catedral e da capela de Lourdes, o bispo determina, em dezembro de 1922, a “construção de uma ampla e magnífica igreja que será a futura matriz do bairro da Floresta, na capital”¹⁶⁴, e solicita que os Padres Redentorista transfiram sua residência, deixando a atual na Igreja São José, para a freguesia do bairro Floresta a fim de que

enquanto não for a construção da referida matriz levada ao estado de nela serem efetuados os atos do culto divino, se comprometam os Revmos. Padres Redentoristas a **promoverem, desde logo, todos os meios para que haja uma assistência religiosa continuada e eficaz aos habitantes do referido bairro e para este fim, proporcionarão missões em diversos pontos do bairro, organizarão o ensino da doutrina cristã, bem como celebrarão missas campaes nos domingos e dias santos e tomarão outras iniciativas consideradas oportunas para preservação da Fé Católica ameaçada pela propaganda protestante.** Concluídos os trabalhos de construção da Matriz de Floresta será reconhecido aos Revmos. Padres Redentoristas o direito de preferência para o provimento da referida freguesia. [...] terão garantido pela mesma autoridade Diocesana o direito de indenização do prédio que construíram anexo a Matriz de São José. Esta indenização será feita nas condições que então serão estipuladas e combinadas entre a autoridade Diocesana e os superiores dos Revmos. Padres.¹⁶⁵

Com o propósito de propagação do catolicismo e o fortalecimento da fé católica na sociedade da capital mineira, muitas vezes impossibilitada pela distância entre a paróquia e

¹⁶³ “O Horizonte”, Ano I, 12/05/1923, p. 2, grifo nosso apud MATOS, 1990, p. 426. Cf. Anexo 25 – Registro fotográfico de uma das visitas pastorais do arcebispo e a manifestação dos fieis.

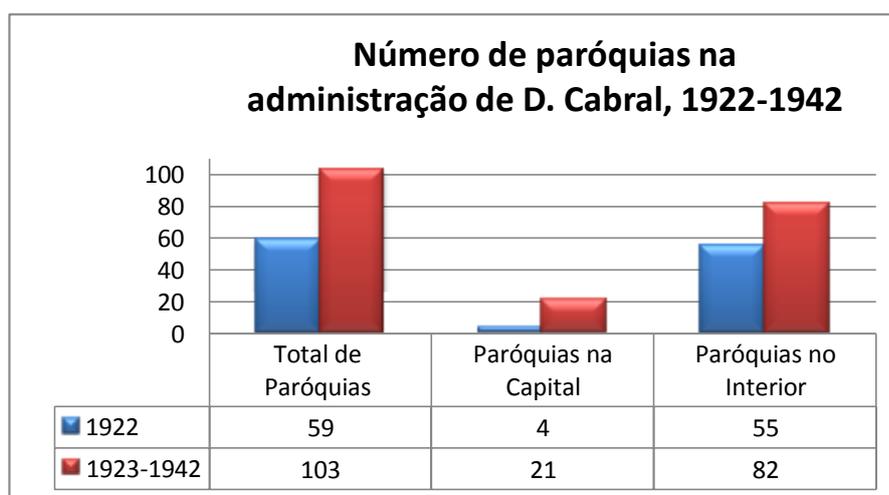
¹⁶⁴ Livro de Tombo I da Arquidiocese de Belo Horizonte, 1922-1927, p. 16A.

¹⁶⁵ Livro de Tombo I da Arquidiocese de Belo Horizonte, 1922-1927, p. 16A-B.

seus fiéis, com a construção e criação de novas paróquias nos bairros de sua diocese, não haveria mais empecilhos para a atuação direta de seus sacerdotes. Cinco anos depois, no dia 25 de dezembro de 1927, é criada a Paróquia de Nossa Senhora das Dores da Floresta, desmembrada das paróquias de São José, de Santa Efigênia e de Sabará, sendo designado como primeiro pároco Monsenhor Arthur de Oliveira.

Na instalação do bispado belo-horizontino em 1922, seu território contemplava 59 paróquias, sendo na capital apenas duas, Boa Viagem e São José, dois curatos, Barro Preto e Santa Efigênia, e mais duas capelas, com um total de 79 sacerdotes seculares (MATOS, 1990). Segundo a Cúria Metropolitana de 1943, as paróquias, até a data da posse do bispo Cabral, eram “vastíssimas, o clero pouco numeroso, dificultavam assim de modo extraordinário a assistência necessária dos párocos aos paroquianos por inúmeras vezes, principalmente no interior, dispersos, longe da sede paroquial”¹⁶⁶. Nesse contexto, entre os anos de 1923 a 1942, D. Cabral criou, por meio de decretos expedidos por ele, 37 paróquias, sendo 19 na sede do arcebispado e 18 no interior da diocese. Assim, aumentou consideravelmente o número de paróquias e sacerdotes a fim de possibilitar o “pastoreio” de todo o rebanho católico de seu território, inclusive os mais longínquos.

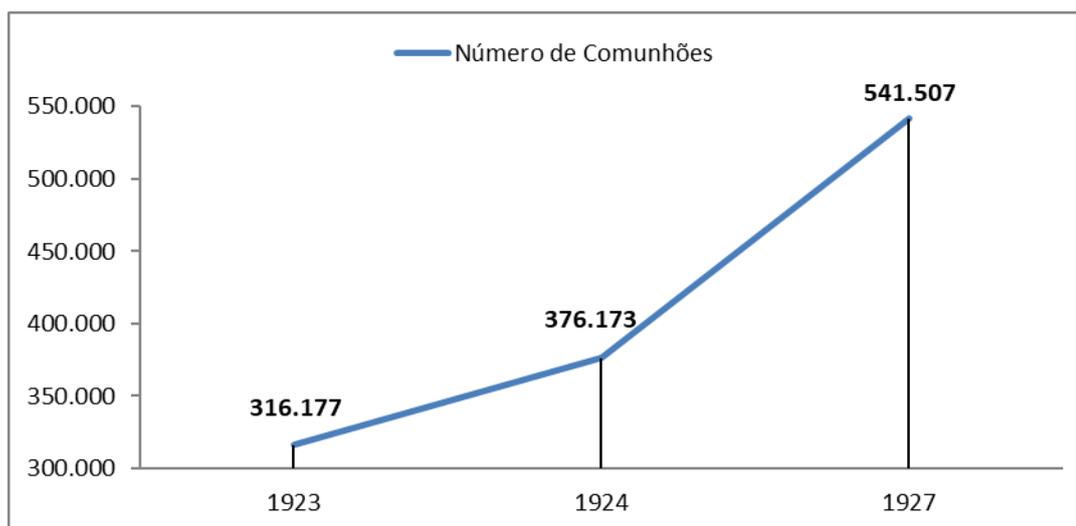
Gráfico 4 - Número de paróquias na instalação da diocese de Belo Horizonte durante a administração episcopal de Dom Cabral, de 1922 a 1942.



Fonte: Gráfico elaborado pela pesquisadora segundo as informações retiradas das fontes consultadas na pesquisa.¹⁶⁷

¹⁶⁶ ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 1943, p. 143.

¹⁶⁷ Foi tido 04 o número de paróquias na capital em 1922, considerando as 02 paróquias (Boa Viagem e São José) e os dois curatos da capital (Barro Preto e Santa Efigênia), que depois foram elevados a paróquias.

Gráfico 5 - Número de comunhões realizadas na Diocese de Belo Horizonte de 1923 a 1927

Fonte: Gráfico elaborado pela pesquisadora segundo as informações retiradas das fontes consultadas na pesquisa.

A partir dos gráficos é possível visualizar a nítida progressão, com a gestão de Dom Cabral, na quantidade de comunhões e de paróquias. Em 1942 se tem o expressivo número de 103 paróquias a fim de atender todos os fiéis do território eclesiástico com um milhão de habitantes, aspirando principalmente os católicos mais distantes, localizados no interior, e que possivelmente pouco se deslocavam à capital. Isso representa o ambicioso objetivo do arcebispo em prosperar o episcopado católico durante sua gestão, de modo a garantir não só a forte influência da Santa Sé em Minas, confirmada no expressivo aumento de comunhões, como elevar a arrecadação religiosa de sua diocese, mantendo os proventos imprescindíveis a seus planos administrativos e financeiros.

Em final de dezembro de 1941, pela *Bula Quo Uberiores Fructus*, do Papa Pio XII¹⁶⁸, é criada a Diocese de Oliveira, a ser desmembrada da Arquidiocese de Belo Horizonte. Segundo Monsenhor Soares (1943), mesmo sendo difícil para o arcebispo Cabral se abdicar das “melhores paróquias do arcebispado”, concluiu ser necessária a subdivisão da arquidiocese devido à dificuldade e à impossibilidade de manter o “pastoreio” de um milhão de “ovelhas”:

Vinte e um anos há que a Capital de Minas Gerais recebeu seu primeiro Bispo e Arcebispo, como seu melhor “Bom Pastor”, enviado por Deus das regiões nordestinas do Brasil. Com ele desceram sobre Minas os eflúvios da graça divina para as almas e para a Diocese, que logo ascendeu a Arquidiocese e das mais pujantes da Nação. D. Cabral compreendeu a impossibilidade de pastorear só o imenso rebanho de um milhão de ovelhas. Maior sua aflição ao presenciar o crescer vertiginoso de Belo Horizonte. Valeu-lhe a experiência, por ter palmilhado muitas

¹⁶⁸ DIOCESE DE OLIVEIRA. História. Disponível em: <https://www.dioceseoliveira.org.br/historia/>. Acesso em: 01 abr. 2021.

vezes as paróquias e estradas longínquas da vasta Arquidiocese. Ajustou, portanto, com a própria consciência, e com a autoridade pontifícia, que sua Arquidiocese precisava de ser subdividida uma e mais vezes. É o que está realizando, é o que espera contemplar em tempos oportunos. Por enquanto trata-se apenas da nova divisão eclesiástica sudestina de Oliveira. [...] Não padece dúvida o descortino, o desprendimento total e generoso de D. Cabral, colimando maior bem das almas, qual o de ver suas amantíssimas ovelhas tratadas de perto por um antiste próprio, residente, operante e vigilante. Com mais eficiência zela, com mais estratégia defende e coma mais presteza livra a ovelha o zagal dentro do próprio redil, e não o que vive distante. Ao Pontífice da Eucaristia, ao Pastor zeloso, que se despede saudoso de Oliveira, ao proeminente vulto do episcopado brasileiro que é D. Cabral, aplicam-se, com justeza humana, as palavras primorosas do Divino Mestre: “Eu sou o Bom Pastor”. E digamos nós, aquele bom pastor visto em espírito pó D. Silvério, a quem havia de suceder, como de fato sucedeu, para ventura onímoda de todos nós mineiros. Eis de fato criada e instalada a nova Diocese, mercê da boa vontade de D. Cabral, junto aos altos hieraquicos poderes da santa Igreja de Deus em Roma, por intermédio de D. Bento Aloisi Masella, ínclito Núncio Apostólico no Brasil. (SOARES, 1943, p. 139-140)

Com a crescente e próspera Belo Horizonte, foi medida essencial para D. Cabral subdividir o território de sua arquidiocese, agora numerosa em quantidade de habitantes e fiéis, solicitando a criação de outra diocese no interior do arcebispado. Assim, das 103 paróquias e quase um milhão de habitantes em toda extensão do território da arquidiocese belo-horizontina, dispôs para a nova diocese no estado de Minas: 16 paróquias, 18 sacerdotes, 4 congregações religiosas femininas, 7 colégios dirigidos por institutos religiosos de ensino e um orfanato, em um total de 170.000 almas em 6.887 quilômetros quadrados. A arquidiocese da capital mineira, após instalação da Diocese de Oliveira, permaneceu com “87 paróquias, com o total de 764.139 habitantes” (SOARES, 1943, p. 142).

Tabela 13 - Quantitativo de paróquias da Arquidiocese de Belo Horizonte depois da criação da Diocese de Oliveira e subdivisão do território eclesiástico da capital mineira 1942-1943

Diocese	Paróquias	Habitantes na circunscrição
Arquidiocese de Belo Horizonte (antes da subdivisão)	103	1.000.000
Diocese de Oliveira	16	170.000
Arquidiocese de Belo Horizonte (após a subdivisão)	87	764.139

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora segundo as informações retiradas das fontes consultadas na pesquisa.

No ano de 1936, a inauguração do novo palácio episcopal e a realização do 2º Congresso Eucarístico Nacional em Belo Horizonte motivaram o arcebispo a um novo projeto: construir uma nova catedral da diocese mineira – a Catedral de Cristo Rei. O projeto da catedral na época era uma “obra de suma importância para um bispado, o elo entre a

diocese e seus diocesanos. Um edifício monumental que exprime, de um modo exterior e visível, a grandeza da fé do povo, fé esta que é interior e invisível” (GOMES, 1943, p. 119). O autor relata ainda que o projeto “monumental” da catedral católica ocuparia um lugar elevado entre as concepções arquitetônicas produzidas em Minas,

dificuldades de várias ordens, todas inerentes a uma sede arquiépiscopal nova e onde até pouco tempo tudo estava por fazer, dilataram o início da grande obra que está agora em vias de realização. O Seminário, o Palácio Arquiépiscopal, a organização da Ação Católica, o Congresso Eucarístico foram outras tantas atividades que, por urgentes, atraíram a atenção e absorveram as atividades desse grande homem de ação que é D. Antônio dos Santos Cabral. Chegou, porém, o momento da Catedral. O falecido Cardeal Leme, num desses gestos muito seus, enviou à nossa arquidiocese o arquiteto Clemente Holzmeister com o projeto que foi dotado para a nossa catedral definitiva. D. Antônio, ao primeiro contato com a belíssima concepção artística, não pode conter seu entusiasmo. E esse entusiasmo foi contagioso. [...] A este o ilustre crítico de arte e escritor eclesiástico Frei Pedro Sinzig chamou de sonho das mil e uma noites. E, com efeito, uma obra de um arrojo raramente até atingido, pelo menos entre nós. Ele obteve a adesão do D. Cabral em primeiro lugar pelo seu caráter essencialmente litúrgico: é uma concepção puramente cristocêntrica. (GOMES, 1943, p. 120)

O projeto da Catedral de Cristo Rei, nas palavras de Dom Leme, então Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, “sintetizaria o espírito religioso e o coração generoso do povo brasileiro. Seria o monumento que atestará aos vindouros a viveza e a pujança da fé mineira” (MATOS, 1990, p. 409). De acordo com o autor, o projeto¹⁶⁹ obteve a adesão do arcebispo Cabral por três motivos: seu caráter essencialmente litúrgico, com uma concepção cristocêntrica; o caráter monumental, com mais de 150 metros de altura e com capacidade para 12.000 pessoas, de forma que a futura catedral chamaria não só a atenção do país como da América e do mundo para honrar ao “Único Senhor”; e por sua exequibilidade, sendo um projeto perfeitamente adaptado às possibilidades e necessidades da época, não se atendo a reconstituições históricas e aos meios das “antigas eras”, exemplificando o largo uso que o projeto faz de concreto armado, revolucionário para a “arte” da construção da época (GOMES, 1943).

A Catedral será assim uma obra moldada segundo os usos da época, o que lhe facilitará certamente a execução. Esta comporta, evidentemente, dificuldades, e não pequenas. Aí, porém, é que mais uma vez se manifesta a grande capacidade realizadora do ilustre antístite da sede belorizontina. Um empreendimento desta ordem deve ter à sua frente um homem da estatura moral de D. Antônio. (GOMES, 1943, p. 121)

Apesar da benção da pedra fundamental no local da futura catedral, dada por Dom Leme e noticiada pelo “O Diário” em setembro de 1936, do pleno funcionamento da comissão

¹⁶⁹ Cf. Anexo 26 – Desenho do projeto da Catedral de Cristo Rei.

“para levar ao cabo à execução do projeto” até a década de 40, além da vontade do arcebispo se fazer valer na época, a construção nunca chegou a ser realizada. Segundo Matos (1990),

[...] a obstinação de D. Cabral quanto a nova Catedral **causou notável oposição no meio do clero**. Não eram bem vistas nas paróquias as taxas mensais cobradas para o fundo do grandioso templo. Um dos líderes do movimento contra o projeto era o Mons. José B. Guedes, pároco da Lagoinha. Chegou-se a elaborar um “abaixo-assinado”, em si, um texto moderado, sugerindo o adiamento da construção, sob alegação de que quase todas as igrejas paroquiais estavam ainda em fase de acabamento, o Seminário não terminara totalmente suas obras e a situação financeira do “O Diário” estava longe de tranquila. O documento, firmado por figuras de projeção do clero, foi entregue ao Mons. José Augusto Bicalho, na ausência do bispo. Quando D. Cabral tomou conhecimento da “campanha”, chamou um a um os signatários, não escondendo sua insatisfação. Seja como for, a construção não foi adiante, apesar de terem sido lançados os fundamentos da nova catedral. (MATOS, 1990, p. 410, grifo do autor)

Apesar de não evidenciarem claramente as animosidades de Dom Cabral com seus sacerdotes, percebemos que, mesmo com todo prestígio e respeito que a figura do arcebispo representava e impelia na comunidade eclesial, ele se deparou com dificuldades na sua relação com o clero da capital, que são sutilmente sugeridas por Matos (1990), como o trecho citado acima, ao encontrar oposição no meio do sacerdócio que não concordavam abertamente com as ações e planos do arcebispo. Outro fato descrito pelo autor sobre essa indisposição com seu próprio clero seria a tentativa de assassinato de D. Cabral por um sacerdote da Igreja mineira, supondo que, para além da ojeriza pessoal, não estivesse satisfeito com o cargo ocupado por um “nordestino”, o qual não sabemos o desfecho uma vez que a situação ficou a cargo da Santa Sé, devendo estar nos arquivos da embaixada da Sé Apostólica no Brasil.

Contudo, mesmo sem agradar todo o corpo clerical diocesano e acabando por ceder em determinados planos ambiciosos, Dom Cabral foi um prelado fidedigno ao Vaticano e aos preceitos religiosos, dedicando-se sua administração eclesial em prol de minimizar as preocupações da Igreja Católica com questões tais como: a sua posição em relação a outras religiões e ideologias, no combate ao positivismo, comunismo, protestantismo, espiritismo ou outra religião e princípio que ameaçasse a conversão de fiéis católicos; o número de padres disponíveis para a disseminação de sua mensagem, com a construção do novo Seminário do Coração Eucarístico e a instituição da obrigatoriedade das “bolsas e cadernetas” por paróquia, aumentando significativamente a quantidade de seminaristas durante ao longo de sua gestão episcopal; por fim, mas não menos importante, a ação educacional católica, a fim de alcançar uma educação moral e cristã com base sólida na formação do brasileiro através da instrução religiosa. As questões defendidas e executadas por Dom Cabral em seus 34 anos como

administrador católico romano da capital mineira e demais dioceses no interior do estado, em um resgate conservador do tradicionalismo católico, adquirem, como citado por Mainwaring (2004), uma dinâmica própria e ajudam a determinar as ações do catolicismo brasileiro.

A ação educacional católica iniciada em Minas Gerais por Dom Cabral, por meio de sua arquidiocese belo-horizontina, alcançando proporções significativas e de importância religiosa, que permanecem até hoje, será apresentada no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 4

EDUCAÇÃO E IGREJA CATÓLICA EM BELO HORIZONTE: AS AÇÕES DE DOM CABRAL NO CAMPO EDUCACIONAL

Sua perfeita compreensão, filha de uma inteligência brilhante e uma sólida cultura, fez-lhe ver na Ação Católica o corpo organizado, disciplinado e coeso que, em união com o Bispo e logo após com o Clero, com êle luta, no combate ao mal, para a soberania do reino de Cristo no mundo de Cristo. [...] Não são necessários outros argumentos para provar-se o carinho, o interesse que ele tem pela Ação Católica, o valor que lhe atribui. E, com estas palavras, aqui ficam as expressões de gratidão e amor da Ação Católica a D. Antônio dos Santos Cabral, nesta hora de grandes alegrias para ela e para todos os católicos, em que festejam seu brilhantismo, fecundo e apostólico jubileu episcopal.

Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque.¹⁷⁰

Durante toda a pesquisa foi possível notar a desenvoltura da administração episcopal de Dom Cabral, iniciada como padre em sua cidade Propriá, depois ampliada como bispo da Diocese de Natal até suas ações ganharem uma magnitude como gestor eclesiástico da Arquidiocese de Belo Horizonte, como exemplificado nos capítulos anteriores. Mas o importante a destacar é que, apesar da atuação modernizadora implantada por Dom Cabral em sua trajetória como sacerdote da Igreja, buscando adquirir alianças políticas e sociais, estruturando e administrando a captação de recursos e patrimônios pioneiros no estado de Minas Gerais, ele era fiel aos princípios da Igreja Católica Apostólica Romana e, como um “bom pastor” católico, não poderia se esperar diferente da sua postura conservadora frente aos valores moralizantes e hierárquicos da Ação Católica em seu governo episcopal.

Pires e Albuquerque (1943, p. 85), em seu texto em homenagem a Dom Cabral, narram que não foi uma tarefa fácil a de organizar e dirigir a Ação Católica na diocese mineira, e que talvez tenha sido a “mais difícil que D. Cabral tenha empreendido, mas isto não o desanimou”. O autor enfatiza que, a não ser o Seminário e o Diário, não sabia de outra obra que tanto interesse lhe inspirava como a Ação Católica, pois as “três correspondiam igualmente ao seu grande anseio de apostolado. A primeira (a Ação Católica) cria o apóstolo da Hierarquia, a segunda (o Seminário) o apóstolo das letras e a terceira (a imprensa católica) firma o apóstolo leigo”. Assim, contemplaremos nesse capítulo a Ação Católica do arcebispo Cabral e a sua fidelidade aos preceitos tradicionais da Igreja e ao seu representante supremo, o Papa, que fundamentaram sua ação educacional católica em Minas Gerais. Apresentaremos a importância e dimensão social, educacional e religiosa de sua atuação na estruturação da

¹⁷⁰ ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 1943, p. 86. Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque foi Ministro do Supremo Tribunal Federal de 1917 a 1919 e Procurador Geral da República de 1919 até se aposentar, em 1931.

educação católica em Minas com a “luta” pela recristianização da sociedade através do catecismo, a organização e a ampliação do Seminário do Coração Eucarístico e a preocupação do ensino superior católico mineiro com o vislumbre da primeira universidade católica do estado.

4.1 O conservadorismo de sua Ação Católica: recristianizar a sociedade moderna.

Um ano após a diocese de Belo Horizonte ser elevada a arquidiocese, em 1925, Sequeira relata que Dom Cabral fez sua primeira e única visita a Roma, *ad limina Apostolorum*¹⁷¹, retornando em outubro de 1925 e sendo recebido com “ruidosas manifestações tanto em Belo Horizonte como nas paróquias do interior” (1943, p. 21). Sobre a visita o autor cita que “ido a Roma, o nosso arcebispo não se moveu apenas pela voz da obediência aos sagrados cânones, senão que também seguiu com fervor, os impulsos de sua alma piedosa, extremamente afeiçoada ao Vigário de Jesus Cristo na terra (Papa Pio XI)”. Matos (1990) também cita a visita e complementa informando que, por essa ocasião, D. Cabral aproveitou e percorreu França, Itália, Suíça, Bélgica e Holanda. Alega que o arcebispo trouxe de Roma terços abençoados por Pio XI para todos os seminaristas e esclarece o fato de D. Cabral ter feito apenas uma única visita *ad limina Apostolorum*:

D. Arnaldo Ribeiro nos esclareceu: De fato, D. Cabral fez apenas uma única visita ad limina. Com a 2ª Guerra Mundial esta prática ficou suspensa por motivos óbvios e “depois da guerra ele já não mais se animava a fazer tão longa viagem”. Também, pelo que parece, a exigência de 10 anos já era uma concessão da Santa Sé que acabava fechando os olhos. Estive em Roma de 48 a 54 e vi muitos poucos Bispos fazendo tal visita. Um grupo maior esteve em Roma para o ano santo de 1950. Mas visita ad limina, parece que isto não era coisa muito cobrada. (MATOS, 1990, p. 418)¹⁷²

¹⁷¹ A visita “ad limina Apostolorum” é uma obrigação dos bispos diocesanos e outros preladados da Igreja Católica em todo mundo para o “revigoramento da própria responsabilidade de sucessores dos Apóstolos e da comunhão hierárquica com o Sucessor de Pedro (o Papa), e a referência na visita a Roma, ao túmulo dos Santos Pedro e Paulo, pastores e colunas da Igreja Romana”. Em tal visita, “o Supremo Pastor (Papa) recebe os Pastores das Igrejas particulares para tratar com estes das questões concernentes ao seu ministério eclesial. Ela representa na realidade um momento central no exercício do ministério pastoral do Santo Padre”. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cbishops/documents/rc_con_cbishops_doc_19880629_visita-ad-limina_po.html. Acesso em: 10 jun. 2021.

¹⁷² Dom Arnaldo Ribeiro foi ordenado bispo auxiliar de Belo Horizonte em 1975, sendo Vigário Geral da arquidiocese belo-horizontina de 1976 a 1989. Repassou as informações para o autor, por carta, em 23 de janeiro de 1989.

No Livro de Tombo da Arquidiocese há o registro da “Visita ad limina – Ano Santo”, pela circular nº 3 de Dom Cabral, datada de 12 de julho de 1925, descrevendo o “grato e inadiável dever”, constituindo a primeira peregrinação, que

lá já se encontrava palmilhando as longínquas regiões da Palestina, depois de haver recebido, no maio enternecido acolhimento, as amorosas caricias do Pai comum dos fiéis e Chefe da Igreja. Agora, uma segunda peregrinação demandaria, com as mesmas mobilíssimas aspirações, a cidade de Roma, sede gloriosa e santa do governo da cristandade.¹⁷³

Matos (1990, p. 451) refere-se a Dom Cabral com um “respeito filial ao Papa”, devendo-se pela “formação recebida, pelo seu temperamento e pela mentalidade da época, ele possuía uma alta concepção de autoridade”. Consciência de autoridade essa que estava “em plena sintonia com Pio XI, cuja rigorosa objetividade e ordem meticulosa tanto apreciava”. Traços que, segundo o autor, já eram nítidos na sua Carta Pastoral de 1922 – “imprescindível ouvir o brado de ordem partindo das eminências do Vaticano” (CABRAL, 1922, p. 28 *apud* MATOS, 1990, p. 438) – na qual deixa claro “sua aversão a novidades que afetam a subordinação e obediência devidas a legítima autoridade”. A hierarquia religiosa, a autoridade e o respeito que ela representa, era fundamental para o arcebispo, advertindo e corrigindo para o tratamento de direito e correto de Vossa Excelência os que se referiam a ele respeitosamente apenas por Senhor, ou seja, para D. Cabral a

Igreja e sua autoridade eram intocáveis. A pessoa do Papa era algo de respeito absoluto. O mesmo valia para ele como bispo diocesano. Na qualidade de príncipe da Igreja, D. Cabral exigia para si todo o respeito, não por vaidade pessoal, mas por causa do “poder sagrado” com o qual estava investido. (MATOS, 1990, p. 451-452. grifo do autor)

Dom Cabral possuía uma “alma papal”, vendo no Papa a encarnação visível da Igreja, havendo também uma “afinidade quase natural entre o estilo pastoral de Pio XI e o de D. Cabral, marcado pelo respeito à autoridade, pela predominância da ideia de recristianizar a sociedade, clamando à ação o laicato, dentro de reimplantar no mundo moderno o reinado social de Cristo”¹⁷⁴. De acordo com Matos (1990, p. 463), D. Cabral direcionou então sua ação pelas normas de Pio XI, “sendo que a influência deste Pontífice foi profunda e decisiva nas tomadas de posição do arcebispo”. Para o Papa Pio XI, havia uma grande preocupação em recristianizar a sociedade moderna, meta que baseia a ação episcopal de Dom Cabral à frente da arquidiocese mineira que, segundo o autor, não foi fácil, mas “embora tenha sofrido muito

¹⁷³ Livro de Tombo I da Arquidiocese de Belo Horizonte., 1922-1927, p. 37B-38A.

¹⁷⁴ “O Diário”, 01/08/1935, ano 1, n. 150, p. 7 *apud* MATOS, 1990, p. 439.

com as atitudes do Núncio Apostólico, que simplesmente marginalizava o Arcebispo de Belo Horizonte no conjunto do episcopado, manteve sua obediência incondicional e sem reservas ao Papa”¹⁷⁵. Cita ainda, que Dom Cabral não alimentava saudades da “cristandade tipo medieval”, com a união de Igreja e Estado, em um sentido de “confusão de poderes e subordinação”. Seu olhar se “dirigia ao futuro, trilhando novos caminhos o que lhe causou não poucas incompreensões e suspeitas no tocante à pessoa e linha pastoral” (MATOS, 1990, p. 454). A preocupação de Dom Cabral com a

liturgia oficial da Igreja e a prática sacramental, fez com que tivesse bastante dificuldade em aceitar a religiosidade popular que não se referisse explicitamente aos ministérios centrais da religião. É verdade que respeitou a variedade de devoções e manifestações de fé popular encontradas na rica tradição religiosa de Minas, mas não entendia bem como integrá-las na prática oficial da Igreja. Assim, se explica as severas censuras feitas, p. ex., aos reinados e congados “essas macabras festividades, privadas de qualquer ligação com a religião”. (MATOS, 1990, p. 454)

Exemplo disso é a carta do arcebispo para o chefe de polícia Carlos Prates, em 1932, solicitando a “intervenção da polícia para a proibição dos tradicionais festejos denominados ‘reinados’, que ainda se realizavam em alguns municípios do Estado”¹⁷⁶. O chefe de polícia, ao responder Dom Cabral com o seguinte questionamento: “entro em dúvida sobre a competência da polícia em intervir neste caso de proibição a realização de tais festejos. [...] Creio não existir na legislação penal dispositivo que proíba a realização de festas desta natureza e neste caso pode a autoridade exercer essa proibição?”¹⁷⁷. Segundo Lott (2017, p. 180), demonstra uma postura de encontro a laicização do Estado republicano frente à esfera religiosa ao questionar o arcebispo Dom Cabral em uma evidente “falta de legislação que aporte a solicitação”.

Para Matos (1990), Pio XI assumia uma nova direção da Igreja, voltando seu olhar para a presença da Igreja na sociedade, “intensificando a vida eucarística” e uma maior “participação dos leigos na vida eclesial”. Ou seja, a

Igreja-Instituição reclama seu poder espiritual num mundo eivado pelo espírito laicista, reivindicando os direitos da religião numa sociedade cada vez mais independente e indiferente em relação ao catolicismo. Para conseguir esta influência é necessário que haja união e disciplina de todos os fiéis sob o comando da hierarquia. Precisa-se, igualmente, de um “espírito combativo” a fim de que o

¹⁷⁵ O autor se refere a uma pequena parcela do prelado brasileiro, culminada na pessoa do Núncio Apostólico Masella, contrários aos ideais e ações de Dom Cabral durante um período de seu bispado na capital mineira, sobretudo no que se referia à formação intelectual a qual contemplaremos mais para frente.

¹⁷⁶ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, POL 9 CX 01 PC 77 DOC74. In: LOTT, 2017, p. 180.

¹⁷⁷ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, POL 9 CX 01 PC 77 DOC74. In: LOTT, 2017, p. 180.

“exercito pacífico de Cristo-Rei” possa sair vitorioso na sua luta pela recristianização da sociedade. (MATOS, 1990, p. 363-364)

Nesse contexto, o Papa convoca os “católicos a saírem do gueto e da sacristia, a fim de reafirmar os direitos de Cristo e da sua Igreja, para que a realeza de Cristo e os inalienáveis direitos de sua Igreja sejam reconhecidos na sociedade” (MATOS, 1990, p. 364-365). Dom Cabral, como um “disciplinado” e fiel bispo, responde a esse chamado e se une à luta do clero no “combate ao mal” para a soberania da Igreja no mundo. Assim, para a reafirmação do catolicismo na sociedade e a recristianização mineira, o arcebispo propõe algumas frentes em sua Ação Católica: a conquista dos leigos pela ação apostólica, assumindo a “responsabilidade social” com uma maior participação na vida eclesial; a formação intelectual católica; e o desenvolvimento do Movimento Litúrgico. Em sua Carta Pastoral sobre a Ação Católica, de abril de 1943, descreve que o chamado movimento litúrgico “que tem empolgado as almas, sobretudo os mais cultos, ocupa uma larga parcela na formação integral dos membros da Ação Católica, sendo um Movimento de ordem espiritual, que tem por fim levar os fiéis a mais ativa participação do culto Divino”¹⁷⁸. No entanto, segundo Matos,

o Movimento Litúrgico que partiu de Belo Horizonte pela coragem de Dom Cabral, custou-lhe **muitos e pesados dissabores**, terríveis incompreensões, mesmo na alta hierarquia eclesiástica brasileira. Porém, Dom Cabral, que sempre orava antes de assumir uma posição, nunca recuava de suas determinações. A franca adesão ao Movimento Litúrgico e as tendências renovadoras em matéria de teologia e eclesiologia, por parte do Arcebispo de Belo Horizonte, fez com que se formassem **dois grupos irredutíveis**, conforme relato de Padre Orlando Machado: “os que estavam do lado de Dom Cabral, apoiando-o e sustentando-o, como Dom José Gaspar de Afonseca e Silva (arcebispo de São Paulo 1939-1943), Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota¹⁷⁹, Dom Justino José de Santana (bispo de Juiz de Fora de 1924-1956), Dom Mário de Miranda Vilas Boas¹⁸⁰, Dom Alexandre Gonçalves de Amaral¹⁸¹, para só citar os maiores. E o resto do episcopado (quase todo ele Integralista), como o Núncio Masella e Dom Casto Mayer¹⁸², constituíam “os do contra”. As Ordens e Congregações Religiosas também se sentiam angustiadas. Ao que eu saiba, apenas os Dominicanos e assim mesmo só no

¹⁷⁸ CABRAL, Dom Antônio dos Santos. Carta Pastoral sobre a Ação Católica. Vozes, Petrópolis, 1943 apud MATOS, 1990, p. 433.

¹⁷⁹ Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota foi ordenado bispo auxiliar da Diocese de Diamantina por Dom Cabral, foi Reitor do Seminário do coração Eucarístico, nomeado também por D. Cabral, até ser nomeado arcebispo do Maranhão e, por fim, arcebispo de São Paulo de 1944-1964, substituindo Dom José Gaspar quando faleceu.

¹⁸⁰ Dom Mário de Miranda Vilas Boas foi bispo da Diocese de Garanhuns (pertencente a Arquidiocese de Recife) de 1938-1944, Arcebispo de Belém do Pará de 1944-1956, Arcebispo Coadjutor da Bahia de 1956-1959 e Arcebispo da Paraíba de 1959-1965.

¹⁸¹ Dom Alexandre Gonçalves de Amaral foi ordenado sacerdote por Dom Cabral em Belo Horizonte em 1929, foi professor no Seminário do Coração Eucarístico e Arcebispo de Uberaba de 1939-1978.

¹⁸² Benedetto Aloisi Masella foi um cardeal italiano e Núncio Apostólico do Brasil de 1927 a 1946. Dom Antônio de Castro Mayer foi bispo da Diocese de Campos (da Arquidiocese de Niterói) de 1949-1981.

“affaire” Maritain¹⁸³, nos apoiavam. A luta, nesse caso foi tão violenta, que a maior revista eclesiástica brasileira classificou Belo Horizonte como um ninho de heresias. (MATOS, 1990, p. 433-434)¹⁸⁴

Sobre essa tendência “renovadora” em matéria de teologia e eclesiologia do movimento litúrgico proposto por Dom Cabral, que desagradava muitos eclesiásticos do alto clero brasileiro, abordaremos ao discorrermos detalhadamente sobre o Seminário e a formação sacerdotal proposta pelo arcebispo, que causou muitos dissabores a Dom Cabral, havendo inclusive a interferência do Núncio Apostólico nas matérias que poderiam ser ensinadas no Seminário belo-horizontino e a exigência da demissão de padres professores que não cumpriam as exigências do Núncio Masella. Matos (1990) relata que, devido às pressões e acusações sofridas por muitos anos, havendo até ameaça de deposição, o arcebispo Cabral foi obrigado a recuar e adiar, com “bastante prudência e jeito”, as temáticas de “orientação teológico-práticas” no Movimento Litúrgico. Apenas em 1947, amparado pelos ensinamentos de Pio XII na encíclica (carta circular do Papa abordando temas da doutrina católica), que Dom Cabral deu prosseguimento a “conduzir os fiéis a uma intensa participação Litúrgica na Igreja”; para o autor, o resultado não poderia ser mais promissor: “ama mais o que mais se entende, dando maior fervor e maior aperfeiçoamento a vida cristã da cidade” (MATOS, 1990, p. 434). O autor compreende, assim, que o “pioneirismo litúrgico de Belo Horizonte e a participação ativa de bom número de leigos na vida da Igreja diocesana” fizeram com que a circunscrição recebesse a proposta do Concílio Vaticano II com bom grado, o que conclui ser o “grande mérito de Dom Cabral: ser um percussor do Vaticano II”.

Por fim, uma das frentes de maior proporção da Ação Católica do governo episcopal do arcebispo foi sua atuação educacional católica, objeto deste capítulo, que culminou no fortalecimento e desenvolvimento da formação intelectual e consciência católica do estado mineiro. Para isso, ele dispõe de esforços no catecismo da juventude, orientando desde cedo as crianças e jovens nos preceitos religiosos, garantindo, assim, através do ensino religioso na instrução pública e das diversas associações católicas para jovens, a formação de um cidadão católico e patriota a favor e em defesa do Brasil católico; em outras palavras, garantindo a

¹⁸³ O Padre Orlando Machado, nessa expressão faz referência o filósofo francês e cristão Jacques Maritain (1882-1973), que propunha um tomismo (filosofia escolástica de São Tomas de Aquino) adaptado a sua época. Defendeu o Humanismo Integral, com um conceito filosófico sobre os direitos humanos, naturais do homem, que contribuíram na elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://maritain.org.br/>. Acesso em: 11 jun. 2021.

¹⁸⁴ Entrevista do Padre Orlando Machado concedida ao autor em 13/11/1988.

expansão da Igreja na “re Cristianização das novas gerações”¹⁸⁵. Na vocação sacerdotal, voltada para a preparação e disciplina intelectual dos “predicados da milícia sacerdotal”, que são os “escolhidos a ensinar ao homem ignorante, absolver o homem pecador e consolar o homem infeliz, descobrindo essas almas os luminosos horizontes do amor infinito e da fé católica” (CABRAL, 1927c, p. 7-10). Mas, para tal responsabilidade, era preciso fundar um instituto com programa e “nobres pensamentos” a fim de “moldar” os sacerdotes à “altura dos mistérios” e desafios da “dileção infinita do Coração de Jesus ao instituir a eucaristia, instruindo os apóstolos de ação intensa e de incontestável confiança na promessa suprema da recristianização em prol da Igreja de Deus, o que se pretendia na vasta circunscrição sob guarda e pastoreio” do arcebispo (CABRAL, 1927c, p. 12-13). Assim, empenhou-se em toda a sua gestão episcopal para a fundação, permanência e extensa ampliação do Seminário do Coração Eucarístico.

4.2 O catecismo – a consciência religiosa dos leigos e a recristianização das novas gerações

Matos (1990, p. 203-204) considera Dom Cabral o “grande promotor da Ação Católica” em Minas Gerais, desenvolvendo a ideia de “restauração e salvação das sociedades modernas”¹⁸⁶ bem antes da oficialização da Ação Católica no Brasil, tendo um efeito positivo ao abrir para o “leigo possibilidades de um papel menos passivo na comunidade eclesial e cultivando uma mentalidade mais aberta de militância cristã no terreno social e político”. Conclui que a “participação ativa dos leigos no apostolado hierárquico da Igreja, mediante os quadros da Ação Católica, foi a grande paixão e a ‘menina dos olhos’ de D. Cabral ao longo de todo seu governo episcopal a frente da diocese de Belo Horizonte”, em conformidade com as palavras do próprio arcebispo expressadas no jornal “O Horizonte”:

Neste apostolado de renovação se devem empenhar os católicos de qualquer categoria, convocados assim a uma decisiva coparticipação nas obras de zelo e devotamento até há pouco reservadas a hierarquia do Clero. [...] Todo o vasto programa de labor apostólico, com suas múltiplas iniciativas, no seio desta sociedade repagazinada, não tem outro intuito senão reconquistar o lugar que por direito deve caber ao autor e instaurador da civilização – Nosso Senhor Jesus Cristo. Como, entretanto, empreender semelhante campanha sem o exercício de uma intensa vida Eucarística, desarmados do prestígio renovador deste Sacramento?¹⁸⁷

¹⁸⁵ Termo utilizado por Dom Cabral em sua Carta Pastoral de 1922, em saudação aos novos diocesanos mineiros.

¹⁸⁶ Termo utilizado por Dom Cabral em uma de suas publicações no jornal católico “O Horizonte”.

¹⁸⁷ “O Horizonte”, 24/09/1933, ano 11, n. 1012, p. 3 apud MATOS, 1990, p. 203-204.

Nessa perspectiva, “imbuído do espírito da Igreja militante, onde os leigos organizados e disciplinados ocupam lugar de destaque” (MATOS, 1990. 435), Dom Cabral, preocupado com a recristianização da burguesia, amparado pelo catecismo dos fiéis ao acompanhar, compreender e participar das lutas da Igreja contra o mal “sistemático do processo de descristianização” da sociedade moderna, propõe diversas medidas. Entre elas destacamos a Carta Pastoral – “A Igreja e o Ensino”, publicada em abril de 1925, dias antes de sua visita a Roma, a fim de chamar a atenção do clero e da diocese para a “natureza transcendental e o intuito prático” da “Associação das Mães Cristãs”, determinando a sua instituição em todas as paróquias da arquidiocese:

Configurada a semelhança carnal de seus pais, a criança deve receber em sua alma a impressão da fé, das virtudes, das esperanças e o selo da divina graça. Membro de Jesus Cristo, templo vivo do Espírito Santo e com direito a felicidade eterna, a criança reclama todas as atenções e solitudes. É sobretudo no aconchego do lar, ao calor dos bons exemplos e o clarão de sábios ensinamentos que o pequenino ser há de escolher, em sua inteligência terna e em seu coração virgem, as sementes da virtude. **É, pois, incumbência inalienável da família, velar pela educação dos filhos e orientá-los** do parto até a idade em que possam assumir a direção de seus próprios e augustos destinos. Daí, pois quando esta delicada e sublime missão deve ser exercida na Escola, os mestres são apenas os auxiliares develados e os interpretes escrupulosos do sentir da família, executando conscienciosamente sua orientação. **Na Escola, pois, que é a continuação do lar, os mestres não poderão desvirtuar, nem trair suas tradições dele. Nenhuma violência poderá visitar mais fundamente a consciência da família católica do que o menosprezo e violação destes sacratíssimos direitos. Ainda bem que o insigne e desassombrado Chefe do Estado de Minas em seu formoso e incisivo discurso manifesto às mães de famílias mineiras, reconhece, com altiva nobreza de sentimentos, manferível direito que lhes assiste de tutelar e inspecionar a escola pública, afim de que jamais sejam desvirtuadas e profanadas as consciências infantis formadas sob a inspiração do Coração de mães profundamente cristãs. Apelidar as mães a interferir na Escola e instituí-las “órgão do conselho e informação do Estado no exercício de sua sagrada missão educativa” é o que podemos chamar a proclamação dos direitos das mães violados e postergados pela escola sem Deus.** Promovam, então os Revmos. Vigários, em todas as paróquias desta arquidiocese, a fundação das Mães Cristãs e prestigiem com todas as veras esta providencial instituição talhada **a realizar maravilhosas transformações na organização escolar e em todos os departamentos de ensino público e particular.**¹⁸⁸

A carta pastoral continua em uma referência ao Presidente do Estado, Mello Vianna, e seus “ilustres” Secretários do Governo, com a denominação de “Fé – Pátria – Família”, enaltecendo a

brilhante cruzada educativa que se agita em alvoroço e firmeza, em todos os recantos de Minas, e que o emérito Presidente do Estado e dos seus ilustres secretários do governo recebe os mais oportunos ensinamentos, orientada com descortino e criteriosa afigura-se-nos plenamente triunfante. **Com efeito nela se entrelaçam sabiamente os mais lídimos interesses da Religião, da Pátria e da Família. Estes três formosos ideais sintetizam toda a vida cristã. A fé alteia-nos**

¹⁸⁸ Livro de Tombo I da Arquidiocese de Belo Horizonte, 1922-1927, p. 36A-36B. grifo nosso.

as altíssimas esferas dos conhecimentos espirituais e nos transfunde a ciência da vida divina e das verdades imprescindíveis dos nossos destinos supremos. A pátria, cujo florescer, cultura e preponderância dependem da formação moral e intelectual dos indivíduos que a habitam, é fator de suas leis de que se deverão consumir nas mais nobres e rematadas aspirações humanas. A família, instituição fundamental é intangível e essencial a própria constituição da Pátria que sonhamos perfeita, civilizada e punjante. Assim, pois, interessados no visível e profundamente o problema do Ensino e cuja solução colimamos, não será explicável a quem quer que exerça parcela de autoridade, uma atitude indiferente e dúbia.¹⁸⁹

Finaliza a carta pastoral com os mandamentos a serem seguidos por todas as paróquias e capelas do arcebispado: leitura e explicação da carta em quantos domingos fossem necessários, com o registro no Livro de Tombo da paróquia; relatando diretamente ao arcebispo os obstáculos que ocorressem na iniciativa prática da associação de cada paróquia; a Associação das Mães Cristãs deveria estar organizada e instalada em todas as paróquias da arquidiocese, no prazo de 6 meses, segundo os estatutos que foram enviados em anexo. A carta pastoral e a instituição da “Associação das Mães Cristãs” em todas as paróquias da diocese são uma referência de Dom Cabral às “Associações das Mães de Família” instituídas pelo governador Mello Vianna, em um apelo para a “colaboração destas na obra do ensino, formando no meio da gente mineira, o que chamou de a consciência educativa do nosso povo”¹⁹⁰. Para o Presidente do Estado, “sendo a escola atual a escola da vida, os professores e os pais deveriam conjugar o pensamento de tal maneira que a criança, em casa, encontre um mestre e, na escola, um pai”¹⁹¹, cabendo a ambos se unirem “para a mesma crença e para o mesmo fim, a alfabetização do povo”. Assim, proveu uma associação de mães cujos objetivos eram: melhorar o contato entre família e escola; os pais se interessarem pela educação escolar dos filhos; professores contarem com o auxílio e solidariedade dos pais dos alunos e organizar a assistência infantil para as crianças em vários aspectos, atribuindo aos pais o zelo pela frequência escolar. Em março de 1925, um pouco antes da Carta Pastoral de Dom Cabral, há a publicação da mensagem presidencial de Fernando de Mello Viana, Presidente do Estado, intitulada “Catecismo Democrático”, em apelo as “Mães de Família Mineiras” e aos “Bons Cidadãos Mineiros”:

Belo Horizonte, 28/03/1925.

Ao traçar as bases da atual reforma do ensino primário inclui no art. 82 do respectivo regulamento o seguinte preceito: “O governo ouvirá, sempre, sobre a eficiência e moralidade do ensino, as associações de mães de família que por ventura se organizem na localidade para promover ou inspecionar o ensino”. [...] Mais

¹⁸⁹ Livro de Tombo I da Arquidiocese de Belo Horizonte, 1922-1927, p. 37A. grifo nosso.

¹⁹⁰ VIANNA, Mello. Associações das Mães de Famílias, 1925 apud SILVEIRA, 1926a, p. 212.

¹⁹¹ VIANNA, 1925 apud SILVEIRA, 1926a, p. 213.

prática e eficiente é a sua finalidade, porque cria um órgão para a vida, exercício e realização de um direito, que é vosso, como é também vosso dever – zelar pela educação de vossos filhos, iniciada no lar e continuada na escola. O Estado tem vivo e largo interesse nessa iluminada colaboração, que encontra nos nobres ideais que a inspiram a garantia da sua vitória. [...] Por outro lado, é na nossa obediência á doce autoridade das mães e nos conselhos constantemente derramados do seu coração, que os homens aprendem o culto da lei, para respeitar e obedecer aos seus verdadeiros representantes. [...] A escola, prolongamento do lar, pouco fará sem as fortes inspirações da mãe de família. [...] A outra, a do professorado, não se pode desviar do caminho traçado. Á mãe compete velar cautelosamente pelo andamento da criança, pela sua frequência as aulas, entretendo-a a respeito das lições e dos deveres morais e cívicos, que ela semeou no lar e que irão expandir-se ao carinho da professora. É para o exercício mais eficiente desse imprescindível direito que o governo vos institui em órgão de conselho e informação, oferecendo-vos um modo prático de colaboração com ele nesta difícil e sagrada missão educativa do Estado. A associação das mães de família, em cada localidade, vos investirá de poder e prestígio para que melhor exerciteis, junto a instituição escolar, os vossos direitos de mães. Quem, mais intimamente, com melhor conhecimento de causa, poderá, a todas as horas, ajuizar da eficiência e do proveito moral e intelectual das lições da escola? Quem, com mais santo interesse, poderá acompanhar o progresso do ensino e da educação oficial, do que as próprias mães das crianças? [...] Para o crescimento e bom nome da nossa terra, posso entregar-vos esta causa, que é vossa e também do Estado e da Republica, confiante de que não a deixareis cair no vazio da indiferença, mas a elevareis a altura do amor que consagrais aos vossos filhos e do supremo desejo que vos anima de que, pela bondade, pela cultura e pelo prestígio de novos esforços, se façam eles dignos de nossa grande Pátria. Aceitae, valorosas colaboradoras da grande obra de prosperidade do Brasil, as homenagens da minha admiração e do meu culto, [...] para que, sem cessar, em fervorosa prece a Deus, consigamos paz definitiva, de que tanto carecemos para grandeza da nossa Pátria [...] uma vez que está sendo conjugada a ação do governo com a preciosa colaboração dos Conselhos e Caixas escolares, das Mães de Família, dos Párocos e de todos quantos em cada município, em cada localidade de Minas, desejam realmente tornar profícua a instrução da infância, num combate sem tréguas a praga social do analfabetismo, da qual queremos nos libertar [...]¹⁹²

Dom Cabral, aproveitando dos ideais e princípios ressaltados na mensagem presidencial e na ação do governador ao envolver a família nas questões da instrução escolar mineira através das “Associações das Mães de Família”, rapidamente propõe a organização e instalação das “Associações das Mães Cristãs” em todas as paróquias e capelas da diocese, a fim de participarem e realizarem “maravilhosas transformações na organização escolar e em todos os departamentos do ensino público e particular de Minas”, sob o direito de “tutelar e inspecionar a escola pública para que jamais sejam desvirtuadas e profanadas as consciências infantis formadas sob a inspiração do coração de mães profundamente cristãs”. Em outras palavras, respaldando o direito das mães de interferirem na instrução pública mineira, direcionando-a para os princípios católicos conforme os valores da família cristã na formação das crianças. O arcebispo utilizou de uma medida governamental¹⁹³ sob a justificativa da

¹⁹² VIANNA, Fernando de Mello. Catecismo Democrático, 1925 apud SILVEIRA, 1926b, p. 264-265.

¹⁹³ Cabe ressaltar que nesse momento da fundação das “Associações das Mães de Família”, pelo governador Mello Vianna, em 1925, o Diretor da Instrução Pública de Minas Gerais era o Dr. Lucio

incumbência inalienável da família em zelar pela educação dos filhos e da escola, sendo a continuação do lar, onde os professores não poderiam violar e trair as tradições da família católica, fundamentado pelo manifesto do Chefe do Estado às mães de famílias mineiras, reconhecendo o “exercício e realização de um direito, que também é dever, de zelar pela educação dos filhos, iniciada no lar e continuada na escola”, investindo-as de “poder e prestígio para que melhor exercitassem, junto à instituição escolar, os seus direitos de mães”¹⁹⁴. Dom Cabral empregou de maneira estratégica a condução de seus fiéis leigos para fins da expansão e preservação dos valores da Igreja num espaço social, até então laico como propunha a República, com a organização das mães católicas interferindo na instrução escolar de seus filhos, garantindo, assim, os “direitos violados das famílias cristãs numa escola sem Deus”.

Segundo Matos (1990), a luta para reintroduzir a religião na instrução escolar das crianças e a defesa da escola católica são os aspectos mais importantes da ação de “re Cristianização do Brasil” promovida pela Igreja. Na opinião católica da época, tratava-se de uma questão de vida ou morte: sem bases cristãs na mocidade, não haverá futuro para o Brasil (MATOS, 1990, p. 73-77). Questões que, para o autor, afloraram severas discussões na ocasião da revisão constitucional de 1926, na presidência de Arthur Bernardes. Já em Minas Gerais, afirma que a questão teve “contornos mais específicos” e de “vitórias, que serviram de estímulo para os católicos de outras regiões do país”. Sobre o processo histórico da “luta” católica no ensino de Minas, relata que foi um “processo gradativo: com concessões, cada vez maiores, por parte do governo estadual, em atendimento às reivindicações da Igreja no campo educacional”. Em 1923, o jornal católico da diocese de Belo Horizonte, “O Horizonte”, publica um extenso artigo na primeira página, com informações sobre as concessões mineiras em relação ao âmbito federal:

A CONSTITUINTE DE MINAS E O ENSINO RELIGIOSO

Embora talvez muitos opinem o contrário, é inquestionável que a Constituinte Política do Estado de Minas Gerais não veda o ensino religioso nas escolas públicas, podendo, portanto, ser estabelecida em lei ordinária, segundo o pensamento do nosso Congresso Constituinte. Para demonstrar esta verdade basta transcrever o artigo 3 §6 da Constituinte Mineira que reza: “O ensino primário será gratuito, e o particular exercido livremente”. É tudo. O ensino será gratuito; nada mais ali se acha. Não se lê a palavra “leigo”. Verdade é, que no projeto formulado pela comissão encarregada pelo Congresso Constituinte de organizar a Constituinte do nosso Estado o mesmo artigo era concebido em outros termos, rezava: “Será leigo e gratuito o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”. Compreendendo, porém, os perigos sociais do ensino sem Deus e sem Religião, o senador e saudoso

José dos Santos, conhecido diocesano de Dom Cabral e ex-diretor do jornal católico belo-horizontino “O Horizonte” da fundação do jornal até assumir o cargo nomeado pelo governador.

¹⁹⁴ VIANNA, Fernando de Mello. Catecismo Democrático, 1925 apud SILVEIRA, 1926, p. 264-265.

mineiro José Pedro Xavier da Veiga, [...] apresenta emenda substitutiva. E justificou-a com as seguintes considerações: [...] “Com a separação da Igreja do Estado ficou inteiramente vedado á legislatura federal ou os Estados fazer concessões a um culto qualquer em prejuízo de outros. Eliminado, porém, o caráter leigo do ensino, a lei orgânica sobre instrução pública poderá determinar que a aula de religião nas escolas seja não só permitida, mas obrigatória por parte dos professores e facultativa aos alunos a frequência respectiva. O professor, si for católico ensinará o catecismo da nossa Religião; si for protestante, mulçumano, positivista, etc. instruirá os alunos, que o quiserem, conforme suas crenças. Os alunos que não pertencerem á crença do professor, que não frequentem as aulas, e nada a isso os obrigará. Não há privilegio, portanto, de nenhuma igreja. Mas há grandes conveniência de não deixarmos a numerosa população escolar, especialmente a que reside nos distritos rurais, privada de noções de rudimentares em assunto de religião, sem dúvida o mais necessário á educação da infância. E, sendo a população de nossa terra, em sua quase totalidade composta de católicos, torna-se evidente que por este meio, sem ferir nenhuma disposição legal, consultaremos seus justos interesses e nobres aspirações. Porque motivo, não se ofendendo nenhum princípio constitucional vigente, deixaremos de atender a um reclamo geral do povo?” (apoiada). Em consequência desta emenda tão bem justificada, [...] o Congresso Constituinte Mineiro não quis que fosse leigo o ensino neste católico Estado. Mas poderá alguém obtemperar-nos: – A Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil no art. 72 dispõe: “§ 6. Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.” A esta objeção respondemos: 1º) A competência do ensino primário escapa aquela Constituição Federal, como afirmou o deputado Bernardino de Lima, na sessão de 11 de maio de 1891 de nossa assembleia constituinte, sem contestação de um só congressista, quando estavam presentes vultos de grande valor intelectual e moral e de grave responsabilidade política, como Bia Fortes, Affonso Penna, Mello Franco, Francisco Salles, [...] 2º) Juiz competente na matéria era o Congresso Constituinte Mineiro e este julgou que *não ofendia nenhum princípio constitucional vigente* (palavras do senador Xavier da Veiga com assentimento expresso de todos os presentes) e no entanto já estava em pleno vigor a Constituição da Republica. 3º) O ensino primário é *negócio peculiar dos Estados*, pelo que em sua organização não poderá intervir o Poder Executivo nem o Poder Legislativo da União. [...] portanto, claro que a Constituição Política do Estado de Minas Gerais, proclamada em nome de Deus Todo-Poderoso, não consagrou o ensino leigo; por conseguinte que o ensino do catecismo nas escolas primárias públicas, segundo o pensamento do nosso Congresso Constituinte pode ser estabelecido em lei ordinária. Pela lei n. 800 de 37 de setembro de 1920 já se deu um passo nessa direção. Pois o artigo 21 reza: “No edificio das escolas públicas ou particulares subvencionadas, poderá ser ministrado, fora das horas dos trabalhos escolares, pelo professor ou por outrem, o ensino da religião da maioria dos habitantes da localidade. Parágrafo Único – Este ensino será facultativo, sem cunho oficial e não será ministrado aos alunos cujos pais ou responsáveis a ele se opuserem”. Já é alguma coisa. Acrescento, porém, com a Semana Religiosa, é preciso que não durmamos sobre um louro conquistado, falta muito ainda, é preciso marchar. Si um passo está dado é preciso que se deem outros até se conseguir o ensino obrigatório de outrora [...]”¹⁹⁵

Para o autor, a Constituição Estadual de Minas Gerais, promulgada “em nome de Deus todo-poderoso”, em junho de 1981, considerando o “ensino primário como gratuito e o particular exercido livremente”, teve suas motivações ao suprimir a palavra “leigo como adjetivo do ensino”, que foram esclarecidas na publicação do “O Horizonte”, repudiando, assim, o “princípio do laicismo”, “compreendendo os perigos sociais do ensino sem Deus e

¹⁹⁵ “O Horizonte”, 09/06/1923, ano 1, n. 10, p. 1.

sem Religião”. Ao citar que eliminado o “caráter leigo do ensino, a lei orgânica sobre instrução pública poderá determinar que a aula de religião nas escolas seja, não só permitida, mas obrigatória por parte dos professores e facultativa aos alunos a frequência respectiva”, evidencia a brecha deixada propositalmente na legislação estadual, assim como justifica o respeito ao princípio de liberdade religiosa, referindo-se ao professor que “si for católico ensinará o catecismo da nossa Religião; se for protestante, mulçumano, positivista, etc. instruirá os alunos, que o quiserem, conforme suas crenças”, não sendo obrigatório ao aluno, que não pertencer a crença do professor, de frequentar as aulas. Enfatiza então que não há privilégio de nenhuma religião ou igreja, principalmente ao considerar a instrução primária “negócio peculiar dos Estados”, sem interferência dos demais poderes da União, de modo que, sendo a “população da nossa terra, em sua quase totalidade composta de católicos, torna-se evidente que por este meio, sem ferir nenhuma disposição legal, estarão atendendo os justos e nobres interesses e aspirações do povo”. Estes são fortes argumentos que serão utilizados e evidenciados por diversas vezes nos anos seguintes, como base dos discursos em defesa dos princípios educacionais religiosos do estado mineiro.

Matos (1990, p. 78) faz menção distinta a Mario de Lima, o qual mencionaremos ainda nesse tópico, pela sua importância junto a Dom Cabral na militância educacional católica em Minas, como o “autor que analisou minuciosamente toda a questão” e indicou que “hermenêutica pacífica foi essa, durante os primeiros 16 anos da República, em Minas, tanto assim que todos os governos do Estado, dentro daquele período, permitiram sempre apenas o ensino católico nas escolas, em caráter facultativo, sem que houvesse protesto ou reclamação alguma”¹⁹⁶. Isto se firmaria em 1920, no governo de Arthur Bernardes, pela Lei n. 800, reformando o ensino, que continha a seguinte redação:

Art. 21. No edifício das escolas públicas ou particulares subvencionadas, poderá ser ministrado, fora das horas dos trabalhos escolares, pelo professor ou por outrem, o ensino da religião da maioria dos habitantes da localidade.

Parágrafo único – Este ensino será facultado, sem cunho oficial e não será ministrado aos alunos cujos pais ou responsáveis a ele se opuserem. (MENEZES, 1936, p. 126)

A lei ordinária estadual, ao estabelecer o ensino do catecismo nas escolas primárias públicas, como reza o artigo 21, garantindo o “ensino da religião da maioria dos habitantes da localidade”, podendo ser ministrado fora das horas dos trabalhos escolares e de ensino facultativo, sem cunho oficial, já incitava o respaldo inicial, necessário aos católicos, na

¹⁹⁶ LIMA, Mario de. O bom combate. Subsídios para a história de 20 anos de ação social católica em Minas. Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 1929 apud MATOS, 1990, p. 79.

defesa e garantia do catecismo na instrução escolar mineira. No ano de 1924, o jornal católico de Dom Cabral, “O Horizonte”, em uma importante campanha pró-ensino religioso, divulga a alusão do arcebispo ao governo estadual, parabenizando-o pela “entronização da imagem de Cristo” na Escola Normal de Belo Horizonte:

[...] por um dever especial competia-lhe trazer, naquele momento grandíssimo para o seu coração e por demais honroso para a história da Arquidiocese, o seu parabéns ao Governo de Minas por ter, dentro das leis constitucionais, concedido permissão para aquela homenagem ao Redentor, solicitada pelos sentimentos católicos de quase todas as professoras e alunas daquele estabelecimento.¹⁹⁷

Um mês depois, em dezembro de 1924, é publicado, novamente na primeira página, um longo artigo denominado em grandes letras “Ensino Leigo” o qual, após discorrer sobre a instrução do “ensino leigo e antireligioso, expurgando de toda a ideia de Deus e da verdades sobrenaturais”, em uma “hedionda e nefasta” orientação dos “publicistas sem crenças e antireligiosos e dos governos materialistas e ateus”, que promulga a educação antirreligiosa e completamente leiga que é “a causa e o fundamento de todos os males e perturbações modernas” ressalta que, no Brasil existe

um grande movimento se levanta na opinião pública, clamando pelo ensino religioso e exigindo o mesmo nas suas escolas primárias. O Governo na verdade ainda não teve a coragem de romper abertamente contra o laicismo escolar e nos pesa grandemente, vendo que no Regulamento da Instrução Primário do Estado de Minas ainda figure a epígrafe fatídica do ensino leigo. Vai, entretanto, cedendo aos poucos, respeitando assim a opinião da grande maioria do povo mineiro e já fez muitas concessões aos católicos, no sentido de propagar-se e se restabelecer nas escolas o ensino religioso, que foi o fundamento de nossa nacionalidade e a base real do nosso adeantamento e progresso moral.¹⁹⁸

Finaliza o texto solicitando que os chefes do governo não se desanimem, “pois somente assim, teriam a gratidão do povo e as bênçãos das famílias que mandam seus filhos para a escola, com a fim de beberem as primícias da instrução e dos grandes fundamentos de uma educação sólida e proveitosa”. Ao mesmo tempo que enfatiza a falta de “coragem” do governo mineiro em romper com os preceitos laicistas da instrução escolar, advindos da república, reconhece as concessões realizadas pelo Estado em prol da Igreja, mas em uma evidente insatisfação por não contemplar formalmente as necessidades do ensino religioso católico na instrução primária. Em mais uma campanha pró-ensino religioso, no início de 1925, em um artigo intitulado “Necessidade da Religião na Escola”, o jornal publica a transcrição do “Parecer da Comissão de Instrução Pública do Estado de Minas Gerais, em

¹⁹⁷ “O Horizonte”, 05/11/1924, ano 2, n. 112, p. 1 apud MATOS, 1990, p. 80.

¹⁹⁸ “O Horizonte”, 10/12/1924, ano 2, n. 121, p. 1.

resposta à solicitação do governo do Estado sobre o estabelecimento facultativo do ensino religioso nas escolas oficiais, pelo Dr. José Augusto Amaral”, enumerando seis justificativas:

1) A propriedade, a grandeza e a felicidade de um povo dependem da verdadeira educação, cujo fim é formar o homem. 2) A religião é o meio mais poderoso de educação, porque é a força de disciplina, a luz da instrução e a base de eficácia dos cuidados físicos necessários para o desenvolvimento e a conservação do corpo humano. 3) A escola sem Deus é prejudicial à juventude e concorre para se formar um povo orgulhoso e corrompido para o qual a felicidade consistirá só nas riquezas e nos prazeres. 4) A atmosfera da escola deve ser religiosa, como disse o estadista e historiador Guizot, porque só a religião pode inspirar á mocidade os ensinamentos de respeito, de ordem e de virtude, sem os quais não haverá bons cidadãos. 5) Fechar a religião as portas da escola, é cortar um dos meios mais eficazes de conservar a fé e combater a indiferença religiosa – verdadeira calamidade social. 6) Deve, portanto, ser ministrado nas escolas o ensino religioso, o único capaz de formar a consciência, o coração e os hábitos virtuosos na infância, como pondera o notável publicista, a religião é o êxito de todos os conhecimentos, o princípio vivificador de todos os atos, a forma de toda a fé cristã.¹⁹⁹

Dom Cabral, por meio do órgão de imprensa da arquidiocese de abrangência estadual, em mais um nítido artigo em defesa do ensino religioso na educação pública, faz questão de exaltar e divulgar as “razões convincentes” dos mineiros católicos para a “cruzada necessária e inadiável do ensino religioso na rede oficial de ensino” (MATOS, 1990, p. 80), enumeradas pelo próprio governo estadual. Ressaltamos que nesse momento do “Parecer da Comissão da Instrução Pública do Estado de Minas Gerais”, Dr. Lucio José dos Santos já atuava como Diretor da Instrução Pública do estado, nomeado pelo governador desde 1924. O que nos faz refletir quanto à parcialidade do parecer, uma vez que a chefia máxima da instrução pública de Minas Gerais era declaradamente católico e afável ao arcebispo D. Cabral. Quer dizer, o próprio poder público educacional de Minas Gerais apresentava os argumentos favoráveis à determinação do ensino religioso nas escolas oficiais do estado, anos antes de sua oficialização na legislação mineira, sendo condescendente com os anseios da Igreja.

De acordo com Matos (1990, p. 79), a permissão do Estado para a aula de religião depois das horas dos trabalhos escolares “suscitava inúmeros problemas práticos: cansaço das crianças e professores; pequeno intervalo entre os dois turnos que usavam o mesmo prédio, etc”. Isto já era evidente desde 1923, conforme a publicação de um texto denominado “A instrução”, na primeira página da terceira edição do “O Horizonte”, fazendo uma reflexão sobre o conceito de instrução ao longo da história até aquele ano. Define que, para

os católicos, essa definição seria completa da seguinte forma: Instrução é o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das faculdades intelectuais do homem em direção ao conhecimento da verdade, do belo e do bem, que é o fim da nossa

¹⁹⁹ “O Horizonte”, 21/02/1925, ano 2, n. 142, p. 2 apud MATOS, 1990, p. 80-81.

inteligência, para o desempenho da sua missão providencial sobre a terra e alcançar o seu derradeiro termo – a posse beatífica de Deus, que é a Suma Verdade, a Suprema Beleza e o Infinito e Único. A instrução para nós é incompleta, não serve, é mesmo prejudicial, si não se ensina ao menino o conhecimento do seu modelo que é essa Suma Verdade [...]. Instrução sem catecismo é para nós absurdo. [...] Inútil é dizer eu não podemos ceder o terreno e que é nosso dever de consciência, ao qual não podemos fugir de modo algum sob pena de sermos maus pais, maus cidadãos e cristãos, instruir os nossos filhos para a Verdade [...]. Cumpramos o nosso dever. O Governo do Estado de Minas já permitiu o ensino religioso facultativo e fora das horas oficiais de aula, nos próprios edifícios de escolas e grupos escolares. Há professores recalitrantes, mais realistas do que o rei, que não querem saber de tal ensino: retiremos então os nossos filhos das aulas de tais professores. Que eles não queiram ensinar o catecismo porque vai contra os seus sentimentos religiosos, é justo, ou porque reconheçam a sua ignorância sobre o assunto, é até louvável; que se oponham ao ensino por outrem, quando o Governo o permite, é absurdo. Cumpramos o nosso dever: os nossos filhos devem ser instruídos catolicamente, já que Deus nos deu a graça de pertencermos a sua verdadeira Igreja.²⁰⁰

Além de deixar claro o conceito de instrução para os católicos, com o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das faculdades intelectuais dos homens em direção ao conhecimento da “Suma Verdade” e a importância do catecismo na instrução do ensino público do estado mineiro, o semanário enfatiza a resistência de alguns professores em instruir catolicamente os alunos, sendo contrários a permissão do Governo. O que seria um absurdo! Mais um problema, dentre vários, que dificultavam a efetivação do ensino religioso, facultativo, fora das horas oficiais de aula. Alguns anos mais tarde, em 1926, diante das frequentes queixas e “rebatendo certas opiniões da velha guarda republicana”, o “O Horizonte” publicou o seguinte comentário:

Temos ouvido censuras aos párocos, alegando os censores que, se o Catecismo não é ensinado nas escolas, é porque não o querem esses párocos, uma vez que existe uma permissão para isso. Em consequência dessas censuras descabidas e injustas, há muitos católicos que acreditam ser preferível a proibição franca e leal a uma permissão impraticável. **O ensino do Catecismo nas escolas deverá ser feito dentro do horário, sem caráter obrigatório, dele se excetuando as crianças cujos pais assim o declararem por escrito.**²⁰¹

O jornal da diocese mineira disseminava os evidentes anseios educacionais da Igreja e do arcebispo Cabral naquele momento: o ensino do catecismo nas escolas do estado, dentro do horário das aulas e de modo facultativo, sendo opcional a frequência dos alunos conforme declaração escrita dos pais. Nesse contexto, e sem a oficialização legal do Congresso Mineiro que garantiria as reivindicações da educação religiosa nas escolas, Dom Cabral emite, em 1927, a Carta Pastoral do “Episcopado da Província Eclesiástica de Belo Horizonte”, promulgando as “Determinações das Conferências Episcopais de 1927” a serem seguidas

²⁰⁰ “O Horizonte”, 21/04/1923, ano 1, n. 3, p. 1.

²⁰¹ O Horizonte, 13/11/1926, ano 4, n. 319, s/p apud MATOS, 1990, p. 79, grifo nosso.

pelas dioceses de Belo Horizonte, Guaxupé, Atterrado e Uberaba. As primeiras determinações do extenso documento são referentes ao catecismo:

CATECISMO

1. Nos grupos escolares, Escolas Públicas, estabelecimentos leigos de ensino, introduza-se o ensino do catecismo das horas regulamentares, quando não for possível diversamente.
2. Como, porém, nem sempre se consegue ministrar o ensino religioso, extra-programa, por más vontades individuais em desacordo com as disposições favoráveis do Congresso Mineiro; ou porque as professoras que seriam as mais indicadas para catecista, nem sempre aceitam o acréscimo de trabalho – faça-se todo o empenho em atrair essas crianças ao catecismo dominical, para que não fiquem provados do ensino religioso.
3. Considerando que as Escolas Paroquiais ou outras do mesmo gênero, por dependerem diretamente da autoridade eclesiástica, são as mais apropriadas para a instrução religiosa, fica determinado que sejam elas, quanto possível, multiplicadas.
4. Funda-se, onde não esteja ainda fundado, a Associação da Doutrina Cristã.
5. Como os adultos, que não frequentam o Catecismo Dominical nem o catecismo das escolas, geralmente precisa instruir-se no conhecimento mesmo elementar da Doutrina Cristã, e por outro lado é difícil reuni-los para esse fim – mandamos que nos domingos, após a homilia, se dê aos fiéis que assistem à missa, uma breve explicação de catecismo. [...]
7. Onde já existe o costume de se explicar o catecismo aos fiéis, à tarde, continue-se com o costume que é muito louvável; mas providencie-se para a instrução do povo da roça que, em geral, assiste à missa e depois volta para as suas casas.
8. Deliberamos inculcar a bela obra do catecismo em domicílio, o qual se pode conseguir de duas maneiras:
9. a) Escolham-se pessoas de zelo ardente e grande prudência. Sejam elas incumbidas de procurar nas famílias da paróquia as pessoas – particularmente entre os adultos – que ainda não fizeram sua Primeira Comunhão e ofereçam-se, para instruírem. Como, muitas vezes, os obstáculos que estas pessoas encontram, é a ignorância e o acanhamento de se instruírem, tal oferecimento consegue quase sempre ótimo resultado.
10. b) Outra maneira de ensino religioso em domicílio é pelo processo dos Jardins Eucarísticos ou associações semelhantes. Cada quarteirão, ou cada rua terá seu núcleo de instrução. É uma casa de família em que a dona ou outra pessoa de casa recolhe as crianças da vizinhança, em dias determinados, afim de as preparar para a Primeira Comunhão ou completar-lhes a instrução religiosa. Em tempo oportuno o Vigário marcará a Primeira Comunhão para as crianças dos diferentes núcleos. Dado o caso, infelizmente comum, de muitas famílias não quererem mandar seus filhos ao catecismo paroquial – torna-se muitas vezes indispensável o ensino domiciliar.
11. Funda-se em cada paróquia a Cruzada Eucarística ou outra associação própria para agremiar crianças e cultivar-lhes a fé e piedade.
12. **Dirigiremos um convite a todos os prelados de Minas para um Congresso de Catecismo em 1928, a fim de se tomarem medidas convenientes a magna questão do preparo religioso da criança, que hoje mais do que nunca deve aparelhar-se para a defesa da sua fé contra lutas que a esperam.** (CABRAL, 1927b, p. 03-07, grifo nosso)

Tratava-se de mais uma ação do arcebispo em defesa e garantia do catecismo no ensino, articulando-se de maneira a expandir a “participação ativa dos leigos no apostolado hierárquico da Igreja”, possibilitando, desse modo, um papel ativo do leigo na comunidade eclesial ao cultivar uma mentalidade mais aberta de militância cristã na sociedade.

Fundamentos importantes da Ação Católica de Dom Cabral em prol da consciência religiosa dos leigos e da recristianização das novas gerações.

Apesar da proximidade com o governo estadual e a diretoria da Instrução Pública de Minas Gerais, a Igreja mineira se mantinha ainda sem a garantia oficial da obrigatoriedade do ensino religioso na instrução escolar das crianças. Assim, Dom Cabral, juntamente com demais bispos mineiros, faz a publicação das determinações a fim de garantir, de alguma forma, quando não possível nos “estabelecimentos leigos de ensino” ou na multiplicação das Escolas Paroquiais, a instrução religiosa das crianças e jovens das dioceses mineiras, a ser realizada então em domicílio, propiciando não só o acesso ao catecismo, como também a preparação para a Primeira Comunhão, formalizando um dos primeiros ritos de passagem do fiel católico. Nesse mesmo ano, o governador do estado, Antonio Carlos de Andrada, publica o Decreto 7.970-A, de 15 de outubro de 1927, dispondo o seguinte:

Art. 580. Nos edifícios das escolas públicas ou particulares subvencionadas, poderá ser ministrado, fora das horas dos trabalhos escolares, pelo ministro do culto, que a isto de propuser, o ensino da religião católica.

Parágrafo único. Esse ensino será facultativo, sem cunho oficial, e não será ministrado aos alunos cujos pais ou responsáveis a ele se opuserem. (MENEZES, 1936, p. 128)

Percebe-se as concessões realizadas a favor da Igreja ao longo da década de 20, iniciadas pelo governador Arthur Bernardes, em 1920, com o disposto na reforma do ensino da Lei n. 800, complementadas pelo Presidente do Estado Antonio Carlos, em 1927, ao incluir na redação da lei a indicação direta do “ministro do culto” e do ensino da religião católica, ou seja, do catecismo ministrado pelos párocos das igrejas nas escolas. Mas, para Matos (1990), a grande vitória dos católicos mineiros na campanha pelo ensino religioso foi celebrada no Congresso de Catecismo que ocorreu em 1928, promovido por Dom Cabral, enquanto Arcebispo de Belo Horizonte, tendo inicialmente uma intenção de caráter apenas regional, mas, “devido o número, a natureza e a significação das adesões provenientes de todos os cantos do Brasil, fizeram com que assumisse verdadeira dimensão nacional” (MATOS, 1990, p. 81). O autor cita os discursos de Dom Cabral em que o arcebispo “recorda o passado, mas aponta o caminho para o futuro, indicando os objetivos do Congresso”:

[...] em nossos tempos, Filhos amantíssimos, ainda mais que outrora, são levadas a termo as mais audaciosas tentativas de laicização, o que vale dizer, de descristianização da sociedade. [...] No intuito de alentarmos para os novos embates e concertar os meios práticos de ação que assegurem os inauferíveis direitos do Cristo-Rei, não haverá nada como a sementeira de novas ideias e a orientação de

equilibradas energias que o Congresso Catequístico virá suscitar e nortear [...] ²⁰² Em tentativas de loucas aventuras sociais e políticas, procuram criar-nos uma civilização fictícia por meio de uma democracia “positivista”, ateia. Os frutos amaríssimos deste ateísmo oficial, mercê da inefável Providência, não atingiram a alma das multidões. Vingaram, entretanto, nas classes cognominadas intelectuais. [...] Não será tristemente verdadeiro que a escola sem Deus, nestes 39 anos de república agnóstica, tem disseminado seus frutos amargos: Ficaremos então inativos, chorando humilhados a ruína das novas gerações descatoalizadas pelos que decretaram a morte ao Catecismo? Não, senhores. Seria imperdoável traição á fé jurada desamparar as almas e, entre elas as mais formosas e queridas, porque cândidas indefesas? Os Congressos Catequísticos são, pois, praticamente a arremetida dos exércitos combatentes, do voluntariado da Fé, que se vão empenhar na pugna augusta para **reintegrar os direitos de Cristo, no seio das modernas sociedades dessoradas pela peste do laicismo**, escravizadas pelas mais vergonhosas defecções morais e pelo desconhecimento ou postergações da lei divina. [...] Há, senhores, uma crise de caráter, cuja realidade todos alcançam e que a todos alarma, aflige e humilha. Não há conjurá-lo senão pela **restauração das consciências em Cristo**. Para vingá-l’O, todos se deverão por a campo. É como se houvera soado o momento alucinante em que periclitasse a segurança da pátria. **Às armas todos os cidadãos de Cristo!**²⁰³

Dom Cabral evidencia em suas palavras o conservadorismo de sua Ação Católica, no combate ao laicismo proposto pelo “ateísmo dos ideais de uma democracia positivista”, com a promulgação de uma “República agnóstica” promovida por alguns intelectuais, que não representaram os interesses do povo de maioria católica. Assim, o Congresso Catequístico seria uma maneira de não deixar cair na inatividade os que “choram humilhados a ruína das novas gerações descatoalizadas pelos que decretaram a morte ao Catecismo”, convocando os “exércitos combatentes, do voluntariado da Fé, que se vão empenhar para reintegrar os direitos de Cristo, no seio das modernas sociedades dessoradas pela peste do laicismo, escravizadas pelas mais vergonhosas defecções morais” e pelo desconhecimento do catolicismo. Uma clara alusão a uma das principais, senão a principal, Ação Católica de Cabral no intuito de recristianizar a sociedade moderna por meio do catecismo. Para isso, realiza o 1º Congresso de Catequístico de Belo Horizonte, de 3 a 7 de setembro de 1928, reivindicando a todos os católicos a adesão ativa na militância católica em defesa de Cristo na sociedade, sendo prática oficial o catecismo dentro do horário escolar dos estabelecimentos oficiais de ensino na garantia da formação de uma sociedade cristã.

Menezes (1936, p. 128) refere-se à convocação do arcebispo Cabral e a realização do 1º Congresso Catequístico de Minas, “quicá o primeiro do Brasil, como certamente um dos mais brilhantes que se têm realizado em Minas”, contando, além da participação de

²⁰² CABRAL, Dom. Convocação do Congresso Catequístico Provincial. “O Horizonte”, 21/04/1928, ano 6, n. 465, p. 1 e 3 apud MATOS, 1990, p. 81.

²⁰³ “Discurso de abertura de D. Cabral. “O Horizonte”, 05/09/1928, ano 6, n. 505, p. 2 apud MATOS, 1990, p. 81-82, grifos do autor.

“numerosos bispos, muitos sacerdotes e leigos, com a presença do presidente do Estado e vários secretários em algumas de suas sessões”. Afirma que o “extraordinário entusiasmo atingiu o auge, na sessão solene do dia 06 de setembro de 1928, quando o Dr. Mario de Lima”, secretário do presidente do Estado Antonio Carlos de Andrada, tomou a palavra e disse que ia ler uma mensagem do Secretário do Interior, Francisco Campos, em nome do governador, e iniciou a leitura do seguinte ofício:

Exmo. Sr. Presidente do Congresso Catechístico.
Comunico a V.Exa. que o Sr. Presidente do Estado, atendendo a reiterados apelos que lhe têm sido dirigidos da parte de várias associações católicas e do próprio Congresso Catechístico ora reunido nesta Capital, e considerando que vai ao encontro dos sentimentos e aspirações do povo mineiro, **resolveu permitir que uma vez por semana, e dentro do horário**, se ministre aos alunos dos estabelecimentos de instrução primária o ensino do catecismo. Fazendo-lhe esta comunicação, espero que V. Ex. a faça chegar ao conhecimento do Congresso Catechístico reunido sob a sua digna presidência – Francisco Campos, Secretário do Interior. (MENEZES, 1936, p. 128-129)

O autor relata que “durante uns dez minutos reboou o vasto templo transformado em salão, com estrondosas aclamações e aplausos: estava vitoriosa a luta” (MENEZES, 1936, p. 129) que se instalava há décadas. A distinta ação educacional católica de Dom Cabral em Minas culminou, no final do congresso catequístico, em triunfo para a Igreja e para os católicos mineiros ao obter do Estado a garantia do ensino do catecismo, uma vez por semana, dentro do horário das aulas escolares, nos estabelecimentos de instrução primária de Minas Gerais. Segundo Matos (1990, p. 82), a imprensa católica da época não poupou elogios para registrar este “augusto momento”, pois, como “[...] recorda Mário de Lima, houve instantes de verdadeiro delírio coletivo: choros de alegria e intensa comoção do auditório, principalmente das senhoras”. Acerca do momento, “O Horizonte” publicou, no dia seguinte, o relato:

Aplausos prolongados e vibrantes palmas e aclamações aos nomes dos Drs. Antonio Carlos e Francisco Campos repercutiram durante muito tempo, enchendo de alegria a assembleia e cobrindo de bênçãos esse – na frase do Dr. Mario de Lima – “decreto de alforria da consciência católica de Minas Gerais”, pronunciou então, o Dr. Mario de Lima eloquente discurso, afirmando que o Dr. Antônio Carlos, com esse gesto magnânimo, se manifesta o maior democrata e o mais sincero católico, que nas regiões elevadas do poder, tem interpretado rigorosamente os sentimentos católicos de Minas republicana e católica. Jamais, podemos afirmar, se assistiu a um espetáculo tão comovente como esse dos mais lídimos representantes do catolicismo mineiro, aplaudindo as nobres palavras, com que o eminente Sr. Francisco Campos, com fidelidade, interpretou o pensamento augusto do nosso grande Presidente, que é a expressão mais rigorosa e perfeita do sentimento unânime do povo mineiro e de todo o Brasil, que se orgulha de ser hoje a maior nação católica do universo.²⁰⁴

²⁰⁴ “O Horizonte”, 07/09/1928, ano 6, n. 507, p. 1 apud MATOS, 1990, p. 82.

A respeito de Dom Cabral e sua atuação no congresso, Matos cita o comentário realizado pelo Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana:

bem haja, pois o zeloso e apostólico Arcebispo de Belo Horizonte, efetivando esse Congresso, coroado com o mais louvável dos gestos do grande representante dos Andradas, que se imortalizou na memória dos mineiros, que sempre cobrirão de bênçãos por haver rasgado a página negra do Regulamento da Instrução Pública, que fazia leigo o ensino ministrado aos filhos de um Estado essencialmente católico.²⁰⁵

Já sobre o 1º Congresso Catequístico de Belo Horizonte, “a fim de se tomarem medidas convenientes a questão do preparo religioso das crianças, aparelhando-as para a defesa da sua fé contra as lutas que as esperam adultas”²⁰⁶, o secretário do presidente do Estado e membro do Conselho de Imprensa da diocese de Belo Horizonte, Mario de Lima²⁰⁷ (1928, p. 3-5), publicou a obra denominada “O Catecismo e a formação do brasileiro – Conferência realizada no 1º Congresso Catechístico de Belo Horizonte – 04 de setembro de 1928”, amplamente divulgada pela arquidiocese belo-horizontina. Na introdução relata que o “Catecismo e a formação do brasileiro é um tema vasto, tese exaustiva, que abrange a ação do apostolado católico em todas as fases da evolução da nacionalidade”, portanto, seria “impossível desenvolver convenientemente o assunto” no prazo que foi traçado para o congresso. Contudo, enfatiza que a “influência da doutrina cristã na formação do povo brasileiro não é tarefa para uma simples palestra de alguns minutos, porque toda a nossa história brasileira estadeia os vincos profundos e indeléveis da idea e do sentimento cristão”. Por isso, a “tarefa teria de reduzir-se, a pôr em evidência as principais conclusões dessa tese, tão lucidamente explanada”, iniciando com a seguinte afirmação: “a predestinação cristã do Brasil é um fato incontestável”, discorrendo posteriormente sobre o “ensino leigo e a liberdade de consciência”:

Em face da expressão ensino do §6º do art. 72 da Constituição Federal, duas interpretações se contrapõem. Para uns, essa expressão significa a exclusão absoluta do ensino religioso na escola; a completa indiferença do Estado, em face de todos os credos. Para outros, o ensino leigo não quer dizer desconhecimento, por parte do

²⁰⁵ “Boletim Eclesiástico de Arquidiocese de Mariana”, agosto/setembro de 1928, ano 27. In: MATOS, 1990, p. 101.

²⁰⁶ Expressão usada por Dom Cabral em sua Carta Pastoral do Episcopado da Província Eclesiástica de Belo Horizonte – “Determinações” das Conferências Episcopais de 1927, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1927, p. 07.

²⁰⁷ O autor Mario de Lima foi secretário do governador Antonio Carlos Ribeiro de Andrada em 1928 e era membro da Academia Mineira de Letras e jurista, apoiado pelo episcopado mineiro, se posicionou, com todo o empenho, diante da problemática do ensino religioso, trazida pela Constituição de 1981. Realizou inúmeras Conferências sobre o tema: Ensino Religioso na Escola Pública, Liberdade e Consciência, Laicização do Ensino. Publicou em 1914, um estudo filosófico-jurídico-social, sob o título Escola leiga e liberdade de consciência (MATOS, 1990).

Estado, das crenças religiosas, o que importaria em um ateísmo mal disfarçado, na sua expressão francamente agnóstica, porém a consideração e o respeito a todos os credos, a todas as crenças em a sua justa e natural expansão. Errônea e colidindo com o princípio da verdadeira liberdade de consciência, a opinião dos laicistas radicais tem sido infelizmente adotada pelos governos no Brasil, com raras exceções. [...] Não. Não foi em ódio a Igreja Católica, ao catolicismo, ao sentimento religioso, a quaisquer igrejas ou cultos, que a nossa Constituição traçou, entre o temporal e o espiritual, estes extremos. A nossa lei constitucional não é antirreligiosa, nem irreligiosa. Não. A Constituição, pelo contrário, altamente reconhece o valor da religião, da existência dos cultos, do desenvolvimento dos princípios religiosos. Tanto assim que cerca de todas as garantias, consagradas nos art. 11 e 72, os direitos da fé, a atividades da consciência religiosa, as organizações votadas ao exercício dos cultos. É um absurdo, portanto, invocar em favor da escola leiga, tipo francez, o princípio da liberdade de consciência. Nós, os católicos, é que podemos, reclamar em nome desse princípio, reclamar o ensino facultativo do catecismo nas escolas publicas. A liberdade de consciência é um direito fundamental inscrito em nossa magna carta. [...] De fato, com o sistema de laicismo radical, os livres pensadores e incrédulos gosam de um privilégio exclusivista. Pondo seus filhos na escola, podem ter certeza de que não será violada a liberdade de consciência de seus descendentes. A religião lá não penetra, o nome de Deus não se faz ouvir, crença alguma irá perturbar o espírito infantil que encontra, assim, solução de continuidade, passando da educação do lar a da escola. Mas, para os crentes, é um verdadeiro desastre a escola leiga, assim conceituada. Seus filhos não encontra, nessa escola um ambiente favorável à liberdade de consciência, pois o que lá existe é hostilmente indiferente a ideia religiosa. Aplicado em rigor o regimen da neutralidade, a escola sem Deus é escola contra Deus [...] Que liberdade de consciência é essa que, a título de não ferir as crenças de ninguém, vai aproveitar apenas aos que não tem crença alguma? Que liberdade de consciência é essa que salvaguarda os interesses de alguns, em detrimento dos sentimentos da maioria, com o recusar-lhe a instrução religiosa tão necessária à educação? A base da educação é a moral. Que moral preconiza o laicismo para a escola? [...] Ora, os pais católicos (é um direito seu) desejam a religião na escola também por causa da moral, convencidos de que a educação precisa de uma base sólida e fixa, a qual para eles é o Cristianismo. [...] Eis, conseqüentemente, violada a liberdade de consciência, contra os pais católicos que vem abrir-se na escola uma solução de continuidade na educação cristã de seus filhos. E é em nome da liberdade de consciência que se afronta, assim, o incontestável direito que tem os pais de não querer sejam os filhos iniciados nessa moral agnóstica que vem perturbar a educação religiosa carinhosamente ministrada no lar! E é com a Constituição em punho que se vem impugnar, como contrária à liberdade de consciência, a constitucionalíssima reivindicação dos católicos! A liberdade de consciência, assegurada pela Constituição, acarreta para o Estado o dever de respeitar as leis fundamentais da educação religiosa. (LIMA, 1928, p. 29-37)

A obra de Mario de Lima é publicada com o objetivo de reafirmar o direito da Igreja e dos católicos mineiros na instrução religiosa nos estabelecimentos oficiais de ensino do estado, como direito fundamental das famílias cristãs de garantirem na escola a continuidade dos ensinamentos religiosos do lar na educação de seus filhos. Mais uma vez Dom Cabral utiliza-se da participação ativa dos leigos nos assuntos da Igreja, para a militância católica nas questões sociais e políticas, sintetizando na obra de Mario de Lima os objetivos fundamentais do 1º Congresso Catequístico de Belo Horizonte, organizado e realizado pelo arcebispo, em prol do catecismo e da preparação religiosa das crianças, aparelhando-as para a defesa do catolicismo e para o combate ao “mal da religião”. Aclamando ao Estado a liberdade de

consciência, assegurada pela Constituição, devendo-o respeitar os princípios da educação religiosa dos pais católicos na continuidade da educação cristã de seus filhos pela escola. Assim, Lima (1928) finaliza seu texto esclarecendo o que pretendem os católicos e a Igreja em suas reivindicações pelo ensino religioso nas escolas oficiais do estado:

Nós católicos não pretendemos, para nós, na escola, um privilégio exclusivista; não exigimos a obrigatoriedade do ensino do catecismo nas escolas públicas. Reclamamos, antes, a efetividade, em favor nosso, da verdadeira liberdade de consciência nos estabelecimentos de ensino oficiais. [...] A Igreja não pode aprovar a escola leiga, de acordo com a sua velha doutrina da obrigação os pais cristãos de educar cristamente seus filhos, pondo-os de preferência em escolas cristãs. [...] Mas, na prática, para adaptar-se a uma situação de fato e salvaguardar a consciência de seus filhos, a Igreja vê-se forçada a transigir, exigindo apenas parte do direito que lhe assiste. Ela não reclama a supressão da escola leiga. Funde o Estado quantas escolas quiser, mas respeite nelas o direito dos pais cristãos que desejam para os filhos uma educação cristã. [...] A formula ideal desse sistema é a escola particular subvencionada ou, como denomina Gouraud, a “liberdade subsidiada”. É o ensino livre, com o direito para o Estado, de fiscalização no que toca a idoneidade do professor, higiene e moralidade das escolas, frequência e aproveitamento dos alunos. Ao lado dessas escolas particulares confessionais, manteria o Estado as suas escolas leigas, compatíveis com o ensino religiosos facultativo, suprindo assim, as deficiências da iniciativa particular. Eis, em resumo, o que, relativamente á questão do ensino religioso, no regimen constitucional vigente, reclamam dos poderes públicos os católicos brasileiros. (LIMA, 1928, p. 39-41)

A iniciativa de Dom Cabral na realização do congresso e a formalização dos objetivos de sua ação educacional católica, nas palavras publicadas por Mario de Lima, reivindicando o respeito constitucional do Estado mineiro ao “direito dos pais cristãos que desejam para os filhos uma educação cristã” na escola, para Matos (1990, p. 388), visavam “golpear o espírito laicista, sobrevivente daquele espírito de inspiração positivista da primeira República”. O que, para o autor, teve seu êxito, pois ao “término do congresso veio a grande apoteose, o coroamento de muitos anos de luta, com a resposta governamental ao apelo de Dom Cabral”: a mensagem do governador Antonio Carlos de Andrada, “publicada no órgão oficial do governo estadual “Minas Gerais”, em 07 de setembro de 1928, permitindo o ensino facultativo do Catecismo nas escolas públicas, dentro do horário escolar” (MATOS, 1990, p. 82). Os argumentos e reivindicações da Igreja e dos mineiros católicos, evidenciados por Dom Cabral no Congresso Catequístico de Belo Horizonte e elucidados na obra de Mario de Lima, com o apoio do Estado na pessoa do governador Antonio Carlos, são a base que irá direcionar e justificar, um ano depois, a aprovação do projeto n. 21 no Congresso Mineiro, a favor do ensino religioso facultativo dentro do horário regular das aulas, em todos os estabelecimentos oficiais de ensino do estado, os quais vestígios perdurarão no currículo educacional das escolas públicas mineiras até os dias atuais. Para Menezes (1936), a concessão feita pelo governador em 1928 resultou no projeto n. 21, o qual teve a ventura de apresentar no Senado,

sendo ratificado pela promulgação da Lei n. 1.092 sancionada com grandes solenidades em 12 de outubro de 1929. Matos (1990, p. 82), descreve que na ocasião os “católicos pelas mãos de Dom Cabral ofereceram a Antônio Carlos uma caneta de ouro para assinar o magno decreto”, momento narrado pelo jornal “O Horizonte”:

Vimos, com efeito, passar as mãos benfazejas de V. Exa. a pena áurea com que deverá, a breve trecho, sancionar a refulgente lei do Congresso Mineiro que faculta o ensino religioso dentro do horário escolar nos estabelecimentos oficiais do Estado. De ouro, este egrégio instrumento é ainda, sem sua lídima expressão intrínseca, um simbolismo – a Fé intrépida deste povo montanhês, acrisolada nas frágoas de ininterruptas e árduas pelepas de vinte anos, pela consecução desta rutilante vitória, a reconquista de inauferível direito.²⁰⁸

Nessa mesma edição, Dom Cabral aproveita a oportunidade para enaltecer e elogiar o governador, ressaltando a valiosa aproximação entre Igreja e Estado, “para que, um a um, sejam reconhecidos os direitos postergados” da Igreja:

Presentimos que este acontecimento radioso, prêmio de Deus e à Fé, à ação, aos sacrifícios do povo mineiro, tornar-se-á para os católicos do Brasil um estímulo e um santelmo. [...] **Pelejemos sob os ditames, estremes de paixões, do Pastor Supremo e dos Bispos, experimentados estrategistas nas campanhas pacíficas em prol das almas e os direitos do Cristo-Rei na sociedade contemporânea. Notáveis conquistas poderemos, então, alcançar. Seremos, na Comunhão nacional, propulsores do verdadeiro, pela restauração dos princípios cristãos, tão obliterados e menosprezados.** Neste luminoso dia, Exmo. Sr., quando se operar a restituição da República Brasileira a Jesus Cristo-Rei e Senhor das nações, o nome já ilustre do Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada será, mais do que hoje, aureolado pelas bênçãos da posteridade feliz e agradecida.²⁰⁹

O jornal católico refere-se a “pena áurea” na assinatura da promulgação da lei, em alusão à frase do Dr. Mario de Lima como o “decreto de alforria da consciência católica de Minas Gerais” e reforçada pelas palavras de Dom Cabral em prol das almas e dos direitos cristãos contemporâneos, ou seja, na recristianização da sociedade moderna através do catecismo para consciência religiosa dos leigos e formação dos princípios cristãos na juventude, tão menosprezados e obliterados pela República. Em final de 1929, o jornal “O Horizonte” faz, novamente, a publicação de um longo texto, nomeado “Documento para a história religiosa de Minas”, com a transcrição completa do discurso do deputado Dr. Magalhães, na Câmara Estadual, em favor ao projeto n. 21, que facultava o ensino religioso nas escolas do estado de Minas Gerais, o qual foi aprovado e promulgado em lei:

Não precisamos acrescentar nenhuma palavra. Com as ideias emitidas a par de uma argumentação solida o simpático representante do nosso povo, na Câmara Estadual,

²⁰⁸ “O Horizonte”, 16/10/1929, ano 7, n. 619, p. 2.

²⁰⁹ “O Horizonte”, 16/10/1929, ano 7, n. 619, p. 3, grifo nosso.

produziu este formoso discurso que merece ser lido por todos quantos desejam conhecer as razões imperiosas que levaram o Congresso Mineiro a aprovação do projeto da autoria do deputado Furtado de Menezes.

O SR. MAGALHÃES DRUMMOND – Sr. Presidente: Honrado com o encargo de, pelas Comissões de Instrução e Constituição, relatar nesta Casa o projeto que faculta o ensino religioso nas escolas, eu tinha, naquele parecer tão simples que elaborei, assumindo implicitamente a obrigação de vir agora verbalmente justificar a opinião a respeito, vencedora no seio daquelas comissões. Estou absolutamente convencido da constitucionalidade e da utilidade do projeto. Examinar-lhe-ei, primeiro, a constitucionalidade e, em seguida, procurei demonstrar a sua utilidade e mesmo necessidade. A mim me parece não ser preciso fazer-se aqui agora, a exegese histórica dos dispositivos constitucionais relacionados com o assunto, – porque, desse ponto de vista, o projeto já nos vem do Senado perfeitamente justificado, lucidamente defendido pelo seu ilustre autor, o culto e honrado Senador Furtado de Menezes cujo discurso já é conhecido da Câmara, publicado que foi no Diário do Congresso. O ilustre parlamentar oportunamente lembrou e exaustivamente provou ser, no caso, essa exegese histórica instrutiva, e, não só instrutiva, decisiva, porque dela se colhe diretamente o pensamento do legislador constituinte. É assim que ela nos instrui de que, no projeto da Constituição Federal, umas tantas regras tinham sido estabelecidas, a que, ao se organizarem os Estados, se deveriam subordinar, para que se considerasse respeitada por eles a essência do regime político que, então, se pretendia estabelecer para o Brasil. Entre essas regras figurava a da laicidade do ensino. Pois bem. Regra foi essa excluída, eliminada, em virtude de emendas apresentadas e justificadas, precisamente, por deputados positivistas. Ficou entendido então que o dispositivo da Constituição relativo a laicidade do ensino se referiria simplesmente ao ensino que viesse a ser ministrado em estabelecimentos federais, ficando assegurado, assim, claramente, pela Constituição, o direito dos Estados se organizarem, neste assunto, como bem lhes parecesse. Atendiam, assim, os constituintes, principalmente, ao pensamento de constituirmos uma federação. Tratava-se, efetivamente de se organizar o Brasil em federação de Estado autônomo no que respeitasse a interesses seus, próprios e essenciais. Na federação, entenderam eles, não se deveriam esquecer nunca a diversidade das regiões, as peculiaridades de cada uma das unidades que iam constituir a federação. Daí, essa manifestação da Constituinte, provocada precisamente, como disse eu, por deputados de todo insuspeitos em matéria de religião, por deputados de todo insuspeitos de estarem trabalhando para seus credos religiosos. Mas diante ainda de um outro dispositivo da Constituição, tem-se levantado objeções enquanto a constitucionalidade do ensino religioso nas escolas. Há quem entenda que essa faculdade ferirá o princípio de liberdade de consciência que a Constituição assegura a todos quantos habitam o Brasil. Enquanto a isto, para se atacar o projeto, empresta-se-lhe um defeito que evidentemente ele não tem. Porque, em verdade, si aquela primeira objeção não vale, a segunda vale muito menos ainda, porque é preciso que se atenda que, nos termos de um projeto como este que transita agora na Casa, não se pode absolutamente descobrir ofensa, sequer a mais remota, a consciência de quem quer que seja. **O projeto não manda ensinar determinada religião: faculta o ensino de todas as religiões. Não será possível – com a sincera execução do projeto – ofender-se a consciência dos pais dos alunos, porque o ensino religioso somente será ministrado si aqueles nisso expressamente consentirem. Quer dizer que haverá ensino religioso, mas livre, facultativo, não obrigatório.**²¹⁰

O deputado Magalhães Drummond explicita as justificativas embasadas na aprovação constitucional do projeto, apresentado pelo senador Furtado de Menezes, o qual os princípios já haviam sido concedidos, um ano antes, pelo governador Antonio Carlos, mediante decreto permitindo o ensino facultativo, livre e não obrigatório, do catecismo nas escolas de instrução

²¹⁰ “O Horizonte”, 13/11/1929, ano VII, n. 626, n.p, grifo nosso.

primária do estado, dentro do horário escolar. Reivindicações da educação religiosa tão defendida pela Ação Católica de Dom Cabral, que, segundo Matos (1990, p. 101), teriam o “significado de um verdadeiro coroamento da longa e penosa campanha pró-ensino-religioso em Minas”, pelo Decreto estadual n. 151, de 29/07/1935, dispondo sobre o “ensino religioso nos estabelecimentos oficiais de instrução primária, secundária, profissional e normal”. O decreto representaria a ampliação dos direitos da educação católica em todos os estabelecimentos oficiais de ensino do estado, não se limitando apenas a instrução primária como estabelecido em 1929. Sobre o decreto o autor transcreve:

O Governador do Estado de Minas Gerais, usando de suas atribuições, decreta:

Art. 1º. O ensino religioso, ministrado sem ônus para o Estado, de frequência facultativa, nos termos da Constituição da República, é considerado como parte integrante do ensino público, nos estabelecimentos oficiais de instrução primária, secundária, profissional e normal.

Art. 2º. O ensino religioso será ministrado dentro do horário escolar, em três aulas por semana, e a matrícula, no início ou no decurso do ano letivo, se fará de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada pelo pai ou responsável, em declaração escrita ou verbal ao diretor do estabelecimento ou ao professor da escola isolada.

Art. 3º. A declaração poderá ser retrata a qualquer tempo, prevalecendo, caso o não seja, para os anos letivos seguintes.

Art. 4º. O ensino religioso é privativo da respectiva cadeira, e, fora desta, a bem da disciplina e da liberdade espiritual dos alunos, os professores deverão se abster da propaganda de qualquer credo dentro das escolas.

Art. 5º. A nomeação do professor precederá indicação feita em ofício, pela autoridade religiosa competente, e poderá recair em professor do próprio estabelecimento.

Art. 6º. A substituição provisória ou definitiva do professor também se fará nos termos do artigo antecedente.

Art. 7º. Aos ministros de cada religião, que o requererem por escrito ou verbalmente, será, em qualquer tempo, fornecida a lista dos alunos matriculados ou frequentes no ensino de que trata este decreto.

Art. 8º. Nenhum compêndio será adotado na cadeira de religião sem ter sido previamente aprovado pela autoridade religiosa competente.

Art. 9º. Aos estabelecimentos de ensino particulares equiparados é facultado ministrar apenas a instrução religiosa consentânea com a sua orientação.

Art. 10. O Secretário da Educação e Saúde Pública baixará instruções para a execução deste decreto, que entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Belo Horizonte, 29 de julho de 1935. (MATOS, 1990, p. 101-102)

O decreto mineiro era promulgado por Benedito Valadares Ribeiro, governador do estado mineiro nomeado por Getúlio Vargas e estadista próximo de Dom Cabral, o qual manteve transparente e declarada aliança com o arcebispo durante a sua administração, em um “coroamento de aproximação” entre a Igreja e o Estado de Minas que se materializou no Decreto n. 151 de 1935, facultando o ensino religioso dentro do horário escolar de toda a rede pública de ensino de Minas Gerais. Ressaltamos que nesse contexto, mais precisamente em

abril de 1931, durante o Governo Provisório de Vargas, no qual o mineiro Francisco Campos era Ministro da Educação, é admitido o “ensino religioso facultativo nos estabelecimentos oficiais de ensino primário, secundário e normal” em esfera federal, antecipando a “base filosófico-jurídica” que resultou no dispositivo do artigo 153 da Constituição Federal, de 16 de julho de 1934 (MATOS, 1990, p. 84). O autor afirma que a partir dessa Carta Magna o ensino religioso passa a vigorar nos preceitos que já constavam consolidados na legislação mineira, ampliando sua abrangência ao contemplar as escolas públicas oficiais: “O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis, e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais”²¹¹.

Em maio de 1931, o “O Horizonte” publica o artigo “O Decreto sobre o ensino religioso nas escolas oficiais – Magistral exposição de motivos que precede – O Ministro da Educação recebe aplausos do mais alto representante da Igreja Brasileira”, enaltecendo o ministro Francisco Campos ao transcrever o seu discurso na primeira página do jornal da arquidiocese:

O fim essencial da escola é não só instruir mas educar, não só habilitar técnicos, senão também formar homens que na vida doméstica, profissional e cívica, sejam cumpridores fiéis de todos os seus deveres. Não é possível impor preceitos à consciência e subministrar à vontade motivos eficazes de ação, fora de uma concepção ético-religiosa da vida [...]; a neutralidade educativa é um erro pedagógico e uma impossibilidade prática, e educação neutra, é educação nula. [...] O Brasil nasceu católico: sob a influência do catolicismo se formou a nossa nacionalidade, e católica é ainda na sua quase totalidade a população brasileira. [...] O laicismo escolar não nasceu na vida da escola, mas nos círculos da política; não é um postulado da pedagogia, é um instrumento de opressão religiosa e de sectarismo legal. [...] O laicismo escolar faz hoje figura de um verdadeiro anacronismo.²¹²

Nessa conjuntura e da ação educacional católica de Dom Cabral instaurada em Minas Gerais, a qual apresentamos até aqui, amparado pelo espírito do catolicismo militante com os leigos católicos “organizados e disciplinados” em prol da Igreja, ocupando lugar de destaque social e político durante a administração eclesiástica do arcebispo, com o intuito de recristianizar a sociedade moderna na perspectiva do catecismo como consciência religiosa dos leigos e da formação das novas gerações, Dom Cabral propõe mais uma ação educacional: as congregações religiosas de caráter educacional. Evidenciaremos então as congregações

²¹¹ BRASIL, Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 02 jul. 2021.

²¹² “O Horizonte”, 06/05/1931, ano 9, n. 770, p. 1 apud MATOS, 1990, p. 87.

regidas pelos religiosos católicos, em sua maioria feminina, durante o episcopado de Dom Cabral, em prol da formação da juventude de Minas Gerais.

Quando Dom Cabral assumiu a recém-criada diocese da capital mineira, em 1922, eram três as congregações religiosas femininas com fins educacionais existentes no ano da instalação do Bispado, segundo Ribeiro (1986): “Colégio Santa Maria (1903 – Ordem Dominicana), Colégio Sagrado Coração de Jesus (1911 – Congregação das Servas do Espírito Santo), Colégio Arnaldo (1912 – Congregação do Verbo Divino), Colégio Imaculada (1916 – Congregação das Filhas de Jesus)”. Somado a um orfanato, um asilo e um mosteiro, totalizavam 06 as congregações religiosas femininas no ano da chegada do bispo a Belo Horizonte. Já em 1943, 21 anos da administração episcopal de D. Cabral, eram em torno de 13 congregações masculinas e “25 congregações femininas, num total de 506 religiosas”²¹³.

O livro em homenagem a Dom Cabral cita todas as congregações existentes até o ano de 1943, mas daremos destaque às que mantinham uma vertente educacional. Dos colégios católicos instituídos antes de Dom Cabral, há menção ao **Colégio Arnaldo**, fundado em 1912 após os padres Missionários da Província Brasileira, com sede em Juiz de Fora, se estabeleceram em Belo Horizonte, “mantinham o Ginásio equiparado ao Pedro II, no Rio de Janeiro”²¹⁴. Ao **Colégio Imaculada**, que “tem por lema a maior glória de Deus, pela salvação das almas. O meio empregado é a educação da juventude feminina, pelos processos educativos mais modernos”. Apesar de fundado em 1916, foi em 1922 que esse colégio recebeu “jubilosamente o governo religioso e sempre paternal de D. Antonio dos Santos Cabral, e, desde então, sentiram-se as Filhas de Jesus, amparadas e sustentadas na árdua tarefa que deviam desenvolver”, atingindo um “magnífico desenvolvimento: 600 alunas recebem das religiosas orientação perfeita da vida cristã”²¹⁵. O **Colégio Santa Maria**, fundado em 1903, mantinha os cursos Primário, Ginásial e Colegial, mas em 1943, com o apoio do arcebispo, inaugurou-se a Faculdade e Filosofia, Ciências e Letras “Santa Maria” que, posteriormente, Dom Cabral “transformaria-a em uma das bases para a primeira universidade católica de Minas Gerais”²¹⁶. Todas as congregações religiosas de cunho educacional que citaremos na tabela a seguir foram fundadas durante a ação educacional católica de Dom Cabral em Belo Horizonte.

²¹³ ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 1943, p. 84.

²¹⁴ ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 1943, p. 71.

²¹⁵ ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 1943, p. 76-77.

²¹⁶ MATOS, 1990, p. 391.

Tabela 14 - Relação de congregações religiosas de cunho educacional, fundadas sob a administração de Dom Cabral em Belo Horizonte, de 1922 a 1943

Congregações religiosas masculinas

Fundação	Congregação	Finalidade Educacional	Observações
1. 1934	Ordem dos Agostinianos	Ginásio Santo Agostinho	Mantinhm o Ginásio sob inspeção Federal.
2. 1943	Padres Jesuítas da Companhia de Jesus	Colégio Jesuíta	Inaugurado em 1943 com o Curso Loiola.

Congregações religiosas femininas

3. 1923	Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers	Curso Primário, Profissional e o “Juvenato”	Mantinhm um asilo de órfãos, com os cursos educacionais e com cinco seções especiais para meninas que manifestassem a vocação precoce para a vida religiosa.
4. 1928	Instituto do Sagrado Coração de Maria de Beziers	Cursos Primários e de Admissão, Normal 1º e 2º grau, secundário 1º e 2º ciclo	Educação cristã da juventude.
5. 1932	Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo	Creche Menino Jesus com Instrução Primária	Acolhiam crianças de ambos os sexos, até 12 e 13 anos, enquanto as mães trabalhavam fora de casa, ministrando o Catecismo e a Instrução Primária, com sólida formação cristã.
6. 1933	Filhas da Divina Providência	Instituto Santa Tereza com Primário	Três funções do instituto: pensionato para moças e senhoras, orfanato para meninas pobres e curso Primário.
7. 1936	Religiosas Escolápias – Filhas de Maria	Ginásio São José com Infantil, Primário e Ginásial	Dedicavam-se exclusivamente a educação e instrução da infância e da juventude feminina, sob o patrocínio do Fundador das Escolas Pias.
8. 1939	Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade – Filhas da Piedade	Instituto Nossa Sra. da Piedade com Primário e Normal	Formam jovens verdadeiramente cristãs e excelentes mães de família, dando as alunas, a educação intelectual e física, sadia formação moral.
9. 1939	Angélicas de São Paulo	Infantil, Primário e a Faculdade Católica de Ciências Econômicas.	A Faculdade Católica, fiscalizada pelo Governo Federal, já estava em pleno funcionamento no ano de 1943. Não sabemos quando foi instituída.
10. 1940	Irmãs do Sagrado Coração de Maria	Colégio S. Paschoal Bailão com	Lema: “educar a juventude a servir aos doentes”.

Escola Normal			
11. 1942	São João Batista	Instituto S. João Batista com Jardim de Infância	Finalidade – Educação de crianças em Jardim de Infância e Pensionato para moças estudantes.
12. 1942	Filha de Maria Auxiliadora – Salesianas de Dom Bosco	Ginásio Pio XII com Primário, Admissão, Profissional (vocacional e de especialização) e Ginásio	O Pensionato Nossa Senhora Maria Auxiliadora foi fundado em 1930 e o Ginásio Pio XII inaugurado no instituto, em 1942.
13. Sem data da fundação	Imaculada Conceição	Ensino Profissional com curso para domésticas	A referência sugere que em 1943, era recente a instalação das religiosas “para um novo ramo educacional”.

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora segundo as informações retiradas das fontes consultadas na pesquisa.

Nota-se que grande parte das instituições católicas de cunho educacional foram fundadas na década de 1930, após a Carta Pastoral de 1927 (a “Igreja e o Ensino”) e a veemente ação educacional católica de Dom Cabral nos anos que se seguiram. Antes da instalação da Diocese na capital mineira, existiam no ano de 1922 apenas 04 colégios católicos na cidade: Colégio Santa Maria, Colégio Sagrado Coração de Jesus, Colégio Arnaldo e Colégio Imaculada. Após a chegada de Dom Cabral e o início de sua atuação episcopal, foram fundados dois institutos católicos de educação na década de 20 (1923 e 1928), seis na década de 30 e cinco na década de 40, sendo inauguradas duas faculdades em dois colégios distintos no mesmo período: Faculdade e Filosofia, Ciências e Letras “Santa Maria” (do Colégio Santa Maria) e a Faculdade Católica de Ciências Econômicas (da instituição das Angélicas de São Paulo).

Das congregações religiosas femininas, citadas no livro Dom Cabral e suas Obras (1943, p. 77-84), as religiosas do Instituto do Sagrado Coração de Maria de Beziens vieram do Rio de Janeiro e “sensibilizadas com a magnanimidade do prelado e estimado arcebispo, que, acolhendo-as de braços abertos, com carinho e bondade de toda expressão, lhes disse haver lugar para seu Instituto, cheias de reconhecimento”, estabelecendo a pequena comunidade em Belo Horizonte. Sobre o Pensionato Nossa Senhora Maria Auxiliadora destinava-se a “acolher jovens, que, guiadas para esta Cidade, em busca de trabalho ou de um complemento à própria instrução, necessitavam de corações amigos, dum estímulo para o bem”, além das operárias que, “após a labuta do dia nas fábricas e ocupações diversas, encontravam, à noite, quem receba com solícitude, compreensão e carinho”. Em 1942, inaugurou-se o Ginásio Pio XII no instituto, regendo-se pelo “sistema preventivo de D. Bosco, que transforma o ambiente escolar em prolongamento da família”, em um estímulo “poderosíssimo” para as Salesianas de D.

Bosco o apoio e carinho do arcebispo Cabral. O livro ressalta que D. Cabral compreendia muito bem a “tríplice finalidade” do Instituto Santa Tereza: “pensionato para moças e senhoras, orfanato para meninas pobres e curso Primário”, e acolheu-o com “solicitude paternal, dispensando-lhe assistência e animando as religiosas em seu apostolado moral, espiritual e intelectual”. Já as religiosas do Instituto Nossa Senhora da Piedade residiam em Sabará, dirigindo a Escola Normal e o Colégio Santa Terezinha lá, transferiram-se para a capital por iniciativa de Dom Cabral. A Congregação das Religiosas Angélicas de São Paulo faz menção que com um “profundo afeto e imensa gratidão as Religiosas Angélicas se uniram ao seu querido Arcebispo, mantendo os cursos e a Faculdade Católica de Ciências Econômicas, fiscalizada pelo Governo Federal”. Quanto à fundação do Colégio São Paschoal Bailão, por ocasião do Congresso Eucarístico Nacional de Belo Horizonte de 1936, a Madre Provincial das Irmãs do Sagrado Coração de Maria, acompanhada pelo Vigário, procurou local para a fundação da Escola Normal, tendo então o estabelecimento o nome de São Paschoal, “o padroeiro dos Congressos Eucarísticos”. No ano de sua fundação, Dom Cabral “benzeu parte da Casa e externou grande satisfação pela realização da empresa do Incansável Vigário, dotando sua arquidiocese de mais uma casa de educação”. A Congregação da Imaculada Conceição, sem menção da data de sua fundação, dá a entender, em 1943, ser recente a instalação das religiosas para um novo ramo educacional na preparação de domésticas: “ministrando o ensino profissional, o ensino religioso, a sã moral cristã, preparando-as de fato para seus misteres. Mantendo também um pensionato para moças, estudantes e senhoras”. Nos jornais católicos da arquidiocese há diversas citações, ao longo do episcopado de Dom Cabral, com o encerramento dos anos letivos de alguns dos colégios católicos da capital e a presença do arcebispo e do inspetor federal nas solenidades de entrega dos diplomas para os alunos que concluíam os cursos, precedidas por uma missa.

A empreitada educacional católica de Dom Cabral, a fim de recristianizar as novas gerações, foi direcionada na sua militância católica pela implantação do catecismo nas escolas oficiais do estado, dentro do horário escolar, obtendo êxito com as concessões dos governadores do estado. Ao mesmo tempo, em que se preocupava com a educação religiosa da juventude com a fundação dos colégios católicos dirigidos, em sua maioria, pelas congregações religiosas femininas, provenientes de outros lugares para Belo Horizonte.

Mas e a mocidade masculina? A preocupação pela educação dos moços em Belo Horizonte se iniciou em 1915, com a fundação da “União dos Moços Católicos – UMC”, segundo Matos (1990, p. 208), pelo “líder do grêmio dos moços intrépidos e escolhidos”, o Dr. Olinto Orsini de Castro, com a devida aprovação eclesiástica de Dom Silvério (Arcebispo

de Mariana) – pois na época ainda não havia a Diocese de Belo Horizonte – e com a orientação espiritual dos Redentoristas da capital mineira. Com o lema “Deus e a Pátria”, a UMC tinha por finalidade “reunir a mocidade católica masculina para orientá-la nos sãos princípios cristãos e sociais e encaminhá-la na estrada do verdadeiro civismo; propagando a religião católica e defendê-la em qualquer oportunidade; auxiliando nas obras católicas e sociais”. Em acordo com as “instruções da Santa Sé, do Episcopado Brasileiro e dos congressos internacionais da Juventude Católica”, a associação tinha “envolvimento político nos seus trabalhos”, a fim de “formar patriotas que compreendam com exatidão os seus deveres católicos e de cidadãos brasileiros”. Contudo, foi após a chegada de Dom Cabral e durante sua administração da diocese belo-horizontina que a UMC teve uma participação mais ativa da mocidade masculina na “Ação Social Católica” da capital mineira, principalmente pelo direcionamento dos “ilustres católicos: Lucio José dos Santos e Furtado de Menezes”. Matos relata que, em dezembro de 1928, a UMC tinha um “Conselho Superior” em Belo Horizonte, Conselhos Regionais, Uniões Locais e Grupos, em um “total superior a 15.000 associados, achando-se instaladas 183 uniões locais; 12 Conselhos Estaduais e 18 Conselhos Regionais”.

Os jornais católicos, o “Horizonte” e “O Diário”, mencionam a UMC em diversas publicações, em sua maioria descrevendo as sessões do “Conselho Superior da União de Moços Católicos” de Belo Horizonte e visitas ou frequentes correspondência da UMC de outros estados, principalmente de São Paulo. Mas, a edição de novembro de 1931, denominada “17º Aniversário da UMC”, em referência “as atividades apologéticas e demonstração pública da crença católica”, destacando-se devido às “famosas entronizações do crucifixo ou imagem de Cristo em locais públicos, promovidas pela UMC do bairro Barro Preto de Belo Horizonte”, conseguindo, por exemplo, “colocar a imagem do Cristo Crucificado na Casa de Correção da Capital” (MATOS, 1990, p. 208-229). Sobre essa questão, o jornal católico publica:

passara a fase em que os unionistas não se iniciaram na política, por julgá-la estranha ao seu programa. Agora, vêem que há problemas políticos essencialmente ligados á religião, e não se desinteressarão. Diz (o conferencista Pe. Álvaro Negromonte, secundado pelo Prof. Aires da Mata Machado Filho) que foi sempre o grande erro dos católicos brasileiros absterem-se do dever político, entregando assim a pátria ás mãos dos maus, dos ambiciosos, dos oportunistas. Afastaram-se os bons e os maus triunfaram.²¹⁷

²¹⁷ “O Horizonte”, 24/11/1932, ano 10, n. 926, p. 4 apud MATOS, 1990, p. 209.

O artigo incita o contínuo envolvimento político da juventude masculina católica, em nome de seus deveres religiosos e devoção a Pátria. Nesse sentido, no ano seguinte, em outra edição, a UMC de São Sebastião do Barro Preto “é reconhecida pela intensa e profícua ação sociopolítico”:

Todas as atividades, quer espirituais ou materiais, do Barro Preto encontram eco no recinto da União, que procura resolvê-las segundo as diretrizes de sua ação rebelde a qualquer influência política. Esse intercâmbio que evidencia não estar a UMC á margem do ritmo vital do Barro Preto, tem tido efeitos salutareis... Basta dizer que, sendo a classe operária a predominante no bairro, as doutrinas comunistas nele ainda não se conseguiram fixar as suas raízes.²¹⁸

Na edição do “O Diário”, de agosto de 1925, a citação sobre a UMC é um informativo do “Curso de Ação Católica, Filosófica e Apologética”, dando sequência no salão da Cúria Metropolitana, na Rua Espírito Santos, dirigido por três padres da arquidiocese, ocorrendo ao mesmo tempo à reunião da UMC de São José, solicitando o comparecimento de todos os unionistas e demais pessoas interessadas. Ou seja, a preocupação da arquidiocese mineira na educação católica da juventude masculina, garantindo fiéis menos passivos com a formação de leigos e militantes católicos para a defesa e garantia das necessidades da Igreja no estado.

Assim, concluímos que todo o direcionamento educacional de Dom Cabral enquanto administrador apostólico da capital do estado de Minas se embasava no conservadorismo de sua Ação Católica em prol dos interesses da Igreja para a reintrodução do catolicismo na sociedade contemporânea. Isto é, adaptava-se ao novo contexto o qual a Igreja se encontrava no pós-República, no entanto, sem deixar de lado o tradicionalismo católico na defesa dos valores e princípios religiosos na sociedade mineira, atuando principalmente na formação católica dos cidadãos e na promoção de leigos mais ativos e atuantes as inclinações da Igreja em Minas Gerais.

4.3 A Vocação Sacerdotal e a formação da elite intelectual para Cristo

Um meio eficiente da recristianização da sociedade moderna pelo catolicismo, sobretudo das elites e jovens, são as vocações sacerdotais. Segundo Matos (1990, p. 29), sem sacerdotes dignos e preparados não haveria verdadeira renovação cristã no Brasil. O autor cita uma carta de Dom Cabral, de 1926, a qual o arcebispo se descreve “angustiando também aqui pela carência de clero bastante às necessidades crescentes desta incipiente e populosa Arquidiocese, é este meu problema cuja solução constitui a preocupação máxima de meu

²¹⁸ “O Horizonte”, 11/06/1932, ano 10, n. 881 apud MATOS, 1990, p. 229.

apostolado”²¹⁹. A falta de padres e a formação dos futuros ministros eram uma preocupação constante de Dom Cabral ao longo de seu governo na diocese mineira, como demonstrado por ele em 1927, pelo Aviso n. 56 – “Dia das Vocações Sacerdotais” – dia destinado às coletas especiais em prol do Seminário: “os Vigários e Capelães, explicarão aos fiéis o alcance da mais urgente e necessária das obras sociais-católicas é a obra das Vocações Sacerdotais, pelo que promoverão com o povo, primeiro, orações para que Deus suscite vocações numerosas e nos dê sacerdotes santos”²²⁰. Matos (1990, p. 340) enfatiza, ainda, que com a consolidação e fortalecimento de uma concepção hierárquica, autoritária e clerical da Igreja, é lógico que a figura do padre ocuparia lugar central. O “clero se torna o agente socializador desta visão de Igreja, inculcando-a nos fiéis. Por isso é importante os detalhes as ideias católicas acerca do ‘padre ideal’ e as condições para sua formação”. O sacerdócio seria, portanto, a causa impulsionadora da Igreja Católica Apostólica Romana, vista como “a grande força moral” do catolicismo. Para o autor, a “vocação sacerdotal – é considerada como altamente superior à dos ‘simples leigos’ que apenas foram batizados e crismados”. É a vocação consagrada, religiosa, que está acima do homem comum, isto é, “onde o ministro ordenado se caracteriza essencialmente por sua relação com Deus, mais do que por sua relação com a comunidade. Sendo considerado mediador entre a divindade e os mortais, está posto entre Deus e homem, inferior a Deus, mas superior ao homem” (MATOS, 1990, p. 343). Logo, nada mais que habitual, como um bom sacerdote católico, Dom Cabral preocupar-se com a preparação das vocações sacerdotais e a formação de um seminário. Assim, o jornal “O Horizonte”, em suas edições, faz questão de destacar o papel sublime do sacerdócio na administração do arcebispo Cabral, sendo o Seminário a “primeira obra da Arquidiocese, a obra das obras”, pois sem clero é “impossível manter a fé e salvaguardar os homens”²²¹ dos males da sociedade.

O sacerdote é o embaixador da Igreja junto a Deus e é embaixador de Jesus junto à Igreja. As duas mais santas e augustas representações que pode haver se reúnem nele. Ele é o ponto médio, o nó que enlaça o mundo com Deus e Deus com o mundo²²². [...] A carência de sacerdote é a maior calamidade do Brasil. Com efeito, experimentando surpreendentes surtos em todos os campos de atividade material, econômica e intelectual, o povo brasileiro está sob a ameaça de inanição espiritual, à míngua de sacerdotes que pensam as chagas da alma e lhe soergam a vida sobrenatural. [...] Sem a conquista e restauração das almas não faremos senão um Brasil aparentemente civilizado e interiormente carcomido de misérias e depravações mais ou menos veladas. [...] Para levá-la a cabo precisamos de sacerdotes e leigos que sejam realmente apóstolos. Precisamos de numerosos

²¹⁹ Livro de Tombo I da Arquidiocese de Belo Horizonte, (1922-1927), p. 40A apud MATOS, 1990, p. 29.

²²⁰ Livro de Tombo I da Arquidiocese de Belo Horizonte, (1922-1927), p. 45A.

²²¹ “O Horizonte”, 16/03/1927, ano 4, n. 352, p.1 apud MATOS, 1990, p. 403 e 425.

²²² “O Horizonte”, 01/12/1931, ano 10, n. 928, p.2 apud MATOS, 1990, p. 356.

sacerdotes, pios, doutos e devoradores de zelo para levar às almas a vida da graça e os sacramentos da vida. [...] Apóstolos, pois, padres apóstolos para a grande cruzada de restauração da pátria pela transfusão do sangue do Redentor [...] ²²³

Considerando a diocese mineira recém-criada, populosa e extensa, sem sacerdotes suficientes para mediar “Deus no mundo”, restaurando a sociedade civilizada das “misérias e depravações”, Dom Cabral examinou o problema máximo de sua circunscrição e resolveu realizá-lo, propondo a formação de sacerdotes eruditos e zelosos, “padres apóstolos” para a conquista e restauração das almas do Brasil. De acordo com Oliveira (1943, p. 35), demonstrando ser inadiável a fundação de seu seminário, enfrentando o maior dos problemas o qual se deparava, e apesar da “penúria de meios para realização de tal cometimento, corajoso abre ele o seminário diocesano”, no dia 15 de março de 1923, com 27 alunos²²⁴ em três pequenas casas, transformadas em seminário maior e menor²²⁵, localizadas na Rua Rio Grande do Norte, onde permaneceria provisoriamente por sete anos. Os três prédios adquiridos e utilizados como palácio episcopal e seminário foram adaptados por Dom Cabral, sendo que o

prédio nº 355 servia de reitoria e para os cursos de Teologia e Filosofia; o prédio nº 300, que era o próprio Palácio Episcopal, parte era reservada para dormitório e salão de estudos do curso preparatório; e o outro prédio, que dava para a Rua Carandaí, servia de refeitório, dispensa e cozinha. A capela era a mesma do Sr. Bispo.²²⁶

Em referência ao ano de fundação do Seminário, Lucio José dos Santos (1943, p. 59) relata que naquela conjuntura haviam preocupações em tão “grande monta” que já eram suficientes para absorver toda a atividade do arcebispo na capital, pois tudo estava por fazer. Era necessário construir Catedral, Seminário, Residência Episcopal, etc. Mas, todos esses problemas foram recebendo “solução cabal” ao seu tempo:

Aflito com razão por instalar o seu Seminário, D. Antonio Cabral não esperou a possibilidade de construir um prédio especial e desacomodando-se, com grande desconforto para sua pessoa, instalou o Seminário no próprio edifício que então servia de Palácio Episcopal. Algumas das aulas eram dadas fora do edifício por falta de salas suficientes. Foi assim que, como professor no Colégio Arnaldo, tive o

²²³ “O Horizonte”, 17/08/1927, ano 5, n. 395, p.1 apud MATOS, 1990, p. 403.

²²⁴ Outros autores do mesmo livro (Dom Cabral e suas Obras) fazem menção a 26 alunos.

²²⁵ O seminário menor é “uma comunidade formativa criada pelo arcebispo, segundo as normas da Santa Sé para cultivar o ‘gérmen’ da vocação sacerdotal dos que, já na adolescência, apresentam os sinais da vocação e se inclinam ao sacerdócio ministerial diocesano”. Uma preparação para o seminário maior, que seria a última etapa para a formação do sacerdócio, frequentando cursos superiores, como o de Teologia, por exemplo. Disponível em: <http://seminariosaojose.org.br/seminario-menor/>. Acesso em: 02 jun. 2021.

²²⁶ Livro de Tombo I do Seminário do Coração Eucarístico, 1923-1959, p. 1A-B apud MATOS, 1990, p. 404.

prazer de dar aulas de História á primeira turma de alunos do Seminário. (SANTOS, 1943, p. 59)

A necessidade de se utilizar espaços do Colégio Arnaldo para o Seminário, pois o local inicial e provisório para a formação das vocações sacerdotais era “humilde” e “primitivo”, é evidenciado também em uma publicação do jornal católico diocesano de 1929, intitulada “Pelo Seminário”: “no próximo domingo, às 19h12, no salão de festas do Ginásio Arnaldo, realizar-se um belíssimo festival em favor das obras do Seminário”²²⁷. O Seminário funcionou na “pequeníssima casa” da Rua Rio Grande do Norte até 1929, onde, ao passar dos anos, o “dedicado Pastor ia cedendo, cada dia, cômodos de seu uso para uso dos jovens estudantes. E cada dia os cômodos ficavam menores”²²⁸. Assim, é perceptível a prioridade de Dom Cabral na consolidação do Seminário para a formação de sua “elite intelectual para Cristo”, desfavorecendo inclusive suas acomodações e o seu conforto no Palácio Episcopal em prol da “obra das obras” de sua Ação Católica em Minas Gerais.

Oliveira (1945) destaca que a palavra seminário, de *seminarium*, vem do sentido próprio de terreno ou espaço em que se semeiam plantas, que crescidas são depois transportadas para outro terreno. No sentido figurado, é a origem, fonte, princípio de algo. Assim, era considerado o Seminário do Coração Eucarístico fundado por Dom Cabral, estabelecimento eclesiástico em que se formavam jovens que foram chamados para o sacerdócio, isto é, “plantas tenras”, tratadas com aquele cuidado cristão, desenvolvidas quanto à cultura intelectual e segundo o espírito apostólico, para sua futura missão que, recebida à investidura sacerdotal, serão transportados de seu “viveiro” (o Seminário) para outras terras. Nesse mesmo enredo, Leite (1943, p. 41) enfatiza que a “obra insubstituível e de mérito sem igual” de Dom Cabral foi e é a das vocações sacerdotais, “Senhor da Messe” em terras do Brasil:

Surgiram apóstolos dedicados e obras de zelo pela causa da Igreja, porque o terrível e impressionante é o contraste entre o avultado serviço religioso e as necessidades das almas que salvar e preservar e a escassez do clero que levantava os “porquês” do problema. Para iluminar as inteligências ainda não raciocinadas sobre a premência da solução do “caso” que pudesse ao abrigo da ameaça da devastação da fé e do futuro católico do país, desvendou-se a grandeza do sacerdócio e sua missão necessária ao reino de Deus. Voltaram-se as almas piedosas para o Coração Eucarístico do Senhor da Messe. Cuidou-se de realizar as finalidades da restauração de Cristo, restauração esta pela Eucaristia. [...] Mais do que outrora a hora presente estava exigindo para todas as atividades humanas “o devotamento ilimitado” de uma falange numerosa e santa de padres que hão de sair do “Cenáculo” – escola superior de aperfeiçoamento – o Seminário. Mister se fazia organizar um órgão vivo que cuidasse do recrutamento sacerdotal, aparelhasse os caminhos, encaminhasse os

²²⁷ “O Horizonte”, 16/11/1929, ano 7, n. 627, s/p.

²²⁸ ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 1943, p. 37.

escolhidos e os abrigasse – a Obra das Vocações Sacerdotais. A alma deste salutar movimento nesta arquidiocese foi o Sr. Arcebispo D. Antônio. (LEITE, 1943, p. 41-42)

Os autores em todas as suas referências a Dom Cabral enaltecem o arcebispo que, em menos de um ano à frente da diocese e mesmo sem recursos para realizá-lo, fundou o Seminário a fim de aumentar o recrutamento sacerdotal e o número de clero, que era escasso considerando a extensão e a quantidade de fiéis em sua circunscrição. Enfatizamos ainda que foi uma das medidas mais importantes implementadas em Minas Gerais em prol da Ação Católica e da “restauração de Cristo” na sociedade, uma vez que os sacerdotes, ao saírem do Seminário, uma “escola superior de aperfeiçoamento” que os abrigasse, aparelhassem os caminhos e encaminhassem os escolhidos, iluminariam as “inteligências ainda não raciocinadas” ao abrigo da ameaça da devastação da fé e do futuro católico do país (LEITE, 1943, p. 42). Nesse intuito, para “encontrar, suscitar e amparar as vocações nascentes” e prover as necessidades do Seminário na formação dos “aspirantes ao sacerdócio”, Dom Cabral emite a Carta Pastoral sobre o Seminário do Coração Eucarístico, em 1º de maio de 1927, que organiza oficialmente a Obra das Vocações Sacerdotais, coordenando “espiritual, moral e materialmente” a Arquidiocese para conseguir o fim colimado de numerosos e devotos sacerdotes para a missão de restauração pela eucaristia, pois a Eucaristia é o sacerdócio católico instituído e um não existe sem o outro. O arcebispo inicia a carta pastoral fazendo menção a Ação Católica, chamando a “alvorada da vitória do Brasil católico, na empolgante campanha em que todos, resolutamente, se empenharão, em prol da nobre causa, da solução palpitante do magno problema da santa Igreja em nossa pátria – as vocações sacerdotais”. Frisando que nessa “nobre cruzada”, obra nenhuma se “a figura mais destacada e urgente” do que a da construção do edifício do Seminário do Coração Eucarístico e a constituição de um sólido patrimônio para ampará-lo, com a justificativa de que

importa isto, algo de sumamente relevante para os destinos religiosos de nossa grande nação, carecida, entretanto, lamentavelmente balda de sacerdotes, operários consagrados ao serviço do Evangelho, á conservação do legado precioso argamassado com ingentes sacrifícios e gloriosas imolações pelos nosso maiores na Fé. [...] a Igreja, instituição divina que deverá sobreviver ás idades e atingir todos os povos, só pelo ministério sacerdotal poderá assegurar a perpetuidade de sua ação e de seus destinos. (CABRAL, 1927c, p. 4-8)

O prelado utiliza-se da carta pastoral para determinar e implementar a Obra das Vocações Sacerdotais na circunscrição, em que os estatutos anexos a carta, segundo Cabral (1927c, p. 32), deveriam ser instituídos “imediatamente em todas as paróquias, curatos, capelas, colégios, asilos, etc.”, sendo todos instruídos a “respeito da relevância e apreço que

deve merecer a *Obra das Vocações Sacerdotais*”, com o objetivo de melhorar e ampliar as condições do Seminário, arrecadando maiores recursos para a construção de um novo local mais adequado e espaçoso para a formação do ministério sacerdotal. Assegurando, assim, a “perpetuidade de sua ação e de seus destinos”, como numerosos “operários a serviço do Evangelho”, “instrumento redentor por excelência”, pois “se o padre escasseia, se deperece sua atuação renovadora, logo se ressentem e amofinam a sociedade” (CABRAL, 1927c, p. 8). Desse modo, para D. Cabral (1927c), foi conferido ao padre quatro funções sublimes, em harmonia com as quatro grandes necessidades do homem: 1) O homem é profundamente ignorante, o padre o ensina, descobrindo as almas os luminosos horizontes da fé; 2) O homem é pecador, o padre absolve; 3) O homem é sofredor, o padre consola descerrando aos infelizes o amor infinito; 4) O homem precisa de Deus, o padre se sacrifica oferecendo a vítima divina que força Deus a inclinar-se para a terra. Portanto, cabe ao Seminário, instituição aparelhada para receber e semear os “germens preciosos” do sacerdócio, a formação dos apóstolos para o exercício do “ministério elevado” e em socorro ao homem ao desempenhar as quatro funções sublime do ministério sacerdotal. Evidenciando que

deverá o Seminário constituir a preocupação suprema do Bispo, gerador e perpetuar do sacerdócio, no regime da Igreja que lhe foi confiada. Deste modo, a vitalidade e organização efetiva de uma Diocese dele depende, como de seu influxo renovador jamais poderá desacompanhar-se. Ora, por mais alevantada em seus intuítos, nenhuma obra pia poderá preteri-lo. Estará sempre o futuro, o engrandecimento religioso da Diocese em equação inevitável com o Seminário, estritamente vinculado como se acha, ao número, preparação, disciplina e predicados da milícia sacerdotal. (CABRAL, 1927c, p. 10)

O arcebispo deixa nítida a sua obrigação mor na geração e perpetuação do sacerdócio de seu bispado, estando o futuro da diocese estritamente vinculado ao Seminário na quantidade, na formação e nos atributos de sua milícia sacerdotal para a “renovação cristã da sociedade humana, em prol da Igreja de Deus, que se pretendia intensamente em sua diocese sob sua guarda e pastoreio, por meio da eucaristia” (CABRAL, 1927c, p. 13). Era urgente, portanto, “uma pronta, inteligente e eficaz solução” que colocaria o futuro religioso da crescente população ao “abrigo fatal da ameaça, desgraçadamente verificada nas 17 paróquias e curatos da diocese vagos á míngua de pastores. A solução seria, pois, a construção do Seminário e constituição do seu patrimônio” (CABRAL, 1927c, p. 10-12). Ou seja, propôs a carta pastoral determinando as Obras das Vocações Sacerdotais em toda a sua diocese, como uma solução para a situação do Seminário, instalado há quatro anos (março de 1923) em “edifícios de adaptação provisórios e totalmente inadequados, carecendo mesmo de amplitude material para abrigar o número, cada ano crescente, de jovens chamados ao estado

sacerdotal”, assim, conseguindo atender a população da capital mineira “duplicada após a instalação da diocese”.

Matos (1990) ressalta que era comum a Igreja daquele período preocupar-se com a preparação das vocações e a formação no Seminário, devendo os párocos, desde cedo, selecionarem os meninos que mostrassem inclinação ao sacerdócio, acompanhando-os de perto e evitando, sobretudo, o contato com “maus elementos que procurassem torcer a inclinação dos que se sentiam chamados ao serviço” da Igreja (MATOS, 1990, p. 341). Os “meninos vocacionados” deveriam ser instruídos, auxiliando e servindo ao “altar como pequenos acólitos”, sendo, no momento oportuno, encaminhados para o seminário Menor a fim de serem “lapidados e polidos” para a obra de Deus na sociedade. Assim realizou Dom Cabral em sua Ação Católica na capital mineira, requerendo

erigir um novo monumento, o Seminário da Arquidiocese de Belo Horizonte, coração e cabeça do prospero e pujante Estado de Minas. Que nesta magnífica cidade universitária, onde pompeiam soberbos edifícios de instrução e afamadas escolas superiores, compreendendo todos os departamentos e especializações das ciências humanas, não nos faltes, em inexplicável e humilhante lacuna, o edifício condigno á Escola Superior, o instituto de formação apurada do nosso Clero com tantas responsabilidades e direitos no engrandecimento futuro de Minas Gerais. Não se trará, já se vê, de uma obra suntuosa ou de mera decoração para a donairoza Capital mineira. Muito ao invés será uma ampla e confortável construção, de estilo sóbrio, dispondo, porém, de todos os requisitos de higiene e bem estar e, onde numerosos, como promete no futuro próximo desta populosa Arquidiocese, se venham abrigar os eleitos ao sacerdócio. Ali, nada lhes deverá faltar e tudo estará proporcionado a ministrar-lhes a mais completa formação de espírito, inteligência e coração, na complexidade dos atributos que fulgirão na pessoa do Padre, em harmonia com os reclames e exigências da idade nossa contemporânea. (CABRAL, 1927c, p. 27-28)

O novo Seminário do Coração Eucarístico, o qual Dom Cabral denominava de “magnífico cenáculo”, foi proposto na cidade universitária do estado de Minas diante da “inexplicável e humilhante lacuna” educacional religiosa condigna a uma capital orgulhosa pelos famosos edifícios de instrução superior em todas as áreas e especializações das ciências humanas. Desse modo, não poderia faltar uma Escola Superior de aperfeiçoamento do clero, com instrução e formação digna da elite intelectual para Cristo, em consonância as responsabilidades e direitos no engrandecimento futuro de Minas Gerais. O novo instituto, compreendendo o Seminário Menor e o Maior, teria ampla e confortável construção, dispondo de todos os requisitos de higiene e bem-estar para abrigar os futuros e numerosos seminaristas da arquidiocese, proporcionando a mais “completa formação de espírito, inteligência e coração, na complexidade dos atributos”, a qual se deve ter um padre, em “harmonia” as solicitações e exigências que a sociedade moderna exigia. Para Dom Cabral (1927c, p. 23-24),

a fim de “amestrar” os futuros sacerdotes na “escola da sabedoria”, tornando-os doutores e políglotas a serem entendidos a todos os sábios e ignorantes, nobres e humildes, ou seja, “adestrando” os novos apóstolos para a conquista do mundo, era necessário um “magnífico recinto” de instrução superior sacerdotal, pois as

condições materiais do edifício do Seminário exercem largo e decisivo predomínio sobre o ânimo dos que nele habitam. A estrutura espiritual, moral, intelectual e social do seminarista estão íntima e inelutavelmente jungida ao ambiente de sua formação. De fato, como estilar no jovem sacerdote o espírito litúrgico, o apreço à vida litúrgica que tão profundo reflexo deverá revelar em suas ações sacerdotais, se as cerimônias, preces e atos do culto divino se desenrolam em um recinto, sobre exíguo, desgracioso, falho de atrativos? Como serão construídos, conservados, ornamentados os templos confiados à cura de sacerdotes afeitos às estreitezas da capelinha escusa e improvisada do Seminário? Em relação ao cultivo moral, intelectual e social do futuro padre, não poderemos ventilar outras tantas ponderações? Como lograr a observância de tão sábias orientações em casa inadequada, comum, de áreas limitadas! Talhado para viver em sociedade e tingir, pelo zelo e atuação, pessoas das diversas camadas que a constituem, deverá o Padre ser o homem de todos. Para tal, convir-lhe-a uma aprimorada correção e trato social. [...] Mas onde, senão em um Seminário que ofereça condições de higiênicas e de conforto, poderiam beber os futuros sacerdotes noções tão preciosas? (CABRAL, 1927c, p. 26-27)

Assim, o arcebispo justifica a necessidade do grande empreendimento e das determinações impostas na *Obra das Vocações Sacerdotais*, ressaltando a importância e urgência da arquidiocese da capital mineira em ter um Seminário que ofereça um ambiente com condições impreteríveis de estrutura e materiais, para a formação do seminarista com um verdadeiro apreço a vida litúrgica e aos templos que serão confiados a eles no sacerdócio. Além disso há o cultivo moral, intelectual e social que o futuro padre necessita, sendo impossível ser talhado em recintos exíguos, ruins e sem atrativos, sendo fundamental boas condições para alcançar uma formação que propicie a vivência em sociedade atingindo as diversas camadas sociais que sua atuação exige. Nesse sentido, Dom Cabral (1927, p. 26) questiona como poderiam atender as instruções da “Congregação dos Seminários”, que preconizam que os alunos sejam alojados em diferentes acomodações, de acordo com sua idade e categoria dos diferentes cursos em que se distribuem, não sendo aconselhado, por exemplo, que os estudante que se iniciam tenham contato com os que já estão adiantados, e nem os dos cursos superiores convivam com os que se acham longe de atingir o mesmo grau de conhecimento das ciências eclesiais, em uma casa “inadequada, comum e de áreas limitadas”.

Na formação sacerdotal proposta por D. Cabral (1927c, p. 16-18), é necessário elevar o jovem seminarista “ao nível de sua vocação e as altas funções divinas que lhe são inerentes”, de modo a tornar o futuro sacerdote “a santidade efetiva e integral que a sua

sobrehumana missão dele reclama.” Portanto, é no “recinto do Seminário que se deverá desenvolver este maravilhoso tentamen de elevação, transformação, divinização, daquele que se vai chamar, com propriedade, um novo Cristo: *Sacerdos alter Christus*”²²⁹. O arcebispo enfatiza o seguinte questionamento que justificou o nome e a fundação do Seminário do Coração Eucarístico: “que de mais hábil a formação dos novos sacerdotes do que submetê-los, desde o Seminário, ao contato íntimo diuturno com o Coração Eucarístico de Jesus, eterno e fecundo modelo do coração sacerdotal”. O Seminário seria a forma mais hábil de se formar novos sacerdotes, “amoldar padres” à altura da missão sacerdotal que os espera, submetendo-os de maneira “íntima e prolongada” as dileções e funções divinas no Seminário. Mas, para além do caráter espiritual, com aptidões e virtudes sacerdotais de Cristo, as quais deverão estar impregnado para adentrar a uma “sociedade saturada em grau adiantado de decomposição moral”, era necessário dotar os seminaristas de uma “ilustração mais ampla”, não só das ciências eclesiais, mas também das chamadas profanas, a fim de que “sua estrutura espiritual e sua compleição moral estivessem tão firmes e impertérritas, que, vivendo e respirando num ambiente corrompido por miasmas de crimes e sensualidades, permanecessem ilesos”. A formação dos futuros sacerdotes deveria contemplar, então, não só as ciências religiosas, mas todo o conhecimento, inclusive dos denominados profanos pela Igreja, necessários para que os seminaristas estivessem providos do era preciso para cultivar um hábil apostolado sacerdotal em um mundo corrompido. Sobre o programa para a formação dos futuros sacerdotes, Dom Cabral ressalta que nos

Seminários é que se há de fazer a provisão das fortes energias espirituais. Nele é que se deverá cultivar o hábito destas heroicas atitudes morais que serão a arma mais prestigiosa de um fecundo apostolado sacerdotal. Entretanto, não é sem um longo e cuidado tirocínio que se chegará praticamente á santidade. **Para vingar a Fé, esclarecer as inteligências inquietas e colocar-se ao nível das exigências dos nossos tempos, o sacerdote deverá armar-se de uma profunda e variada cultura científica.** Em nome da ciência, muitos investem contra a inexpugnável cidadela de Deus. A cada momento proclamam sua incompatibilidade com a religião. **Com que probabilidade de êxito sairia, pois, a campo para esmagar os sofistas da pseudo ciência o sacerdote indouto ou pouco hábil?** Daí o desvelo com que a Igreja prescreve para os Seminários programas completos que, convenientemente assimilados, ministrarão ao Padre a reserva científica de conhecimentos sacros e profanos, para o vitorioso exercício do seu apostolado em um século em que, só em nome da ciência, se terçam armar e se conquistam triunfos. **Apto, pois, deverá ser o Seminário para promover e realizar esta apurada e segura formação intelectual do sacerdote. Mestre dos povos, todos o consultam.** De seus lábios todos reclamam luminosos oráculos, sobre os mais complexos assuntos. (CABRAL, 1927c, p. 18-19, grifo nosso)

²²⁹ A expressão *Sacerdos alter Christus* (O Sacerdote é um outro Cristo), citada por Dom Cabral, é utilizada pela Santa Sé em referência ao dom do sacerdócio, o sacerdote um enviado de Cristo na missão do ministério pastoral. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/homilies/1980/documents/hf_jp-ii_hom_19800702_priests-brazil.pdf. Acesso em: 17 jul. 2021.

Seria no Seminário, instituto superior de aperfeiçoamento do clero para uma formação condigna a elite intelectual para Cristo, com um longo e cuidadoso aprendizado em prol da santidade e da Fé, que haveria de se formar um sacerdote com uma “profunda e variada cultura científica”, com a finalidade de esclarecer as “inteligências inquietas” e atender as exigências do mundo contemporâneo. O padre da sociedade moderna precisava ser um sacerdote erudito, hábil e com conhecimento científico para obter êxito em sua missão sacerdotal no mundo, “esmagando os sofistas da pseudo ciência” que proclamavam, em nome da ciência, a incompatibilidade com a religião. Essa seria a razão pela qual a Igreja Católica estabeleceria para os seminários programas completos com saberes científicos, sacros e profanos, convenientemente aprendidos, a fim de uma missão sacerdotal bem sucedida em uma época na qual apenas com o conhecimento e cultura científica se atingia a glória. Assim, promovendo uma apurada e sólida formação intelectual do clero, “Mestre dos povos”, os quais todos consultam sobre os mais diversos assuntos. Podemos dizer que o argumento utilizado pelo arcebispo na instituição do programa de ensino do seminário era respaldado na premissa de como poderia o sacerdote da Igreja contemplar, orientar e iluminar os homens da sociedade moderna para Cristo, principalmente nos assuntos hereges, sem o conhecimento prévio adquirido em sua formação intelectual enquanto seminarista. Portanto, no intuito de “habilitá-los a promover as múltiplas iniciativas da ação social, e para o manejo eficaz desta arma moderna de combate”, que é o conhecimento, era “indispensável versá-los nos magnos problemas da sociologia” (CABRAL, 1927c, p. 19). Por exemplo, para

torná-lo guia esclarecido das populações rurais, cuja felicidade e bem estar material também devem merecer-lhe todo apreço, será de notória utilidade o curso de noções de agricultura, o conhecimento dos novos métodos agrícolas e do manejo dos modernos instrumentos agrários que, adotados na manhã dos campos, oferecem fruto mais compensador aos labores e sacrifícios das populações camponesas. Este curso de agricultura está, aliás, prescritos no programa do nosso Seminário, de acordo com as instruções emanadas da Pastoral Coletiva (n. 1245 de 1925). (CABRAL, 1927c, p. 20)

Torna-se, assim, completa a função do Seminário, formando o sacerdote em todos os predicados, “exornado de excelsas virtudes, de piedade exímia, de cultura profunda e múltipla”, obtendo ainda “a nota diferencial de sua vocação – a abnegação”, pois o “padre não se pertence. É por excelência, o homem de todos. Aos fiéis deverá pregar as divinas palavras, conferindo-lhes os sacramentos e assistir-lhes nas mais decisivas e variadas emergências” (CABRAL, 1927c, p. 20). Então, cabe aos diretores e mestres autorizados do instituto superior intelectual da Igreja, a incumbência de suscitem nos jovens sacerdotes,

“crescidos sob o olhar e o calor do paternal afeto” (CABRAL, 1927c, p. 13), praticamente pelo exemplo, na “sinceridade de suas atitudes, no transcurso dos longos dez ou mais anos de convivência, que são os que apenas bastam para o acabamento dessa obra prima que é o Padre”, o qual é, “sem dúvida, a mais indisfarçável ambição pastoral” (CABRAL, 1927c, p. 21). Contudo, a visão educacional católica de Dom Cabral para a formação intelectual do clero, não era bem vista por alguns membros do episcopado brasileiro (o Núncio Apostólico Masella e Dom Castro de Mayer, por exemplo), que classificaram certas ações da Diocese de Belo Horizonte como “hereges”, sendo descrita por Matos (1990, p. 460) o relato do Padre Orlando Machado, enquanto professor do Seminário:

Nem mesmo eu, que exercia um papel secundário, fui poupado. Aqui chegou um Prelado dizendo-se enviado da Santa Sé e exigiu de Dom Cabral que Padre Orlando Vilela e eu – se quiséssemos continuar no Seminário como professores – fizéssemos retratação pública de nossos erros (não nos deu a lista dos mesmos) e deixássemos de ensinar Maritain. Dom Cabral, tão obediente a tudo quanto vinha da Santa Sé, desta vez ficou firme: não sairíamos do Seminário. Mais tarde este tal Prelado foi expulso do Vaticano porque não recebera da Santa Sé nenhuma missão específica. Mas a reação era grande. O Núncio Masella mandou-me chamar e me interpelou duramente por ler Maritain, Dostoievski, Cardeal Mercier, falar muito em bispo com detrimento do Papa e não gostar da arte de Miguelângelo... Eu devia mudar e não ressaltar demasiadamente espiritualidade do clero diocesano [...] Mais tarde fui expulso do Seminário, sem que me fosse dado, ao menos, o direito de me defender. Ao retirar-me do Seminário o Visitador me disse: “Nem em 40 anos se poderá tirar das cabeças dos alunos as coisas erradas que você nelas meteu!” (MATOS, 1990, p. 460)²³⁰

Os opositores do arcebispo, principalmente da alta cúpula da Igreja brasileira, não concordavam com a proposta de formação intelectual do Seminário e com o intuito de Dom Cabral de habilitar os sacerdotes com conhecimentos científicos considerados, por alguns clérigos, inadequados ou profanos, mesmo sendo convenientemente aprendidos. Utilizaram do título e do alto cargo religioso para cercear o programa e a visão educacional católica do prelado Cabral e de seu corpo docente, formado em sua maioria por sacerdotes, mas havendo também conceituados intelectuais e leigos católicos. Apesar de ser a perspectiva de apenas parte do episcopado, que muitas vezes não representavam os direcionamentos da Santa Sé, em respeito à hierarquia religiosa da Igreja, o arcebispo acabou por ceder em determinadas situações contrárias as suas tendências “renovadoras” nos assuntos do conhecimento teológico e eclesiológico, como mencionado na citação. Esse movimento de “renovação” de Dom Cabral, é evidenciado por Torres (1972, p. 55) ao ressaltar que em poucos lugares houve uma Ação Católica tão dentro do espírito de Pio XI, como em Belo Horizonte naquele período. Relatando que Maritain, Bernanos, e Bloy eram citados pelos intelectuais católicos da

²³⁰ Entrevista do Padre Orlando Machado concedida ao autor em 13/11/1988.

arquidiocese e exerciam influência como raramente tiveram em outras cidades. “Bernanos não era apenas lido: era também escutado, pois, pela capital ele andou, fugindo da podridão da Europa pré-nazista. Mas, quando avançavam o sinal, Dom Cabral sabia fazer sentir a sua autoridade”. Em consonância a essa questão, o jornal “O Horizonte”, em 1932, publica um extenso artigo com quase meia página, de autoria do Dr. Lucio José dos Santos, intitulado em grandes letras:

D. ANTONIO E OS INTELECTUAIS

Desde o seu início, não tem a Igreja prescindido desse elemento a que, na sociedade moderna, se dá o nome de intelectuais. Enquanto os incansáveis pioneiros do Evangelho espalhavam por toda a parte a boa nova; [...] **eram as novas ideias defendidas no terreno filosófico, histórico e literário pelos apologistas, pelos intelectuais cristãos, pondo a serviço da sua crença religiosa, todo o magnífico arsenal de que o paganismo dispunha e combatendo o inimigo no seu próprio terreno.** E assim foi sempre. Em tempo algum, deixou o Cristianismo de contar muitos dos seus mais fervorosos adeptos, nas fileiras mais avançadas da ciência, da literatura e da arte. Bastava, para confirmar esse asserto verificar quantos membros do clero e das ordens religiosas se têm destacado entre os mais intrépidos e mais eficazes propugnadores do progresso humano, em todas as ordens de relações, em todas as manifestações da atividade científica, social e política. [...] Tais têm sido as relações da Igreja com a cultura intelectual. Desde o início do seu sagrado ministério, entre nós, se tem preocupado o **nosso Arcebispo, sempre e dedicadamente, pelos nossos intelectuais, atraindo os que ainda não participaram suficientemente da vida cristã, proporcionando-lhes oportunidade para melhor conhecerem os ensinamentos da nossa santa religião,** e desfazerem prejuízos injustificáveis; a todos dominando pela sua bondade e simpatia. **Temos tido na Capital, graças ao nosso Arcebispo, excelentes conferências pelos melhores dos nossos oradores sacros, melhores não apenas pela eloquência, mas principalmente pela doutrina e pela ciência, conferências destinadas aos intelectuais e de que se colheram magníficos frutos. A todos os nossos intelectuais quer o Arcebispo ouvir, consultar e atender, pondo-lhe em proveito a capacidade e a cultura.** Sabemos como tem ele cuidado da preparação dos futuros sacerdotes, criando um **Seminário modelar** em todos os pontos de vista o qual tem sido admirado pelos mais entendidos no assunto. [...] **D. Antonio revigora, pois, a tradição da Igreja, atendendo ao mesmo tempo aos reclamos da sociedade moderna.**²³¹

Dr. Lucio dos Santos, ex-diretor da Instrução Pública do estado e reitor da Universidade de Minas Gerais no ano dessa publicação, faz uma clara e evidente defesa a Dom Cabral e aos seus direcionamentos frente aos conhecimentos da ciência com a religião. Enfatizou que desde os apóstolos de Cristo, sacerdotes “supremos”, a Igreja vem defendendo novas ideias filosóficas, históricas e literárias através dos intelectuais cristãos, colocando todo o conhecimento científico, o “arsenal”, a serviço da crença religiosa no combate aos inimigos do catolicismo, em seu próprio terreno intelectual, que utilizam da prerrogativa da ciência como antirreligiosa. Declara-se em defesa do arcebispo, diante de sua Ação Católica com intelectuais leigos mais ativos na vida litúrgica e nos assuntos da Igreja, além de melhores

²³¹ “O Horizonte”, 01/11/1932, ano 10, n 920, s/p, grifo nosso.

sacerdotes com excelentes triunfos devido à formação pela doutrina e pela ciência intelectual. Por fim, exalta D. Cabral pela abertura e proveito da cultura e da capacidade dos intelectuais, revigorando a tradição da Igreja frente às exigências da sociedade moderna. A imprensa católica da diocese reforça nessa publicação, a perspectiva educacional católica de Dom Cabral em Belo Horizonte, confirmando seu intuito de habilitar os católicos intelectuais, principalmente o clero, dotados de cultura e de capacidade científica diversificada, em prol das múltiplas iniciativas da ação social da Igreja, com o manejo eficaz da arma de combate da sociedade moderna: o conhecimento.

Nesse contexto, Matos (1990) ressalta que eram frequentes as referências de carinho e preocupação de Dom Cabral com a formação dos futuros sacerdotes, conforme descrito no Livro de Tombo I do Seminário: “O Exmo. Sr. Arcebispo, como no ano anterior, assistiu as provas orais de quase todas as matérias do curso teológico, algumas do curso filosófico e de latim do 4º ano”²³². Assim, como consta em outra citação:

Não há obra que mais preocupe o coração e zelo de S. Exa. do que a formação do seu Seminário. Por isso, teve palavras carinhosas para seus seminaristas pelos quais esteve sempre disposto a se sacrificar. Com muita graça disse S. Exa. que os seus cabelos brancos são dos seus seminaristas.²³³

O que também pode ser observado na publicação do jornal “O Horizonte”, em dezembro de 1923, primeiro ano do Seminário:

SEMINÁRIO DIOCESANO

No dia 03 deste, foi encerramento das aulas do Seminário do C. de Jesus Eucarístico, desta Capital. Dos exames escritos e orais transparece o real aproveitamento dos alunos durante o primeiro no letivo. Os cursos de humanidades e Teologia demonstraram o estado lisonjeiro do estabelecimento, dando direito às mais justas esperanças nos vindouros anos. Agora, aparelham-se os meios para que, muito em breve, o seminário de B. Horizonte seja um estabelecimento modelar de instrução e verdadeira sementeira de dignos eclesiásticos. Com razões fundadas, alimentamos doce previsão: já se nos afiguram os operários evangélicos que dele vão sair para as conquistas na farta missão do Bispado de Belo Horizonte. No mencionado dia os seminaristas tomaram diferente rumos em demanda dos seus lares paternos. Era justo que no concheço da família o estudante buscasse refocilada sua mente lassados aturados estudos e seu físico reconstituído para novos embates. Certo que foi tocante o ato de despedida. O Sr. Bispo, pela última vez, quis ainda falar a todos. Teve em torno de si mestres e alunos. A uns agradecia pela cooperação, a todos dava parabéns e ternos conselhos. Suas palavras foram comoventes e com facilidade provocaram lágrimas. [...] Rogando, queria que seus filhos fossem bons e voltassem bons; pois, eram os candidatos que possuía para o sacerdócio da igreja, que lhe entregará o bom Deus. A este respeito tranquilise-se o

²³² Livro de Tombo I do Seminário do Coração Eucarístico, 16/11/1024, p. 7B apud MATOS, 1990, p. 403.

²³³ Livro de Tombo I do Seminário do Coração Eucarístico, 08/10/1929, p. 32A apud MATOS, 1990, p. 403.

Sr. Bispo porque tomou para o seu seminário é a da Eucaristia, e esta semente é prolífica, a mais fecunda na formação do caráter social e religioso.²³⁴

O artigo ressalta a preocupação de Dom Cabral com o seminário, especificamente, com a formação e a conclusão da preparação dos candidatos ao sacerdócio, para que, logo, realizassem a missão que se destinavam como “operários” eclesiais do Bispado de Belo Horizonte, sendo até reitor temporário do Seminário, quando se fez necessário, após o atual reitor, Monsenhor Leão Medeiros Leite, se ausentar por motivos de doença, em 1935, até o arcebispo designar outro diretor. De modo que, “marcou época em Minas”, pelo impressionante movimento que o arcebispo, segundo Leite (1943, p. 43). Para o autor, Dom Cabral “criou um ambiente de simpatia pelos sacerdotes, favoreceu o suscitamento das vocações. Realizou centenas de festas, assembleias, palestras, conferências, métodos de conquista, uma revista, tendo em mira as vocações”. Mas foram três fatores que causaram o resultado esperado da Obras das Vocações Sacerdotais, todos atribuídos a D. Cabral, que não “poupou imolações heroicas e edificantes”: 1) O espírito de fé, com a iniciativa e organização do arcebispo; 2) o Congresso Catequético, de 1928, com sua “consequente instrução religiosa nas escolas, trabalho sutil e profundo que a catecismo despertou na alma das crianças”; e 3) O culto da Eucarística na sua aplicação à vida, intensificado pela comunhão frequente nas paróquias e pelo intenso movimento de “adoração perpétua” oriundo do Congresso Eucarístico Nacional, de 1936 em Belo Horizonte.

Dom Cabral afirma que no ano que assumiu a diocese mineira até a fundação do Seminário havia apenas 74 sacerdotes do clero secular, dos quais “02 eram mais de oitenta anos, 20 com mais de sessenta anos, 33 com mais de quarenta anos e 21 sacerdotes com menos de 40 anos” (1927c, p. 11). Portanto, a fundação do Seminário era uma necessidade que urgia para a formação do clero da diocese, a fim de atender a numerosa população do território, quase duplicada após a instalação da diocese, além de ampliar a Ação Católica do bispado em toda a extensão da circunscrição. No livro “O Centenário de Dom Cabral”, coletânea de artigos e discursos comemorativos aos 100 anos do arcebispo em 1984, há o relato de diversos sacerdotes e prelados do alto clero brasileiro ordenados por Dom Cabral, por exemplo, a ordenação do Padre Pedro Evangelista, que viria a ser o primeiro sacerdote de três irmãos ordenados pelo arcebispo; e um pai que ofereceu para a vida eclesial os nove filhos, sendo 3 moças religiosas e 7 rapazes sacerdotes, dos quais 5 foram ordenados por Dom Cabral no Seminário (um deles já na 1º turma de 1923). Dom Amaral (1986, p. 64-69),

²³⁴ “O Horizonte”, 15/12/1923, ano 1, n 38, s/p.

ordenado padre por Dom Cabral e Arcebispo de Uberaba, relata que, em 1943, Dom Cabral já tinha ordenado 96 sacerdotes só para a sua Arquidiocese de Belo Horizonte, mas de padres e religiosos, ele já tinha ordenado mais de cem, “De maneira que, em toda a sua vida, ele atingiu quase três centenas de ordenações sacerdotais”. Amaral enfatiza que, na história eclesiástica do Brasil, “conhecia apenas um padre que havia superado o número de ordenações de Dom Cabral, o saudoso Dom José Carlos de Aguirre, da Diocese de Sorocaba (de 1924 a 1973), que teve a aventura de ordenar mais de quatro centenas de sacerdotes”. Mas o que mais se destaca na atuação do Seminário de Dom Cabral, segundo o autor, são os “mais de dez sacerdotes ordenados por ele que se tornaram Bispos para a Santa Igreja”, alguns exemplos são o próprio Dom Amaral – Arquidiocese de Uberaba, o Arcebispo de Diamantina, o Bispo da Diocese de Oliveira, o Arcebispo de Juiz de Fora, o Bispo de Taubaté (São Paulo), alguns dos Reitores do Seminário, dentre outros.

Tabela 15 - Relação de seminaristas, cursos e ordenações do Seminário de 1923 a 1943

Período	Cursos	Quantidade de seminaristas	Quantidade de Bolsas	Quantidade de ordenações
1923	Teologia (8) Filosofia (9) Curso Preparatório (18)	35 ²³⁵	-	2
1924	-	42	-	07
1925	-	50	-	
1926	-	60	-	
1927	Teologia (19) Filosofia Humanidades	63	14	04
1928		67		25
1929		90 ²³⁶		
1930		101 ²³⁷		
1931		112		

²³⁵ O livro “Dom Cabral e suas Obras” relata 26 alunos na p. 37 e 27 alunos na p. 42 na data de fundação do Seminário, em março de 1923. No Livro de Tombo I da Arquidiocese (1922-1927, p. 46A) e na Carta Pastoral sobre o Seminário (1927, p. 11) consta o registro de 35 alunos que concluíram o ano de 1923 no Seminário. Já segundo Matos (1990), em uma entrevista com Dom Alexandre (em 1988), ele afirma que eram 33 alunos, conforme um retrato feito naquela ocasião da inauguração do Seminário e que existe até hoje.

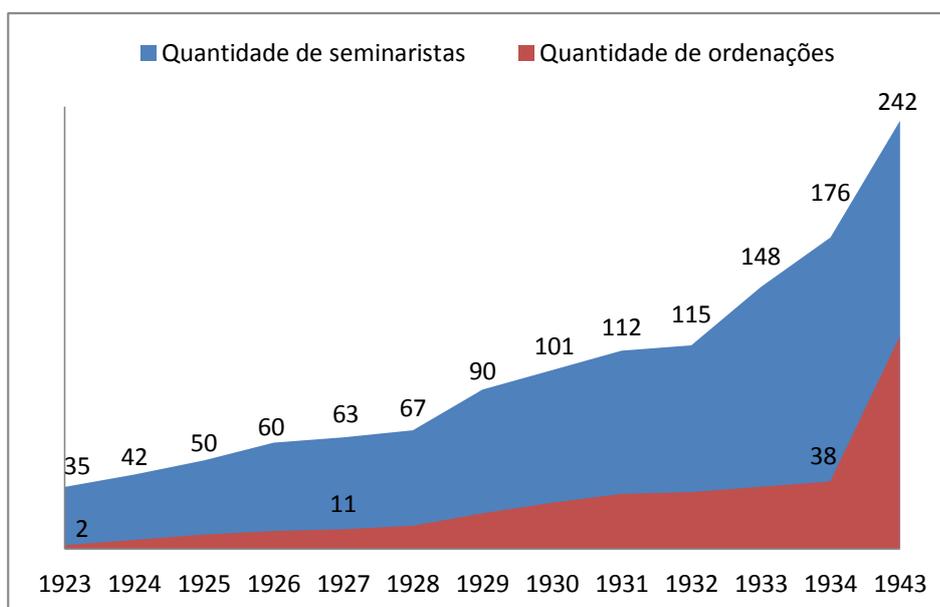
²³⁶ Leite (1943, p. 37) refere-se ao quantitativo desse ano como um “[...] milagre ter acomodado 90 seminaristas naquela casa” na estrutura provisória onde residia também o bispo no Palácio Episcopal.

²³⁷ Quantitativo já alojado nas novas e espaçosas dependências dos prédios construídos para o Seminário, no Bairro Bela Vista.

1932		115	
1933		148	
1934		176	
Total que frequentou os cursos de 1923 a 1934		354	38
1943	Seminário Menor	148 (91 da diocese) (57 de outras)	143 * ²³⁸
	Seminário Maior	94 (40 da diocese) (54 de outras)	

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora segundo as informações retiradas das fontes consultadas na pesquisa.

Gráfico 6 - Quantitativo de seminarista em relação ao quantitativo de ordenações de 1923-1943



Fonte: Gráfico elaborado pela pesquisadora segundo as informações das fontes consultadas na pesquisa.²³⁹

Em uma referência à educação clássica e científica, Torres (1972, p. 160-161) destaca que não é importante decidir entre “a velha querela entre as faculdades, isso é, a da superioridade entre as formas de ensino”, pois poderíamos fugir ao real problema uma vez que há “muitas finalidades para o homem e que são muitas as espécies de educação”. Mas prefere admitir que “há tendências inatas individuais, e mesmo étnicas a certas formas de atividade, e que, assim os indivíduos procuram o que lhes agrada”. De modo que, seja como for, “como a educação clássica tem a sua razão de ser e seu valor, que não podem ser

²³⁸ Na pesquisa não foi possível verificar o quantitativo total de ordenações até o ano de 1943. Um dos autores faz menção que só 96 ordenações permaneceram como sacerdotes na jurisdição da Arquidiocese de Belo Horizonte, mas não indica o quantitativo total de sacerdotes ordenados.

²³⁹ A fonte de dados do gráfico é a mesma da tabela que o antecede.

contestados, pode-se dizer o mesmo da formação humanística que sempre foram úteis aos mineiros, e podem ser responsáveis por muitos êxitos em matéria de política”. Isto significa que, seja o clássico ou científico, muito influenciaram para a “tradicional sagacidade” mineira. Mas o autor ressalta uma questão paralela de educação, mas “digna de estudo” – a dos ex-seminaristas:

Por força de motivos óbvios, grande número de rapazes que começam estudos eclesiásticos, deixa de receber as ordens. Se outrora muitos dos seminaristas iam até o fim, embora sem verdadeira Vocação religiosa, e há muitas razões para explicar o fato, modernamente, os que vão ao fim são geralmente os que se destinam efetivamente ao sacerdócio. O resultado é que, muitos rapazes que frequentaram estudos de seminário os deixam, e vão tentar outras atividades. Ora, de sua passagem pelas escolas de preparação para o sacerdócio, esses rapazes adquirem não somente uma formação clássica boa, hábitos de estudo meticolosos, disciplina intelectual, e também, e principalmente, formação religiosa sólida e profunda. O resultado é que, na prática, os ex-seminaristas que não perderam a fé e não se tornaram anticlericais por motivo de problemas com seus professores, transformaram-se em excelentes membros do laicato, já que possuem uma sólida cultura religiosa, coisa que não é comum entre leigos brasileiros. (TORRES, 1972, p. 161)

Assim, o autor enfatiza que não obrigatoriamente, mas, de maneira bem comum, os ex-seminaristas “trazem para a vida civil hábitos, valores e cultura religiosa sólida, admitindo que o relativo desfalque quantitativo” proveniente dos que não chegam à ordenação sacerdotal é “compensado pelo aparecimento de uma categoria de leigos” com boa formação católica, ou seja, com uma formação intelectual e profundamente religiosa, podendo ser considerada também uma elite intelectual para Cristo. Nessa perspectiva, de uma erudita e sólida formação superior intelectual e católica, Matos (1990, p. 95) contextualiza que, após a campanha pró-ensino religioso na escola pública durante o horário escolar e o empenho pela escola confessional, a atenção da liderança católica volta-se, naturalmente, ao ensino superior com os “estudos superiores católicos”. Em 1932, com a criação do “Instituto Católico de Estudos Superiores”, no Rio de Janeiro, sob direção de Sobral Pinto, o jornal “O Horizonte” divulgou:

UMA GRANDE REALIZAÇÃO

Acaba de nos chegar no Rio a grata notícia da fundação ali do Instituto Católico de Estudos Superiores, magnífica iniciativa de Tristão de Ataíde. Na desorientação intelectual em que se vive no Brasil, este Instituto surge como uma esperança de muitas promessas. Era mesmo uma necessidade. É preciso formarmos uma elite católica de rumos seguros dentro de uma cultura sólida, bem orientada, bem definida. O trabalho do Centro D. Vital não bastava para isso. Mas o Centro d. Vital funda este Instituto e dilata assim o raio de sua ação já tão benemérita. ²⁴⁰

²⁴⁰ “O Horizonte”, 21/05/1932, ano 10, n. 875, p. 1 apud MATOS, 1990, p. 95-96. Segundo o autor, a Universidade Católica, sonhada por Dom Leme, surgiu em 1942.

Os jornais católicos de Belo Horizonte já indicavam, com essa e demais edições, inclusive a supracitada “D. Antonio e os intelectuais” publicada no mesmo ano, a atenção da arquidiocese de Dom Cabral voltada para a educação superior católica dos leigos. Anos mais tarde, em uma das edições do jornal “O Diário”, de 1935, divulgando o processo de criação da Universidade do Brasil, o artigo denominado “A universidade meã” (A universidade mediana), continha severas críticas ao projeto da cidade universitária:

As últimas notícias relativas aos trabalhos de comissão encarregada de elaborar as bases do anteprojeto da cidade universitária, notificam que foi rejeitada a proposta do ilustre professor Jonathas Serrano, no sentido de criação de uma faculdade de Teologia, como parte integrante do plano universitário, de que cogita o ministro da Educação, Sr. Gustavo Capanema. Mais uma vez o espírito estreitamente sectário de alguns professores pretende por óbices a uma realização, **que favorece, não apenas a cultura católica, mas dá um atestado frisante do alevantamento da nossa cultura geral.** O conceito de “universidade” que demonstram ter os opositores do Sr. Jonathas Serrano é o mais mesquinho e limitado, pois confina o universalismo da cultura a certos horizontes de raio exíguo. Conceito meramente racionalista, ou simplesmente marxista, que mutila o homem. Entretanto, quando acusado de sectarismo, alegarão de certo esses senhores, que são liberais e que se batem pela sacrosanta liberdade de consciência e outras lérias com que embaçam a parvoíce dos semi-cultos. Bem mais liberal, bem mais grandioso e integral, bem mais universal, era o conceito do grande Newman. Para ele, universidade não era um simples ajuntamento de escolas de ciências mais ou menos exatas, de institutos profissionais [...] O que levou os membros da comissão a discordar do Sr. Serrano, não foi, pois o desejo de afirmar a verdadeira cultura contra algo impróprio ou de discordante, no plano universitário, **mas a preocupação liliputiana de amordaçar o gigante, isto é, mais um desses golpes com que os adversários da Igreja procuram sufocar-lhe a grande voz libertadora e apostólica.** Bem mais inteligentes se mostraram da Universidade de Minas Gerais neles consignando a criação da Faculdade de Teologia [...] ²⁴¹

O artigo ressalta a preocupação da imprensa católica com a formação intelectual nas universidades e o novo impasse com os liberais laicos no favorecimento da cultura católica na educação superior, enfatizando, novamente, a “briga” política e social da Igreja no Brasil por reconhecimento e mais “espaço”, mas, agora, no âmbito do ensino universitário uma vez que estava almejado a inclusão da educação religiosa nos demais níveis de instrução educacional do país. A Ação Católica se mantém firme no Brasil, nesta ocasião, no contexto de criação das faculdades e universidades brasileiras. Nesse intento de “reconquistar a elite intelectual para Cristo”, segundo Matos (1990, p. 96), Minas Gerais não ficou para trás. Em 1º de maio de 1936, inaugura o “Instituto de Cultura Católica” em Belo Horizonte. O jornal “O Diário” publicou o discurso de abertura do instituto, do recém-nomeado reitor, Padre Álvaro Negromonte, no artigo intitulado “Inaugurou-se, ontem, o Instituto de Cultura Católica”:

²⁴¹ “O Diário”, 01/08/1935, ano 1, n. 150, p. 2, grifo nosso.

O Instituto tem por fim ministrar á mocidade os conhecimentos da Religião, orientar bem os seus estudos e dar-lhes uma boa preparação para a luta pela vida. [...] Infelizmente, em matéria de religião estamos quase completamente desparelhados. [...] Não temos fé consciente. Possuímos, unicamente, sentimento religioso. Daí, os erros nascidos do nosso desconhecimento da Religião. [...] O Instituto de Cultura Religiosa era, em vista do quadro esboçado, uma necessidade. **Nasceu como precursor da Universidade Católica**, necessária para a salvação da Igreja que prestigia os homens, mas os homens que prestigiam a Igreja. Isto surgiu do laicismo. Da falta de filosofia para dar sentido à vida. Precisamos da cultura cristã para nos por à altura das necessidade da Igreja. Para colaborar nessa tarefa é que se fundou o Instituto de Cultura Católica. O Instituto imprimirá aos seus estudos seriedade e o cunho cristão e cultural, dando unidade e orientação ao conhecimento, combatendo, ao mesmo tempo, o diletante e autodidata.²⁴²

O Instituto, fundado na década de 1930, foi uma das primeiras iniciativas da Igreja, no estado mineiro e durante a administração episcopal de Dom Cabral, de direcionar a influência católica no campo da educação superior, “gérmen” da futura Universidade Católica de Minas Gerais, fundada em 1958. Com a finalidade de “reconquistar a elite intelectual” através dos estudos superiores de cunho católico, dando formação e direcionamento intelectual e religioso, por meio do conhecimento científico e cristão, ao mesmo tempo combatendo os ignorantes da religião e os “eruditos” laicos. Torres (1972, p. 163) destaca que, ao iniciar a década de 40, depois da frustrada experiência da Universidade do Distrito Federal, os meios culturais brasileiros convenceram-se de que de era necessária uma “renovação do ensino universitário brasileiro, com a criação de faculdades de caráter mais cultural, isto é, procurando formar pesquisadores e desenvolver os estudos teóricos, fugindo ao esquema tradicional das escolas destinadas a formar apenas profissionais liberais”. Iniciando-se pela criação de faculdades de filosofias, pois como “criticar o Brasil” por não ter filósofos, historiadores, sociólogos; ou criticar as falhas do ensino secundário, “se os professores eram meros autodidatas escolhidos por palpite, digamos assim, se não haviam onde estudassem tais ciências?”. De acordo com o autor, “desde a expulsão dos jesuítas e a extinção dos colégios de artes, não havia cursos superiores de filosofia, salvo a Faculdade são Bento”, depois do fracasso da Universidade do Distrito Federal. Em Belo Horizonte,

as irmãs dominicanas, que vinham desde os começos da capital o modelar Colégio Santa Maria, resolveram, ousadamente, fundar uma faculdade de filosofia. Com os modestos recursos humanos da época, usando como infra-estrutura material as instalações do Colégio (era pouco mais que um curso anexo, ao começo) e boa vontade generalizada, a faculdade nasceu, e cresceu durante muito tempo sob a proteção das madres dominicanas. – **Mais tarde, o espírito empreendedor de Dom Cabral transformando-a em base para universidade católica de Minas Gerais. Como, paralelamente, Padre Agnaldo Leal havia fundado uma escola de serviço social, as duas e outras faculdades que então se criaram, nasceu a UCMG.** (TORRES, 1972, p. 163)

²⁴² “O Diário”, 02/05/1936, ano 2, n. 382, p. 8 apud MATOS, 1990, p. 96, grifo do autor.

Assim, a primeira instituição católica de educação superior em Minas Gerais, surgia a partir da iniciativa de Dom Cabral ao transformar a preexistente Faculdade de Filosofia “Santa Maria”, a Escola de Serviço Social do Padre Agnaldo e mais outras faculdades fundadas, que integraram inicialmente a base da recém-criada Universidade Católica de Minas Gerais – UCMG. Segundo a Arquidiocese de Belo Horizonte, a exemplo das universidades católicas já formadas no Rio de Janeiro (1940), em São Paulo (1946) e no Rio Grande do Sul (1948), Belo Horizonte também queria sua universidade católica. O objetivo da criação da instituição católica de ensino superior, na capital mineira, era oferecer à juventude que emergia dos colégios, quase todos religiosos na época, uma “opção de universidade comprometida com a saúde física e mental das pessoas, com o regaste dos pobres e com a justiça e os direitos fundamentais dos cidadãos”. Deste modo, em junho de 1948, é criada a Sociedade Mineira de Cultura, mantenedora da futura universidade, sendo incorporada à Sociedade a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria (em 1949), seguida pela Escola de Enfermagem Hugo Werneck e da Faculdade de Ciências Médicas (em 1951), e da Escola de Educação Física (em 1952). A Escola de Serviço Social foi incorporada apenas em 1954, com “todo o seu patrimônio, incluindo o imóvel, a vasta biblioteca, cumprindo, assim as determinações do Ministério da Educação”. Em 12 de dezembro de 1958, o presidente Juscelino Kubitschek assina o decreto de criação da primeira Universidade Católica de Minas Gerais²⁴³.

A rápida expansão da primeira universidade católica do estado de Minas, segundo Torres (1972), fez com que passasse a funcionar, em grande parte, em edifício próprio construído em terrenos da arquidiocese junto ao Palácio Episcopal Cristo Rei, na Avenida Brasil, no centro da capital mineira. Depois, com a expansão crescente e com as transformações do ensino de seminário, com a redução do número de seminarianistas, o Seminário deixou sua sede para ocupar um espaço menor, assim, as imensas instalações do seminário Eucarístico passaram a ser o campus da Universidade, que no momento já agregava um bom número de faculdades e institutos. Concretizando, então, o sonhado plano de Dom Cabral ao adquirir as terras da Fazenda Gameleira, no Bairro Bela Vista, destinadas ao Seminário e sua “idealizada universidade católica”, décadas antes da possível efetivação desse empreendimento. Ribeiro (1986, p. 54) enfatiza a inteligência “visionária” de Dom Cabral, que via longe, como que penetrava na espessura do tempo, pois um dia lhe perguntou por que

²⁴³ PUC MINAS. A história da Universidade: concretização do sonho de Dom Cabral. Disponível em: <https://www.pucminas.br/institucional/Paginas/um-pouco-de-historia.aspx>. Acesso em: 17 jul. 2021.

se empenhava na “construção de um Seminário tão grande para uma cidade cujos habitantes não ultrapassavam de 200.000 pessoas. E o arcebispo respondeu com simplicidade: Penso numa futura universidade”, reservando quatro quarteirões para a construção da futura universidade católica. Em toda área que contemplava o terreno adquirido²⁴⁴, é hoje, além do Campus da PUC Minas, os Bairros Coração Eucarístico e Dom Cabral.

De acordo com Torres (1972, p. 164), algumas iniciativas da Universidade Católica de Minas Gerais, foram significativas e tiveram um “grande alcance, como por exemplo, a primeira escola de cinema fundada no Brasil”. Em 1972, o autor relata que a UCMG tinha como entidade mantenedora a “Fundação Mineira de Cultura” e estava obtendo “bons resultados” na formação de diferentes profissionais, podendo ser “considerado um êxito” ao se expandir para as cidades do interior do estado com cursos polivalentes. Além disso, descreve a organização da Universidade Católica de Minas Gerais neste mesmo ano, mantendo as faculdades iniciais de sua fundação, além de outras:

1. Reitoria
2. Universidades de ensino e pesquisa:
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria;
Faculdade Mineira de Direito;
Escola de Serviço Social;
Instituto de Psicologia;
Escola Superior de Cinema;
Instituto Politécnico (IPUC);
Instituto Central de Filosofia;
Faculdade de Enfermagem Hugo Werneck.
3. Setor Auxiliar
Ginásio da Universidade Católica;
Instituto de Orientação Juvenil.
4. Órgãos complementares
Biblioteca Central.
5. Colégios supervisionados pela UCMG
Colégio Santa Maria;
Colégio Arquidiocesano. (TORRES, 1972, p. 164)

Assim, a atual Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), foi inaugurada em 12 de dezembro de 1958, com o nome de Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG), na época pelo recente Arcebispo de Belo Horizonte, Dom João Resende Costa, sucessor de Dom Cabral após o mesmo ficar definitivamente impossibilitado de continuar na administração da diocese. Nos dias atuais, a Sociedade Mineira de Cultura continua uma entidade filantrópica, confessional e católica, mantenedora de instituições de ensino – do ensino básico (Colégio Santa Maria Minas) a pós-graduação *stricto sensu* (PUC Minas) – com a finalidade de “incentivá-las a contribuir para a realização de seus objetivos de

²⁴⁴ Cf. Anexo 27 – Imagem área do terreno na década de 60.

instrumento do povo de Deus e difusora de ação missionária da Igreja Católica Universal e da Igreja local, a fim de contribuir para a formação cristã de uma cultura adaptada à realidade brasileira”²⁴⁵. Sendo a Pontifícia Universidade Católica de Minas considerada a maior universidade do estado mineiro, com o reconhecimento do Vaticano como a maior universidade católica do mundo em número de alunos e professores, em 2010, com 63,5 mil estudantes e quatro mil funcionários e professores, distribuídos em 101 cursos de graduação, 200 especializações e 27 cursos de mestrado e doutorado²⁴⁶. Já ao final do ano de 2020, contava com 78.140 alunos, 1.499 docentes e com quase três mil outros funcionários²⁴⁷. Na página institucional da PUC Minas, ela inicia o texto sobre a história da instituição com a seguinte declaração:

nasceu a PUC Minas, fruto do sonho de um homem, conhecido e eternizado pelo bairro que leva o seu nome: Dom Antônio dos Santos Cabral, o Dom Cabral. Esse sonho concretizado hoje faz parte diretamente da vida de alunos, professores e funcionários, e, indiretamente, da vida de milhares de pessoas beneficiadas por projetos de extensão e pesquisa e pelos profissionais formados na Universidade desde a sua criação.²⁴⁸

Podemos concluir que, de alguma forma, Dom Cabral conseguiu efetivar com êxito grande parte de seus planos propostos desde o início de sua administração episcopal na capital mineira, com sonhos idealizados e estrategicamente implantados durante seus 34 anos de gestão eclesiástica, sendo o ápice de um deles, com repercussão para além do território mineiro, concretizado posterior ao seu mandato como Arcebispo de Belo Horizonte. O arcebispo não conseguiu participar da inauguração de sua tão almejada primeira Universidade Católica do estado de Minas Gerais, mas tornou-se claro, com os fatos revelados pela pesquisa, que sem a sua articulação e administração modernizadora, ao mesmo tempo que tentava preservar os interesses conservadores da Igreja, não teria sido possível a atual PUC Minas iniciar suas atividades com esplendor em 1958. O Arcebispo de Belo Horizonte, em vigor no ano de inauguração da Universidade Católica de Minas Gerais, só finalizou o

²⁴⁵ PUC MINAS. Sociedade Mineira de Cultura. Disponível em: <https://www.pucminas.br/institucional/Paginas/entidade-mantenedora.aspx>. Acesso em: 17 jul. 2021.

²⁴⁶ MOTTA, Felipe. Vaticano reconhece PUC-MG como a maior universidade católica do mundo. Folha de São Paulo. 08/09/2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/saber/795599-vaticano-reconhece-puc-mg-como-a-maior-universidade-catolica-do-mundo.shtml>. Acesso em: 17 jul. 2021.

²⁴⁷ Dados obtidos no PUC MINAS. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Informe Institucional 2º semestre de 2020 - PUC Minas em números. Disponível em: <http://www.revista.pucminas.br/wp-content/uploads/numeros-ed23.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2021.

²⁴⁸ PUC MINAS. A história da Universidade: concretização do sonho de Dom Cabral. Disponível em: <https://www.pucminas.br/institucional/Paginas/um-pouco-de-historia.aspx>. Acesso em: 17 jul. 2021.

processo iniciado e construído durante décadas por Dom Cabral, como a própria instituição denomina: “PUC Minas, fruto do sonho de um homem – a concretização do sonho de Dom Cabral”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É assim D. Antonio dos Santos Cabral.
Isto ele fez, mas se ele fez tudo isto, é porque ele é tudo isto. Muito mais do que fez o que fez D. Antonio dos Santos Cabral, eu admiro o que é D. Antonio dos Santos Cabral – o homem, o cristão, o Sacerdote, o Bispo, o Arcebispo fundador da Arquidiocese de Belo Horizonte e das Dioceses de Oliveira, de Divinópolis e de Sete Lagoas.

Dom Alexandre Gonçalves do Amaral – Arcebispo Emérito de Uberara.²⁴⁹

Foram essas as exatas palavras utilizadas pelo o Arcebispo Emérito de Uberaba ao se referir a Dom Cabral. Como vários outros clérigos, D. Amaral ao mencionar as realizações do arcebispo a frente da diocese de Belo Horizonte enaltece o sacerdote como um “dos pioneiros do Concilium Plenarium Brasiliense e do Concílio Ecumênico Vaticano Segundo”. Dom Antonio dos Santos Cabral – o Arcebispo “das numerosas ordenações sacerdotais e consagrações episcopais, o Arcebispo dos Congressos Eucarísticos, da Imprensa Católica, o pioneiro da Ação Católica e do Movimento Litúrgico no Brasil” (AMARAL, 1986, p. 72). Nos deparamos na pesquisa documental com raras fontes que criticassem a pessoa ou a postura episcopal de Dom Cabral. De maneira geral, os documentos e autores identificados no estudo enfatizam o sacerdote e a sua gestão eclesial como peculiar, estratégica e eficiente. Adjetivos empregados a um bom administrador seja no campo religioso, econômico, político ou social.

Habilidoso! Atributo que mais se evidencia em Dom Cabral durante o estudo. Foi um administrador hábil ao encontrar uma paróquia em sua cidade natal, Propriá, na mesma gestão de seu antigo vigário, o qual o tinha batizado e cuja vocação sacerdotal tinha identificado e direcionado aos estudos religiosos para o sacerdócio, iniciando suas ações gerenciais e religiosas após nomeação como pároco oficial, surpreendendo, principalmente o alto clero da Igreja, pela pouca idade e eficiência em curto tempo. Apesar da pouca idade ao assumir a direção da paróquia, com seus 27 anos, foi definido como um padre “estupendo”, por aumentar, em um curto lapso de tempo, a vida eucarística do município resultando em um “surto prodigioso,” um progresso religioso recorde para uma paróquia do interior. Suas ações consideradas “magníficas” não passaram despercebidas e logo recebeu o reconhecimento por seu ágil trabalho sacerdotal, sendo nomeado Cônego e recebendo o título de Monsenhor com

²⁴⁹ Dom Alexandre Gonçalves do Amaral, primeiro arcebispo de Uberaba, professor de Filosofia e Teologia do Seminário do Coração Eucarístico, foi ordenado bispo por Dom Cabral em outubro de 1939, quando nomeado para assumir a diocese de Uberaba. Discurso pronunciado na sessão solene realizada na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC MG, em 09/10/1984. (AMARAL, 1986).

dois anos de paroquiado. Devido aos seus feitos e excelente desempenho religioso, não só em número de fiéis e obras executadas, mas também na defesa dos preceitos e valores conservadores da Igreja, logo foi pressionado a aceitar um cargo superior, como Bispo da Diocese de Natal. A personalidade apta à autoridade e a obediência hierárquica, em muito advinda de sua formação sacerdotal e pessoal (provavelmente familiar e patriarcal, com o pai um coronel de respeito e influência), fez com que aceitasse rumos maiores no apostolado católico mesmo resistente a nova atribuição clerical. Tornou-se, então, em uma rápida ascensão, prelado do alto clero da Igreja brasileira, em apenas seis anos de paroquiado e aos trinta e poucos anos de idade, novamente, jovem para tamanha atribuição do cargo.

Como Bispo de Natal suas ações administrativas eficientes, principalmente no campo financeiro, determinaram novos rumos da diocese que, antes em déficit econômico e dívidas, depois da competente atuação de Dom Cabral, passou a próspera e com considerável patrimônio. Mas, o que se destaca em sua primeira gestão episcopal, além de seus feitos de “ordem material”, foram os primeiros indícios de sua Ação Católica na importante implantação e solidificação dos meios para recatolização da sociedade. Obras em prol da formação religiosa dos leigos e do clero, iniciadas um ano após assumir a diocese, como a Congregação para Moços, o Seminário de São Pedro (que se mantém até hoje) e outras dezenas de instituições católicas destinadas a moças, rapazes e operários; a fundação de uma revista e periódicos religiosos, implementando e impulsionando o órgão oficial da imprensa católica em Natal e região; ou seja, em uma hábil gestão eclesiástica de quatro anos, concretizou ações que trouxeram benefícios financeiros para a Igreja, além de fomentar e ampliar os princípios conservadores do catolicismo naquela sociedade. Logo, recebeu elogios por sua “operosidade” estratégica, seu “pulso forte e inteligência atilada” e, outra vez, seu desempenho sacerdotal não passou despercebido, sendo transferido para a recém-criada diocese da capital do estado de Minas Gerais.

A recente capital do estado e a nova diocese mineira trouxeram desafios maiores e, por consequência, um maior reconhecimento aos 34 anos de habilidosas ações como primeiro Bispo e Arcebispo de Belo Horizonte. Sim... é proposital o uso abundante da palavra habilidade e suas derivações, pois concluímos ser a grande característica de Dom Cabral a frente da Arquidiocese de Belo Horizonte. Foi por sua hábil administração episcopal em Minas Gerais e as realizações que concretizou na capital mineira, principalmente no campo educacional, que ecoam até os dias atuais (quase um século depois de assumir a diocese) que conheci o importante primeiro bispo da capital mineira. Com uma atuação modernizadora na estruturação e organização administrativa de seu território eclesiástico, na busca para captação

de recursos e receita a fim de financiar seus projetos, ao mesmo tempo, que mantinha uma postura conservadora diante os princípios moralizantes e hierárquicos da Igreja na sociedade. Assim atuou Dom Cabral em Minas Gerais durante três décadas, em ações de maior dimensão e intensidade que havia experimentando em Natal. Matos (1990) retrata o seu governo episcopal em Belo Horizonte, como um

“bispo moderno”, um progressista com ideias e práticas “avançadas”. E isso devido, particularmente, à sua posição de reconhecimento e valorização do laicato na Igreja. Conseguiu, de fato, envolver grupos significativos na vida e na pastoral da Igreja, fato novo naquele tempo. Trabalhou preferencialmente, com círculos de elite, sem esquecer, entretanto, as massas, sobretudo o operariado. Concentra sua atuação junto aos leigos, na promoção da Ação Católica, dentro da qual destacou a Imprensa. Tornou-se, assim, o catalisador de uma dinâmica “militância católica”, tendente a implantar no Brasil “uma Idade Nova”. (MATOS, 1990, p. 454)

O autor define D. Cabral como “bispo progressista, com ideias e práticas avançadas”, por suas intervenções estrategicamente planejadas e executadas a favor da Igreja e da recristianização da sociedade mineira, utilizando sabiamente instrumentos de acesso às massas, como a imprensa católica, além da captação de recursos e a constituição de um patrimônio diocesano em prol da consciência religiosa dos leigos, das vocações sacerdotais e da formação intelectual da elite católica. Tudo muito bem articulado nas suas relações com respeitados e influentes empresários, intelectuais e representantes do governo na militância e na defesa do Brasil católico. Em uma nova estruturação da Igreja, se adaptando a realidade contemporânea e as mudanças advindas com a república, inovando com práticas “avançadas” para a época na promoção dos valores religiosos nos diversos espaços sociais. Isto é, a recatolização da sociedade nos tradicionais preceitos da Igreja se mantinha para o arcebispo, sendo que o seu diferencial estava na maneira de administrar e estruturar suas ações, criando e gestando engenhosamente recursos, ferramentas e pessoas como meio para atingir um fim religioso.

Podemos citar a aquisição de recursos para a instalação e manutenção da nova diocese, criada sem nenhum suporte financeiro do Estado ou da Arquidiocese de Mariana a qual foi desmembrada, ao instituir o “Tributo Sagrado” com a taxação dos serviços religiosos a serem aplicados em todas as paróquias da circunscrição, iniciando então suas primeiras ações frente à constituição do patrimônio episcopal e a implantação dos empreendimentos visados, com a obtenção de receita necessária para a efetivação de seus planos. Dom Cabral adquiriu imóveis que serviram provisoriamente como Palácio Episcopal, Seminário, Cúria diocesana e gráfica do primeiro jornal católico de Belo Horizonte, contudo, estes imóveis provisórios seriam apenas o ponta pé inicial da gestão financeira do bispo em prol do vasto patrimônio religioso,

o qual foi habilidosamente organizado e empregado em outros imóveis e ações até a concretização de projetos maiores, tais como: a construção do Palácio Episcopal (que se mantém até hoje como residência do arcebispo), ao lado dos prédios da administração estadual e do Palácio do Governo, condigno de um “Príncipe da Igreja”; a reforma da Catedral sublime a Arquidiocese da capital de um importante estado, além da ereção de diversas paróquias na circunscrição a fim de atender fervorosamente a numerosa população do bispado; e a construção do espaçoso local para o Seminário diocesano, possibilitando acomodar um grande número de seminaristas e legitimando, de maneira confortável e propícia, a formação dos sacerdotes apóstolos da Igreja e, no futuro, da elite intelectual católica, com a criação da primeira universidade católica do estado. Adquiriu propriedades, arrendou, vendeu-as, realizou construções, reformas, em grande parte financiado com o apoio dos católicos e até do governo estadual e municipal, mas, quando necessário, utilizando recursos próprios oriundos de herança familiar, tudo em prol dos empreendimentos e patrimônio da diocese.

Dentre tantos fatos relevantes que o denominaram um “bispo modernizador”, não poderíamos deixar de ressaltar a sua árdua defesa e implantação da Imprensa Católica, criando o Conselho de Imprensa da diocese já no primeiro ano de sua administração, com o intuito de organizar e publicar o primeiro jornal religioso da capital, um órgão oficial e autorizado a esclarecer e orientar a consciência católica na solução dos múltiplos problemas de ordem religiosa, moral e social que perturbavam os belo-horizontinos. Para isso, mobilizou recursos e esforços, nomeando importantes sacerdotes e leigos militantes como membros do Conselho e da direção do jornal. Mas, alguns anos depois, não satisfeito com um semanário católico, queria um jornal religioso diário e menos confessional, que contemplasse não só os assuntos da Igreja, mas todos os aspectos sociais da vida dos mineiros. Semelhante aos demais jornais de circulação na imprensa mineira, com um teor mais adequado ao “moderno” abordando diferentes questões do Brasil e do exterior e, assim, influenciando catolicamente todas as áreas da sociedade mineira. Mesmo com um ar contemporâneo, explanando diversos âmbitos do modo de vida atual, não deixava de ser um relevante direcionador dos valores e costumes orientados pela Igreja Católica Apostólica Romana, fiel ao Sumo Sacerdote – o Papa. Apesar de ter sido considerado durante muitos anos um dos melhores jornais católicos do país, perdurando até 1969, anos depois do falecimento de D. Cabral, não foi um dos investimentos com finalidades lucrativas, pois a escassa renda obtida das assinaturas e dos anúncios servia, basicamente, para cobrir as despesas do próprio jornal, enfrentado constantes problemas financeiros durante sua existência. A intenção do arcebispo era a criação de um

instrumento que considerava importante na Ação Católica em Minas, pela ampla abrangência e possibilidade de atuação do movimento restaurador católico, ficando conhecido pelo seu enorme prestígio cultural, político e acadêmico, sem se esquecer dos princípios religiosos em suas edições. De modo a criar e utilizar diversas estratégias, sendo a imprensa católica uma delas, como instrumento de grande propagação na defesa e difusão dos fundamentos católicos da vida individual, familiar e social. Os jornais católicos mineiros “O Horizonte” (1923-1934) e “O Diário” (1935-1969) tornaram-se meios de comunicação, uma verdadeira “arma do apostolado”, extremamente importante para informar e formar os leigos no pensamento da Igreja, principalmente no combate “aos inimigos da fé” ao publicar rotineiramente artigos contra o protestantismo, o espiritismo, o comunismo, a maçonaria, legalização do divórcio e outras apologias contrárias ou de ameaças ao catolicismo.

A reorganização eclesiástica proposta em sua circunscrição, principalmente no que se refere à Obra das Vocações Sacerdotais e a ereção de novas paróquias, também se destaca, devido ao considerado aumento na quantidade de sacerdotes e paróquias a fim de possibilitar o “pastoreio” de todo o rebanho católico de seu território, em especial os mais longínquos, minimizando o problema do acesso e assistência dos vigários aos fiéis no interior, dispersos e residentes longe da sede episcopal. Com o propósito de propagar o catolicismo e fortalecer a fé religiosa na capital mineira e nas cidades circunvizinhas, tolhido até então pela distância entre a paróquia e seus diocesanos, impulsionando as vocações sacerdotais e a criação de novas paróquias, não haveria mais empecilhos para uma atuação mais direta e eficiente de seus sacerdotes. Representando o ambicioso objetivo do arcebispo em prosperar o episcopado católico durante sua gestão, de modo a garantir a forte influência da Santa Sé em Minas, aumentando a arrecadação religiosa de sua diocese e mantendo os proventos necessários aos seus planos administrativos e financeiros.

Outro fato relevante no estudo foi como a forte personalidade de Dom Cabral refletiu no êxito e notoriedade de sua administração eclesiástica, muitas vezes causando animosidades com o próprio clero frente a suas determinações em prol de seus propósitos para a arquidiocese. De modo a centralizar e cercear as decisões e despesas de suas paróquias conforme retratado em diferentes situações: o repasse de 10% da receita líquida arrecadada pelas paróquias, curatos e demais associações pias, à administração geral da diocese; a instituição das “Diretorias Paroquiais” com um presidente, vice-presidente, secretários e um tesoureiro, realizando o lançamento de todos os “sócios” da Igreja e as contribuições pagas em livro assinado pelo vigário; e a constituição dos “Conselhos de Fábrica”, com a participação de católicos praticantes e “conceituados” que orientados pelo vigário, presidente

do conselho, o ajudariam a administrar os bens e demais assuntos econômicos, devendo os planejamentos serem aprovados pela autoridade máxima antes da execução, nesse caso o arcebispo Cabral, além dos devidos registros em livro. Sem falar das advertências e determinações que promulgou a fim de evitar qualquer tipo de manifestação que acarretasse despesas demasiadas de natureza “material” sem a sua ciência. Assim, era permitido e determinado pelo “Tributo Sagrado” a realização de eventos como quermesses, barraquinhas e outras festas destinadas a angariar valores que revertissem em recursos para as obras do episcopado. Contudo, não eram autorizados gastos “imoderados” realizados pelas paróquias ao receber o arcebispo durante as visitas pastorais, por exemplo. Traço importante em sua personalidade religiosa e conservadora, de “obediência incondicional” e respeito à hierarquia e autoridade clerical que, de acordo com o Matos (1990, 452-453), era em consequência do seu temperamento e da formação recebida, que acabou por refletir na defesa moralizante de sua Igreja, principalmente perante aos Poderes Públicos, devendo a religião “ocupar um lugar mais iminente, uma vez que defende ‘fins mais nobres’ e tem a seu favor uma longa tradição histórica no Brasil e em Minas”, não permitindo que o arcebispo, como representante oficial da Igreja, “ocupasse posição inferior à dos portadores do ‘poder temporal’, exigindo que em cerimônias oficiais lhe dessem um posto pelo menos igual ao do governador e devendo sua residência arquiépiscopal ser um verdadeiro palácio erguido em frente do Palácio do Governo”.

Sobre o movimento litúrgico, Dom Cabral é considerado um dos bispos brasileiros que mais promoveu o culto ao “Cristo-Rei”, símbolo de sua administração, com procissões e “grandes concentrações de massas com o objetivo de afirmar o poder da Igreja na sociedade mineira tradicionalmente católica. Sua devoção católica, bastante conservadora, fez com que promovesse a eucaristia como expressão máxima de Cristo com “pública demonstração da força social do catolicismo, seja como elemento vitalizador de uma vida cristã chamada a ser fermento na sociedade, ou pela presença e atuação do leigo no meio” (MATOS, 1990, p. 372-373). Por exemplo, o II Congresso Eucarístico Nacional realizado em Belo Horizonte, em setembro de 1936, que marcou a história religiosa na capital mineira, contando com a presença da alta cúpula do clero católico nacional (como o cardeal D. Sebastião Leme, o Núncio Apostólico Dom Bento e inúmeros arcebispos e bispos), com mais de 100 sacerdotes e 250 seminaristas de diferentes regiões do Brasil, diversas autoridades civis, militares e políticas (governador do estado e sua esposa, prefeito da capital), contando com mais de 20.000 fiéis e mais de 30 mil comunhões em cinco dias, representando a finalidade máxima

do Congresso: “a Ação Católica e a Eucaristia em triunfo a nacionalidade brasileira para a Fé Católica e para a Minas Católica” (BICALHO, 1943, p. 46-53).

Dom João Resende Costa, arcebispo que substituiu Dom Cabral em Belo Horizonte e obteve no ano seguinte (1958) o reconhecimento jurídico da primeira Universidade Católica de Minas Gerais (a qual se tornou grão-chanceler), refere-se a Dom Cabral como o “pioneiro da catequese, rica, presente e atualizada”. Foi também o

pioneiro na valorização do laicato, que, em Belo Horizonte, sobretudo através da Ação Católica fez o Evangelho presente na Universidade, na imprensa, na ação social e na responsabilidade política, no mundo cultural e do trabalho, sem falar na escola e na família, forças insubstituíveis na construção de uma sociedade digna, fiel ao pensamento de Deus – o “Apostolicam Actuositatem”²⁵⁰ – onde se pode dizer que estava presente a alma de Dom Cabral no que ele fez pelos leigos e com os leigos. Seu pioneirismo ajudou a caminhada do Concílio. Neste, como em outros pontos. (COSTA, 1984, p.3)

Além de ser reconhecido como o “Arcebispo do Congresso Eucarístico Nacional”, que organizou e realizou em 1936, representando o ápice da Ação Católica de sua administração devido à promulgação da vida eucarística com numerosa participação, não só do clero brasileiro, mas de fiéis advindos de várias partes do país, bem como da presença de importantes civis, governantes e militares, em uma relevante promoção do movimento litúrgico brasileiro e como resultado uma participação mais ativa dos leigos nos assuntos da Igreja, Dom Cabral é reconhecido também como o grande promotor da Ação Católica, na restauração e salvação da sociedade moderna, presente em suas ações no campo educacional. No intuito de recristianizar a sociedade mineira, era necessário um catecismo atuante no ensino público, como meio para alcançar a consciência religiosa dos leigos e recristianizar as novas gerações. Sendo pauta de sua militância católica durante décadas, articuladas em suas relações com políticos e governadores, expressadas na imprensa católica e militada por leigos e intelectuais católicos, organizados e disciplinados, na defesa de uma educação familiar cristã a qual a escola deveria oficialmente dar continuidade. O arcebispo dispôs de todos os esforços possíveis ao seu alcance de modo a efetivar o catecismo da juventude, orientando desde cedo as crianças e jovens nos preceitos religiosos, garantindo através do ensino religioso, na instrução pública e nas diversas associações católicas, a formação de um cidadão religioso e patriota a favor e em defesa do Brasil católico. O catolicismo militante que persistiu por anos, iniciado na década de 1920 e obtendo o êxito desejado na década de 30,

²⁵⁰ “Apostolicam Actuositatem” é o decreto do Concílio Vaticano II sobre o apostolado dos leigos, promulgado pelo Papa em 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651118_apostolicam-actuositatem_po.html. Acesso em: 17 jul. 2021

pôde ser sentido de maneira mais suscetível em Minas Gerais, pelas concessões dos governadores até a reforma do ensino e a oficialização da educação religiosa, facultativa e dentro do horário regular das aulas. A campanha mineira pró-ensino religioso não se limitou apenas à instrução primária, como concedida por alguns anos e normatizada em 1929 no estado, alcançando também os estabelecimentos oficiais de instrução secundária, profissional e normal de Minas Gerais, em 1935. Vitória mineira que no mesmo período era formalizada em âmbito nacional durante o governo de Getúlio Vargas e Francisco Campos, Ministro da Educação.

Com a reintrodução legal do catolicismo na instrução pública básica, a fundação de diversos colégios católicos dirigidos pelas congregações religiosas e o fortalecimento da consciência religiosa dos leigos e das associações da juventude católica, empenhando-se e amparando ativamente os interesses da Igreja, direcionava-se, então, o foco para a educação católica superior com o favorecimento da cultura religiosa nas universidades. Mas como propiciar os estudos católicos superiores para além da formação do clero no seminário, de maneira hábil, formando uma elite intelectual leiga e com sólida base religiosa? Fundando sua própria universidade católica no estado. Assim, articulou Dom Cabral durante anos em Minas Gerais. No entanto, só na década de 40 o contexto educacional se fazia favorável, em uma preocupação com a reforma do ensino universitário brasileiro e a criação de faculdades mais culturais e científicas, em termos de pesquisa e estudos teóricos, do que a limitada formação de profissionais. Com a finalidade de reconquistar e formar a elite leiga através dos estudos superiores de cunho católico, oferecendo formação intelectual e direcionamento religioso, por meio do conhecimento científico e cristão, ao mesmo tempo que combate os intelectuais laicos, Dom Cabral consegue iniciar a efetivação do tão sonhado plano de fundar a primeira Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG). Conseguiu reunir as poucas faculdades católicas criadas com seu apoio nos colégios religiosos da capital, organizando, ainda que pequena, a estrutura necessária para o início da UCMG. Mesmo já doente, sem condições físicas para atuar eficientemente como antes, foi em sua gestão episcopal que se iniciou os primeiros passos para a formalização e o reconhecimento jurídico do governo federal, com o decreto de fundação da UCMG um ano depois do fim da sua administração, inaugurando a atual Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, que recebeu o título de “Pontifícia” após o reconhecimento como universidade católica romana pela Santa Sé, localizada onde era o Seminário do Coração Eucarístico, utilizando todo o seu extenso terreno e ampla estrutura para a formação superior intelectual da sociedade mineira em uma universidade católica. Portanto, concluímos que Dom Cabral em sua trajetória em Minas

Gerais não foi apenas um administrador eclesiástico habilidoso e estrategista, modernizador em sua gestão e ações políticas e econômicas, estruturando um esplêndido patrimônio diocesano que se mantém até hoje, mas foi também um fiel e conservador sacerdote da Igreja Católica Apostólica Romana que cumpriu rigorosamente os princípios religiosos visando uma sociedade moderna mais cristã por meio da educação católica, culturalmente e intelectualmente formada, consciente e devota às obrigações e hierarquia religiosa.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Antônio Joaquim Pires de Carvalho. Dom Antônio e a Ação Católica. In: ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Dom Cabral e suas Obras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1943.

AMARAL, Alexandre Gonçalves do (Dom). Oração Gratulatória no Centenário de Dom Cabral. In: ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **O Centenário de Dom Cabral**. Belo Horizonte: [s.n.], 1986.

ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Arquidiocese em Notícias, anos XIV e XV**. Belo Horizonte, 1984.

ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Dom Cabral e Suas Obras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1943.

ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **O Centenário de Dom Cabral**. Belo Horizonte: [s.n.], 1986.

ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Livro de Tombo I**. 1922-1927.

ARQUIDIOCESE DE MARIANA. **História**. Disponível em: <https://arqmariana.com.br/historia/>. Acesso em: 28 fev. 2021.

ARQUIDIOCESE DE NATAL. **História**. Disponível em: arquiocesedenatal.org.br/especiais/historia. Acesso em: 14 fev. 2021.

BICALHO, José Augusto Dias (Monsenhor). O 2º Congresso Eucarístico Nacional. In: ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Dom Cabral e Suas Obras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1943.

CABRAL, Antônio dos Santos (Dom). **Carta Pastoral saudando os seus diocesanos**. Rio de Janeiro, 1922a.

CABRAL, Antônio dos Santos (Dom). **Circular nº 1: Tributo Sagrado**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922b.

CABRAL, Antônio dos Santos (Dom). **Carta Pastoral – “Determinações” das Conferências Episcopais de 1927**, Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1927a.

CABRAL, Antônio dos Santos (Dom). **Carta Pastoral do Episcopado da Província Eclesiástica de Belo Horizonte – “Determinações” das Conferências Episcopais de 1927**, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1927b.

CABRAL, Antônio dos Santos (Dom). **Carta Pastoral sobre o Seminário do Coração Eucarístico**. Belo Horizonte: Imprensa Diocesana, 1927c.

COSTA, João Resende (Dom). Mensagem Pastoral: Dom Cabral – Um Pioneiro. In: ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Arquidiocese em Notícias, ano XV**. Belo Horizonte, 1984.

COSTA, João Resende (Dom). Centenário de Dom Antônio dos Santos Cabral. In: ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **O Centenário de Dom Cabral**. Belo Horizonte: [s.n.], 1986.

ESTADO DE MINAS – O grande jornal dos mineiros. **BH 100 anos** – Nossa História. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qXRIN2Mvfs4>. Acesso em: 14 fev. 2021.

GOMES, Francisco de Assis Magalhães. O Arcebispo e a Catedral. In: ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Dom Cabral e suas Obras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1943.

GOMES, Laurentino. **1808** - como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

GOMES, Tarcísio de Guadalupe Sá Ferreira. Catedral de Nossa Senhora da Boa Viagem. **Guia de bens tombados IEPHA/MG**. 2º edição. Belo Horizonte. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2014. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/publicacoes/guia-dos-bens-tombados/Publication/4-Guia-dos-Bens-Tombados-Volume-1>. Acesso em: 15 jan. 2021.

GRAVATÁ, Helio. História: mudança da capital de Ouro Preto; Constituição Política do Estado MG. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1904.pdf. Acesso em: 23 fev. 2021.

INNECO, Emanuel. Dom Cabral e suas obras materiais. In: ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Dom Cabral e suas Obras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1943.

LEITE, Leão Medeiros (Monsenhor). Para o Senhor da Messe. In: ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Dom Cabral e suas Obras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1943.

LIMA, João Franzen de. “O Diário” e Dom Cabral. In: ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Dom Cabral e suas Obras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1943.

LIMA, Mario de. O catecismo e a formação do brasileiro. **Conferência realizada no 1º Congresso catechístico de Belo Horizonte em 04-09-1928**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1928.

LINHARES, Joaquim Nabuco. Mudança da Capital – Apontamentos Históricos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1905. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1799.pdf. Acesso em: 23 fev. 2021.

LOTT, Wanessa Pires. **Tem festa de negro na república branca: o reinado em Belo Horizonte na Primeira República**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. Tradução Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MATA-MACHADO, Edgar de Godoi da. O resistente. In: ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **O Centenário de Dom Cabral**. Belo Horizonte: [s.n.], 1986.

MATOS, Anibal. O Espírito Coordenador e Construtor de Dom Antônio Cabral. In: ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Dom Cabral e suas Obras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1943.

MATOS, Henrique Cristiano José (Frater). **Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas, entre 1922 e 1936**. Belo Horizonte: O Lutador, 1990.

MENDES, Oscar. O Operário da Vinha. In: ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Dom Cabral e suas Obras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1943.

MENEZES, Furtado de. **Clero Mineiro, vol. II** (1889-1934). Rio de Janeiro: Oficina Gráfica Renato Americano, 1936.

MENICONI, Mozart. Patrimônio da Arquidiocese realizado por Dom Cabral. In: ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Dom Cabral e suas Obras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1943.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Constituições do Estado de Minas Gerais**: de 1981, 1935, 1945, 1947 e 1967 e suas alterações. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1988. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/400>. Acesso em: 23 fev. 2021.

O DIÁRIO. Jornal da Arquidiocese de Belo Horizonte. 1935 a 1956.

O HORIZONTE. Jornal da Arquidiocese de Belo Horizonte. 1923 a 19533.

OLIVEIRA, João Rodrigues de (Monsenhor). Magnífica Visão Sobrenatural. In: ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Dom Cabral e suas Obras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1943.

OLIVEIRA, Ramiro Barboza de. **O Conservadorismo Católico na Imprensa de Belo Horizonte nas Décadas de 1920-1930** – os jornais O Horizonte e O Diário (1923-1937). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del Rei, 2010.

PASSOS, Mauro. **Depois do dilúvio a bonança: o movimento político-religioso em Belo Horizonte na década de 1970**. In: Simpósio da Associação Brasileira da História das Religiões - ABHR, 10, 2008, Assis. **Anais**. 2008.

REDE MINAS. **Bem Cultural** – Série Palácios – Cristo Rei. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=TotQ-iltzxc>. Acesso em: 15 de jan. 2021.

REIS, Flávia Costa. **O nascimento da Arquidiocese de Belo Horizonte**. Disponível em: <https://centenario.arquidiocesebh.org.br/memoria/o-nascimento-da-arquidiocese-de-bh/>. Acesso em: 26 fev. 2021.

RIBEIRO, Dom Arnaldo. Arquidiocese prepara Centenário de Dom Cabral. In: ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **O Centenário de Dom Cabral**. Belo Horizonte: [s.n.], 1986.

SANTOS, Lucio José dos. Dom Antonio dos Santos Cabral e a Adoração Perpétua. In: ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Dom Cabral e suas Obras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1943.

SEQUEIRA, F. M. Bueno de. Traços Biográficos de D. Cabral. In: ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Dom Cabral e suas Obras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1943a.

SEQUEIRA, F. M. Bueno de. Notícia sobre a Fundação do Arcebispado de Belo Horizonte. In: ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Dom Cabral e suas Obras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1943b.

SOARES, Guilherme. **Fortiter in Re, Suaviter in Modo**. Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/fortiter-re-suaviter-modo-guilherme-soarez>. Acesso em: 15 mar. 2021.

SOARES, Vicente (Monsenhor). A Diocese de Oliveira e Dom Cabral. In: ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Dom Cabral e suas Obras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1943.

SOUZA, Eduardo Alves de. **Dom Antônio dos Santos Cabral e o catolicismo em Belo Horizonte de 1922 a 1936**. 106f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **A Igreja de Deus em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: [s.n.], 1972.

VIANNA, Fernando de Mello. Associações das Mães de Famílias, 1925. In: SILVEIRA, Victor. **Minas Gerais em 1925**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926a.

VIANNA, Fernando de Mello. Catecismo Democrático, 1925. In: SILVEIRA, Victor. **Minas Gerais em 1925**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926b.

ANEXOS

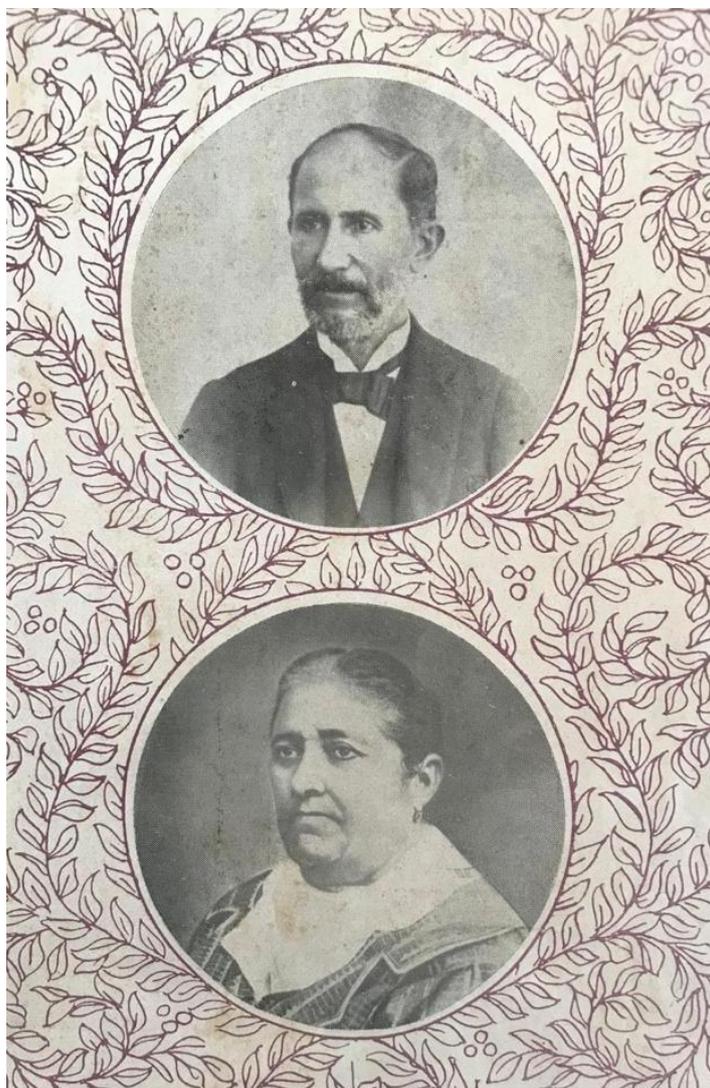
Anexo 1 - Fontes documentais

Catálogo dos documentos históricos encontrados na pesquisa

Ano	Documento	Autoria
1922	Carta Pastoral saudando os seus diocesanos mineiros	CABRAL, Antônio dos Santos (Dom)
1922	Circular nº 1: Tributo Sagrado	CABRAL, Antônio dos Santos (Dom)
1922 - 1927	Livro de Tombo I da Arquidiocese de Belo Horizonte	Arquidiocese de Belo Horizonte
1923 - 1935	Edições do jornal “O Horizonte”	Conselho de Imprensa da Arquidiocese de Belo Horizonte
1925	Minas Gerais em 1925	SILVEIRA, Victor.
1927	Carta Pastoral – “Determinações” das Conferências Episcopais de 1927	CABRAL, Antônio dos Santos (Dom)
1927	Carta Pastoral sobre o Seminário do Coração Eucarístico	CABRAL, Antônio dos Santos (Dom)
1928	O catecismo e a formação do brasileiro. Conferência realizada no 1º Congresso catechístico de Belo Horizonte em 04-09-1928	Lima, Maria de.
1935 - 1956	Edições do jornal “O DIÁRIO”	Conselho de Imprensa da Arquidiocese de Belo Horizonte
1936	Clero Mineiro, vol. II (1889-1934)	MENEZES, Furtado de.
1943	Dom Cabral e suas Obras	Arquidiocese de Belo Horizonte
1972	A Igreja de Deus em Belo Horizonte	TORRES, João Camilo de Oliveira.
1984	Arquidiocese em Notícias, anos XIV e XV.	Arquidiocese de Belo Horizonte
1986	O Centenário de Dom Cabral	Arquidiocese de Belo Horizonte

Anexo 2 - Progenitores de Dom Antônio dos Santos Cabral

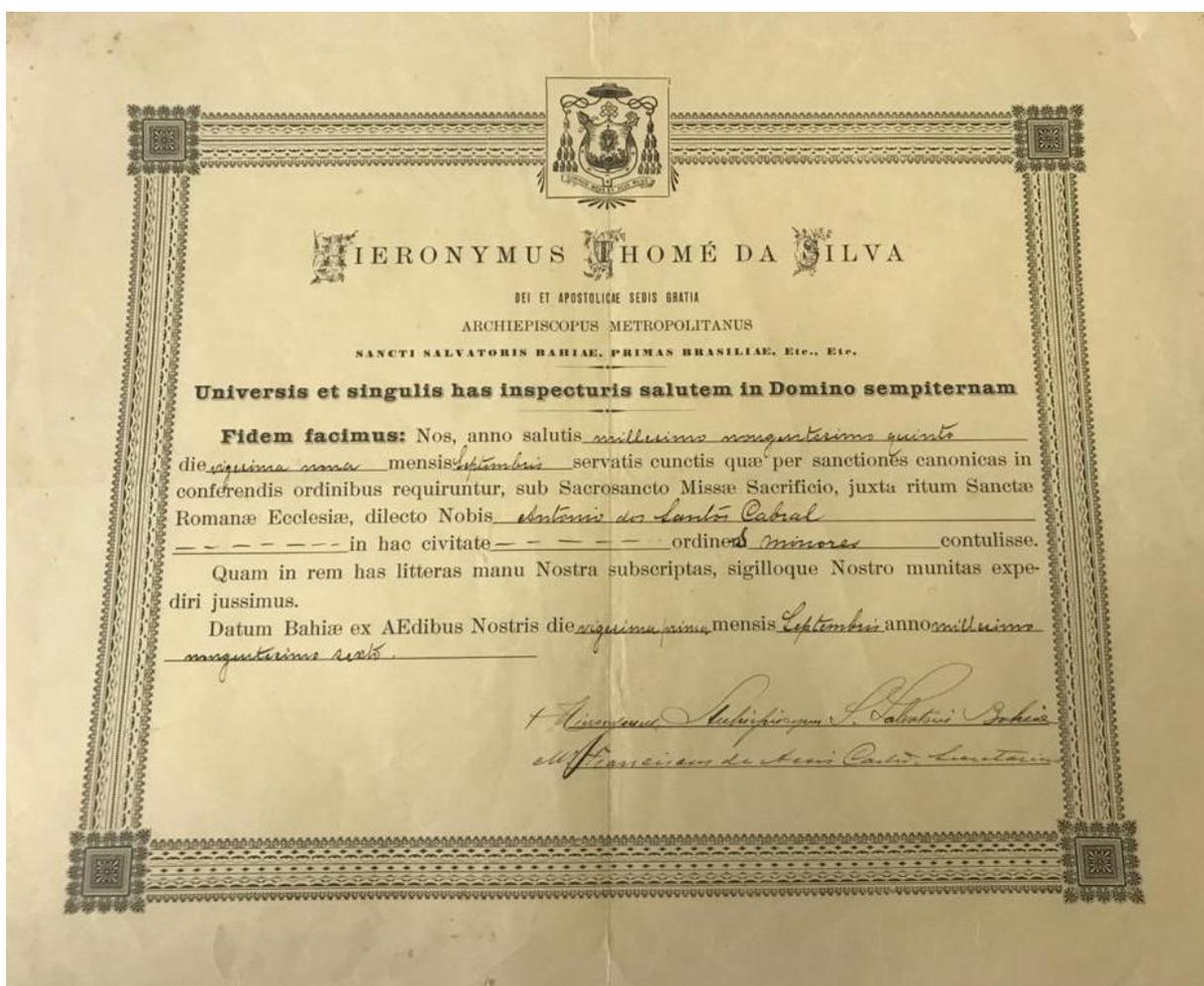
Coronel Antônio dos Santos Cabral e Amélia da Gloria Cabral, pais de Dom Cabral.



Fonte: Livro Dom Cabral e suas Obras. Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 1943, s/p.

Anexo 3 - Registro de Antônio Cabral recebendo as ordens menores

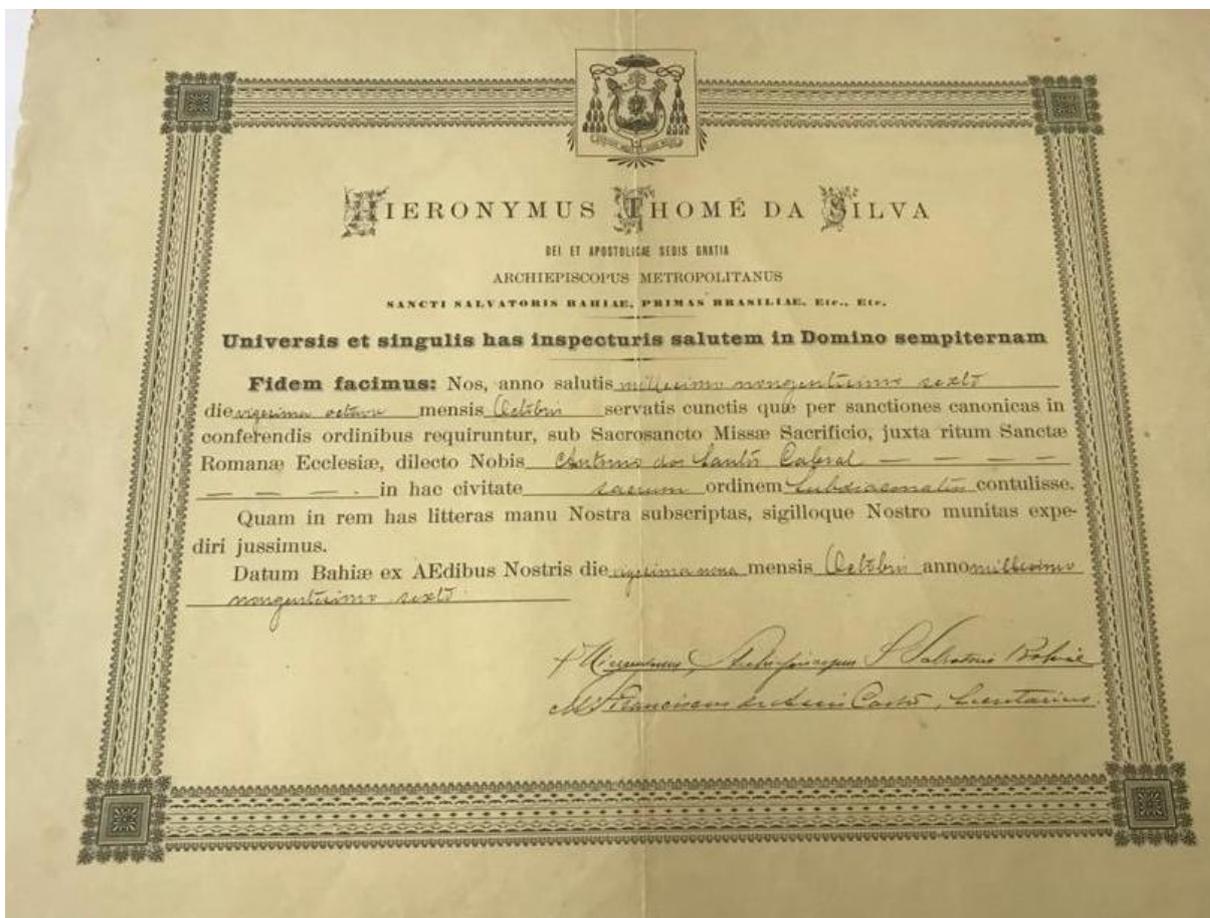
Documento original da então Arquidiocese de Salvador da Bahia, datado de setembro de 1906, em que Antônio dos Santos Cabral recebe as ordens menores, no dia 29 de setembro de 1906.



Fonte: Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Anexo 4 - Registro de Antônio Cabral recebendo o subdiaconato.

Documento original da então Arquidiocese de Salvador da Bahia, datado de 29 de outubro de 1906, ordenando Antônio dos Santos Cabral a subdiaconato no dia 28 de outubro de 1906.



Fonte: Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Anexo 5 - Constituição Apostólica de criação da Diocese de Belo Horizonte

Constituição Apostólica “Pastoralis sollicitudo” desmembrando municípios da Arquidiocese de Mariana e fundando a Diocese de Belo Horizonte, em 11 de fevereiro de 1921.

336

Acta Apostolicae Sedis - Commentarium Officiale

CONSTITUTIO APOSTOLICA

MARIANNENSIS

DISMEMBRATIONIS ET ERECTIONIS DIOECESIS BELLOHORIZONTINAE

BENEDICTUS EPISCOPUS

SERVUS SERVORUM DEI

AD PERPETUAM REI MEMORIAM

Pastoralis sollicitudo onus Nobis imponit diligentissime curandi ut catholici orbis regiminis distributio temporum et locorum necessitatibus apte respondeat. Nobis est propterea vigilandum ut variis in regionibus circumscriptionum ecclesiasticarum numerus augeatur, prout opportunitas ac praesertim spirituale christifidelium bonum exposcit.

: Cum itaque Mariannensem archidioecesim, quae extensione territorii et populorum frequentia inter maiores est connumeranda, partiri animarum bonum et regiminis ratio consulat, Nos id faciendum statuimus.

Quapropter, de consulto dilectarum liliorum Nostrorum S.R.E. Cardinalium, qui S. Congregationi Consistoriali praepositi sunt, peractis omnibus, quae scitu ad rem necessaria erant, suppleto, quatenus opus sit, quorum intersit vel sua interesse praesumant, consensu, facultate quoque utentes Nobis et S. Sedi reservata in Apostolicis sub plumbo Litteris quarum initium « Ad universas orbis Ecclesias » datis Romae die vigesima septima mensis aprilis anni millesimi octingentesimi nonagesimi secundi, libere novam ineundi in Brasiliانا Republica dioecesum dismembrationem, quoties id expedire videretur, de Apostolicae potestatis plenitudine, praedictam archidioecesim Mariannensem bifariam dividimus, eamque ad orientem versus coarctamus, et in occidentali parte novam dioecesim, *Bellohorizontinam* nuncupandam, erigimus.

Hisce autem novae dioecesi assignamus et attribuimus municipia vulgo *Prefectura de Bello Horizonte, Contagem, Santa Luzia, Sabara, Gaeté, Siete Lagoas, Bomfim, Entre Bicos, Santa Quitéria, Itauna, Para, Pequi, Pitangui, Divinópolis, Itapeverica, Oliveira, Passatiempo, Campo-Bello, Perdoés, Boni Succeso* cum paroecia *Hitiruna* nuncupata.

Bellohorizontinae dioecesis ita limitibus definitae sedem et cathedram episcopalem in urbe « Bello-Horizonte », a qua dioecesis ipsa nomen mutuatur, erigimus ac instituimus, eamque idcirco ad civitatis episcopalis fastigium evehimus, una cum omnibus iuribus ac privilegiis, quibus ceterae civitates episcopales iure communi fruuntur et gaudent.

Ecclesiam autem ibidem exstantem et Beatæ Mariæ Virgini in caelum Assumptæ dicatam ad Cathedralis statum et dignitatem evehimus et extollimus; simulque ipsi eiusque pro tempore Episcopis tribuimus honores, insignia, favores, gratias, privilegia et iura, quibus aliae cathedrales Ecclesiae ac eorum Antistites iure communi, vel legitima consuetudine, pollent ac fruuntur.

Quam cathedralem Ecclesiam suffraganeam constituimus metropolitanae Ecclesiae Mariannensis, illiusque pro tempore Episcopos iuri metropolitico praefati Mariannensis Archiepiscopi subiicimus; Nobis tamen et Apostolicae Sedi reservata facultate libere novam decernendi istius dioecesis dismembrationem, quoties opportunum in Domino videatur.

Quod vero attinet ad huius dioecesis administrationem et regimen, ad Capituli cathedralis vel consultorum collegii institutionem, ad Seminarii dioecesiani erectionem, ad Vicarii Capitularis, seu Administratoris sede vacante, electionem, ad ipsorum clericorum et fidelium iura et onera, aliaque huiusmodi, servanda iubemus quae sacri canones decernunt.

Quod vero ad clerum spectat, statuimus ut, statim ac dismembratio archidioecesis Mariannensis, novaeque dioecesis Bellohorizontinae erectio effecta sit, eo ipso presbyteri illi Ecclesiae adscripti censeantur, in cuius territorio legitime exstant, vel animarum cura, vel aliquo ecclesiastico officio detenti.

Episcopalem autem mensam constituent Curiae episcopalis taxae aliaeque fidelium oblationes, in quorum bonum nova haec dioecesis erecta est.

Volumus praeterea ut huius dioecesis sumptibus duo delecti iuvenes bonae spei in Pontificium Collegium Pium Latinum Americanum de Urbe non intermissa vice mittantur, ut ibi, sub ipsis fere oculis Romanorum Pontificum, ecclesiasticis disciplinis incumbant.

Mandamus insuper ut omnia documenta et acta, quae hanc dioecesim eiusque clericos et fideles respiciunt, quamprimum fieri poterit, a cancellaria archidioecesis Mariannensis tradantur cancellariae dioecesis Bellohorizontinae, ut in eius archivo custodiantur.

Praesentes autem Litteras et in eis contenta quaecumque, etiam si quilibet, quorum interest vel sua interesse praesumant, auditi non fuerint ac praemissis non consenserint, etiam si expressa specifica et individua mentione digni sint, nullo unquam tempore de subreptionis, vel obreptionis, aut nullitatis vitio, seu intentionis Nostrae, vel quolibet alio, licet substantiali et inexcogitato defectu notari, impugnari, vel in

controversiam vocari posse; sed eas, tamquam ex certa scientia ac potestatis plenitudine factas et emanatas, perpetuo validas existere et fore, suosque plenarios et integros effectus sortiri et obtinere, atque ab omnibus ad quos spectat inviolabiliter observari debere, et si secus super his a quocumque, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter contigerit attentari, irritum prorsus et inane esse et fore volumus et decernimus.

Ad haec omnia, ut supra, executioni mandanda deputamus venerabilem fratrem Henricum Gasparri, Archiepiscopum titularem Sebastensem, in Brasiliensia Republica Apostolicum Nuntium, eidemque tribuimus necessarias et opportunas facultates, etiam subdelegandi, ad effectum de quo agitur, quemlibet virum in ecclesiastica, dignitate constitutum, et definitive pronuntiandi super quavis difficultate vel oppositione in executionis actu quomodolibet oritura; facto insuper eidem onere ad Sacram Congregationem Consistorialem mittendi, infra sex menses, a data praesentium litterarum computandos, authenticum exemplar executionis peractae.

Mandamus denique ut harum Litterarum transumptis, etiam impressis, manu tamen alicuius notarii publici subscriptis ac sigillo alicuius in ecclesiastica dignitate constituti munitis, eadem prorsus fides tribuatur, quae hisce Nostris Litteris tribueretur, si exhibitae vel ostensae forent.

Non obstantibus, quatenus opus sit, regulis in synodalibus, provincialibus, generalibus, universalibusque Conciliis editis, specialibus, vel generalibus constitutionibus et ordinationibus Apostolicis, et quibusvis aliis Romanorum Pontificum, praedecessorum Nostrorum dispositionibus, ceterisque contrariis quibuscumque.

Nemini ergo has Litteras Nostras dismembrationis, erectionis, decreti, mandati, derogationis et voluntatis infringere vel contraire liceat. Si quis vero, temerario ausu, hoc attentare praesumpserit, indignationem omnipotentis Dei, ac beatorum Petri et Pauli Apostolorum Eius se noverit incursum.

Datum Romae apud Sanctum Petrum, anno Domini millesimo nonagesimo vigesimo primo, die decima prima mensis februarii, Pontificatus Nostri anno septimo.

Æg C. CARD. DE LAI, *Episc. Sabinen.*
S. Congr. Consist. Secretarius.

O. CARD. CAGIANO
S. R. E. Cancellarius.

Raphaël Virili, *Protonotarius Apostolicus.*

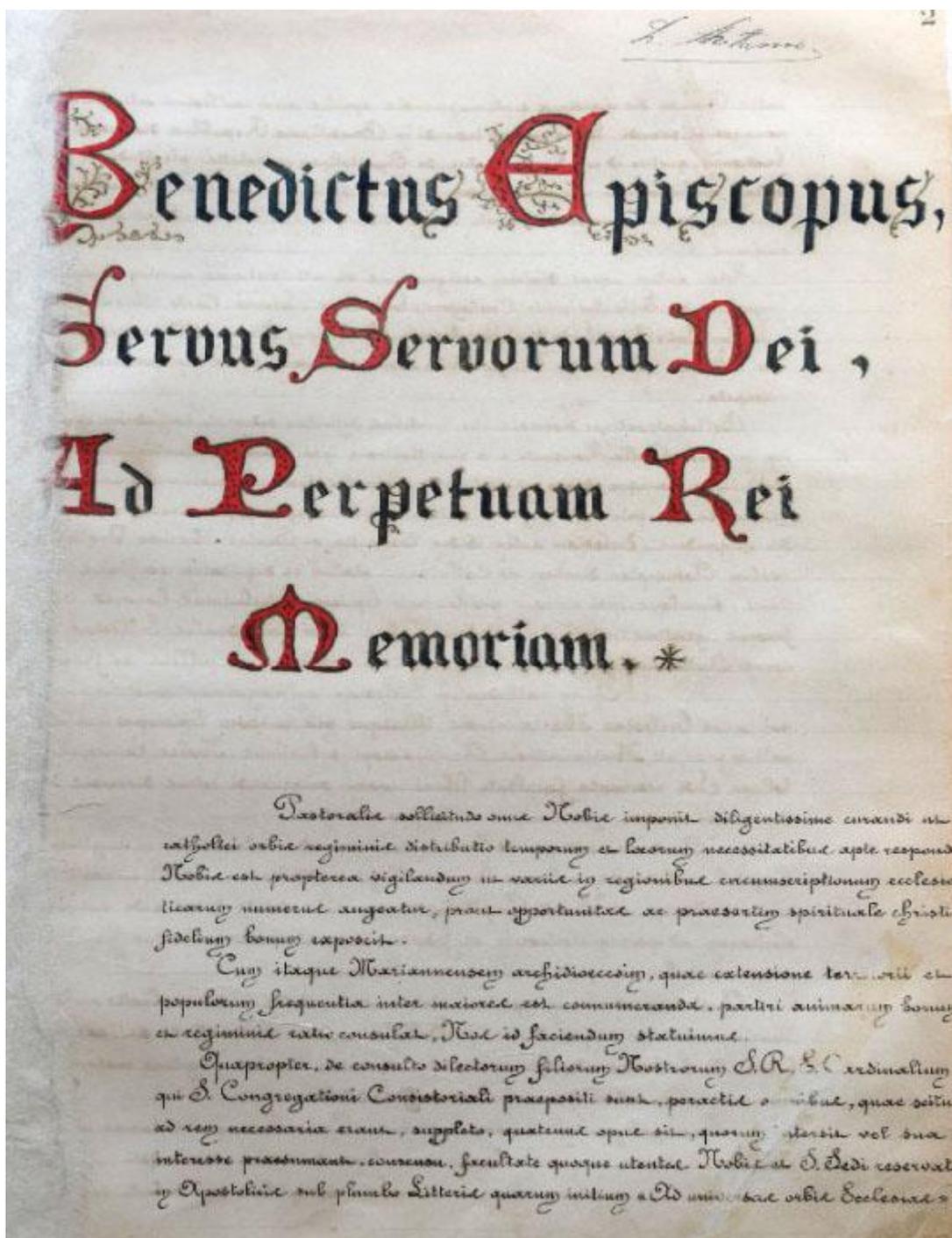
Ludovicus Schüller, *Protonotarius Apostolicus.*

Loco *Æfa* Plumbi.

Reg. in Cane. Ap., vol. XXIII, n. 5.

Anexo 6 – Transcrição da Constituição Apostólica “Pastoralis sollicitudo”.

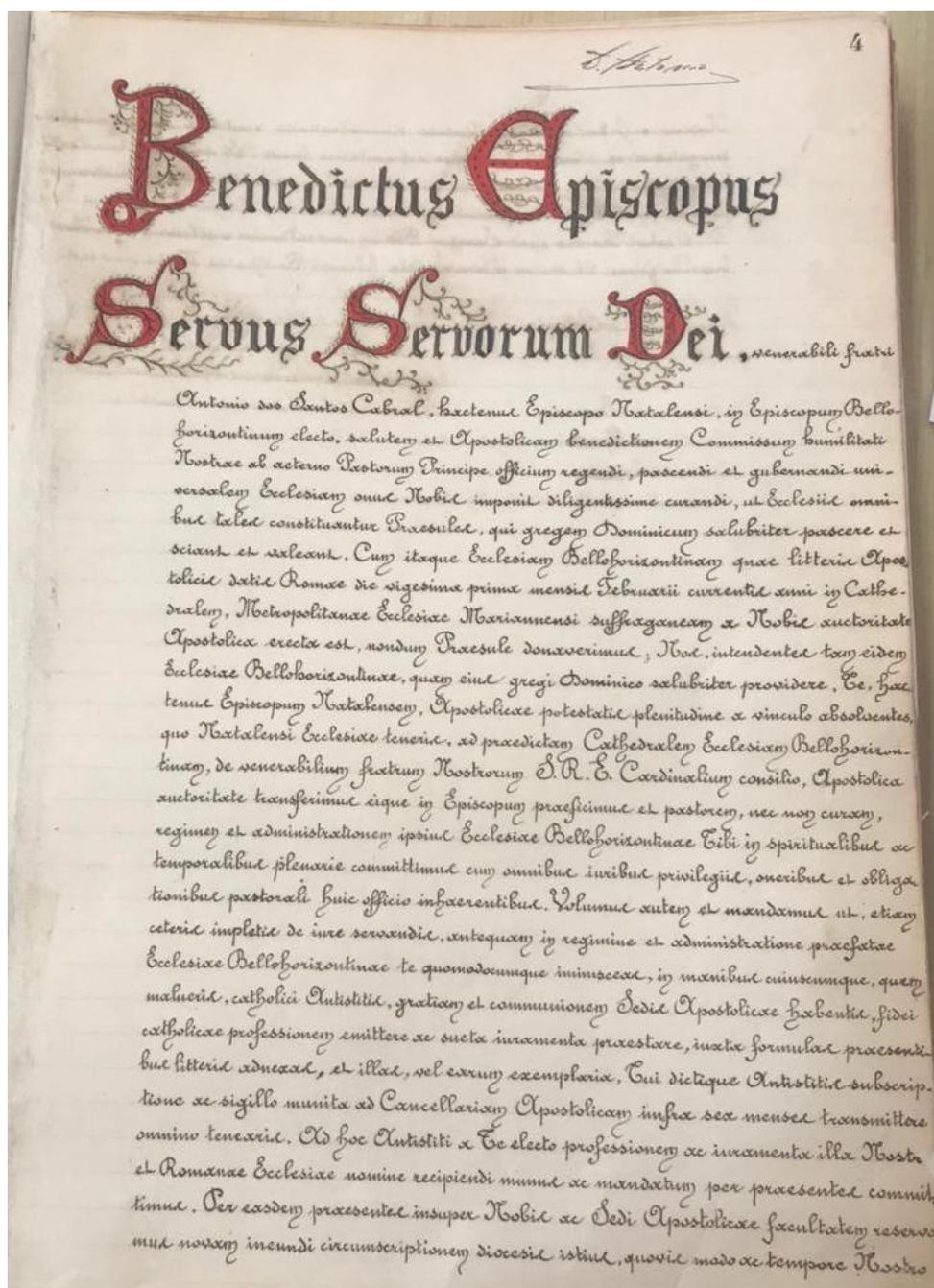
Transcrição da Constituição Apostólica “Pastoralis sollicitudo” no termo de abertura do Livro Tombo da Arquidiocese de Belo Horizonte.



Fonte: Arquidiocese de Belo Horizonte.

Anexo 7 – Transcrição da bula “Hodie Nobis”, do Papa Bento XV.

Bula “Hodie Nobis” do Papa Bento XV, de 21 de novembro de 1921, transferindo Dom Cabral para a nova Diocese de Belo horizonte, transcrita no Livro de Tombo da Arquidiocese de Belo Horizonte.



Fonte: Arquidiocese de Belo Horizonte.

Anexo 8 – “Circular nº 1 Tributo Sagrado”

Documento original emitido pelo bispo da diocese, Dom Antônio dos Santos Cabral, para o clero e diocesanos de Belo Horizonte – 13 de junho de 1922.



ARQUIVO PUBLICO MINEIRO

BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAES

TRIBUTO SAGRADO

APPELLO AO-CLERO E AO POVO DE BELLO HORIZONTE

D. Antonio dos Santos Cabral, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostolica, Bispo de Bello Horizonte.

AO VENERANDO CLERO E A TODOS OS FIEIS DA
DIOCESE DE BELLO HORIZONTE, PAZ, SALVAÇÃO E BENÇÃO
EM JESUS CHRISTO SENHOR E REDEMPTOR NOSSO.

Veneraveis Irmãos e Filhos Amantissimos.

DEPOIS de vos haver endereçado nossas primeiras palavras de affectuosa saudação, permittireis venhamos agora expandir nosso coração oppresso pelas mais justas preocupações. Gravissimas são as responsabilidades que nos cabem na organização urgente e nos multiplos encargos inherentes á vida deste novo Bispado de Bello Horizonte.

Não ousaremos dissimular, nem tentaremos declinar a imperiosa e honrosissima incumbencia. Assiste-nos porém, Filhos Dilectissimos, o incontrastavel direito de vos fallar claramente, appellidando-vos em nosso socorro, instruindo-vos nos sacratissimos deveres que tambem vos alcançam nesta delicada situação que se nos depara.

4

Affirmamol-o já em propicia oportunidade : singularissimas e sobremodo honrosas, para vós, foram as circumstancias em que a Santa Sè erigiu o Bispado de Bello Horizonte.

E, muito principalmente por isto, vossas respeitaveis tradições, vosso renome, vosso proprio brio christão se encontram profundamente penhorados na medida deste illimitado e justo credito que de vós fiou o Vigario de Jesus Christo.

Entretanto, vós bem o sabeis : a Diocese de Bello Horizonte, cujo governo vimos de assumir, está em lamentavel carencia de tudo ! Desde a residencia Episcopal, o Seminario, seu patrimonio e o do Bispado, atè a Cathedral, ainda longe de conclusão, tudo está por iniciar, organizar, provocando assim nossa immediata attenção e devotamento.

Accresce ainda que por natural e obvia exigencia do meio, a installação desta Diocese, na importante e formosa Capital do glorioso Estado de Minas, não poderá ser menos condigna e desproporcionada. Tarefa ingente e, quiçá, esmagadora, se ao enfrontal-a não vos fôra dado contar com a vossa generosidade, dedicação e espirito de sacrificio !

Jamais experimentamos desalentos. Olhos supplices para o Céu, que nos encaminhou ao meio de vós, nos assiste e illumina, contemplamos sempre, com animo destemoroso, o campo immenso que se dilata reclamando uma incessante e heroica operosidade.

Ininterruptas, pois, deverão subir a Deus nossas preces no intuito de recebermos o conforto e as energias espirituaes de que tanto havemos mistér.

Será, todavia, sufficiente esta attitudo de supplica e confiança, quando sabemos, o Senhor derrama suas mercês na proporção do nosso labor, esforço e abnegação ?

Torna-se, pois, urgente a iniciativa de multiplos commettimentos que, nesta oportunidade, possam produzir os elementos materiaes imprescindiveis á grande empresa de Deus. Collimando este objectivo, com as benções da Santissima Virgem e sob os auspicios dos mais distinctos representantes de todas as classes desta Capital, constituimos a «Associação Central de Organização da Diocese», installando-a solememente nos ultimos dias do mez passado.

Esta «Associação» deverá estender sua acção organizadora a todos os recantos da Diocese, promovendo a cooperação geral de seus 550 mil habitantes, estimulados pela mais decidida e criteriosa orientação do nosso devotado Clero Parochial.

Deste modo, todos os nossos amantissimos Diocesanos, abastados ou humildes, poderão offerecer-nos o valioso contingente de sua efficaz collaboração. Entretanto, como *medida extrema* de *character transitorio*, inspirada pela angustia do momento, ouvidos os representantes dos altos poderes do Estado, do Revdm^o. Clero e de todas as classes, presentes á memoravel assembléa de 28 de Maio, alvitramos crear um "TRIBUTO SAGRADO" que, desde logo, pudesse produzir, com a mais segura exactidão, os recursos urgentissimos para os compromissos desta phase inicial da vida da Diocese.

Consiste, assim, este "TRIBUTO SAGRADO", numa modica sobre-taxa, offerecida para este fim especial e entregue aos Revmos. Vigarios e mais sacerdotes, juntamente com a offerta já estabelecida para sua subsistencia, por occasião dos Baptisados, Casamentos, Enterramentos e outros actos, fixada deste modo :

Por cada Baptisado, 1\$000 ; por cada Casamento nas Matrizes, 2\$000 ; nas Capellas e Oratorios privados, 5\$000, á noite 10\$000. Nas encommendações simples,

2\$000, nas solemnes, 10\$000. Pela erecção de Eças nas Matrizes e Capellas, 10\$000. Por accasião das Missas cantadas, 5\$000. Mez Mariano, Novenarios, Triduos solemnes, cada dia, 2\$000. Terços cantados, 10\$000. Procissões, 5\$000. Determinamos, ainda, que dos auxilios angariados pelos Revmos. Vigarios, Commissions, Irmandades, ou associações religiosas, para construcções de Igrejas, Capellas e outras obras pias, dentro dos limites da Diocese, por meio de subscrições, kermesses, leilões, barraquinhas, ou por qualquer outra iniciativa, sejam reservados 10% das importancias recebidas, em favor das obras Diocesanas. Oneramos, neste particular, gravemente, a consciencia dos Revdmos. Parochos e dirigentes, a quem incumbé velar pela fiel observancia do que aqui prescrevemos.

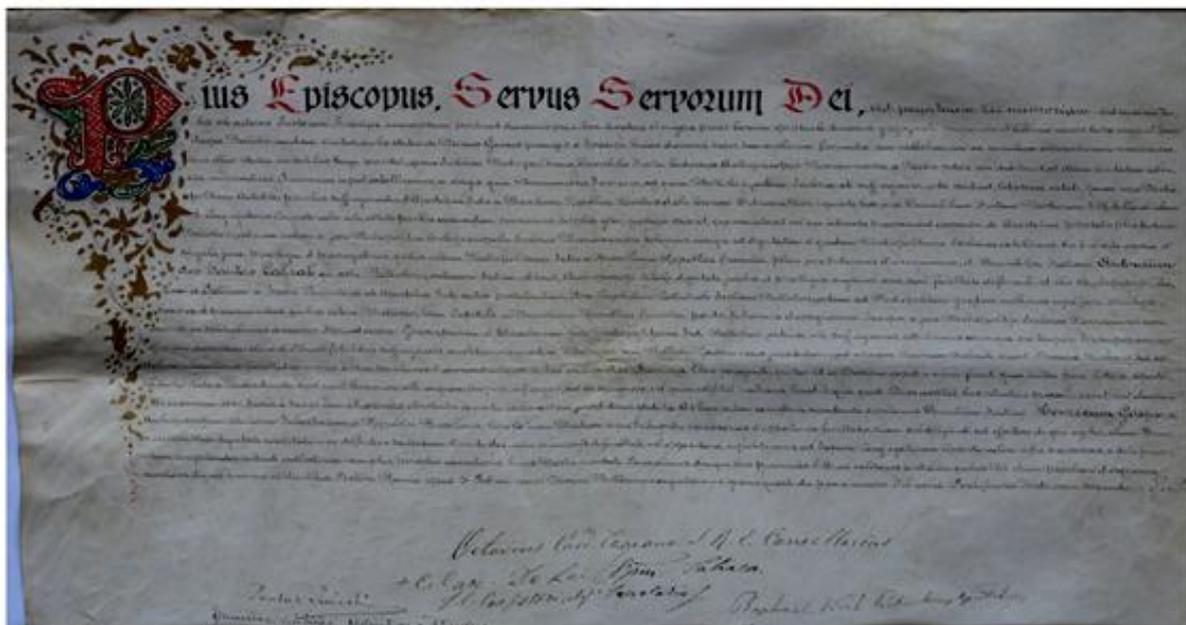
Insignificantes parcelas são estas que, conveniente e pontualmente recolhidas de dois em dois mezes, á Secretaria do Bispado, fornecerão recursos para as primeiras e indeclinaveis necessidades.

Organizando de tudo uma escripta á parte, publicaremos, pela imprensa, um minucioso relatorio semestral. O dia 15 de Agosto, festividade da Assumpção gloriosissima da Virgem Santissima, padroeira da Diocese com o titulo de Nossa Senhora da Bôa Viagem, foi constituido o «Dia do Bispado».

Obrigarse-ão os Revmos. Vigarios a promover annualmente, neste dia, festas, kermesses, leilões, tombolas, etc., por meio das quaes todos possam suavemente concorrer em prol dos penosos empreendimentos do Bispado. Muito particularmente encarecemos, em virtude da santa obediencia, que, quanto antes, se estabeleçam em todas as parochias as sub-commissions da «Associação de Organização da Diocese», de accordo com as instrucções opportunamente enviadas, afim de

Anexo 9 - Bula Pontifícia original em latim, do Papa Pio XI.

Bula do Papa PIO XI em latim, de 01 de fevereiro de 1924, elevando Belo Horizonte a categoria de Arquidiocese e Dom Antônio dos Santos Cabral a Arcebispo.



Fonte: Arquidiocese de Belo Horizonte.

Anexo 10 - Dom Cabral recebendo o pálio de arcebispo.

Dom Antônio dos Santos Cabral, primeiro arcebispo de Belo Horizonte, recebendo a imposição do pálio, insígnia dos arcebispos metropolitano, pelo Núncio Apostólico Dom Henrique Casparri, em 1924.



Fonte: Arquivo Público Mineiro

Anexo 11 - Dom Cabral na cadeira de rodas após enfermidade (1956-1967).

O arcebispo Cabral após o acidente vascular cerebral, em junho de 1956, deixando-o debilitado em uma cadeira de rodas por mais de 11 anos, até seu falecimento em novembro de 1967.



Fonte: Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Anexo 12 - Benção da Pedra Fundamental do Seminário.

Presidente do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presente na Benção da Pedra Fundamental da construção do novo local do Seminário do Coração Eucarístico.



Fonte: Arquidiocese de Belo Horizonte (1943, s/p.).

Anexo 13 - Visita do Núncio Apostólico a Belo Horizonte.

Foto da recepção no Palácio do Governo com o Presidente de Minas, Olegário Dias Maciel (1930-1933), e demais autoridades do governo durante visita do Núncio Apostólico.



Fonte: Arquidiocese de Belo Horizonte (1943, s/p.)

Anexo 14 - II Congresso Eucarístico Nacional em Belo Horizonte.

Fotografias do II Congresso Eucarístico Nacional realizado em Belo Horizonte, em 1936, com a presença dos “Príncipes da Igreja” e os “Governos da terra”.



Dom Cabral a direita da imagem, autoridades civis, militares e do governo, com o Cardeal Leme no centro, após a missa celebrada por ele.



Sessão solene com a presença do Cardeal Leme, do Núncio Apostólico e demais figuras do alto clero brasileiro.



Grupo em torno do “Monumento” símbolo do congresso em Minas Gerais. Dom Cabral no centro. Fonte: Arquidiocese de Belo Horizonte (1943, s/p.)

Anexo 15 - Fiéis católicos na praça inaugurada em Belo Horizonte para o Congresso.

Fiéis católicos na praça inaugurada para o congresso em 1936.



Fonte: Disponível em < <https://www.otempo.com.br/opiniaio/juliana-gouthier/praca-eucaristica-1.219518>>

Anexo 16 - Primeira residência do Bispo Dom Cabral ao chegar em Belo Horizonte.

Imagem da primeira residência de D. Cabral ao chegar a Belo Horizonte. O prédio alugado na Rua Guajajaras nº 329, serviu de Palácio Episcopal do bispo, de maio de 1922 até o final do mesmo ano, quando transferiu sua residência para outro local.



Fonte: Arquidiocese de Belo Horizonte (1943, s/p.)

Anexo 17 - Segunda residência de Dom Cabral na capital mineira.

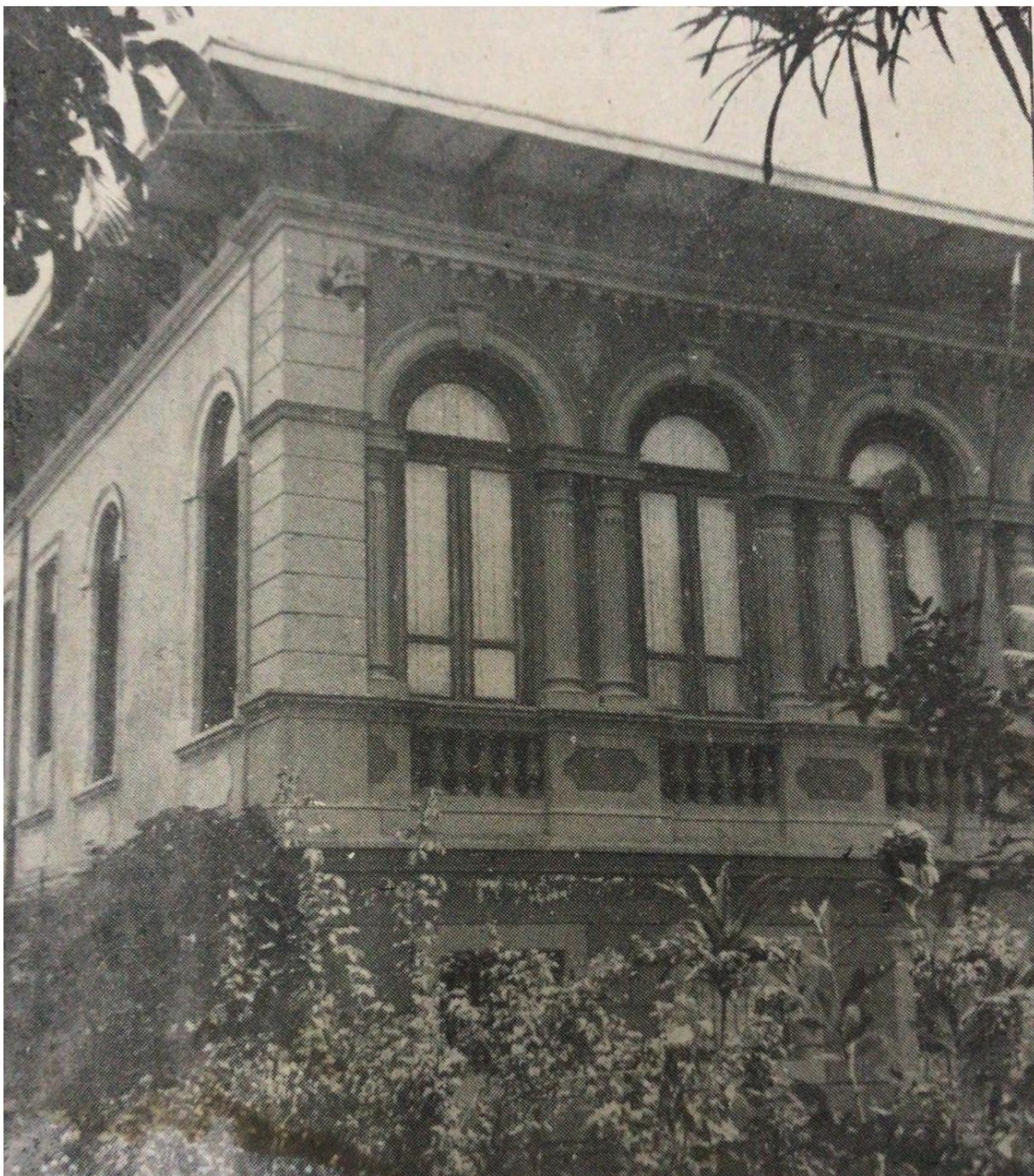
Imagem do Palácio Episcopal instalado, no final de 1922, no prédio que D. Cabral adquiriu na Rua Rio Grande do Norte nº 326. Serviu como Palácio Episcopal de 1923 até a venda do imóvel em 1934.

Antes da aquisição dos prédios adjacentes.



Fonte: Rede Minas. Bem Cultural – Série Palácios – Cristo Rei.

Depois da aquisição dos dois prédios adjacentes e reforma adaptando os três prédios.



Fonte: Arquidiocese de Belo Horizonte (1943, s/p.)

Anexo 18 - Antigo Cinema Modelo, na Rua Espírito Santos nº 1059.

Inicialmente a Cúria Metropolitana, redação e administração do “O Horizonte”.



Fonte: Arquidiocese de Belo Horizonte (1943, s/p.)

Anexo 19 - Capa da primeira edição do jornal católico "O Horizonte".

Primeira publicação do jornal católico da Diocese de Belo Horizonte, denominado "O Horizonte", em 08 de abril de 1923.



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Publica Estadual de Minas Gerais. "O Horizonte", ano 1, n.1

Anexo 20 - Propagandas publicadas nas edições do jornal católico, inclusive do órgão de imprensa diocesano.

O HORIZONTE - 6 de Abril de 1924

Reunão do Episcopado

Na florescente cidade de Juiz de Fora, congregaram-se o Episcopado da Província Ecclesiastica de Mariana, sob a direcção de seu illustre e opulento Metropolita, D. Helvécio Gomes de Oliveira. Designado que fora o mesmo dia 1.º de Outubro do anno passado, para esta reunião convocada pelo saudoso e santo D. Silvério por motivo de seu praeado desaparecimento, elle veria adiar-se até que o novo Metropolita viesse occupar a augusta cathedra enuclada.

Registro Social

ANNUARIO - Estatuto e regulamento da Caixa de Aposentadoria e Invalididade para a Velhice, em vigor desde 1.º de Janeiro de 1924.

Novo perseguição

Gravos ao progresso da humanidade durante vinte seculos de Christianismo, quer dizer de propaganda da Santa Rosa em Nova Goyaz, D. Manoel de Oliveira, de quem se sabe que se curiose faltar de perseguição aos catholicos.

Horario das missas

Domingo 8 - Matriz de S. José, às 5, 6, 12, 5 e 11 horas.
 Segunda - 6 horas
 Colégio Santa Maria - 6 e 8 horas
 Lagoa - 10 horas
 São Yago - Colégio Arnaldo - 5, 7 e 8 horas
 Igreja do Curato de Jesus - 7 horas
 Santa Casa - 7 1/2 horas
 Aylo Affonso Penna - 6 1/4 horas
 Santissimo Hugo Werneck - 5 horas
 Bairro Preto - Colégio Santa Epheragena

Alfaiataria "Oliveira"

Ivan de Oliveira Bambira
 Arte - conforto - economia.
 Caetões, 276
 BELLO HORIZONTE - E. MINAS

Alfaiataria Guanabara

AVISA QUE ESTA LIQUIDANDO OS ARTIGOS DEBENTURADOS
 Pateta de lã 120
 Dalgua 120
 Costuras 120
 Quilombos chapéus de palha 120
 Costuras com pinto e collarinho 120
 Superiores horquitas por homens 120
 Sapatos de diversos formatos 120
 para senhoras, grande variedade 120
 Camisas finissimas a preço de veludada real 120
 Camisas de moço e de lã 120
 Sempre as ultimas novidades em chapéus de lã e de palha 120
 Não percam tempo!
 Fugae quanto antes uma visita a nossa casa, se quiserdes as boas pechuchas!
ALFAIATARIA GUANABARA
 805 - AVENIDA AFFONSO PENNA - BELLO HORIZONTE - 97 Telephone, 301

Alfaiataria "Oliveira"

Ivan de Oliveira Bambira
 Arte - conforto - economia.
 Caetões, 276
 BELLO HORIZONTE - E. MINAS

Pó Infantil

Indicado para prevenir e curar todas as moléstias de dentição.
 Na mudança da alimentação, nos diarreias, no letargio e em effluvio rápido e seguro.
 As crianças magras tornam-se gordas, usando "PO INFANTIL"

ARTIGOS RELIGIOSOS

Artigos photographicos
CASA FARIA
 791 Avenida Affonso Penna

MATRIZ DA BOA VIAGEM

Hoje, 8 de Abril, domingo **Inválida**, missas às 6, 7 1/2 e 8 horas. Às 12 horas, missas de catecismo. Effetua-se hoje, às 14 horas, no consistorio da Matriz, a assembleia geral da irmandade do S. Sacramento, afim de se proceder à eleição da nova mesa administrativa para o corrente anno. Às 14 horas, no Cineama Modulo, realisa-se a sessão mensal da Associação Central do Bispado, com a presença do Excmo. Sr. Bispo Diocesano. Quinta-feira, dia 12, às 7 1/2, missa e benção do Santissimo. Às 14 horas, reunião das Senhoras de caridade, com a presença do Excmo. Sr. Bispo Diocesano. Todos os dias, às 19 horas, ressa do terço, leitura espiritual e confissão de homens.

Horario das missas

Domingo 8 - Matriz de S. José, às 5, 6, 12, 5 e 11 horas.
 Segunda - 6 horas
 Colégio Santa Maria - 6 e 8 horas
 Lagoa - 10 horas
 São Yago - Colégio Arnaldo - 5, 7 e 8 horas
 Igreja do Curato de Jesus - 7 horas
 Santa Casa - 7 1/2 horas
 Aylo Affonso Penna - 6 1/4 horas
 Santissimo Hugo Werneck - 5 horas
 Bairro Preto - Colégio Santa Epheragena

Alfaiataria Guanabara

AVISA QUE ESTA LIQUIDANDO OS ARTIGOS DEBENTURADOS
 Pateta de lã 120
 Dalgua 120
 Costuras 120
 Quilombos chapéus de palha 120
 Costuras com pinto e collarinho 120
 Superiores horquitas por homens 120
 Sapatos de diversos formatos 120
 para senhoras, grande variedade 120
 Camisas finissimas a preço de veludada real 120
 Camisas de moço e de lã 120
 Sempre as ultimas novidades em chapéus de lã e de palha 120
 Não percam tempo!
 Fugae quanto antes uma visita a nossa casa, se quiserdes as boas pechuchas!
ALFAIATARIA GUANABARA
 805 - AVENIDA AFFONSO PENNA - BELLO HORIZONTE - 97 Telephone, 301

Alfaiataria "Oliveira"

Ivan de Oliveira Bambira
 Arte - conforto - economia.
 Caetões, 276
 BELLO HORIZONTE - E. MINAS

Alfaiataria Guanabara

AVISA QUE ESTA LIQUIDANDO OS ARTIGOS DEBENTURADOS
 Pateta de lã 120
 Dalgua 120
 Costuras 120
 Quilombos chapéus de palha 120
 Costuras com pinto e collarinho 120
 Superiores horquitas por homens 120
 Sapatos de diversos formatos 120
 para senhoras, grande variedade 120
 Camisas finissimas a preço de veludada real 120
 Camisas de moço e de lã 120
 Sempre as ultimas novidades em chapéus de lã e de palha 120
 Não percam tempo!
 Fugae quanto antes uma visita a nossa casa, se quiserdes as boas pechuchas!
ALFAIATARIA GUANABARA
 805 - AVENIDA AFFONSO PENNA - BELLO HORIZONTE - 97 Telephone, 301

Alfaiataria "Oliveira"

Ivan de Oliveira Bambira
 Arte - conforto - economia.
 Caetões, 276
 BELLO HORIZONTE - E. MINAS

Alfaiataria Guanabara

AVISA QUE ESTA LIQUIDANDO OS ARTIGOS DEBENTURADOS
 Pateta de lã 120
 Dalgua 120
 Costuras 120
 Quilombos chapéus de palha 120
 Costuras com pinto e collarinho 120
 Superiores horquitas por homens 120
 Sapatos de diversos formatos 120
 para senhoras, grande variedade 120
 Camisas finissimas a preço de veludada real 120
 Camisas de moço e de lã 120
 Sempre as ultimas novidades em chapéus de lã e de palha 120
 Não percam tempo!
 Fugae quanto antes uma visita a nossa casa, se quiserdes as boas pechuchas!
ALFAIATARIA GUANABARA
 805 - AVENIDA AFFONSO PENNA - BELLO HORIZONTE - 97 Telephone, 301

Alfaiataria "Oliveira"

Ivan de Oliveira Bambira
 Arte - conforto - economia.
 Caetões, 276
 BELLO HORIZONTE - E. MINAS

Alfaiataria Guanabara

AVISA QUE ESTA LIQUIDANDO OS ARTIGOS DEBENTURADOS
 Pateta de lã 120
 Dalgua 120
 Costuras 120
 Quilombos chapéus de palha 120
 Costuras com pinto e collarinho 120
 Superiores horquitas por homens 120
 Sapatos de diversos formatos 120
 para senhoras, grande variedade 120
 Camisas finissimas a preço de veludada real 120
 Camisas de moço e de lã 120
 Sempre as ultimas novidades em chapéus de lã e de palha 120
 Não percam tempo!
 Fugae quanto antes uma visita a nossa casa, se quiserdes as boas pechuchas!
ALFAIATARIA GUANABARA
 805 - AVENIDA AFFONSO PENNA - BELLO HORIZONTE - 97 Telephone, 301

Alfaiataria "Oliveira"

Ivan de Oliveira Bambira
 Arte - conforto - economia.
 Caetões, 276
 BELLO HORIZONTE - E. MINAS

Alfaiataria Guanabara

AVISA QUE ESTA LIQUIDANDO OS ARTIGOS DEBENTURADOS
 Pateta de lã 120
 Dalgua 120
 Costuras 120
 Quilombos chapéus de palha 120
 Costuras com pinto e collarinho 120
 Superiores horquitas por homens 120
 Sapatos de diversos formatos 120
 para senhoras, grande variedade 120
 Camisas finissimas a preço de veludada real 120
 Camisas de moço e de lã 120
 Sempre as ultimas novidades em chapéus de lã e de palha 120
 Não percam tempo!
 Fugae quanto antes uma visita a nossa casa, se quiserdes as boas pechuchas!
ALFAIATARIA GUANABARA
 805 - AVENIDA AFFONSO PENNA - BELLO HORIZONTE - 97 Telephone, 301

Alfaiataria "Oliveira"

Ivan de Oliveira Bambira
 Arte - conforto - economia.
 Caetões, 276
 BELLO HORIZONTE - E. MINAS

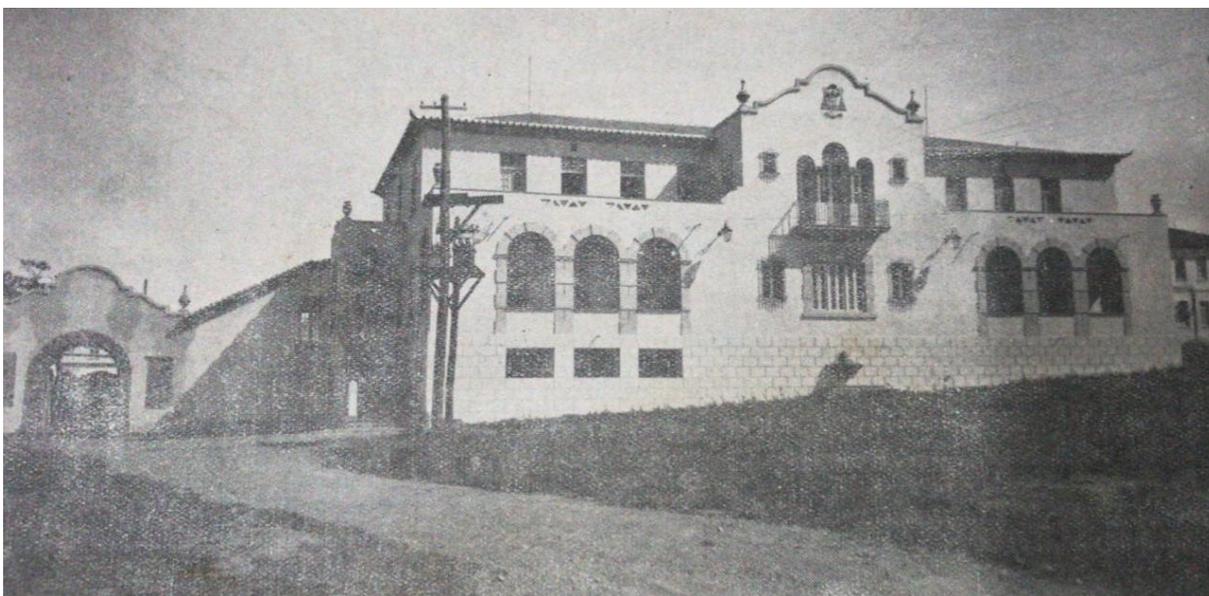
Alfaiataria Guanabara

AVISA QUE ESTA LIQUIDANDO OS ARTIGOS DEBENTURADOS
 Pateta de lã 120
 Dalgua 120
 Costuras 120
 Quilombos chapéus de palha 120
 Costuras com pinto e collarinho 120
 Superiores horquitas por homens 120
 Sapatos de diversos formatos 120
 para senhoras, grande variedade 120
 Camisas finissimas a preço de veludada real 120
 Camisas de moço e de lã 120
 Sempre as ultimas novidades em chapéus de lã e de palha 120
 Não percam tempo!
 Fugae quanto antes uma visita a nossa casa, se quiserdes as boas pechuchas!
ALFAIATARIA GUANABARA
 805 - AVENIDA AFFONSO PENNA - BELLO HORIZONTE - 97 Telephone, 301

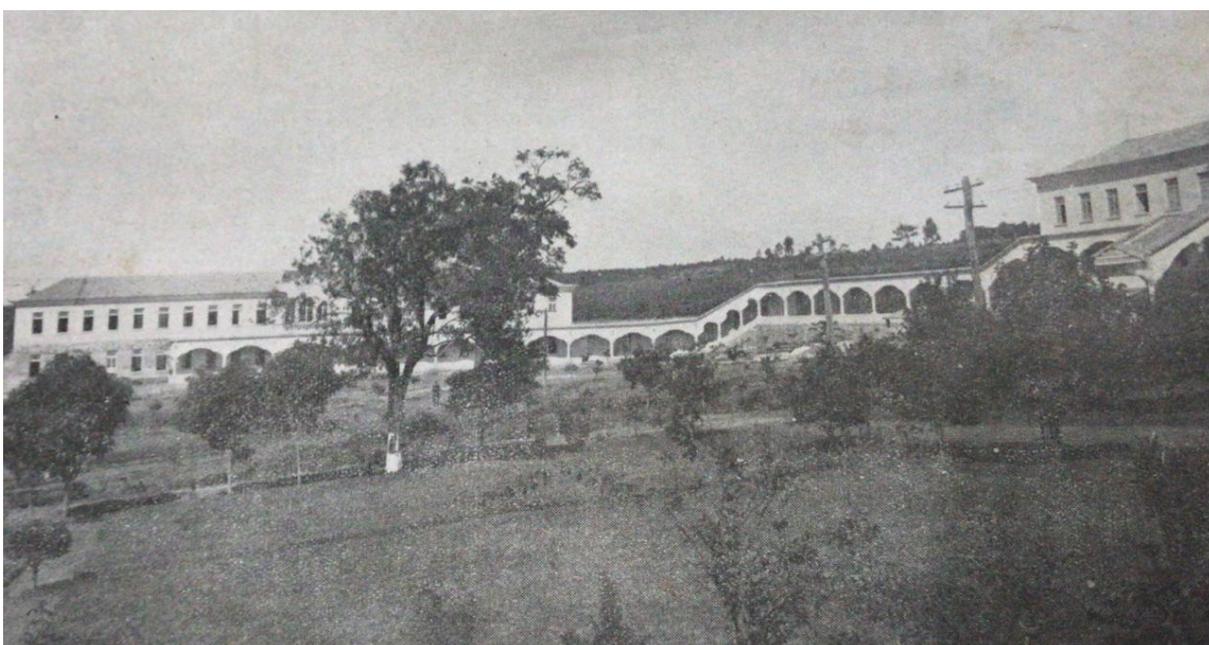
Anexo 21 - Seminário do Coração Eucarístico.

Nova estrutura do Seminário, em 1943, construído no extenso terreno adquirido na fazenda Gameleira, em Boa Vista.

Entrada Principal



Vista Lateral



Salão principal



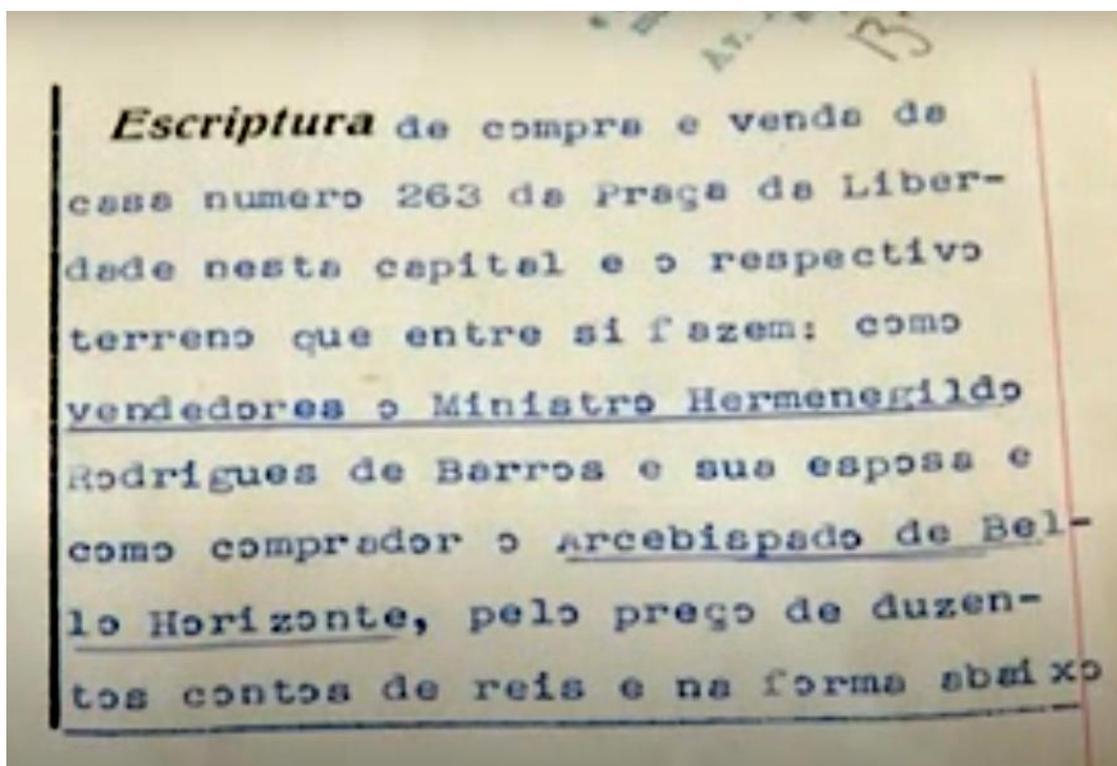
Prédio do Seminário Menor



Fonte: Arquidiocese de Belo Horizonte (1943, s/p.)

Anexo 22 - Escritura de compra e venda do terreno do futuro Palácio Episcopal.

Escritura de compra e venda do terreno do futuro Palácio Episcopal, na Praça da Liberdade nº 263. Local onde foi construído o atual Palácio Cristo Rei.



Fonte: Rede Minas. Bem cultural - Série Palácios - Cristo Rei.

Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=TotQ-ilztxc> >

Anexo 23 - Palácio Cristo Rei na Praça Liberdade.

Palácio Cristo Rei, residência do arcebispo, localizada na Praça Liberdade, ao lado das Secretarias do Estado e o do Palácio da Liberdade – sede do governo, na década de 30.



Fonte: IEPHA-MG



Fonte: Arquidiocese de Belo Horizonte (1943, s/p.)

Anexo 24 - Catedral Nossa Senhora da Boa Viagem.

Da antiga Matriz Boa Viagem, em 1919, ao início da reforma na década de 20, até a conclusão do projeto implementado por Dom Cabral na década 30.

Antiga Matriz Boa Viagem em 1919, após início da demolição e construção.



Construção da nova Catedral Nossa Senhora da Boa Viagem com D. Cabral. A antiga à esquerda, escondida pelas obras, onde se manteve por algum tempo as cerimônias.



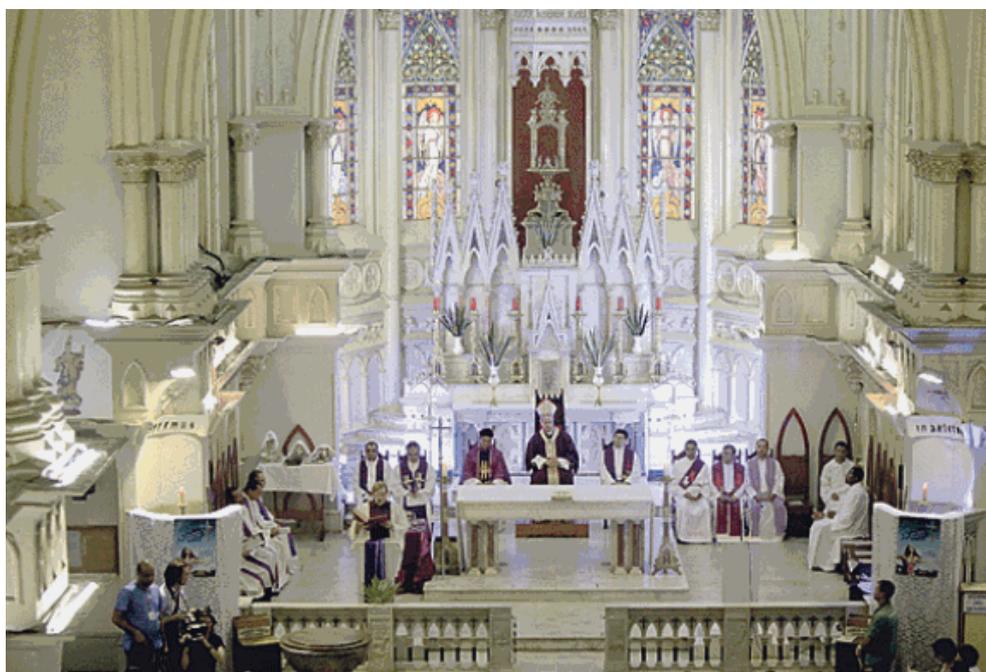
Fonte: <http://www.curraldelrey.com>

Catedral Nossa Senhora da Boa Viagem na década de 1930.



Fonte: Arquidiocese de Belo Horizonte (1943, s/p.)

Altar em mármore de Carrara da nave (ala central). O Tabernáculo e Ostentório, no centro do altar, com mais de 2 metros de altura, foram confeccionados em prata e prata amarela para o II Congresso Eucarístico Nacional de 1936.



Fonte: Jornal O Tempo, 13/02/2013.

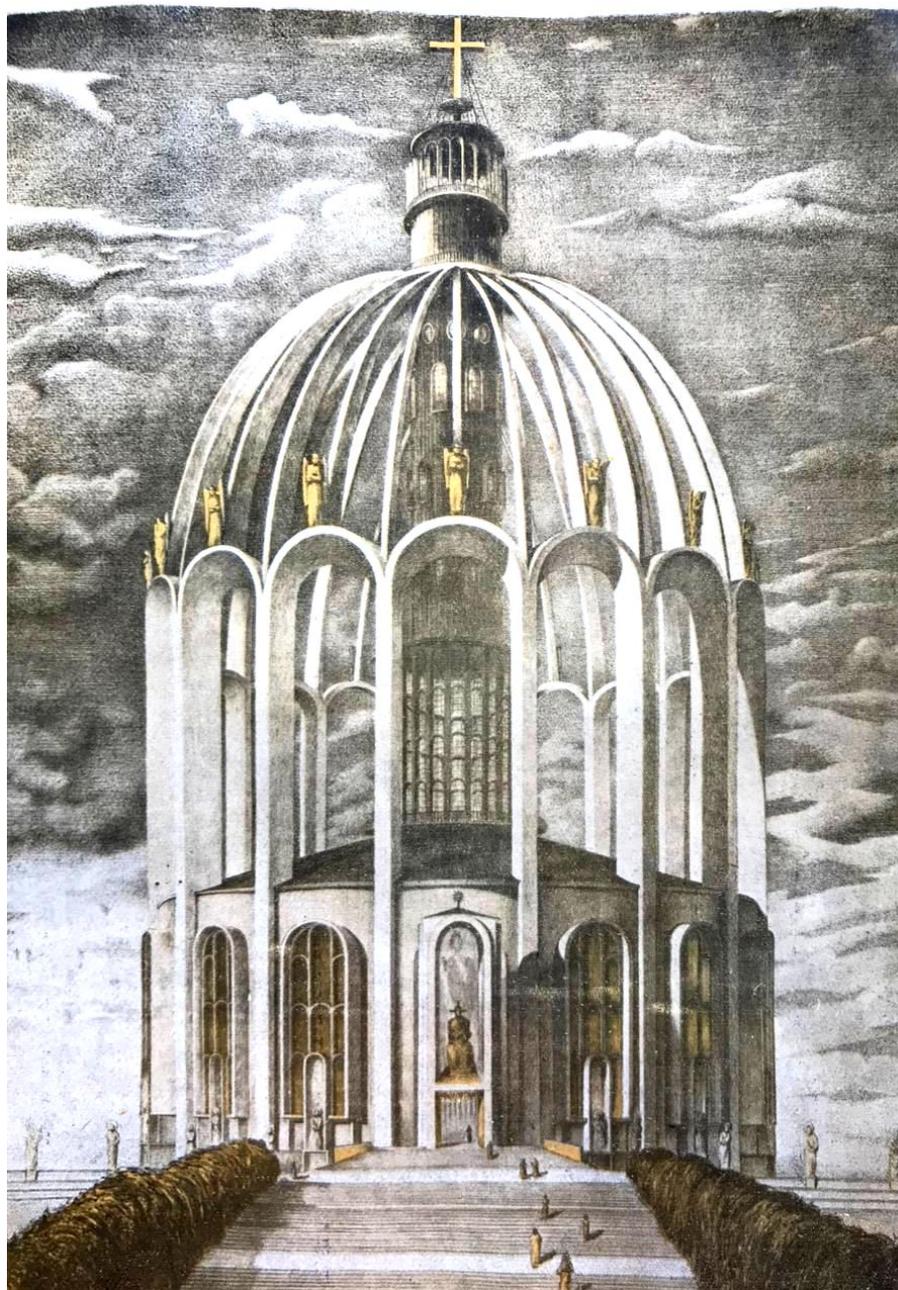
Anexo 25 - Visitas pastorais do arcebispo Cabral.

Registro fotográfico de uma das visitas pastorais do arcebispo e a manifestação dos fiéis.



Fonte: Arquidiocese de Belo Horizonte (1943, s/p.)

Anexo 26 - Desenho do projeto da Catedral de Cristo Rei.



Fonte: Arquidiocese de Belo Horizonte (1943, s/p.)

Anexo 27 - Imagem área do terreno do Seminário na década de 60.



Fonte: <https://matadapucminas.wordpress.com/category/a-mata-da-puc-minas/>